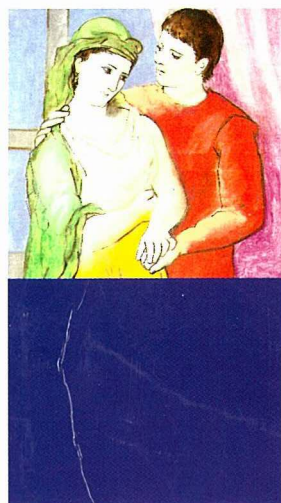


Encenações e
COMPORTAMENTOS
SEXUAIS

**PARA UMA PSICOLOGIA
SOCIAL DA SEXUALIDADE**



VALENTIM R. ALFERES

ENCENAÇÕES E COMPORTAMENTOS SEXUAIS

Para uma Psicologia Social da Sexualidade

Valentim Rodrigues Alferes

**ENCENAÇÕES
E COMPORTAMENTOS SEXUAIS**

Para uma Psicologia Social da Sexualidade

Edições Afrontamento

Autor: Valentim Rodrigues Alferes

Título: Encenações e Comportamentos Sexuais. Para uma Psicologia Social da Sexualidade

© 1997, Valentim Rodrigues Alferes e Edições Afrontamento

Edição: Edições Afrontamento/Rua de Costa Cabral, 859/Porto

Colecção: Saber Imaginar o Social / 9

N.º de edição: 601

ISBN: 972-36-0421-3

Depósito legal: 106893/97

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

Data de impressão: Fevereiro de 1997

ÍNDICE

Preâmbulo	13
-----------------	----

PRIMEIRA PARTE ESTUDOS TEÓRICOS

Capítulo I

SEXUALIDADE, SEXOLOGIA E PSICOLOGIA SOCIAL

1. Sexualidade: Entre o instinto e a norma.....	19
2. Sexologia: A persistência do postulado biológico	23
2.1. Protossexologia: O sexo como reprodução	24
2.2. Psicanálise: A anatomia como destino	25
2.3. Sexologia moderna: A fisiologia como regra.....	27
2.4. Da naturalização do sexo aos modelos de desenvolvimento sexual	29
3. Psicologia social: Construção social e significação pessoal da sexualidade.....	32

Capítulo II

ENCENAÇÕES CULTURAIS, INTERPESSOAIS E INTRAPSÍQUICAS DA SEXUALIDADE

1. Encenações culturais e regulação social da sexualidade.....	43
1.1. Instituições e orientações normativas.....	43
1.2. Processos de controlo social.....	45
2. <i>Scripts</i> interpersonais e estruturas relacionais da sexualidade.....	50
2.1. Interações sexuais	52
2.2. Relações íntimas.....	53
2.2.1. Comunicação e auto-revelação.....	55
2.2.2. Processos emocionais	56
2.2.3. Poder e conflito	57
2.3. Modelos de amor	59
3. <i>Scripts</i> intrapsíquicos e experiências sexuais.....	61
3.1. Encenação do desejo	61
3.2. Gestão do corpo.....	65
4. Essencialismo e construtivismo: Uma questão em aberto?.....	69

Capítulo III

ATRACÇÃO INTERPESSOAL E GÊNESE DAS RELAÇÕES AMOROSAS

1. Da atracção interpeçoal às estratégias de sedução.....	73
---	----

1.1. Modelos teóricos da atracção interpessoal	74
1.1.1. As teorias da organização cognitiva	76
1.1.2. As teorias do reforço e da troca social	77
1.2. Factores e dinâmica da atracção interpessoal.....	79
1.2.1. A beleza física	80
1.2.2. As semelhanças interpessoais.....	81
1.2.3. Hetero-avaliações e auto-estima.....	83
2. Um caso especial de atracção: O amor apaixonado.....	84
2.1. As teorias psicossociais do amor apaixonado.....	85
2.2. A teoria da vinculação afectiva	87
3. Dos rituais filogenéticos à dramatização das relações	92

SEGUNDA PARTE
ESTUDOS EMPÍRICOS

Capítulo IV

OBJECTIVOS, LIMITES E METODOLOGIA GERAL

1. Objectivos e limites.....	101
2. Sujeitos	104
2.1. Amostra I.....	106
2.2. Amostra II	106
2.3. Amostra III.....	107
2.4. Amostras agregadas.....	108
3. Procedimento.....	108
4. Conteúdos e estrutura dos Questionários VAC.....	109
5. Indicadores	111
5.1. Categorias sociais	112
5.2. Comportamentos	112
5.2.1. Prática religiosa	112
5.2.2. Opções políticas	113
5.2.3. Vida académica	115
5.2.4. Cultura, desporto e divertimentos	115
5.2.5. Avaliação das estratégias de sedução.....	115
5.3. Traços de personalidade: Automonitorização do comportamento expressivo	116
5.4. Atitudes sexuais.....	116
6. Análise estatística das respostas.....	121

Capítulo V

PARA ALÉM DA PSICOLOGIA DIFERENCIAL DOS SEXOS: A PERSISTÊNCIA DO DUPLO PADRÃO

1. Sujeitos	125
2. Medidas e indicadores	125
3. Resultados	126
3.1. Experiência sexual.....	126
3.1.1. Taxa de virgindade	126
3.1.2. Idade e circunstâncias da primeira relação sexual	127
3.1.3. Número de parceiros sexuais.....	128

3.1.4. Diversidade das experiências sexuais	129
3.1.5. Avaliação subjectiva da experiência sexual	130
3.1.6. Sexualidade, namoro e casamento	130
3.2. Actividade sexual no último mês	131
3.3. Contraceção: Práticas e informação	134
3.4. Pensamentos e fantasias	134
3.5. Orientação sexual	135
3.6. Desejos e expectativas	136
3.7. Normas e atitudes	136
3.7.1. Normas relativas à primeira relação sexual	136
3.7.2. Orientações normativas diversas	137
3.7.3. Atitudes gerais face à sexualidade	138
4. Discussão e conclusões	139

Capítulo VI

SEXUALIDADE, VALORES E MODOS DE VIDA: O SENTIDO DAS MARCAÇÕES IDEOLÓGICAS

1. Sujeitos	143
2. Medidas e indicadores	144
3. Resultados	144
3.1. Factores moderadores do duplo padrão sexual	144
3.1.1. Posição e prática religiosa	144
3.1.2. Opções políticas	153
3.1.3. Capital cultural e condições económicas	155
3.2. Sexualidade e modos de vida	156
3.2.1. Padrões sexuais e consumo de bens culturais	156
3.2.2. Padrões sexuais e prática de actividades desportivas	156
3.2.3. Padrões sexuais e actividades lúdicas/sociais	156
3.2.4. Padrões sexuais e trabalho escolar	159
3.2.5. Padrões sexuais e vida académica	161
3.3. Valores, quotidiano estudantil e sexualidade	162
4. Discussão e conclusões	169

Capítulo VII

DA NORMATIVIDADE DAS RELAÇÕES À RETÓRICA DO SEXO: DECOMPOSIÇÃO DOS SCRIPTS SEXUAIS

1. Sujeitos	175
2. Medidas	175
3. Resultados	175
3.1. Virgindade e normas relativas à primeira relação sexual	175
3.2. Avaliações do acto sexual	176
3.3. As motivações do sexo	177
4. Discussão e conclusões	187

Capítulo VIII

CORPO, SUJEITO E EXPRESSÃO: AS ILUSÕES DA SEDUÇÃO

1. Método	192
-----------------	-----

1.1. Sujeitos.....	192
1.2. Medidas e indicadores.....	192
1.3. Modelo de análise.....	192
2. Resultados.....	193
3. Discussão e conclusões.....	197
Conclusões gerais.....	199
Anexos	
Anexo 1 – Questionários VAC.....	207
Anexo 2 – Codificação e recodificação das respostas originais.....	225
Anexo 3 – Características sócio-demográficas das Amostras I, II e III.....	231
Anexo 4 – Estatísticas complementares (escalas).....	235
Bibliografia.....	239
Índice de figuras, gráficos e quadros.....	259

*Aos meus Pais,
Judite e
Manuel*



«Our concern here is to understand sexual activities of all kinds (however defined, good or evil, deviant or conforming, normal or pathological, criminal or noncriminal) as the outcome of a complex psychosocial process of development, and it is only because they are embedded in social scripts that the physical acts themselves become possible».

(Gagnon & Simon, 1973, p. 9)

«At the least, I am certain that to continue to discuss romantic love without also prominently mentioning the role sexual arousal and desire plays in it is very much like our printing a recipe for tiger soup that leaves out the main ingredient».

(Berscheid, 1988, p. 373)

PREÂMBULO

Em 1973, Gagnon e Simon publicam «Sexual conduct: The social sources of human sexuality», obra que assinala, de modo inequívoco, a ruptura com as tradições freudiana e kinseyana no estudo da sexualidade humana. De acordo com as palavras dos autores, reproduzidas em epígrafe, todas as actividades sexuais, independentemente da sua natureza e do tipo avaliações normativas que possam suscitar, devem ser conceptualizadas como o resultado de um processo de construção psicossocial, em função do qual os comportamentos mais elementares, a começar pelos que definem as dimensões estritamente físicas ou fisiológicas da sexualidade, se tornam significativos.

Os estudos teóricos e empíricos que integram o presente livro inscrevem-se na linha de investigação iniciada por Gagnon e Simon e são, em boa parte, tributários do trabalho que estes autores têm vindo a desenvolver durante as duas últimas décadas. Dito por outras palavras, as investigações aqui relatadas constituem uma tentativa de articulação entre a teoria dos scripts sexuais e as pesquisas, levadas a cabo no interior da psicologia social, sobre os fenómenos de atracção interpessoal e sobre a dinâmica das relações íntimas.*

Com efeito, a necessidade de elucidação dos modos de influência e interdependência social conduziu, no final dos anos 50, ao estudo de um tipo particular de relações interpessoais, dotadas de significação especial e valor diferencial no contexto global das interações humanas. Tais relações, que podemos designar genericamente como relações de amizade e de amor, fundam-se na capacidade de discriminar e avaliar, positiva ou negativamente, as situações de interacção e traduzem o carácter selectivo dos comportamentos sociais. É, precisamente, esta dimensão avaliativa que especifica o domínio da atracção no contexto mais geral do estudo das relações interpessoais: os fenómenos de atracção dizem respeito aos componentes afectivos das rela-

* *Script* significa literalmente «manuscrito de uma peça de teatro ou de um filme, ou do papel de um actor» (*The Lexicon Webster Dictionary*) e poderia ser traduzido pelo português *guião*. Optámos, contudo, pela manutenção do original, tendo em consideração o seu uso generalizado para além das fronteiras da língua inglesa. Machado (1994) inclui o termo *script* entre os estrangeirismos comuns e admissíveis na língua portuguesa.

ções sociais, em particular às atitudes, emoções e sentimentos positivos que experimentamos na relação com os outros.

A partir da década de 70, assistimos a algumas mudanças paradigmáticas na investigação da atracção interpessoal, nomeadamente aquelas que se traduziram: a) na maior importância atribuída ao estudo das interacções no quadro de relações continuadas; b) na necessidade de distinguir as diversas formas de atracção, especificando as respectivas condições antecedentes e evidenciando a diversidade dos processos psicológicos envolvidos; c) no deslocamento da investigação dos factores de atracção, tomados isoladamente, para as estratégias de auto-apresentação (valorização do papel do indivíduo como actor social) e para a natureza das situações geradoras de atracção (valorização do papel dos contextos interpessoais e das normas sociais que estruturam as interacções humanas).

Paralelamente, em parte devido às características peculiares de um dos tipos de atracção interpessoal (amor passionnal), o estudo da sexualidade ganhou lugar de relevo entre os problemas clássicos da psicologia social. Por sua vez, a análise dos aspectos estruturais e dinâmicos das relações íntimas, prolongamentos dos fenómenos de atracção interpessoal, forneceu elementos conceptuais e metodológicos para uma melhor compreensão das estruturas relacionais da sexualidade e dos modelos de amor que a circunscrevem. Neste contexto, a sexualidade começou a ser perspectivada como um componente central de diversos tipos de atracção interpessoal e, simultaneamente, como um dos principais vectores na organização da intimidade.

As experiências e as interacções sexuais são, de acordo com a posição que defendemos, sequências de actos, posturas, palavras ou gestos através dos quais os corpos/sujeitos se envolvem em trocas culturalmente esperadas, relacionalmente possíveis e individualmente significativas. *A explicitação dos diferentes níveis (cultural, interpessoal e intrapsíquico) dos scripts sexuais que moldam as experiências e regulam as relações constitui o objectivo principal do Capítulo II do presente trabalho. No Capítulo III, discutimos a problemática da atracção interpessoal, dando relevo particular ao amor passionnal, enquanto analisador privilegiado da articulação entre sexo e afectividade e paradigma da construção social das emoções. O Capítulo I, de natureza introdutória, tem como principal finalidade justificar a aproximação que fazemos ao estudo da sexualidade e, simultaneamente, situá-la no contexto dos modelos teóricos historicamente dominantes. No conjunto, os três capítulos que integram a Primeira Parte (Estudos Teóricos) visam dar conta dos processos de construção social da sexualidade, sem, contudo, ignorarem o papel decisivo dos sujeitos na gestão que fazem das respectivas experiências e na transformação das orientações e guias de acção que inevitavelmente condicionam tais experiências.*

Na Segunda Parte (Estudos Empíricos) relatam-se os resultados de um inquérito psicossocial sobre valores, atitudes e comportamentos sexuais a que responderam 587 estudantes do ensino superior. A exposição pormenorizada dos objectivos e limites do inquérito e da metodologia utilizada constam do Capítulo IV. Os resultados e a respectiva discussão são apresentados nos Capítulos V, VI, VII e VIII. As conjecturas

teóricas que nortearam a investigação empírica situam-se no prolongamento das análises efectuadas na primeira parte, tendo-se subordinado a descrição de padrões de comportamento ao estabelecimento de relações funcionais entre os diferentes componentes dos scripts sexuais.

O Capítulo V incide, basicamente, na problemática do «duplo padrão sexual». No Capítulo VI, procedemos à análise dos factores de ordem cultural, ideológica e «experiencial» susceptíveis de moderar as assimetrias comportamentais e atitudinais que parecem caracterizar o «duplo padrão». No Capítulo VII, procuramos decompor os diferentes elementos constitutivos dos scripts sexuais e testar algumas hipóteses relativas à interferência entre normas gerais e normas subjectivas relativas ao comportamento sexual. Por último, no Capítulo VIII debruçamo-nos sobre a dinâmica das situações de atracção interpessoal, analisando as probabilidades subjectivas de sucesso das estratégias de sedução em função da beleza física e da capacidade de automonitorização dos comportamentos expressivos.

Excluindo a secção de anexos, que foi substancialmente reduzida, as páginas que se seguem reproduzem, com ligeiras alterações de natureza formal, a dissertação de doutoramento em Psicologia Social, intitulada «Dos comportamentos sexuais à enenação do sexo — Contributos para uma psicologia social da sexualidade», que apresentámos à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e defendemos, em provas públicas, no mês de Janeiro de 1995.

Para o leitor menos familiarizado com os métodos de análise quantitativa em ciências sociais, os capítulos que integram a segunda parte poderão, à primeira vista, revestir alguma dificuldade. Contudo, e sem querermos ser juiz em causa própria, depressa se aperceberá que o modo como as diferentes estatísticas são apresentadas não é incompatível com uma leitura cursiva do texto.

Sem esquecermos todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização desta investigação, em particular os que nos facilitaram e/ou colaboraram na recolha de dados (cf. nota 67, pág. 108), deixamos aqui uma palavra de agradecimento aos Profs. Doutores Manuel Viegas Abreu e Maria da Graça Amaro Bidarra pelas críticas e comentários feitos às sucessivas versões do presente trabalho.

Coimbra, 20 de Abril de 1995

PRIMEIRA PARTE

ESTUDOS TEÓRICOS

SEXUALIDADE, SEXOLOGIA E PSICOLOGIA SOCIAL

Glosando um escritor contemporâneo, poderíamos afirmar que a sexualidade está em todo o lado menos no sexo. O uso generalizado do conceito freudiano de sublimação permitir-nos-ia acompanhar as deslocações da *libido* ou «energia sexual» através das mais diversas actividades humanas, do trabalho ao desporto, da religião à arte, das práticas alimentares a comportamentos como o tabagismo ou o alcoolismo.

Mas esta transposição do sexual para o não sexual tem o seu contraponto na transposição inversa: as actividades sexuais funcionam, frequentemente, como uma metáfora onde se exprimem motivos não sexuais como, por exemplo, a auto-afirmação e a necessidade de poder. Donde uma primeira hipótese de trabalho: o sistema sexual e o sistema social interpenetram-se a tal ponto que se torna uma tarefa impossível procurar isolar uma entidade autónoma, não contaminada pela história e pela cultura, chamada sexualidade.

Aceita-se, sem grande dificuldade, que o desejo sexual constitui um dos componentes principais das relações passionais (Berscheid, 1988). Contudo, a sexualidade não se circunscreve às situações românticas ou amorosas. A conjugação amor/sexo não é uma necessidade biológica, nem um imperativo social, mas, apenas, uma das possíveis soluções histórico-culturais para o problema da articulação entre reprodução biológica e vinculação social.

É precisamente nesta articulação, entre a biologia e a cultura, que radica a problemática central do presente trabalho. Será o sexo um simples instrumento de reprodução diferencial dos genes? Constituirá, pelo contrário, uma forma de consumação/canalização do amor socializado? Entre os mecanismos de reprodução biológica e as estruturas de aliança e parentesco, qual é o lugar ocupado pela sexualidade?

1. SEXUALIDADE: ENTRE O INSTINTO E A NORMA

A generalidade das respostas a estas questões tem-se polarizado em torno da dicotomia instinto/norma (Foucault, 1982/1985). Por um lado, os comportamentos sexuais são analisados numa perspectiva psicobiológica, prisioneira da sexualidade natural e dos mecanismos filogenéticos que lhe dão forma: o sexo, tal como a fome ou a sede, constitui uma necessidade biológica, uma função corporal geneticamente condicio-

nada, produto de um processo evolutivo determinável e determinante. Por outro lado, as perspectivas estritamente antropológicas e/ou sociológicas, ao insistirem excessivamente nas regularidades normativas, associadas às infra-estruturas familiares e sociais, ignoram o papel do sujeito na gestão que faz das suas experiências e do seu corpo e na significação que atribui aos seus comportamentos (Alferes, 1987a).

Esta polarização atravessa a generalidade dos modelos científico-ideológicos que, ao longo do século XX, têm vindo a dominar o estudo da sexualidade. As leituras psicanalíticas da sexualidade fazem da repressão/sublimação da pulsão/instinto o critério de emergência da cultura (Freud, 1929/1971; Lacan, 1966). O freudo-marxismo, ao deslocar o conflito primordial da esfera intrapsíquica para a oposição entre forças pulsionais e instâncias repressivas de natureza político-social, limitou-se a acentuar a dicotomia natureza/sociedade. A *análise do carácter*, progressivamente transformada em *vegetoterapia* (Reich, 1933/1971), tinha como programa fundamental desbloquear o corpo, libertar a natureza, permitindo a livre circulação da energia sexual. Marcuse (1955), levando às últimas consequências a teoria freudiana da cultura e da civilização, propõe-nos uma sociedade não repressiva, onde *Eros* (a sexualidade natural) se possa finalmente exprimir, ultrapassando as barreiras políticas arbitrariamente impostas pela lógica economicista da «sociedade unidimensional». O funcionalismo sociológico e/ou antropológico, ao conceptualizar as instituições como respostas culturais às necessidades biológicas, alinha pelo mesmo diapasão. Em particular, os estudos de Malinowski (1927, 1929) sobre os padrões de comportamento sexual constituem um exemplo paradigmático da oposição natureza/cultura.

Seria possível multiplicar as referências até à exaustão; por isso, refira-se, apenas, a tentativa de articulação levada a cabo por Lévi-Strauss. Lévi-Strauss propõe-nos uma «análise ideal» das relações entre *natureza* (universais biológicos/instintivos) e *cultura* («presença ou ausência de regras nos comportamentos subtraídos às determinações instintivas», 1949/1967/1976, p. 9) a partir do carácter contraditório da *proibição do incesto*. A proibição do incesto é uma norma (logo cultural) e é universal (logo natural). A proibição do incesto é a única norma universal e incide, precisamente, na esfera da sexualidade. A proibição do incesto é o momento de instauração da cultura, de passagem da natureza à cultura. Onde, é na interdição de uma categoria particular de relações sexuais que radicam os fundamentos das estruturas sociais (de aliança e de parentesco) que vão regular as relações entre os sexos. A articulação de Lévi-Strauss não nega, contudo, a oposição instinto/norma, limitando-se o autor a tomar partido pelo segundo termo. Não deixa de ser interessante notar que se a interdição incide sobre o sexo nu e cru, este deixa de ser relevante na análise do parentesco. Lévi-Strauss parece assimilar sexualidade e casamento, diluindo o erotismo na lógica da aliança. Independentemente da posição teórica que se adopte relativamente às explicações últimas (biológicas ou sociológicas) da proibição do incesto e da génese das estruturas de parentesco, a questão da sexualidade permanece ausente. Como nota Bastide (1966/1968), na sequência de Bataille (1957), as «Estruturas Elementares do Parentesco» de Lévi-Strauss têm a ver com o amor socializado e não com a sexualidade ou amor libidinal.

A presença da dicotomia instinto/norma é ainda detectável no eclectismo que parece caracterizar a sexologia contemporânea, que se limita a justapor os planos biológico, psicológico e social da sexualidade¹, definindo-a como tudo aquilo que circula entre a determinação genética do sexo e a atribuição social de papéis sexuais. Esta definição, aparentemente neutra e englobante, resulta numa opção nítida pelo biológico. Em última análise, é a primeira diferenciação, de ordem genética, que sobredetermina as diferenciações subsequentes. Em rigor, trata-se de naturalizar o social, de neutralizar as marcações culturais na assimetria biológica instituinte². Obviamente que o problema não reside na origem das diferenças, mas na transferência do mesmo princípio explicativo do plano biológico para o social. O estudo «dos modos pelos quais o sexo é transformado em género para fins expressivos» (Harré, 1981, p. 255) deve substituir a mera justaposição de níveis de análise.

Para além do eclectismo, a sexologia moderna, apesar da multiplicação dos estudos empíricos, caracteriza-se, igualmente, por um acentuado ateoricismo. A ausência de modelos teóricos, frequentemente travestida em interdisciplinaridade (Musaph, 1977), resulta de uma delimitação temática do campo da sexualidade e da incapacidade de reflexão a partir das problemáticas nucleares que especificam as ciências humanas. Gagnon tem inteira razão quando afirma que:

O estudo do sexo realiza-se melhor não pela criação de uma disciplina especial chamada sexologia e cientistas especiais chamados sexólogos, mas, preferencialmente, usando as mesmas teorias e métodos que são usados para estudar outros aspectos da conduta humana. Logo, qualquer teoria da conduta sexual deve fazer parte de uma teoria mais geral da conduta humana (1977, p. 2).

¹ Mais exactamente, a sexualidade é pensada como um sistema geral (o sistema sexual), análogo aos sistemas circulatório ou respiratório (Lief, 1976), cujos subsistemas corresponderiam a níveis diferenciados do real e coincidiriam, *grosso modo*, com os objectos teóricos da biologia, da psicologia e da sociologia. O *sexo biológico* compreenderia os aspectos genético, neuro-hormonal, morfológico e funcional. As temáticas da orientação erótica e da identidade sexual corresponderiam à *dimensão especificamente psicológica*. Os comportamentos determinados pelos papéis sexuais, as suas variações em função dos diversos sistemas de categorias sociais ou culturais e as relações de concordância ou de conflitualidade entre a realidade comportamental e a normativa constituiriam os objectos específicos da *abordagem sociológica*.

² Veja-se, por exemplo, a questão das diferenças sexuais cuja investigação aceita, explícita ou implicitamente, a assimetria biológica instituinte (genética e morfológicamente somos do sexo masculino ou feminino), para fazer dela variável independente ou explicativa da diversidade comportamental. O sexo biológico é apenas uma variável descritiva ou caracterizadora de um indivíduo ou de uma população. Enquanto tal, condensa os efeitos de um elevado número de variáveis, cuja categorização e análise dos efeitos comportamentais não é sobreponível à simples projecção, no plano psicossocial, da dicotomia «macho/fêmea». Para uma discussão da «variável sexo» na investigação psicológica, cf. Hurtig e Pichevin (1985), Sousa (1987) e Unger (1979). Para uma análise dos processos psicossociais de construção e diferenciação das categorias de masculino e feminino, cf. Amâncio (1994).

As consequências da aceitação da dicotomia instinto/norma manifestam-se a diversos níveis da realidade social e da própria prática psicológica. Os «projectos de educação sexual sistemática» (escolares ou mediáticos), que têm constituído um dos principais instrumentos de controlo social da sexualidade nas sociedades ocidentais nas duas últimas décadas, raramente articulam a biologia da reprodução com as reflexões «moralizantes» (conservadoras ou progressistas) que apresentam como sendo as dimensões psicológicas, sociais, filosóficas e culturais da sexualidade. Tais «reflexões» mais não são do que traduções fiéis das ideologias dominantes (Duvert, 1974). Ao nível da prática, os sinais de mal-estar dos psicólogos clínicos são evidentes: é-lhes difícil encontrar lugar para uma intervenção específica entre a tecnologia médica³ e o «aconselhamento conjugal» de matriz religiosa ou popular (incluindo as práticas ditas paramédicas, parapsicológicas e, ainda, o aconselhamento em revistas femininas de grande divulgação).

Do ponto vista teórico, que é aquele que aqui nos interessa, a principal consequência da polarização instinto/norma é a exclusão do sujeito do campo da sexualidade. É, precisamente, contra esta exclusão que Foucault se insurge, propondo-se escrever uma «história da sexualidade como experiência», i.e., analisar o modo como nas sociedades ocidentais «os indivíduos tiveram que se reconhecer como sujeitos duma 'sexualidade', que se abre para domínios de conhecimento muito diversos e que se articula com um sistema de regras e de constrangimentos» (1984a, p. 10).

Tal como já foi indicado no preâmbulo, o objectivo principal da presente investigação consiste, precisamente, em analisar os processos de construção social da sexualidade humana, realçando o papel dos sujeitos na definição das situações de interacção, na regulação dos seus próprios comportamentos e na transformação das instituições e das instâncias normativo-ideológicas correlativas. A perspectiva psicossocial em que nos colocamos assenta no pressuposto de que os comportamentos sexuais constituem um caso particular das interacções humanas, pelo que a sua compreensão nos remete directamente para os factores gerais que estruturam tais interacções. É neste contexto que a *teoria dos scripts sexuais* de Gagnon e Simon (1973; Simon & Gagnon, 1986, 1987) assume particular importância. Por um lado, estes autores recusam-se a encarar a sexualidade como um instinto, motivação ou pulsão interiores ao organismo, biologicamente relevante, mas historicamente imutável; por outro lado, a preocupação com os processos mais gerais de construção social da sexualidade não impede que esta seja equacionada como uma experiência individualmente significativa.

Apesar da generalidade dos investigadores afirmar explicitamente o carácter psicossocial da sexualidade, esta só muito recentemente se veio a constituir como problemática específica em psicologia social (Byrne, 1977; Hatfield & Rapson, 1987). Gagnon e Simon apontam três razões para o relativo desinteresse das disciplinas clássi-

³ Tecnologia que se apropria frequentemente, e nem sempre de forma correcta, da linguagem psicológica. Como nota Robinson (1976/1977, p. 218), a psicologia de Masters e Johnson (1966, 1970) dificilmente ultrapassa as banalidades piedosas do senso comum ou as teorias psicológicas do século XIX.

cas (entre as quais se inclui, obviamente, a psicologia social) pelo estudo da sexualidade:

Em certa medida, este fracasso em desenvolver preocupações de investigação sobre assuntos sexuais nas disciplinas convencionais pode ser atribuído ao pudor cultural, mas é, igualmente, uma função de duas outras forças: a auto-insularização histórica (e talvez reactiva) dos investigadores e investigações «sexológicas» das disciplinas dominantes e o compromisso — partilhado por Freud e por Kinsey — com uma crença na «inteligibilidade biológica» ou com a sabedoria da natureza na explicação do comportamento e desenvolvimento sexuais (1973, p. 7).

Entre as razões invocadas, a terceira — persistência dos pressupostos biológicos na explicação dos comportamentos sexuais — é a que se reveste de maior importância. Uma análise, ainda que sumária, das grandes linhas que marcaram a constituição da «ciência da sexualidade», a partir da segunda metade do século XIX, permitir-nos-á evidenciar tais pressupostos e, simultaneamente, situar o ponto de vista da psicologia social.

2. SEXOLOGIA: A PERSISTÊNCIA DO POSTULADO BIOLÓGICO

No período pós-romântico, desde os meados do século XIX, ter-se-ia assistido a um vasto movimento de repressão da sexualidade, sob a bandeira da moral vitoriana. No interior da comunidade científica, a *teoria da degenerescência* e as especulações sobre os efeitos deletérios da masturbação⁴ dominavam o pensamento médico (Hoenig, 1977a). É neste clima, aparentemente adverso, que teria nascido a «ciência do sexo» ou sexologia. O próprio termo *sexualidade* teria sido forjado no início do século XIX, em relação com novas formas de organização dos saberes e de exercício dos poderes. Mais exactamente, o saber sobre a sexualidade ter-se-ia inscrito em dois registos complementares, ainda que, por vezes, conflituais: o da biologia da reprodução e o da medicina do sexo (Foucault, 1976). Contudo, desde os finais do século XVI, que se assistia, ao contrário do que afirmam os defensores da *hipótese repressiva*⁵, à multiplicação e diversificação dos discursos sobre o sexo.

⁴ A figura da «insanidade masturbatória» pode ser considerada como um dos principais analisadores dos discursos médico-assistenciais e ético-políticos sobre a sexualidade, a partir do século XVIII. Lançada em 1716, com a publicação, em Londres, de «Onania or the Heinous Sin of Self-Pollution» (anónimo), a teoria segundo a qual a masturbação produz a loucura foi cultivada por algumas das principais figuras da ciência médica dos séculos XVIII e XIX, entre as quais se contam Tissot, Rush, Esquirol, Skae, Maudseley e Krafft-Ebing. Em pleno século XX, Freud e Jones ainda aderem à «hipótese masturbatória», com a diferença de que a neurose, em particular a neurastenia, substitui a psicose enquanto quadro nosográfico cuja etiologia nos remeteria para as práticas masturbatórias. Para uma análise crítica das vicissitudes da «hipótese masturbatória», cf. Szasz (1971, cap. 11) e Stengers e Van Neck (1984).

⁵ De acordo com Foucault (1976), a expressão *hipótese repressiva* aplica-se às interpretações da história da sexualidade para as quais os excessos da sociedade vitoriana constituem o termo de um longo

Em oposição às sociedades muçulmanas, japonesa ou indiana, a nossa civilização não construiu uma *ars erotica*, mas, «em contrapartida, ela é, sem dúvida, a única que pratica uma *scientia sexualis*. Ou antes, que desenvolveu no decurso dos séculos, para dizer a verdade sobre o sexo, processos que se ordenam essencialmente a uma forma de poder-saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral: trata-se da confissão» (Foucault, 1976, pp. 77-8). Desde o início do cristianismo, o sexo foi matéria privilegiada da *confissão*, que «ainda hoje continua a ser a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo» (idem, p. 84).

É, precisamente, a laicização da confissão que constitui o elemento nuclear do dispositivo de produção de verdade sobre o sexo, que teria operado nas sociedades ocidentais a partir dos finais do século XVI. Tal dispositivo caracterizar-se-ia, fundamentalmente, por fazer «funcionar os rituais da confissão nos esquemas da regularidade científica» (Foucault, 1976, p. 87). Entre os processos através dos quais os rituais da confissão se retraduziram na lógica científica, Foucault refere: a «codificação clínica do ‘fazer-falar’» (combinação da confissão com as técnicas do exame, do interrogatório e do questionário); a aceitação de um «postulado de causalidade geral e difusa» da sexualidade (o sexo está na origem de tudo e o seu poder não conhece limites); a determinação de um «princípio de uma latência intrínseca à sexualidade» (o sexo teima em esconder-se, resiste à investigação e é necessário fazê-lo falar); a duplicação da confissão pelo «método interpretativo» (não se trata apenas de tudo ouvir, mas, também, de tudo interpretar); e, finalmente, a «medicalização dos efeitos da confissão» (substituição das categorias de pecado ou transgressão pelas categorias nosográficas de normal e patológico) (idem, pp. 87-90).

2.1. Protossexologia: O sexo como reprodução

Entre os vários autores que contribuíram para a emergência da ciência do sexo, Krafft-Ebing é, geralmente, considerado como figura paradigmática, pela publicação, em 1886, da célebre *Psychopatia Sexualis*. Para além do conservadorismo moralizante, dos erros e imprecisões, o discurso de Krafft-Ebing incarna, de forma magistral, o dispositivo de produção de verdade sobre o sexo descrito por Foucault (1976).

Krafft-Ebing faz o percurso clássico da medicina do século XIX, especializa-se em psiquiatria forense e dá particular atenção aos crimes relacionados com o sexo. São estes crimes, relatados até ao mais ínfimo pormenor, que constituem a parte mais substancial da *Psychopatia Sexualis*. A sexologia de Krafft-Ebing constrói-se em torno da *figura da perversão*, definindo como patológico tudo o que é exterior ao coito heterossexual reprodutivo (Béjin, 1982a). As «sexualidades periféricas» são assimiladas aos

processo repressivo, cujo início coincidiu, *grosso modo*, com a Contra-Reforma. A repressão da sexualidade (no triplo sentido de proibição, de condenação ao silêncio e de eliminação do campo das visibilidades) encontraria explicação cabal no desenvolvimento do capitalismo e na necessidade correlativa de canalizar as energias sexuais para o processo produtivo. A revolução psicanalítica e a síntese freudo-marxista marcariam, de forma inequívoca, o início de um longo e difícil processo de libertação sexual.

grandes crimes e perversões; o simples beijo é considerado como potencialmente patogénico. De acordo com o espírito da época, a masturbação é tida como a principal responsável pela generalidade das aberrações sexuais, que, por via hereditária, se transmitiriam às gerações futuras, conduzindo, potencialmente, à sua própria extinção.

O conceito de *degenerescência*, retomado de Morel (1857) e Magnan (1874), associado a uma concepção pré-científica da hereditariedade, constituiu o principal operador teórico da primeira sexologia. Embora o seu alcance explicativo tenha sido progressivamente limitado, é ainda possível encontrá-lo em Freud (1905/1962), que, contrariamente a Binet (1887) e na sequência de Krafft-Ebing (1886), admite que o *feitiço* tenha uma base congénita.

Apesar de não rejeitar completamente o conceito de degenerescência, a obra de Havelock Ellis (1896-1928/1936), contemporâneo de Krafft-Ebing⁶, introduz algumas modificações significativas no pensamento sexológico, razão pela qual o autor é frequentemente considerado como o verdadeiro precursor da sexologia moderna (Robinson, 1976/1977). Em primeiro lugar, contrariamente a Krafft-Ebing e a Freud, Ellis interessa-se prioritariamente pela sexualidade dita normal e pelas suas variações culturais. Relativiza a importância atribuída às perversões e opõe-se, com base em estudos empíricos, à doutrina da «insanidade masturbatória». Critica a noção da exclusividade do prazer masculino, realça o papel dos factores psicológicos nas disfunções sexuais e contribui, de modo decisivo, para a «despatologização» da homossexualidade. Por último, privilegia uma intervenção pedagógica no campo da sexualidade, em detrimento das formas de controlo médico-legal que caracterizaram a primeira sexologia.

2.2. Psicanálise: A anatomia como destino

O lugar da psicanálise na história da sexologia é, no mínimo, ambíguo: pretende-se, simultaneamente, um discurso fundador e uma palavra libertadora de uma sexualidade miseravelmente sacrificada por vinte séculos de cristianismo. Ora, não só Freud não inaugurou o discurso científico sobre a sexualidade, como a própria psicanálise, longe de constituir a matriz desse discurso, se apresenta como uma das variantes da medicina do sexo da segunda metade do século XIX.

É certo que nos *Três Ensaios* Freud afirma a existência de uma *pulsão sexual* autónoma, considerando-a como factor de motivação, organização e desenvolvimento da sexualidade. Nas suas próprias palavras (Freud, 1905/1962, p.17), a *libido* seria o termo que a «linguagem científica», e em particular a da biologia, utilizaria para explicar as necessidades sexuais do homem⁷. Contudo, a investigação analítica depressa se enredou na dialéctica das pulsões de vida e de morte, nos labirintos edipianos e no

⁶ Também contemporâneos de Krafft-Ebing, e, igualmente, ligados ao nascimento da «primeira sexologia», podemos referir Moll, Forel, Hirschfeld e Bloch. Para uma descrição da obra e biografia destes autores, cf. Brecher (1969, 1976) e Hoenig (1977b).

⁷ No prefácio aos *Três Ensaios* de 1914, Freud atribui-se como finalidade esclarecer, através da investigação psicanalítica, a biologia sexual do homem «[...] O meu objectivo era investigar

inferno da castração. O projecto inicial é completamente abandonado e a «psicologia freudiana» poucas mais informações nos forneceu sobre a «biologia da vida sexual do homem», ainda que os modelos biológicos e físicos tivessem permanecido até ao fim como o principal referente teórico do freudismo (Freud, 1920/1976, 1938/1967)⁸.

Do ponto de vista da terapia assiste-se a um deslocamento relativamente à primeira sexologia: a *neurose* substitui a *perversão* enquanto alvo principal da intervenção analítica. No entanto, os comportamentos sexuais nunca são directamente visados: a cura decorre «naturalmente» da reestruturação da personalidade conseguida através da análise.

Como acontecimento cultural, a obra de Freud, à semelhança do que acontece igualmente com Kinsey ou Master e Johnson, continua a despertar paixões. Em plenos anos 80, os psicanalistas mantêm a crença na dimensão libertadora do texto freudiano:

Viena 1905: Sigmund Freud, ao publicar o seu livro intitulado *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, vai desencadear um triplo escândalo, cujas ondas são ainda as mesmas em 1985. Com efeito, ele revela que: não existem normas sexuais [...]; todo o indivíduo [...] tem dificuldades com a sua sexualidade; a criança também tem uma sexualidade [...] (Valas, 1985, p. 171).

Infelizmente, ao contrário do que se afirma, é a própria psicanálise que reproduz como norma o *primado da genitalidade masculina*. Como referem criticamente Bruckner e Finkielkraut, «hoje já não se diz ‘a anatomia é o destino’, mas, melhor, ‘a anatomia do homem é o destino sexual da mulher’» (1977/1981, p. 8). É também a psicanálise que, onde não existem dificuldades de ordem sexual, as introduz, fazendo do sexo a *causa omnipresente*⁹. Por último, e tratar-se-ia da «grande descoberta freudiana», a *sexualidade infantil* é menos uma questão de sucessão de zonas erógenas modais, do que um problema de atribuição de significação às condutas em função da definição social das situações.

em que medida a psicologia nos pode fornecer indicações sobre a biologia da vida sexual do homem. Assim, foi-me permitido esclarecer certas relações e factos concordantes nestes dois domínios, sem que, no entanto, me tenha julgado obrigado a abandonar certas teses logo que, sobre pontos essenciais, a psicanálise me conduzia a opiniões e a resultados não concordantes com os da biologia» (Freud, 1905/1962, pp. 8-9).

⁸ Para uma discussão dos pressupostos biológicos e físicos na obra de Freud, cf., entre outros, Abreu (1975) e Nuttin (1964). Para uma contextualização das posições freudianas na história da psicologia, cf. Miller (1962, cap. 15) e Santos (1969). Para uma apreciação crítica do freudismo em geral, cf. Castel (1973) e Van Rillaer (1980).

⁹ A propósito da sobredeterminação sexual dos comportamentos humanos, em particular das experiências religiosas, merece especial destaque a obra pioneira de Sílvio Lima (1935), em que o autor analisa criticamente os pressupostos da «teoria erotogénica» do «amor místico». Ainda no contexto da sobredeterminação sexual das condutas, Silva (1988) discute as «dificuldades» encontradas por Freud a propósito da etiologia sexual da histeria.

2.3. Sexologia moderna: A fisiologia como regra

Se quisermos periodizar a ciência do sexo, temos que concordar com Béjin (1982a) apontando para dois momentos instituintes. O *primeiro* corresponde à sexologia da segunda metade do século XIX. O *segundo*, que dá origem à sexologia contemporânea, ter-se-ia iniciado com Reich e Kinsey¹⁰.

De modo muito sumário, Reich (1927/1977) começa por não aceitar a mutação freudiana dos anos 20, permanecendo próximo do Freud dos *Três Ensaios*. Interessante, sobretudo, apreender a sexualidade a partir do conflito entre pulsões sexuais e repressão social. Ao impedir a livre descarga da tensão/energia sexual, a sociedade é responsável por modificações crónicas de carácter, com repercussões a nível corporal. Estas modificações, essencialmente formações reactivas, dariam origem a uma verdadeira estrutura defensiva: a *couraça caracterial*. As implicações clínicas são evidentes: mais do que trabalhar a palavra é necessário eliminar a «rigidez psicofísica», possibilitando que todo o corpo participe no orgasmo genital.

Do «programa» reichiano interessa-nos reter a reintrodução do corpo na problemática da sexualidade¹¹ e a afirmação da dimensão político-ideológica do sexo, ausente ou escamoteada em Freud. No entanto, Reich (1942/1978) acaba por transformar a sexualidade numa mera função biológica, deixando que o primado da genitalidade funcione como norma implícita. A *potência orgástica* torna-se o centro da sexologia reichiana, mas, apesar de tudo, o seu estatuto permanece algo confuso. Foi necessário esperar por Kinsey e coll. (1948, 1953) e, mais tarde, por Masters e Johnson (1966, 1970) para que o orgasmo se constituísse, sem qualquer ambiguidade, como objecto específico da sexologia¹². De acordo com Béjin (1982a), a sexologia tornou-se «orgasmologia» e a *figura da disfunção sexual* passou a constituir o alvo privilegiado dos novos terapeutas do sexo.

A obra de Kinsey e coll. (1948, 1953), porventura o maior acontecimento na história da sexologia do século XX, apresenta-se, aparentemente, como uma imensa recolha de dados à qual seriam estranhas as preocupações teóricas e metapsicológicas que atravessam os textos freudianos. Contudo, o ateoricismo de Kinsey é ilusório. Não só

¹⁰ «Situaria o nascimento da segunda sexologia, isto é, da sexologia actual, nos três decénios que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, digamos entre 1922 e 1948: é em 1922 que Wilhem Reich descobre aquilo a que chama a verdadeira 'natureza da potência orgástica'; em 1948, surge a primeira das duas grandes obras de Kinsey. A sexologia circunscreve e define, neste quarto de século, o seu problema central: o orgasmo» (Béjin, 1982a, p. 198).

¹¹ A «bio-energia» e o movimento californiano do «potencial humano» são, talvez, os melhores exemplos da mutação operada por Reich relativamente à técnica terapêutica da psicanálise centrada exclusivamente na palavra (cf. Lapassade, 1975).

¹² «Prodigiosa evolução: à incerteza de Freud, à assimilação reichiana da energia orgásmica à energia orgánica e, mais tarde, à energia orgónica, Kinsey substitui a evidência behaviorista do orgasmo, definido por uma configuração de correlatos fisiológicos objectivamente apreensíveis» (Béjin, 1982a, p. 199).

tomou partido relativamente às grandes questões enunciadas desde Krafft-Ebing e Freud, como naturalizou por completo o domínio do sexo. Os comportamentos sexuais, quaisquer que sejam as formas que revistam ou a natureza da relação que os enquadra, são manifestações fisiológicas necessárias.

O conceito de *descarga sexual* (leia-se qualquer actividade conducente ao orgasmo) permite-lhe equacionar o coito heterossexual como virtualmente equivalente à masturbação, às poluções nocturnas, às carícias heterossexuais (*petting*), às relações homossexuais e aos contactos com animais (Robinson, 1976/1977, p. 74). A resposta orgástica, idêntica no homem e na mulher, é indiferente à origem e aos meios de estimulação, ainda que os factores condicionantes possam diferir em função do sexo¹³.

Apesar da justeza de algumas críticas metodológicas (problemas de selecção e representatividade das amostras ou de fiabilidade dos dados das entrevistas), teóricas (radicalismo behaviorista ou ingenuidade sociológica) e ideológicas (pretensa neutralidade moral ou hesitação relativamente às consequências políticas dos resultados da investigação), Kinsey alterou substancialmente o modo de pensar sexológico¹⁴. A sexualidade conjugal, sancionada pelo casamento, não é radicalmente diferente das relações pré-conjugais ou extraconjugais. A homossexualidade/heterossexualidade não é uma questão de identidade ou de personalidade, mas um problema de comportamentos seriáveis ao longo de um *continuum*. A masturbação é completamente inócua e mesmo recomendável. As «grandes perversões» apresentam uma raridade que dificilmente justifica as preocupações sociais e morais de que haviam sido alvo.

Kinsey e coll. (1953) não só antecipam as críticas fundamentadas aos mitos freudianos da sexualidade feminina, como preconizam o recurso à observação das respostas sexuais em contexto laboratorial, tal como veio a ser feito, anos mais tarde, por Masters e Johnson (1966). Com efeito, *Human Sexual Response*, combinando o recurso

¹³ Kinsey designa por *factor* todas as circunstâncias não sexuais susceptíveis de influenciarem os padrões de comportamento sexual. No primeiro relatório, a variabilidade dos comportamentos masculinos explicar-se-ia, principalmente, pela *idade* e pela *classe social*. No segundo relatório, a *religião* revelou-se como o factor mais importante na sexualidade feminina (cf. Robinson, 1976/1977). A revisão dos dados originais, publicada por Gebhard e Johnson (1979), não alterou substancialmente estas conclusões, ainda que os números relativos a alguns padrões de comportamento sexual tenham sido significativamente reduzidos.

¹⁴ Como os próprios autores o reconhecem, ao recensarem 19 estudos anteriores, os *Relatórios Kinsey* não são os primeiros a utilizar a metodologia do inquérito no campo da sexualidade. A sua originalidade consistiu no esforço para obter uma amostra nacional verdadeiramente representativa. Apesar de limitados à população norte-americana branca (5300 homens e 5940 mulheres), os *Relatórios Kinsey* constituem, ainda hoje, o maior empreendimento do género. Nenhum dos relatórios posteriores, realizados nos EUA ou na Europa (cf. Bancroft, 1989, pp. 201-211, para uma breve revisão), atingiu as mesmas proporções, tanto no que diz respeito à extensão dos domínios estudados, como ao número e à diversidade dos sujeitos inquiridos. Para uma discussão das dificuldades metodológicas nos inquéritos sobre a sexualidade, cf. Catania, Gibson, Chitwood e Coates (1990). Para uma análise da problemática sociológica subjacente à sua realização, cf. Feldmann (1975).

à observação directa com o registo de índices fisiológicos, deu início a uma nova forma de produção do saber sexológico, centrado na «fisiologia do prazer» e subordinado a imperativos de ordem terapêutica (Masters & Johnson, 1970)¹⁵. Como nota Béjin, este novo saber distancia-se claramente do saber psicanalítico através duma dupla legitimação: «Em primeiro lugar, legitimação pelo sucesso terapêutico, mas, também, legitimação pela referência a um corpo de enunciados científicos experimentais» (1982a, p. 200).

2.4. Da naturalização do sexo aos modelos de desenvolvimento sexual

De Krafft-Ebing a Freud, de Ellis a Kinsey ou de Reich a Masters e Johnson, o denominador comum é a importância dos factores biológicos na determinação das condutas sexuais. Determinação no duplo sentido da filogénese (reprodução da espécie) e do controlo imediato do comportamento (a actividade sexual como expressão dos estados fisiológicos internos). Na primeira sexologia, a sexualidade subordina-se à reprodução biológica. Tudo o que ultrapassa o coito heterossexual reprodutivo é visto como transgressão à ordem natural. Na psicanálise, as transformações da puberdade, conduzindo ao primado da genitalidade, colocam, finalmente, o prazer ao serviço da reprodução¹⁶. Na sexologia moderna, o relativo desinteresse pela problemática evolutiva é compensado pela insistência nos mecanismos anátemo-fisiológicos e neuro-hormonais subjacentes aos comportamentos sexuais.

É esta «crença na inteligibilidade biológica» da sexualidade que — de acordo com a opinião de Gagnon e Simon (1973) anteriormente referida — constituiu a principal razão do relativo desinteresse das ciências sociais e psicológicas pela sexualidade humana e, *a fortiori*, da exclusão do sujeito da problemática que a especifica. A evolução da sexologia mostra-nos claramente que o processo de naturalização da sexualidade passa pelo recurso a um conceito-chave de natureza motivacional: o conceito de *necessidade, instinto, impulso* ou *pulsão*.

É este conceito, nas suas múltiplas versões, que permite conceptualizar a incidência da biologia no comportamento. Trata-se, fundamentalmente, de uma metáfora energé-

¹⁵ Thompson e Cranwell (1984), num estudo sobre as fontes mais frequentemente citadas na literatura sexológica, quantificaram as referências, durante um período de dois anos (Julho de 1981 a Junho de 1983), nas três principais revistas da especialidade: *The Journal of Sex Research*, *Archives of Sexual Behavior* e *The Journal of Sex & Marital Therapy*. Significativamente, *Human Sexual Inadequacy* ocupa o primeiro lugar, seguindo-se-lhe o *Relatório Kinsey* sobre o comportamento sexual da mulher e *Human Sexual Response*. O Relatório Kinsey sobre o comportamento masculino ocupa a quinta posição. Pelo meio, em quarto lugar, o clássico de Kaplan (1974) sobre as novas terapias sexuais.

¹⁶ «No homem, o fim sexual consiste na emissão de produtos genitais. Longe de ser estranho ao antigo fim que era o prazer, o novo fim assemelha-se-lhe dado que o máximo de prazer está ligado ao acto final do processo sexual. A pulsão sexual coloca-se agora ao serviço da função de reprodução; torna-se, por assim dizer, altruísta» (Freud, 1905/1962, p. 112).

tica, cuja aparição na esfera da sexualidade remonta à «economia espermática», que constituiu o verdadeiro solo epistemológico da protossexualidade¹⁷.

A *pulsão* freudiana, definida como «conceito-limite entre o psíquico e o somático» e representando a «medida da exigência de trabalho que é imposta ao psiquismo em consequência da sua ligação ao corpo» (Freud, 1915/1968, p. 18), surge-nos como a primeira formulação coerente do sexo como necessidade: o organismo não pode fugir às excitações internas, que se manifestam de forma constante e reclamam, com carácter de urgência, a canalização para um qualquer objecto exterior. A «economia sexual» de Reich ou a noção de *descarga sexual* em Kinsey não modificam substancialmente a concepção energético-motivacional da sexualidade humana.

No terreno específico da psicologia, o conceito de *impulso* (*drive*) desempenha funções análogas. Allport (1924) faz da distensão gradual das vesículas seminais o estímulo ou excitante interno do comportamento sexual. Warner (1927) procurou mostrar experimentalmente que a intensidade da necessidade sexual é função do tempo de privação.

O modelo do impulso sexual, associado à concepção homeostática do comportamento, foi questionado por Beach, nos seguintes termos: «O que é geralmente confundido com um impulso primário associado à privação sexual é, na realidade, apetite sexual, o qual tem pouca ou nenhuma relação com as necessidades biológicas ou fisiológicas» (1956, p. 4). Os resultados da investigação actual tendem a relativizar o radicalismo de Beach, fazendo apelo a modelos motivacionais centrados na interacção entre incentivos externos e estados internos (Singer & Toates, 1987). Contudo, no que diz respeito a estes últimos, é a própria diversidade e complexidade dos processos e circuitos neuro-hormonais implicados na regulação das motivações e na mediação dos comportamentos que torna perfeitamente supérfluo o recurso a uma concepção unitária de instinto ou pulsão sexual.

A naturalização da sexualidade tem implicações directas ao nível das teorias ou modelos explicativos do próprio desenvolvimento sexual. Assim, é possível identificar, sem grandes dificuldades, duas possibilidades ou «grelhas de leitura» do desenvolvimento sexual, cujos fundamentos nos remetem, directa ou indirectamente, para a «crença na inteligibilidade biológica» da sexualidade. Uma *primeira possibilidade* consiste, obviamente, em caracterizar o desenvolvimento sexual em função de *ritmos biológicos*. De acordo com os esquemas temporais assim definidos, as transformações da puberdade constituiriam o momento organizador fundamental que só encontraria paralelo na androgenização inicial do hipotálamo. Diga-se, simplesmente, que a periodização biológica está longe de constituir um esquema imutável (vejam-se os estudos sobre a designada «tendência secular», cf. Tanner, 1978) e que mesmo os modelos

¹⁷ Beard (1884) observa uma forma de esgotamento nervoso — a *neurastenia* — que explica através da teoria da energia nervosa: todo o ser humano possui um potencial energético finito; esbanjamentos supérfluos (masturbação ou poluções nocturnas) impedem que a energia seja gasta na forma de descarga adequada: o coito. Freud adere (cf. Sussman, 1976, pp. 59-62).

neuro-hormonais do desenvolvimento são impensáveis sem a inclusão de um «centro de regulação psicossocial»:

A adição de um nó psicossocial revela-se inevitável se quisermos dar conta da descida da idade da puberdade. Os factores dietéticos e higiénicos, que podem, em parte, explicar a precocidade sexual, serão englobados neste nó. Trata-se, com efeito, de determinantes sócio-culturais exercendo um controlo fisiológico. A identidade psicossociocultural, cujas fontes e papel continuam por determinar, parece agir sobre o desenvolvimento fisiológico, quer como bloqueio quer como catalisador (Piattelli-Palmarini, 1974, pp. 139-140).

Uma *segunda possibilidade* ou «grelha de leitura», adoptada pela tradição psicanalítica, consiste na identificação, ou melhor na pressuposição, de uma *entidade de natureza motivacional* (*libido* ou energia sexual) e na explicação do desenvolvimento pelas suas sucessivas metamorfoses. É, basicamente, o caminho seguido pelo Freud dos *Três Ensaio*s e sistematizado, entre outros, por Abraham (1924/1973). A focalização nas *instâncias objectais* permite completar o esquema inicial: o desenvolvimento é então caracterizado pelas relações de objecto privilegiadas, mantendo-se, no entanto, a correspondência termo a termo entre as modificações da *libido* e as circunstâncias relacionais envolventes. As investigações de Spitz (1965) constituem um paradigma deste modo de pensar o desenvolvimento sexual. Note-se que o modelo das relações de objecto constitui um mero deslocamento do modelo energético-motivacional. Bowlby (1969, 1973) e Zazzo (1974/1978), entre outros, mostraram claramente a inadequação do conceito de *libido* para explicar o desenvolvimento afectivo em geral. O mesmo se pode dizer em relação ao conceito behaviorista de *impulso* (Abreu, 1980; Harlow, 1958; Nuttin, 1980). Mesmo os autores que se afastaram significativamente do modelo inicial e se preocuparam com o problema do desenvolvimento para além da infância continuam fiéis às sobredeterminações biológicas. Refiram-se, por exemplo, as investigações de Erikson (1968), em que a importância concedida às chamadas «crises psicossociais» e a centração na problemática da identidade coexistem com princípios explicativos adaptados da embriologia.

No que diz respeito a Kinsey e coll. (1948, 1953), é difícil identificar uma teoria explícita do desenvolvimento sexual, uma vez que os autores, ao adoptarem uma perspectiva essencialmente descritiva, se limitam a considerar a *idade* como um entre outros factores sexuais (cf. *nota 13, pág. 28*). Um aspecto interessante, sublinhado por Offer e Simon (1976), diz respeito à significação das actividades sexuais anteriores à puberdade: o enorme desfasamento entre o número de indivíduos que relataram jogos sexuais e aqueles que indicaram ter experimentado activação sexual propriamente dita aponta mais para o carácter convencional de tais jogos do que para o interesse sexual em si mesmo.

Mais do que aprofundar ou fazer um inventário exaustivo das teorias ou «grelhas de leitura» do desenvolvimento sexual, interessa-nos, no contexto do presente trabalho, sublinhar algumas questões de natureza geral frequentemente ignoradas ou minimizadas. Assim, em *primeiro lugar*, cabe referir que todas as tentativas de explicação do

desenvolvimento sexual são correlativas de modelos normativos do masculino e do feminino. Uma leitura ingénuo tende a considerar tais modelos como configurações naturais com base nas quais o masculino e o feminino se definem como identidade e funcionam como oposição (alteridade). Diga-se, apenas, que os modelos, ainda que necessários (não existe nenhuma sociedade que os não tenha), são rigorosamente arbitrários (no sentido em que são o produto de uma construção histórico-social). Em *segundo lugar*, o estudo do desenvolvimento sexual é prisioneiro das mesmas sobre-determinações ideológicas que, ao longo da história da psicologia, têm pautado o estudo do desenvolvimento em geral. Isto é particularmente válido para o desenvolvimento dito sócio-afectivo e moral. Em *terceiro e último lugar*, a expressão «desenvolvimento psicosssexual», frequentemente utilizada, comporta alguma ambiguidade na medida em que permite a diluição do sexual na temática da identidade e dos processos de identificação, a redução do desejo e dos comportamentos à lógica da «maturidade» e à «ideologia do desenvolvimento integral»¹⁸. Ora, é, precisamente, a naturalização do sexo que impede a avaliação crítica dos pressupostos de natureza ideológica que acompanham os modelos teóricos do desenvolvimento sexual.

3. PSICOLOGIA SOCIAL: CONSTRUÇÃO SOCIAL E SIGNIFICAÇÃO PESSOAL DA SEXUALIDADE

Uma «grelha de leitura» do desenvolvimento sexual, radicalmente diferente das anteriores, à qual estão inevitavelmente associados os trabalhos pioneiros de Malinowski (1927, 1929) e de Margaret Mead (1928, 1935), coloca a tónica nas marcações sociais, na periodização cultural. Por um lado, sublinham-se os processos de socialização, o carácter progressivo do desenvolvimento sexual via interiorização de modelos sócio-culturais; por outro lado, acentua-se a importância de determinadas circunstâncias estruturantes do devir humano, em particular os rituais de passagem e de iniciação. Da identidade sexual aos papéis sexuais, dos comportamentos às normas culturais, o desenvolvimento sexual é pensado como a entrada gradual no «mundo da sexualidade», cujas significações são, contudo, determinadas pelas grandes rupturas simbólicas.

Esta abordagem sócio-antropológica parece-nos, contudo, demasiado imprecisa para poder dar conta da especificidade do desenvolvimento sexual. Diga-se, em pri-

¹⁸ Miller e Simon afirmam explicitamente: «O que é único nas sociedades industriais é que os jovens são definidos como sexualmente maduros, enquanto, simultaneamente, são definidos como social e psicologicamente imaturos. Esta incongruência de atribuições — um adolescente está maduro e, ainda, de alguma forma, imaturo — cria uma tensão entre a actividade sexual e o estatuto sexual, que focaliza a preocupação pública, tanto nos adolescentes tomados individualmente, como na coorte de adolescentes» (1980, p. 383). Um dos principais traços daquilo que aqui designamos como «ideologia do desenvolvimento integral» consiste, precisamente, em ignorar o conflito assinalado pelos autores, tomando partido pela definição normativa da maturidade e recorrendo a justificações supostamente psicológicas para negar aos adolescentes uma parte substancial da «vida sexual».

meiro lugar, que, para além da heterogeneidade transcultural dos processos de socialização, numa mesma sociedade a existência de diferenciações de classe, sejam elas de ordem económica, escolar ou ideológica, torna problemático o recurso a modelos unitários de socialização. Como nota Bourdieu (1980), trata-se de um abuso de linguagem unificar sob a mesma designação de adolescência as condições de existência e a disponibilidade de tempo que caracterizam «universos sociais» tão díspares como aqueles que separam os percursos dos «jovens» que ingressam prematuramente no mercado de trabalho daqueles que permanecem na escola para além dos vinte anos.

Se nos situarmos numa perspectiva histórica, podemos verificar, antes de mais, que à medida que passamos das sociedades tradicionais para as sociedades actuais é a própria eficácia das marcações simbólicas, dos rituais de iniciação e de passagem às significações universalmente partilhadas que se vê drasticamente reduzida. Para utilizarmos as palavras de Simon e Gagnon (1986), enquanto nas «sociedades paradigmáticas» as grandes orientações culturais se revelavam suficientes para balizar o campo da sexualidade, nas sociedades «pós-paradigmáticas» surgem zonas de incerteza, associadas à génese histórica da própria noção de individualidade, no interior das quais se dilui o carácter imperativo das normas sociais. Contrariamente ao que é veiculado pela «ideologia psicanalítica» o *id* é uma «formação secundária», o resultado do imenso fracasso de um *superego* destituído de legitimação cultural:

Na nossa perspectiva, o problema do desejo não é o do conflito entre natureza e civilização, mas sim o problema da emergência do intrapsíquico como um domínio autónomo, resultante da experiência de viver nas civilizações modernas. Logo, o *id* é o produto do processo «civilizacional» e a mais moderna, não a mais arcaica, das funções psíquicas (Simon & Gagnon, 1986, p. 101).

Note-se que o que está em causa no recurso aos modelos clássicos de socialização para explicar o desenvolvimento sexual é o próprio sentido do termo sexualidade. Por outras palavras, tais modelos pressupõem que a distinção sexual/não sexual decorre directamente das orientações normativas gerais, sendo preexistente às experiências individuais e independente das situações de interacção. Ora, nas sociedades ocidentais contemporâneas, a importância crescente das experiências individuais e a abertura a práticas sociais «minoritárias» tendem a invalidar qualquer tentativa de delimitação *a priori* da esfera sexual. Como afirma Plummer, «as significações sexuais não são absolutos universais, mas categorias ambíguas e problemáticas» (1982, p. 231)¹⁹. Por sua

¹⁹ Vale a pena citar na íntegra o texto de Plummer: «Quando uma criança brinca com os seus órgãos genitais, isto é 'sexual'? Quando uma pessoa defeca, isto é sexual? Quando um homem beija outro homem em público, isto é sexual? Quando um casal está junto nu, isto é sexual? Quando uma rapariga se despe em público, isto é sexual? Quando um funcionário dos lavabos limpa os sanitários, isto é sexual? Quando um funcionário da morgue toca um cadáver, isto é sexual? Quando uma assistente social atende o seu cliente, isto é sexual? Quando um homem e uma mulher copulam por curiosidade ou por dever, isto é sexual? A lista poderia ser consideravelmente alargada; mas penso que o objectivo foi alcançado. Muitas das situações anteriores podem ser definidas como sexuais pelos intervenientes;

vez, os comportamentos a que essas categorias se referem não resultam directamente da assimilação de modelos sócio-culturais, nem são a expressão imediata de modificações bioquímicas internas ao organismo. Nem os modelos biológicos, nem as teorias clássicas da socialização se dão conta de que para compreender o desenvolvimento sexual é necessário proceder à contextualização dos comportamentos, situando-os no interior das estruturas relacionais em que ocorrem. Ao abordar a problemática da motivação humana, Nuttin (1980) recusa-se a conceptualizar o funcionamento dos motivos a partir de processos internos ao organismo ou de pressões exteriores do meio envolvente, adoptando um modelo relacional das necessidades. No mesmo contexto, Abreu (1980), ao discutir o problema do desenvolvimento da personalidade, sublinha o carácter constitutivo das relações interpessoais desde a primeira infância. No contexto específico dos comportamentos sexuais, Gagnon e Simon (1973; Miller & Simon, 1980) recorrem ao conceito de *carreira sexual* para dar conta das vicissitudes do desenvolvimento e das instâncias culturais e relacionais que organizam as condutas ao longo do ciclo de vida.

Para Gagnon e Simon (1973), a periodização do desenvolvimento sexual não passa de um dispositivo heurístico eventualmente útil para a identificação dos processos de transição em termos de «agentes significativos» de socialização e das «tarefas de desenvolvimento» individual. Tais tarefas consistem, fundamentalmente, na aquisição e organização de significações a partir dos scripts sociais e interpessoais que estruturam as interacções humanas. As etapas do desenvolvimento sexual não são «necessárias», nem do ponto de vista cultural, nem do ponto de vista psicodinâmico. Dito de outro modo, os períodos de desenvolvimento revestem um carácter meramente convencional, pelo que é possível assistirmos a «inversões» inesperadas, a «desvios» consistentes ou, eventualmente, a «omissões» definitivas.

Esta concepção do desenvolvimento sexual é solidária de uma teoria mais geral da sexualidade centrada no conceito de scripts sexuais. Gagnon e Simon (1973; Simon & Gagnon, 1986, 1987) introduziram o conceito de *script sexual* para dar conta do carácter construído da sexualidade. Os *scripts sexuais*, que constituem um caso particular dos *scripts sociais*, podem ser definidos como esquemas (socialmente construídos) de atribuição de significação e de orientação (directão) da acção. Para os autores, o conceito de *script* «é essencialmente uma metáfora para conceptualizar a produção de comportamentos no interior da vida social» (1986, p. 98)²⁰. Pelas suas funções, o conceito de *script* aproxima-se do conceito de *representação social* (Moscovici, 1976). Com efeito, à semelhança das representações sociais, os scripts referem-se a *modalida-*

não têm necessariamente de o ser. As significações sexuais não são absolutos universais, mas categorias ambíguas e problemáticas» (1982, p. 231).

²⁰ A *teoria dos scripts sexuais* inscreve-se, como os próprios autores o reconhecem explicitamente, na corrente do *interaccionismo simbólico*. Para uma síntese desta corrente e para uma discussão aprofundada do respectivo alcance e limitações no contexto da investigação em psicologia social, cf. Stryker (1985).

*des de conhecimento prático, socialmente elaboradas e partilhadas, constituindo, simultaneamente, sistemas de interpretação e de categorização do real e modelos ou guias de acção*²¹. Leyens (1983), atendendo às funções de simplificação do real e de redução da incerteza (previsibilidade comportamental), considera os scripts e as representações sociais como casos particulares de categorização social.

Abelson distingue duas significações do conceito de script:

Em suma, um script é uma estrutura cognitiva pressuposta que, quando activada, organiza a compreensão das situações baseadas em acontecimentos. No seu sentido fraco, é um feixe de inferências acerca da potencial ocorrência de um conjunto de acontecimentos e pode ser estruturalmente similar a outros esquemas²² que não lidam com acontecimentos. No seu sentido forte, envolve expectativas acerca da ordem, bem como da ocorrência dos acontecimentos (1981, p. 717).

Os scripts funcionam, simultaneamente, ao nível da compreensão e do comportamento. De acordo com Abelson (1981; Schank & Abelson, 1977) para que um script seja activado é necessário que o contexto desencadeador apropriado esteja presente, que o indivíduo possua uma representação cognitiva estável dos elementos do script e, sobretudo, que se decida a «entrar» no script, *i.e.*, que a representação do script comporte uma «regra de acção» (*action rule*) correlativa.

No interior de uma dada cultura, os *scripts sexuais* especificam: a) *quem* são os possíveis parceiros sexuais; b) em que circunstâncias — *onde* e *quando* — é apropriado comportarmo-nos sexualmente e que tipo de actividades — *o quê* e *o como* — nos são

²¹ Tal como todos os scripts sociais, os scripts sexuais tornam-se operantes via aprendizagem. Contudo, convém assinalar que não se trata propriamente da «aquisição» de repertórios comportamentais, mas de «estruturas cognitivas»: «a diferença entre um script e um hábito é que o script é uma estrutura de conhecimento, não simplesmente um programa de resposta, e, por isso, é acessível, tanto simbolicamente, como através da experiência directa» (Abelson, 1981, p. 722).

As investigações sobre as representações sociais podem elucidar-nos sobre a regulação do comportamento com base nos scripts. Com efeito, a génese e o funcionamento das representações sociais remetem-nos para dois processos principais: a *objectivação* e a *ancoragem*. A objectivação dá-nos conta do modo como a representação se elabora a partir da *selecção* de elementos do real, da sua *estruturação esquematizante* e da sua *naturalização*; a ancoragem refere-se, num primeiro tempo, à assimilação dos «objectos» a esquemas cognitivos e representações sociais pré-existentes; numa segundo tempo, remete-nos, explicitamente, para o modo de agenciamento da representação no real, em particular, para os processos pelos quais esta influencia o comportamento dos actores sociais (cf. Jodelet, 1984a; Moscovici, 1984a; Vala, 1993a).

²² Tendo como referência o trabalho de Kehoe e Gormezano (1979), Singer aproxima o conceito de script da noção de *condicionamento configurativo*, «em que, através do reforço contingente, um dado EC [estímulo condicional] virá e induzir uma RC [resposta condicional] só quando o EC está inserido numa sequência ou composição particular de estímulos» (1985b, p. 357). Para uma discussão das utilizações do conceito de script, cf., para além do artigo citado de Abelson (1981), Fayol e Monteil (1988). Para uma síntese das similitudes e diferenças entre o conceito de script e outras estruturas cognitivas aparentadas (*v.g.*, *schema*), cf. Markus e Zajonc (1985) e Marques (1986).

«permitidas»; c) quais os motivos ou razões — *porquê* — que nos levam a comportar de modo sexual (Gagnon, 1977). Por outras palavras, enquanto significações partilhadas pelos actores sociais, os scripts sexuais organizam os comportamentos sexuais, definindo as situações de interacção, gerando expectativas relacionais e sinalizando as respostas «incongruentes».

É precisamente o estudo sistemático dos diferentes aspectos dos scripts sexuais que, ao afastar-nos das conceptualizações naturalistas do sexo, nos permite dar conta, simultaneamente, do carácter construído e da significação pessoal da sexualidade humana. Assim, em vez de tomarmos como dadas algumas das grandes dicotomias que têm saturado o campo dos saberes e das práticas sexuais, interrogar-nos-emos sobre a relação dos respectivos termos. Mais exactamente, o importante não reside nas oposições clássicas reprodução/prazer ou heterossexualidade/homossexualidade, mas sim no modo como tais oposições ganham ou perdem sentido em função dos actores (sujeitos) e das circunstâncias (culturais, interpessoais ou intrapsíquicas) que os rodeiam.

Veja-se, por exemplo, a problemática dos motivos ou razões para fazer ou não sexo (o *porquê* dos scripts sexuais) tal como tem vindo a ser enunciada ao nível das grandes orientações normativas ou modelos culturais. Se a adesão à sexualidade natural tinha como corolário a marcação da reprodução como «termo forte» na oposição reprodução/prazer, a sexologia moderna permitiu uma separação clara entre os dois registos, reforçada pela descoberta e comercialização dos contraceptivos orais a partir dos anos 60²³. Será que esta separação, a grande vitória da sexologia moderna no dizer de Robinson (1976/1977), se prolongará na disjunção entre sexo e sedução na «sexologia pós-moderna», como pretende Baudrillard (1979)? Ou, pelo contrário, assistiremos ao triunfo do modelo dito romântico em que sexo e afectividade (amor) se tornam as duas faces da mesma moeda?

Ainda no mesmo contexto, tome-se a oposição genitalidade/não genitalidade. Se, mais uma vez, a opção pelo sexo natural conduziria à valorização do primeiro termo, o que é particularmente claro em Freud (1905/1962) ou em Reich (1942/1978), a consideração da diversidade dos «modos» e dos «conteúdos» do sexo obriga-nos a não tomar partido²⁴. A genitalidade não constitui critério único e invariante da actividade sexual, mas, apenas, um dos elementos centrais dos scripts heterossexuais convencionais. Mesmo que culturalmente dominantes, tais scripts limitam-se a ser uma entre

²³ Sobre a história da contracepção nas sociedades ocidentais, em particular sobre o modo como a regulação da natalidade se articulou com a gestão dos prazeres e a com emergência da afectividade no seio da família, cf. Ariès (1991).

²⁴ Nas modernas terapias sexuais assiste-se, contrariamente às «prescrições» psicanalíticas, à revalorização da não genitalidade, nomeadamente nas fases iniciais do tratamento em que a tónica é colocada na «reerotização» do corpo. É óbvio que tais estratégias terapêuticas não deixam de estar subordinadas à obtenção do prazer genital. Sobre os aspectos teóricos, técnicos e clínicos das terapias sexuais, podem consultar-se, para além dos clássicos (Kolodny, Masters & Johnson, 1979; Masters & Johnson, 1970; Kaplan, 1974, 1979), os seguintes textos: Fischer e Gochros (1977), LoPiccolo e LoPiccolo (1978), Gomes (1980-81) e Gomes, Albuquerque e Nunes (1987).

várias alternativas possíveis. Ao contrário do que pretende a «geografia erógena» de inspiração falocêntrica, nem o corpo masculino se investe por inteiro no «sexo», nem a sexualidade feminina se dilui por completo no «corpo».

As consequências da «opção naturalista» tornam-se particularmente claras quando abordamos a problemática da orientação sexual. De acordo com tal opção, o primado da reprodução e as assimetrias biológicas iniludíveis têm como corolário a regra universal da heterossexualidade. Mesmo que, à semelhança de Money (1988), se considere como irresolúvel a velha questão da hereditariedade-meio, há que reconhecer que a homossexualidade não designa uma categoria particular de indivíduos, dotados duma estrutura de personalidade própria e irreduzível; é, pelo contrário, um rótulo cómodo para comportamentos sexuais e amorosos orientados para indivíduos do mesmo sexo²⁵. O próprio Money, insuspeito de cedências à «ideologia gay», introduz o conceito de «mapas amorosos» (*lovemaps*) para dar conta das analogias estruturais e funcionais entre percursos sexuais diferenciados:

Um mapa amoroso é definido como uma representação ou padrão personalizado e evolutivo na mente e no cérebro que descreve o amante idealizado e o programa idealizado de actividade erótico-sexual com esse amante, projectado na imaginação e na ideação, ou realmente vivido com esse amante. Um mapa amoroso é classificado como normofílico com base naquilo que é ideologicamente definido como erótico-sexualmente normal e aceitável por aqueles que detêm autoridade ideológica (1988, p. 127).

Mais do que discutir as normas e categorizações ideológicas da heterossexualidade, da homossexualidade ou da bissexualidade²⁶, importa aqui sublinhar a existência de scripts sexuais isomorfos, enquanto estruturas cognitivas socialmente construídas.

Por último, é ainda a opção naturalista que acaba por encerrar a sexualidade nas

²⁵ Sobre o conflito entre *nominalismo* e *realismo* a propósito da questão da homossexualidade, cf. o excelente ensaio de Boswell (1982/1985).

²⁶ Como já referimos (cf. *ponto* 2.3 deste capítulo), a própria existência de classes discretas de orientação sexual foi questionada por Kinsey e coll. (1948, 1953), que adoptaram um modelo continuísta, no qual os indivíduos, com base nos comportamentos e reacções sexuais, são seriáveis, numa escala de sete pontos, entre *exclusivamente heterossexuais* e *exclusivamente homossexuais*.

Bell e Weinberg (1978), Klein, Sepekoff e Wolf (1985) e Coleman (1987), em continuidade com a posição de Kinsey, introduziram duas alterações metodológicas na avaliação da orientação sexual: em primeiro lugar, a avaliação em termos estritamente comportamentais é complementada pela consideração das dimensões cognitiva (fantasias, identidade, etc.), afectiva (auto-estima, aceitação da orientação, etc.), relacional (atração, envolvimento afectivo, etc.) e social (papéis sexuais, atitudes, etc.) da sexualidade; em segundo lugar, a avaliação da orientação no passado e da orientação ideal (futura) acompanham a avaliação da orientação actual. Estas alterações metodológicas são correlativas de duas constatações essenciais: pode ou não existir congruência entre os diferentes níveis ou dimensões em que a orientação é avaliada; a orientação sexual é susceptível de modificações ao longo do ciclo de vida.

Coleman (1987), ao comentar as conclusões do inquérito de Bell e Weinberg (1978) sobre a «diversidade das homossexualidades», afirma que a investigação futura deve deslocar-se da problemática restrita da orientação sexual para se centrar na análise dos «estilos de vida» e do «ajustamento psicológico».

estruturas familiares, fazendo da «conjugalidade» cenário normativo do sexo. Como nota Foucault:

A família é o cambista da sexualidade e da aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo da sexualidade; e transporta a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança (1976, p. 143).

A psicanálise constitui um exemplo privilegiado de redução do sexo à «lógica familiarista», de diluição da problemática do desejo nas estruturas edipianas (Deleuze & Guattari, 1972). A «ideologia familiar» está igualmente presente nos trabalhos de Masters e Johnson (1970), sobretudo pela importância excessiva concedida ao casal enquanto objecto da terapia e pela subordinação do sexo à harmonia matrimonial. Robinson, depois de analisar pormenorizadamente os valores implícitos nos textos técnicos de Masters e Johnson, chega a afirmar que «a protecção ao casamento é a meta final do seu programa terapêutico» (1976/1977, p. 197).

Em síntese, e retendo apenas as quatro dicotomias ou oposições acima mencionadas, a heterossexualidade conjugal orientada para a reprodução e centrada na genitalidade é uma construção histórico-social, detectável ao nível das grandes orientações normativas e objectivável em scripts sexuais convencionais. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, as mutações das últimas décadas traduziram-se pela subordinação clara da reprodução ao prazer e pelo relativo declínio da norma da genitalidade. Contudo, a heterossexualidade conjugal continua a ser o modelo dominante, tanto no sentido estatístico como ideológico. Não deixa de ser interessante referir que, a partir dos anos 80, a problemática da prevenção da SIDA acabou por funcionar como um analisador privilegiado daquilo que Robinson (1976/77) antecipou como as duas grandes questões polarizadoras da reflexão/teoria sexual: a *homossexualidade* e a *tensão entre monogamia e variedade sexual*.

A importância dos scripts na regulação dos comportamentos sexuais pode ser perspectivada a três níveis distintos. Num primeiro nível — *encenações culturais*²⁷ — encontramos «os guias gerais» da acção, tal como se expressam no plano das significações e normas colectivas. DeLamater (1987a) fala de orientações ou ideologias sexuais ligadas, directa ou indirectamente, a quatro grandes instituições sociais: a *religião*, a *família*, a *economia* e a *medicina*.

Num segundo nível — *scripts interpessoais* — a sexualidade é perspectivada em função das respostas concretas dos actores sociais às expectativas normativas decorrentes das encenações culturais. No quadro das interacções sociais, os indivíduos procu-

²⁷ No original *cultural scenarios*. O termo *scenario* é virtualmente sinónimo de *script* e refere-se ao: «1. esboço do enredo de um trabalho dramático, em que se dão pormenores variados de cenas, personagens e situações; 2. esboço ou manuscrito de um filme, em que é dada a sequência da acção, a descrição das cenas e personagens e o material escrito a aparecer no écran» (*The Lexicon Webster Dictionary*). Como tal, distingue-se do inglês *scenary* (correspondente ao português *cenário*) que se aplica, com propriedade, aos aspectos decorativos do palco. Neste contexto, julgamos que a tradução mais apropriada para *scenario* é *encenação*.

ram, reciprocamente, articular os seus desejos e planos sexuais. Esta tarefa é facilitada pela existência de scripts partilhados que reduzem a incerteza relativa aos comportamentos a desenvolver numa situação concreta. Simon e Gagnon definem os *scripts interpessoais* como «as representações do eu e das ‘imagens implícitas’ do(s) outro(s) que facilitam a ocorrência de trocas sexuais» (1987, p. 365).

Por último, há que considerar o nível intrapsíquico dos scripts. Ainda de acordo com Simon e Gagnon, enquanto os scripts interpessoais facilitam a ocorrência de comportamentos sexuais, os *scripts intrapsíquicos* constituem uma *encenação privada do desejo* e referem-se à «sequência de significações (ligadas a actos, posturas, objectos, gestos) que induz e mantém a activação sexual, conduzindo eventualmente ao orgasmo» (1987, p. 366). Os scripts intrapsíquicos dizem, pois, respeito à ligação entre fantasias e actividades sexuais, à articulação entre imaginário e comportamento. De sublinhar a proximidade conceptual entre os scripts intrapsíquicos e os *mapas amorosos* anteriormente referidos. Ao explicitar o significado destes últimos, Money refere-se, igualmente, às duas funções principais dos scripts (ao nível da compreensão e do comportamento) e à dimensão privada (pessoal) da sexualidade:

Toda a gente tem um mapa amoroso [...]. O nosso mapa amoroso é tão personalizado como a nossa impressão digital. É, simultaneamente, um repositório e uma «leitura» das nossas credenda e agenda erótico-sexuais. Uma *credenda*, no seu sentido literal, é um memorando de crenças doutrinárias e profissões de fé e uma *agenda* é um memorando de coisas a fazer (1988, p. 127).

Uma crítica frequente às *teorias construtivistas* da sexualidade (entre as quais se inclui a *teoria dos scripts sexuais*) diz respeito à negação do componente biológico da sexualidade. Contudo, o que está em jogo na análise psicossocial da sexualidade não são as potencialidades reprodutivas ou «capacidades eróticas» (que assentam inevitavelmente num corpo biológico filogeneticamente condicionado), mas a gestão desse corpo no quadro das trocas sexuais.

Uma segunda crítica, de natureza e alcance diversos da anterior, refere-se explicitamente à anulação do sujeito face às «imposições» decorrentes dos scripts. Em última análise, os indivíduos limitar-se-iam a actualizar as opções previamente definidas, não lhes cabendo qualquer decisão sobre o modo de gestão das respectivas sexualidades. Esta argumentação só terá validade se se aceitar uma noção mecanicista de script, transformando-o num «programa social» fixo, análogo aos determinismos biológicos. Tal aceção de script, frequente em certas abordagens de cariz sociologizante, não é aquela que aqui se adopta. Em *primeiro lugar*, como o próprio termo indica, os scripts não são programas, mas guias ou esboços, necessariamente lacunares. Em *segundo lugar*, nem todo o comportamento consiste na actualização de scripts. *Por último*, os próprios scripts resultam de um processo de construção que radica ele próprio nas interações humanas, que, a par das dimensões ritualizadas, comportam elementos de inovação e mudança, eventualmente recodificados em novos scripts. Vejamos, mais pormenorizadamente, cada uma destas questões.

Enquanto estrutura cognitiva implicada na interpretação das situações e na regulação dos comportamentos, um mesmo script comporta elementos centrais (*main conceptualization*) e elementos periféricos ou secundários (Abelson, 1981), sendo estes, mais do que aqueles, susceptíveis de modificações várias. Abelson identifica oito factores que podem incorporar as variações num script. Os cinco primeiros factores²⁸, que constituem modificações relativamente previsíveis, remetem-nos para a diversidade das acções, vias e situações que podem ocorrer sem prejuízo da realização do script. Os três últimos, designados, respectivamente, por *interferências* (obstáculos ou erros), *distracções* (acontecimentos salientes susceptíveis de interromper o script) e *comportamentos livres* (acções não previstas intercaladas nos scripts), chamam-nos à atenção para o facto essencial de que a «entrada» num script é indissociável dos parâmetros situacionais e pessoais que, de modo permanente, regulam os comportamentos.

Entre os factores de variação dos scripts acima mencionados, merecem especial destaque os chamados comportamentos livres. Com efeito, como nota Ruefli, «a conduta sexual humana tem um carácter duplo: é simultaneamente regulada por regras e improvisada» (1985, p. 191). Para este autor, a importância do «sexo improvisado», em contraste com o sexo baseado nos scripts, funda-se na relevância prática das situações e na especificidade dos encontros sexuais. Como já foi referido, o declínio das grandes orientações normativas e a emergência correlativa da individualidade, devidamente assinaladas por Simon e Gagnon (1986), criaram as condições para que os sujeitos possam ser os autores de uma parte substancial do «filme» das respectivas vidas sexuais.

Por último, há que ter em conta as interacções humanas e as práticas sociais como fontes de modificação dos scripts existentes. Se, por exemplo, podemos afirmar que o casamento é um dispositivo de normalização da sexualidade, também é verdade que, pelos seus efeitos sociais, os movimentos *gay e feminista* contribuíram, de modo decisivo, para a mutação do significado social do casamento e para a valorização de «modelos relacionais» alternativos ao «amor conjugal».

A teoria de Gagnon e Simon (1973; Simon & Gagnon, 1986, 1987), desenvolvida ao longo das duas últimas décadas, representa, pois, uma ruptura radical com as tradições psicanalítica e sexológica, dominantes desde o início do século XX. Plummer (1982), elegendo a teoria dos scripts sexuais como a principal abordagem da sexualidade humana no quadro do interaccionismo simbólico, assinala, num excelente trabalho de síntese, *sete mudanças paradigmáticas* imputáveis à perspectiva emergente. A *primeira* consistiu, obviamente, na substituição da metáfora energética (*drive*) pela

²⁸ *Acções equifinais*: o mesmo resultado pode ser conseguido através de diferentes acções; alteração das *variáveis* que devem permanecer constantes durante o desenrolar do script; *caminhos ou vias* (*paths*) diferentes em determinados pontos de ramificação; *selecção de cenas* (sobretudo nos scripts que não pressupõem uma sequência rígida entre as várias cenas) e, finalmente, verdadeiras *variantes dos scripts* (*tracks*) que «incorporam vias características, selecções de cenas e suportes não partilhados com outras variantes» (Abelson, 1981, p. 723).

metáfora teatral (*script*); a *segunda*, prolongamento lógico da anterior, traduz-se na prioridade dada à construção social das significações sexuais, em contraponto com a visão «essencialista» partilhada pelos modelos anteriores; a *terceira* prende-se com a reavaliação da dimensão política do sexo: tanto os «libertários» (para os quais o sexo é a «salvação») como os «puritanos» (obcecados com a «luxúria») partilham a crença no poder inesgotável do sexo, independentemente da retórica utilizada. É esta crença que os impede de conceptualizar as relações sexo/sociedade como relações de determinação recíproca (*quarta* mudança) e de reconhecer o carácter contingente da sexualidade (*quinta* mudança), bem como a ausência de quaisquer fundamentos empíricos para as noções freudianas de repressão e sublimação ou para o conceito marcusiano de «dessublimação repressiva». Por último, as *sexta* e *sétima* mudanças ligam-se directamente à novas conceptualizações da orientação sexual (mais construção do que orientação) e das perversões (insistência na variação sexual, aqui na «boa» tradição kinseyana).

Nos dois capítulos teóricos que se seguem, a abordagem dos processos de regulação social dos comportamentos sexuais, das estruturas relacionais da sexualidade, da gestão individual dos «prazeres» e dos fenómenos de atracção sexual e interpessoal terá como pano de fundo as mudanças paradigmáticas que acabamos de referir. Por outras palavras, a inteligibilidade dos comportamentos sexuais pressupõe, para além da sua inserção numa estrutura relacional concreta (caracterizada pelo grau de interdependência entre os parceiros e pelo tipo de «recursos» envolvidos), a aceitação da dimensão «problemática e ambígua das categorias sexuais» e exige o trabalho de elucidação do modo como os indivíduos «entram» nos scripts convencionais, contribuem para a sua modificação e, seguramente, para a criação de novos scripts sexuais.

ENCENAÇÕES CULTURAIS, INTERPESSOAIS E INTRAPSIQUÍCAS DA SEXUALIDADE

1. ENCENAÇÕES CULTURAIS E REGULAÇÃO SOCIAL DA SEXUALIDADE

1.1. Instituições e orientações normativas

Em qualquer formação social, independentemente das variações históricas e culturais que a possam diferenciar de outras formações, é possível distinguir duas realidades no domínio da sexualidade. Por um lado, temos o continente do «amor socializado» ou, se se quiser, a esfera das práticas sexuais enquadradas pelas instituições, em particular aquelas que cristalizam os dispositivos de aliança e parentesco, e reguladas pelas orientações normativas e/ou ideológicas que lhes são correlativas; por outro lado, temos o continente, por vezes obscuro, por vezes periférico, da «sexualidade libidinal», dos prazeres da carne, das experiências eróticas e das paixões romanescas. Mais do que conflituais ou incompatíveis, estas duas realidades são complementares: a regulação da sexualidade pelo casamento, deixa, apesar de tudo, uma porta aberta para o erotismo, que, por sua vez, só assume a dimensão de transgressão se for referido a um sistema normativo que lhe defina as condições de possibilidade (Bastide, 1966/1968).

De modo genérico, podemos afirmar que as estruturas sociais, ou, mais exactamente, as modalidades concretas de organização social, «interferem» com as práticas sexuais a três níveis distintos. Em primeiro lugar, integrando-as nos sistemas de aliança e parentesco. Em segundo lugar, inscrevendo-as no circuito das trocas económicas. Em terceiro e último lugar, situando-as nos registos da comunicação simbólica e da ordenação jurídico-política das sociedades. Como denominador comum a estes três níveis surge-nos a *instituição familiar*, enquanto resultado de mecanismos preferenciais de aliança, unidade de consumo e instância de socialização e educação.

Como já foi referido no primeiro capítulo, a família funciona como a verdadeira *interface* entre os dispositivos da aliança e da sexualidade (Foucault, 1976). Nas sociedades ocidentais contemporâneas, a escolha do cônjuge, embora já não obedeça à lógica dos sistemas elementares de parentesco, continua a ser regida por um conjunto de «regras negativas», que excluem do grupo de parceiros possíveis determinadas categorias de indivíduos:

Os sistemas complexos comportam apenas regras negativas de casamento; eles não definem a categoria de parentes que devemos desposar, mas aquela que é interdita. As socie-

dades contemporâneas funcionam segundo o modelo complexo [...]. Com efeito, os sistemas complexos repartem os indivíduos através de todo o espaço social, quer este seja fundado sobre as categorias do parentesco, da riqueza, ou sobre critérios de profissão, de classe social. Assim, o nosso sistema de casamento participa da regra universal da proibição do incesto, para a qual as sociedades com estrutura elementar encerram uma «explicação» simples, mas que as sociedades com estruturas complexas continuam a aplicar, unicamente com a auxílio de regras negativas (Segalen, 1981, p. 55).

É a repartição dos indivíduos sobre o espaço social, de acordo com as mais diversas categorias ou critérios, que dá lugar a verdadeiras *estratégias matrimoniais* (Bourdieu, 1972)²⁹, das quais resultam os fenómenos típicos de *homogamia* (casamento entre iguais) económica, social ou cultural que continuam a caracterizar as nossas sociedades e a impor limites mais ou menos precisos à gestão da sexualidade. Por outras palavras, os comportamentos e as práticas sexuais são estruturalmente determinados pelas instituições sociais, a começar pelo modo de organização dos grupos familiares e sociais e pelo tipo de assimetrias materiais e simbólicas que os separam. Os factores demográficos de ordem geral, como por exemplo a *ratio homens/mulheres* existente numa dada formação social, constituem, igualmente, determinantes estruturais dos comportamentos sexuais (Guttentag & Secord, 1983).

Na conceptualização de DeLamater (1987a), já mencionada no primeiro capítulo, o impacto das instituições na sexualidade, para além da dimensão estrutural, traduz-se nas *orientações normativas* ou *ideologias* que veiculam. Assim, o «ascetismo» e o «sexo procriativo» contar-se-iam entre as duas grandes orientações emergentes da tradição judaico-cristã. O «sexo como prestação de serviços» funciona, obviamente, no quadro global das trocas económicas. A «orientação relacional», baseada na conjugação do afecto e do sexo, é o produto histórico das transformações da família ocidental, nomeadamente daquelas que se repercutiram directamente nos critérios de escolha do cônjuge. Da medicina, ou se se quiser da moderna sexologia, surgem «orientações terapêuticas» que incorporam a dimensão lúdica ou recreativa da sexualidade.

Ainda de acordo com DeLamater, a importância das diferentes instituições e, conseqüentemente, das orientações que delas decorrem, depende de três factores de ordem estrutural: «O grau de centralização da autoridade, o grau em que cada pessoa depende da instituição e a estabilidade dos papéis institucionais» (1987a, p. 242). Como é evidente, os conflitos de natureza institucional que atravessam uma dada sociedade têm expressão directa nas modalidades específicas de controlo social da sexualidade.

²⁹ As estratégias matrimoniais são um caso particular da «estratégia de reprodução biológica, cultural, social que todo o grupo põe em acção para transmitir à geração seguinte, mantidos ou aumentados, os poderes e os privilégios que ele próprio herdou» (Bourdieu, 1972, p. 1125, *cit. in* Segalen, 1981, p. 114).

1.2. Processos de controlo social

Como qualquer outro domínio da actividade humana, os comportamentos e as práticas sexuais são objecto de controlo normativo, a começar pelos dispositivos legais que os enquadram. Contudo, a principal forma de controlo social da sexualidade é mediada pelas *ideologias sexuais*: «As ideologias de cada instituição e as suas características estruturais interagem para produzir controlos sociais sobre a expressão sexual. O mecanismo básico de controlo é a provisão de um número limitado de encenações culturais» (DeLamater, 1987a, p. 238).

DeLamater recorre ao conceito de *encenações culturais* de Simon e Gagnon (1986, 1987) para explicitar o modo como as ideologias e orientações normativas de âmbito geral incidem nas interações sexuais. É o número relativamente limitado de encenações disponíveis que confere estabilidade e previsibilidade às interações sexuais. A título meramente exemplificativo, refiram-se os *scripts das relações pré-matrimoniais*, *matrimoniais* ou *extramatrimoniais* em correlação com a *orientação relacional*, ou os *scripts da abstinência* e do *sexo reprodutivo* em correlação com as *orientações de carácter religioso* (DeLamater, 1987a).

Enquanto tais, as encenações culturais descrevem de modo genérico os comportamentos apropriados em função das circunstâncias sociais e relacionais da interacção. Esta função descritiva, no duplo sentido de categorização das situações e de orientação das acções, é, contudo, indissociável da presença de outros dispositivos de controlo social da sexualidade, em particular os que se referem às *sanções* e *avaliações sociais* dos comportamentos. A natureza e a magnitude das sanções depende do tipo de normas que se aplicam aos comportamentos sexuais em causa. McKinney (1986), adoptando a tipologia de Murdock (1949), assinala que as normas podem revestir carácter *obrigatório*, *proibitivo* ou *permissivo*, consoante os comportamentos a que se referem sejam, respectivamente, socialmente esperados, inapropriados ou aceitáveis ainda que não desejáveis.

Nas sociedades democráticas actuais são relativamente restritas as normas proibitivas que encontram expressão jurídica. As mais comuns centram-se na punição da violência sexual e na interdição de práticas sexuais com menores, ainda que os textos legais deixem frequentemente transparecer cristalizações ideológicas remotas, nomeadamente nos artigos relativos aos atentados contra o pudor público e à protecção do casamento. As normas de carácter permissivo ou obrigatório apresentam uma diversidade assinalável, de acordo com a especificidade dos níveis subculturais e grupais considerados.

A eficácia das encenações culturais, tal como a das normas, sanções e avaliações correlativas, na regulação dos comportamentos sexuais depende, evidentemente, da eficácia das estratégias de socialização e educação que lhes asseguram a reprodução e manutenção através das gerações. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, uma das formas ou processos privilegiados de controlo social da sexualidade traduz-se na escolarização da educação sexual, tida como prolongamento ou complemento da educação

familiar³⁰. É claro que a educação sexual, tomada em sentido amplo, i.e., enquanto conjunto de práticas discursivas, de rituais simbólicos e de mecanismos de socialização, constitui um traço comum a todas as sociedades conhecidas. O que é original nas nossas sociedades é a duplicação das disposições normativas de ordem genérica pelas orientações consignadas numa acção pedagógica sistemática de tipo escolar.

A «pedagogização» da sexualidade é, aliás, correlativa de mudanças mais gerais, que tendem a alargar ao domínio e à lógica da escola um conjunto de actividades humanas que até há bem pouco tempo lhe eram estranhas (Beillerot, 1982). Note-se que o que está em causa não é a mera aquisição de informações (Doucet, 1973), o que de uma forma ou outra já era feito através das matérias curriculares de outras disciplinas, em particular a biologia, mas a educação no sentido amplo do termo. Levada às últimas consequências, esta posição coincide com a afirmação de que o objectivo primeiro da educação sexual é o «desenvolvimento de uma sensibilidade sexualizada do homem e da mulher» (Mauco, 1975, p. 173). Contudo, a integração da educação sexual na educação afectiva, já defendida por Berger (1964), aparentemente neutra e conforme às mais modernas correntes pedagógicas (a escola dá-se como objectivo o desenvolvimento integral da personalidade; a sexualidade é parte integrante da personalidade; logo a escola deve programar uma acção sistemática e intencional no desenvolvimento sexual),³¹ é

³⁰ Desde as décadas de 60 e 70 que em diversos países europeus e americanos os programas do ensino básico e secundário passaram a incluir uma *disciplina de educação e/ou informação sexual*. Calderone (1976) e Kirkendall (1981) discutem os aspectos históricos, institucionais e teóricos da educação sexual nos EUA; Webere (1976) apresenta os panoramas francês e brasileiro; Desualnier (1986) procede a uma análise comparativa das experiências francesa e canadiana; informações sobre experiências nos países escandinavos, em particular a Suécia, podem ser obtidas em *The National Swedish Board of Education* (1977). Ainda em relação a este país, Orfali (1991) situa a problemática da educação sexual no contexto da chamada «revolução sexual». Para uma discussão das implicações pedagógicas e políticas das diferentes teorias da sexualidade, cf. Müller (1977).

Em Portugal, a Lei nº 3/84 de 24 de Março (Lei da Educação Sexual e Planeamento Familiar) afirmava no nº 2 do artº 2º: «Os programas escolares incluirão, de acordo com os diferentes níveis de ensino, conhecimentos científicos sobre anatomia, fisiologia, genética e sexualidade humanas, devendo contribuir para a superação das discriminações em razão do sexo e da divisão tradicional de funções entre mulher e homem». Na sequência desta lei, surgiram entre nós alguns trabalhos e reflexões sobre os objectivos, os conteúdos e as estratégias de ensino da «educação sexual». Assim, a *Direcção-Geral da Família* organiza, em 1984, um seminário pluridisciplinar sobre «Família e Educação Sexual»; Soares e Campos (1986), depois de situarem o desenvolvimento psicosexual no contexto mais geral do desenvolvimento psicológico, perspectivam a educação sexual como um problema de intervenção no desenvolvimento; Raposo (1986) integra a educação sexual na educação afectiva e discute os critérios de natureza psicopedagógica relevantes para a organização do ensino da educação sexual; Vilar (1987) discute os limites e a eficácia da educação sexual escolar; Sampaio (1987) realiza um inquérito, na área do Grande Porto, sobre as atitudes dos pais e professores face às possibilidades de implementação da Lei nº 3/84; por último, e sem qualquer preocupação de exaustividade, refiram-se, ainda, as indicações para pais e professores apresentadas por Cortesão, Silva e Torres (1989).

³¹ No contexto português, a actual reforma do sistema educativo opta claramente por esta perspec-

susceptível de uma leitura crítica. Mais exactamente, tal integração pode ser perspectivada como uma forma sofisticada de denegação da sexualidade através de duas transposições sucessivas: em primeiro lugar, passa-se do sexo à afectividade, i.e., dilui-se o primeiro na segunda, fazendo da maturidade afectiva condição obrigatória da expressão sexual; em segundo lugar, passa-se do afectivo ao normativo, i.e., desliza-se «suavemente» dos objectivos pedagógicos de ordem afectivo-social para a inculcação de modelos ideológicos da sexualidade infantil e adolescente. Não importa que tais modelos possam ser ditos conservadores, reformistas ou progressistas, mas simplesmente registar que a pretensa neutralidade axiológica, frequentemente afirmada em nome de objectivos educativos generosos, constitui um elemento central no dispositivo de controlo da sexualidade dos jovens pelos grupos e actores sociais que estão em condições de definir e concretizar as finalidades da acção educativa.³²

tiva ao situar a educação sexual no quadro mais vasto do desenvolvimento pessoal e social. Com efeito, a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86 de 14 de Outubro) propõe que «os planos curriculares do ensino básico incluirão em todos os ciclos e de forma adequada uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção dos acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito» (art. 47º, nº 2). O Decreto-Lei nº 286/89, de 29 de Agosto, que estabelece os princípios gerais que ordenam a reestruturação curricular dos Ensinos Básico e Secundário e aprova os respectivos planos curriculares, cria a disciplina de *Desenvolvimento Pessoal e Social* «onde se concretizam de modo especial as matérias enunciadas no nº 2 do artigo 47º da Lei de Bases do Sistema Educativo» (art. 7º, nº 2). Note-se que tal disciplina, que inclui a educação sexual e é «alternativa» à disciplina de Religião e Moral Católica (ou de outras confissões), à semelhança de todas as outras componentes curriculares, deve favorecer, «de acordo com as várias fases do desenvolvimento, a aquisição do espírito crítico e a interiorização de valores espirituais, estéticos, morais e cívicos» (art. 7º, nº 1).

Não nos interessa aqui discutir os pressupostos de natureza política ou ideológica subjacentes à criação e funcionamento experimental da disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social (para um balanço, cf. o número 3, vol. 6, de 1993, da revista *Inovação*). O que queremos sublinhar, em apoio das considerações que fazemos ao longo do texto, é que a «escolarização do sexo», diluída ou não na temática mais geral do desenvolvimento integral da personalidade, constitui uma das vias para a «interiorização de valores espirituais, estéticos, morais e cívicos» e, obviamente, um dos dispositivos privilegiados de regulação social da sexualidade.

³² O debate *informação versus educação sexual* ilude a questão central, que, desde o início dos anos 60, o polarizou: o problema da neutralidade das acções pedagógicas relativas à sexualidade. É certo que tradicionalmente a defesa da informação coincidia, *grosso modo*, com posições de tipo conservador que visavam limitar as acções pedagógicas à simples comunicação da biologia da reprodução, acompanhada ou não de considerações «higienistas» e morais. Tais acções pretendiam-se ideologicamente neutras e cientificamente fundadas. A esta perspectiva opôs-se o *modelo da educação integral*, actualmente dominante, em que não só se alargam os domínios de informação como o desenvolvimento das competências cognitivas é indissociável do das competências afectivas e sociais. Ainda que boa parte dos defensores deste modelo não se coíba de admitir e discutir as sobredeterminações ideológicas das acções pedagógicas, a análise das práticas concretas (Zellman, 1981) mostra claramente que as atitudes e respostas dos educadores devem mais às encenações culturais que partilham do que aos eventuais progressos na investigação da sexualidade humana.

A escolarização do sexo, para além do projecto educativo e dos «modelos científicos» que a fundam, representa, essencialmente, uma das possíveis respostas a problemas mais gerais de natureza social e política. Desaulnier (1986) acentua a importância

Ora, a polémica não reside na falsa dicotomia informação/educação (é óbvio que nenhuma das perspectivas é axiologicamente neutra e ambas podem conduzir a modificações cognitivas e afectivas nos educandos), mas sim no *carácter distintivo da informação* veiculada e na *explicitação clara dos modelos e valores ideológicos* dos educadores, independentemente da respectiva formação científica. Dito por outras palavras, não são indiferentes as fontes de informação a que se recorre para concretizar objectivos de ordem cognitiva como aqueles que se referem ao uso do corpo como instrumento de prazer ou aos estilos alternativos de vida (variações da heterossexualidade conjugal, diversidade das formas de gratificação libidinal, historicidade e sobredeterminação político-ideológica dos papéis sócio-sexuais). De igual modo, a insistência na dimensão relacional da sexualidade é compatível com a adesão, por parte dos educadores, a modelos do casal diametralmente opostos.

É por esta ordem de razões que encontramos mais virtualidades na Lei nº 3/84, que coloca a tónica na esfera dos conhecimentos, do que na actual concretização da reforma educativa através da disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social. Note-se que o próprio regime de opção entre a disciplina de Religião e Moral (confessional) e a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social acaba por colocar esta última no mero registo ideológico. As razões para optar por uma (se não sou religioso não quero que os meus filhos frequentem as aulas de Religião e Moral) aplicam-se, *mutatis mutandis*, à outra.

Pensamos, pelo contrário, que as actuais disciplinas de Biologia, de Filosofia e da área de Ciências Sociais e Humanas são o lugar adequado para a «transmissão» de «informação distintiva» e para a crítica dos valores culturais que inevitavelmente envolvem tal informação. É pela iniciação ao verdadeiro trabalho de apropriação e transformação de conhecimentos que a escola poderá desenvolver as «competências sociais» dos educandos (Collège de France/Pierre Bourdieu, 1987). Não temos qualquer relutância em reconhecer que esta posição é coerente com a concepção, actualmente «minoritária» e «conservadora», que continua a privilegiar as funções clássicas da escola, nomeadamente aquelas que é habitual incluir no domínio cognitivo (Bruner, 1978).

Mais importante ainda é o simples facto de que uma educação sexual que mereça esse nome é impossível na ausência de um trabalho sistemático de investigação da sexualidade humana. Infelizmente, as palavras de Gagnon e Simon mantêm-se actuais: «Em muitos aspectos, a resistência à investigação sistemática no domínio sexual é maior do que a resistência à educação sexual, a qual é, possivelmente, definida como menos ameaçadora ou menos subversiva. Na verdade, o que pode conduzir à falência o movimento da educação sexual é que, mesmo entre a guarda avançada, há uma tendência para acreditar que a educação sem conhecimento é possível» (1973, p. 127).

No plano estritamente ideológico, e enquanto não for possível produzir «conhecimentos minimamente consensuais» no domínio da sexualidade humana, mais vale interrogarmo-nos sobre as virtudes de uma «educação negativa» (Lapassade & Schérer, 1980) do que alargarmos indefinidamente as funções da escola a domínios manifestamente incompatíveis com o «programa social» que lhe deu origem e que continua a justificar a sua existência: «Seria ingénuo pensar que é possível, ou mesmo desejável, dada a natureza das escolas, criar situações onde os estudantes possam falar abertamente sobre as suas próprias experiências e sentimentos sexuais. Isto, para o melhor ou para o pior, é algo que pode ter que ser deixado para o grupo de pares» (Gagnon e Simon, 1973, p. 123).

Uma última questão: faz sentido haver educação sexual, quaisquer que sejam as modalidades concretas que possa revestir, quando não se reconhece aos adolescentes a liberdade ou capacidade psicológica para decidirem se devem ou não comportar-se sexualmente? De modo mais cru, qual é o sentido da educação sexual se se dificulta ou interdita aos adolescentes o acesso directo aos contraceptivos?

de factores como a influência decrescente da família e da religião associada à emergência de novas práticas e valores sexuais, ao impacte dos *media* (via pornografia, violência sexual, etc.) e às «preocupações sociais» com a precocidade das relações sexuais e respectivas consequências.

Assistimos, pois, nas sociedades actuais a uma deslocação nos processos de controlo social da sexualidade. Mais exactamente, no espaço de poucas décadas, os processos de controlo de natureza pedagógica tomaram progressivamente o lugar dos mecanismos jurídico-normativos. Diga-se, de passagem, que a pedagogização da sexualidade é generalizada: da escola aos mais diversos meios de comunicação social, das acções educativas de tipo religioso às próprias práticas médicas e psicológicas. Obras de grande sucesso como as de Comfort (1972/1985, 1991/1992), para não falar das centenas de enciclopédias e manuais destinados a pais e educadores, situam-se neste mesmo registo pedagógico.

Em si mesma, a pedagogização do sexo, apesar dos processos de normalização que põe em jogo, pode ser considerada como globalmente positiva, no sentido em que corresponde efectivamente a uma maior tolerância social em relação a práticas e comportamentos «minoritários». Contudo, a simples mudança de estratégias de controlo não se retraduz directamente em novas «encenações culturais do sexo». Como notam lucidamente Bruckner e Finkielrault (1977/1981) e Szasz (1980), não foi a dimensão educativa das modernas terapias sexuais que as impediu de continuarem a reproduzir valores sexuais conformes às orientações conjugais dominantes. A persistência destas orientações é particularmente visível nos «modos de gestão pedagógica do medo» associados às mais diversas políticas de prevenção da SIDA. Markova e Wilkie, num interessante paralelo entre os fenómenos de representação social da sífilis e da SIDA, assinalam que «a posição moralista, tanto na luta contra a sífilis no início deste século, como na luta contra a SIDA nos nossos dias, tem sido a de que a resposta para o problema é a castidade e a monogamia» (1987, p. 404).

Do ponto de vista em que nos situamos, o importante a reter na modificação dos processos de controlo social da sexualidade é, apesar de tudo, a diminuição crescente do peso das grandes encenações culturais e a consequente abertura para a encenação pessoal do desejo sexual (Simon & Gagnon, 1986, 1987). No texto já citado, Bastide procede a uma desmontagem da «crença» na liberdade sexual como traço distintivo das sociedades primitivas, mostrando que «o erotismo é [pelo contrário] uma criação da inteligência, um requinte da cultura, um objecto de luxo; e, mesmo nas nossas sociedades, é apanágio de certas classes sem razão denominadas 'ociosas'» (1966/68, p. 48).

O declínio das grandes orientações é, obviamente, paralelo à complexificação das determinações estruturais da sexualidade. Assim, à medida que passamos das estruturas elementares às estruturas complexas e, dentro destas, à medida que passamos das sociedades pré-industriais às sociedades contemporâneas, a escolha do cônjuge depende cada vez mais de factores de natureza psicossocial. Numa situação limite, a selecção de parceiros sexuais/amorosos dependeria exclusivamente do desejo, da

paixão e da dinâmica da atracção interpessoal. Tal situação corresponderia ao triunfo completo do modelo do «amor romântico», que conjugaria numa mesma relação as funções sócio-económicas do casamento e as funções erótico-afectivas da sexualidade. De acordo com os historiadores da família (Anderson, 1980; Flandrin, 1981; Shorter, 1975), a emergência deste modelo nas sociedades ocidentais remonta ao século XVI, ainda que a sua generalização através dos grupos e classes sociais se tenha prolongado até aos nossos dias.

Se, por um lado, o modelo do «amor romântico» representa a orientação relacional da sexualidade dentro do casamento, por outro lado, ele é igualmente o fundamento de novas encenações culturais da sexualidade. Assim, nos nossos dias, as relações sexuais pré-matrimoniais, acompanhadas ou não de «coabitação juvenil» (Béjin, 1982b), constituem um cenário «maioritário». É ainda esta orientação relacional que, para além das «relações comerciais de sexo» e dos «scripts de sexo ocasional», caracteriza o cenário da homossexualidade ou o das relações sexuais extramatrimoniais, aparentemente distantes da heterossexualidade conjugal (Duberman, 1977).

2. SCRIPTS INTERPESSOAIS E ESTRUTURAS RELACIONAIS DA SEXUALIDADE

Numa tentativa de sistematização do campo das relações pessoais, Kelley e coll. (1983) propõem que no estudo das interacções humanas se distingam dois planos de análise: o *plano descritivo* (identificação dos padrões específicos de interacção) e o *plano explicativo* (explicitação dos mecanismos de interdependência). Mais exactamente (cf. *Figura 2.1*), os autores começam por definir a *interacção* como um *padrão de acontecimentos interpessoais*. Por *acontecimento* designam qualquer modificação que ocorre a nível individual, no plano cognitivo (pensamentos, crenças), emocional ou da própria acção. Para que possamos falar de interacção é necessário que as modificações ocorridas no indivíduo *P* estejam directamente relacionadas com as ocorridas no indivíduo *O*, i.e., para além das ligações internas, as duas cadeias de acontecimentos devem estar interconectadas. Kelley e coll. utilizam a expressão *conexões causais* para definir as ligações entre acontecimentos das cadeias de *P* e *O*. A estrutura destas ligações define as *propriedades da interacção* (v.g., intensidade, frequência e diversidade das conexões causais). Por sua vez, os padrões específicos de interacção são condicionados (*laços causais*) por factores mais ou menos estáveis de natureza disposicional (v.g., atributos pessoais), relacional (v.g., atitudes semelhantes), social (v.g., normas sociais) e ambiental (v.g., circunstâncias físicas e espaço-temporais). A determinação da influência destes factores (designados, genericamente, por *condições causais*) nos padrões de interacção constituiria o objectivo da análise causal, situando-se a identificação das propriedades no plano descritivo propriamente dito. Kelley e coll. não excluem a hipótese dos padrões específicos de interacção poderem contribuir para a modificação das respectivas condições causais.

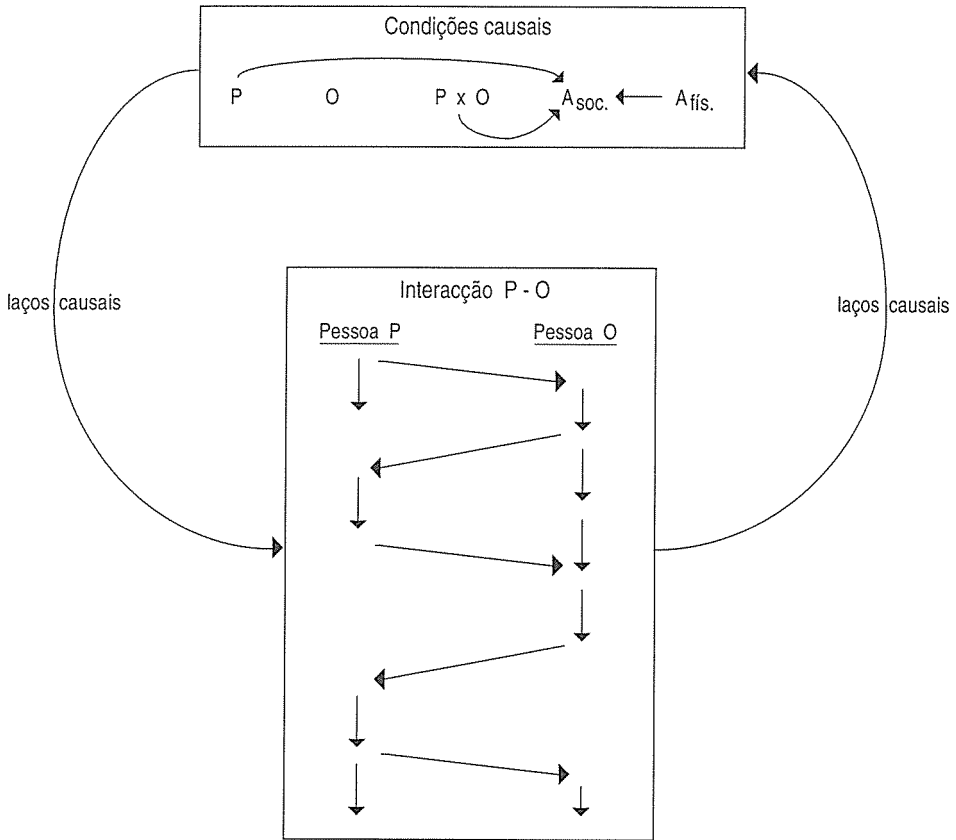


Figura 2.1 – O contexto causal das interações diádicas. As setas verticais, dentro do retângulo da interação, representam ligações entre acontecimentos (cognições, emoções ou comportamentos) que ocorrem em *P* ou em *O*. As setas oblíquas representam as conexões entre as respectivas cadeias de acontecimentos. As condições causais de natureza ambiental são indicadas pelas siglas $A_{soc.}$ (condições sociais) e $A_{fís.}$ (condições físicas e geográficas) [Fonte: Kelley et al., 1983, p. 57].

Na linguagem de Kelley e coll. (1983), os *scripts sexuais interpessoais* constituiriam condições causais relacionais das interações sexuais, enquanto as *encenações culturais* se situariam ao nível social. Por sua vez, os *scripts intrapsíquicos* seriam conceptualizados como condições causais de tipo pessoal. Qualquer que seja o nível dos scripts a que nos situemos, é evidente que o modo como regulam os comportamentos sexuais é indissociável das restantes condições causais e do padrão específico das interações. No presente subcapítulo centrar-nos-emos essencialmente no nível interpessoal dos scripts, analisando as estruturas relacionais e os modelos de amor que condicionam as interações sexuais.

2.1. Interações sexuais

Como já afirmámos, no interior de uma dada sociedade, o número de encenações culturais da sexualidade é relativamente restrito, o mesmo acontecendo com as grandes orientações ou ideologias que lhes estão subjacentes. Nass, Libby e Fisher (1981) consideram cinco tipos principais de scripts: o «script religioso tradicional», o «script romântico», o «script das relações sexuais baseadas na amizade», o «script da infidelidade ocasional» e o «script utilitário/predador». Forgas e Dobosz (1980) analisaram as representações de 25 episódios interpessoais heterossexuais (v.g., um *flirt* sem consequências durante uma festa de amigos, uma situação de infidelidade, um casamento de 30 anos, etc.) e chegaram à conclusão que os sujeitos classificam os *scripts interpessoais* em função de três dimensões: *sexualidade* (sexo físico vs. mero envolvimento afectivo), *valoração e equilíbrio das relações* (relações frustrantes vs. satisfatórias; relações simétricas vs. desiguais) e *amor e compromisso* (relações efémeras vs. relações duradoiras).

Basicamente, os scripts interpessoais organizam as interações fornecendo aos sujeitos pistas para interpretar e coordenarem os respectivos comportamentos, reduzindo, deste modo, a ambiguidade das situações. Para os actores em presença, os scripts interpessoais constituem a interpretação comum e contextualizada das encenações culturais pertinentes:

Apesar de não serem réplicas exactas das encenações culturais, os scripts interpessoais representam a nossa melhor compreensão do que as encenações culturais permitem e/ou requerem dentro de um dado contexto simbólico e interpessoal. Além disso, tais scripts não só reflectem o que o actor percebe como aquilo que dele se espera, mas potencialmente reflectem a sua inteira gama de identidades relevantes e aquilo que ele espera e deseja para si próprio (Simon & Gagnon, 1987, pp. 365-6).

A comunicação representa um dos aspectos centrais nos scripts interpessoais, uma vez que é através dela que «um encontro sexual potencial se transforma numa troca sexual explícita» (Simon & Gagnon, 1987, p. 366). Em contextos estandardizados, o problema da comunicação é relativamente menor e os scripts transformam-se em simples rotinas de interacção (Goffman, 1967). Contudo, em situações menos convencionais, a própria «entrada num script sexual» é objecto de negociação ao nível da atribuição de significações e da confirmação das identidades sociais e sexuais. McCormick e Jesser (1983), ao analisarem as situações de enamoramento, concluem que, apesar do relativo declínio do duplo padrão sexual, os rapazes, mais do que as raparigas, continuam a utilizar estratégias activas de sedução. Shotland e Craig (1988) mostraram experimentalmente que tanto os homens como as mulheres são capazes de diferenciar entre «intenções amigáveis» e «intenções sexuais», ainda que os primeiros manifestem limiares mais baixos para atribuição de significações sexuais. Muehlenhard e Hollabaugh (1988) assinalam que 39.3% das mulheres já recusaram, pelo menos uma vez, ter relações sexuais, ainda que o desejassem. A prevalência deste script clássico («Women sometimes say no when they mean yes») está associada à adesão a estereóti-

pos tradicionais dos papéis sexuais e a dimensões atitudinais como a *erotofobia-erotofilia*. Note-se que esta investigação incidiu sobre estratégias de recusa concomitantes com o desejo de se envolver numa relação sexual e não em situações ditas de «assédio sexual». Entre as razões invocadas para a incongruência entre comportamentos e desejos contam-se, para além das de ordem prática, as relacionadas com factores de inibição e com a utilização de estratégias de manipulação.

Apesar da generalidade destas investigações confirmar a prevalência de scripts sexuais clássicos convém, igualmente, chamar a atenção para o papel dos indivíduos na definição e construção das situações e para a utilização estratégica dos atributos pessoais no quadro dos «jogos de sedução». Snyder, Berscheid e Glick (1985) mostraram que os indivíduos com elevado grau de *automonitorização* (capacidade de controlar o comportamento expressivo) são mais susceptíveis de iniciar uma relação romântica com base na aparência exterior do potencial parceiro, ao passo que os indivíduos com baixa automonitorização dão maior importância aos atributos internos. A automonitorização está, igualmente, relacionada com a escolha das situações apropriadas para iniciar uma relação amorosa. De acordo com um estudo de Glick (1985), os sujeitos com elevada automonitorização, quando confrontados com a possibilidade de optar entre um ambiente romântico (v.g., jantar num restaurante agradável) e outro menos romântico (v.g., lanchar no bar da universidade), escolhiam o primeiro com maior frequência do que os sujeitos com baixa automonitorização. Por último, a automonitorização está associada a um maior número de experiências sexuais e a atitudes mais permissivas relativamente à sexualidade (Snyder, Simpson & Gangestad, 1986). Para além da automonitorização, outras variáveis de natureza disposicional, como o «humor de momento» (Forgas, Bower & Krantz, 1984) ou o «estilo competitivo» (Laner, 1989), podem influenciar a «entrada nos scripts sexuais».

Numa perspectiva naturalista, a transformação de um encontro ou de uma situação de interacção numa troca sexual explícita daria lugar à «sequência normal da resposta sexual humana». Contudo, ainda aqui, e para além das encenações privadas do desejo (cf. *ponto 3.1* deste capítulo), o comportamento continua a ser regulado pelos scripts interpessoais relevantes, que incluem esboços mais ou menos precisos das «técnicas eróticas» apropriadas e representações sociais do desenrolar do próprio acto sexual, sem esquecer que as *performances* são referidas aos critérios de validação das «aparências» e identidade social dos actores. Harré (1981) distingue claramente entre os «projectos práticos» (v.g., ter relações sexuais) e os «projectos expressivos» (v.g., confirmação da identidade) das trocas sexuais. Estes últimos ocorrem inevitavelmente num contexto simbólico e, ao contrário dos «automatismos», são governados por regras.

2.2. Relações íntimas

Se voltarmos à tipologia dos scripts de Nass, Libby e Fisher (1981), facilmente se verifica que, com a excepção do «script utilitário/predador» e, em parte, do «script da infidelidade ocasional», as trocas sexuais, encenadas culturalmente e vividas no quadro

das interações humanas, ocorrem, geralmente, ainda que não necessariamente, no interior de relações interpessoais mais ou menos duradouras e caracterizadas por padrões específicos de interdependência. O sexo constitui um dos principais recursos ou fontes de gratificação/frustração das relações humanas, independentemente da respectiva natureza institucional. L'Abate e Hewitt (1988), adoptando a teoria dos recursos de Foa e Foa (1980), distinguem três modalidades de interacção sexual em que o sexo é visto como um «recurso»: a) no registo do «fazer», o *sexo como performance* pressupõe a troca de informações e serviços; b) no registo do «ter», o *sexo como produto* é equacionado como bem material ou simbólico (dinheiro); no registo do «ser», o *sexo como presença* remete-nos para o amor e para o «estatuto» (importância atribuída ao *eu* e ao *outro*).

Durante as décadas de 70 e 80, os psicólogos e outros cientistas sociais começaram a estudar, de modo sistemático, um tipo particular de relações interpessoais: as *relações íntimas*. Se bem que a capacidade de construir e manter relações interpessoais íntimas constitua um dos principais critérios de «saúde mental» e de satisfação interpessoal, não é fácil definir o conceito de intimidade. Levinger e Snoek (1972) afirmam que todas as relações humanas se podem caracterizar pelo respectivo grau de intimidade, desde a ausência de qualquer contacto até à mais profunda reciprocidade, passando por estádios intermédios de conhecimento. De acordo com um estudo de Rands e Levinger (1979), a probabilidade de ocorrência de diversos comportamentos (actividades sociais, contacto físico, auto-revelação, elogios, críticas, etc.) é directamente condicionada pelo tipo de relação (conhecimento ocasional, relação de amizade, casamento, etc.).

A intimidade pode, pois, ser perspectivada como um padrão específico de interacções que caracteriza determinadas relações. Mas como definir tais relações, ou, mais exactamente, como distingui-las das relações humanas tomadas na acepção mais ampla? Hinde define as relações pessoais como «uma série de interacções entre dois indivíduos conhecidos um do outro [...] em que a interacção é afectada pelas interacções passadas ou é susceptível de influenciar as futuras» (1979, p. 2). Por outras palavras, tais relações pressupõem uma história e implicam expectativas relacionais mais ou menos generalizáveis.

De acordo com o modelo das relações pessoais de Kelley e coll. (1983) anteriormente descrito, as *relações interpessoais íntimas* definem-se como aquelas em que as conexões causais entre *P* e *O* são simultaneamente *intensas* (i.e., *P* tem capacidade de afectar os acontecimentos de *O* e vice-versa), *frequentes*, *diversificadas* (i.e., não se limitam a acontecimentos específicos) e *duradouras*. Esta definição está na base de uma escala de avaliação do grau de intimidade das relações interpessoais, recentemente desenvolvida por Berscheid, Snyder e Omoto (1989)³³.

O modelo ou grelha de análise das relações interpessoais de Kelley e coll. (1983), de inegável valor heurístico, tem por base a *teoria da interdependência* de Thibaut e

³³ De acordo com os resultados provisórios de uma investigação em curso, os dados da população portuguesa apresentam similitudes acentuadas com os obtidos na população norte-americana (Alferes, em preparação).

Kelley (1959; Kelley & Thibaut, 1978). De acordo com esta teoria, todas as relações interpessoais se caracterizam pela capacidade recíproca dos intervenientes em controlar os recursos materiais e simbólicos do outro através de comportamentos específicos e/ou pela expressão de atitudes ou outros atributos disposicionais. Nos parágrafos que se seguem, debruçar-nos-emos sobre a dinâmica das relações íntimas, de molde a evidenciar alguns dos principais processos de interdependência cognitiva, emocional e comportamental implicados na gestão interpessoal da sexualidade.

2.2.1. Comunicação e auto-revelação

Numa relação íntima, independentemente da sua natureza institucional e dos recursos nela envolvidos, a comunicação entre os parceiros é, antes de mais, uma condição indispensável para a existência da própria relação (Brehm, 1984). É através da palavra que partilhamos os *acontecimentos privados* ou as *significações do mundo objectivo e social*. É ainda através dela que controlamos avaliativamente o comportamento do outro, que gerimos os conflitos ou construímos, em boa parte, a imagem que damos de nós mesmos (Tedeschi & Reiss, 1981).

Entre as diversas funções³⁴ da comunicação verbal, há uma que merece especial relevo no quadro das relações íntimas. Trata-se da *função auto-referencial*: «Troca de informações que se referem ao *eu*, incluindo estados pessoais, disposições, acontecimentos do passado, planos para o futuro» (Derlega & Grzelak, 1979, p. 152). Os psicólogos sociais, na sequência dos trabalhos pioneiros de Jourard (1964) e da *teoria da penetração social* de Altman e Taylor (1973), designam este tipo de comunicação por *auto-revelação*. Os conteúdos assim partilhados contribuem para intensificar o grau de intimidade, criando estruturas cognitivo-mnésicas comuns (Wegner, Giuliano & Hertel, 1985).

De acordo com diversas investigações (Berg, 1984; Derlega, 1984; Hill & Stull, 1982), o primeiro aspecto relevante nos comportamentos de auto-revelação diz respeito à reciprocidade: se *A* informa *B* sobre os conteúdos do seu mundo privado, *B*, geralmente, responde fazendo revelações idênticas. Contudo, este efeito parece caracterizar principalmente os estados iniciais de intimidade; em fases mais avançadas a retribuição das auto-revelações é, frequentemente, diferida (Miller & Berg, 1984).

As vantagens dos comportamentos de auto-revelação, nomeadamente o aumento do conhecimento recíproco e a conseqüente redução da ambigüidade (incerteza) inerente à relação, têm contrapartida na possibilidade do outro utilizar as informações para adqui-

³⁴ Para além das funções referenciais, emotivas, etc., a *função fática* caracteriza um tipo particular de comunicação íntima: as declarações reiteradas de amor entre apaixonados visam simplesmente manter aberto o *canal de comunicação*: «Declaração: Propensão do sujeito apaixonado para falar abundantemente, numa emoção contida, com o ser amado do seu amor, dele, de si, de ambos: a declaração não incide sobre o testemunho do amor, mas sobre a forma, infinitamente comentada, da relação de amor» (Barthes, 1977, p. 98).

rir controlo e poder no seio dessa relação (Butler, 1987; Coates & Winston, 1987; Derlega, 1984). Refira-se, ainda, que tais comportamentos podem ser utilizados de modo estratégico com o objectivo de validar o conceito-de-si (Tedeschi & Reiss, 1981).

Relativamente a esta última questão colocam-se alguns problemas de natureza conceptual. Em particular, é difícil discriminar entre auto-revelação e estratégias de auto-apresentação, cujo objectivo último consiste no aumento e/ou preservação do poder de influenciar os outros e de controlar o ambiente social (Jones & Pittman, 1982). Fisher (1984), numa tentativa de sistematização conceptual, propõe que se defina a auto-revelação em função dos seguintes atributos: *veracidade* das informações, *sinceridade* relativa aos motivos subjacentes à comunicação, *intencionalidade*, *novidade* e *carácter privado* dos conteúdos comunicados. A *auto-revelação* distinguir-se-ia, pois, de outros comportamentos de auto-referência. Pela sinceridade relativa aos motivos contrastaria com a *auto-apresentação*; a privacidade dos conteúdos separá-la-ia da simples *auto-descrição* e a intencionalidade dos *lapsos*. Finalmente, pela novidade das informações, distinguir-se-ia da mera *repetição* e pela veracidade da *mentira*.

2.2.2. *Processos emocionais*

Por razões de natureza teórica e metodológica (cf. *ponto 1.1* do *Capítulo III*) o estudo empírico dos processos emocionais nas relações interpessoais tem sido relegado para segundo plano. Uma das tentativas mais recentes — pelo menos em termos de definição de uma grelha conceptual suficientemente abrangente — para colmatar esta lacuna deve-se a Berscheid (1983). Procurando articular os aspectos consensuais de diversas teorias das emoções (v.g., Mandler, 1975; Schachter, 1964), nomeadamente o relevo concedido à activação fisiológica e aos sistemas cognitivos de interpretação das situações, e recorrendo ao conceito de *sequências de comportamentos supra-organizados* (Mandler, 1975), Berscheid propõe que se estudem os processos emocionais no quadro da grelha de Kelley et coll. (1983) anteriormente descrita: «os fenómenos afectivos que ocorrem numa relação são uma função directa, e por vezes previsível, das várias propriedades de interdependência que caracterizam a relação» (Berscheid, 1983, p. 118).

Mais especificamente, Berscheid (1983) afirma que, para que *P* possa despertar/induzir emoções em *O*, é necessário que as respectivas cadeias de acontecimentos intrapessoais estejam interconectadas. Caso se verifique esta situação, qualquer acontecimento na cadeia de *P*, que interfira/interrumpa a sequência organizada dos acontecimentos/comportamentos na cadeia de *O*, é susceptível de gerar emoções em *O*. O sinal positivo ou negativo das emoções geradas depende do tipo de interrupção (desencadeador de activação fisiológica, que, por sua vez, constitui um sinal para que o sistema cognitivo-interpretativo entre em acção). Em rigor, não é o valor aversivo ou gratificante da interrupção em si mesma, mas a expectativa de que ela facilite ou iniba a sequência organizada de acção, que determina o carácter positivo ou negativo da emoção.

O modelo proposto permite definir o investimento emocional numa relação como a extensão em que cada um dos actores tem o poder de interromper as sequências de

acção do outro ou, inversamente, o grau em que cada um deles é vulnerável às interrupções do outro. Esta interpretação liga o investimento emocional à dependência relacional: quanto maior é o primeiro, maior é a segunda.

Shaver e Hazan (1985), ao avaliarem a teoria de Mandler/Berscheid, consideram que, apesar de correcta, ela contém algumas fraquezas, principalmente porque negligencia o papel dos factores de natureza motivacional (motivos, necessidades, desejos) na emergência das emoções. Apoiando-se na *teoria da geração das emoções* de Roseman (1984), Shaver e Hazan (1985) defendem que todos os estados emocionais podem ser conceptualizados pela convergência ou não entre *resultados esperados* (desejos) e *resultados obtidos*. Assim, resultados desejados e obtidos dariam lugar a emoções como a *alegria* e o *prazer*, ao passo que os desejados e não obtidos se traduziriam em *tristeza* ou *pena*; a *angústia*, a *ansiedade* e o *desconforto* corresponderiam à obtenção de resultados não desejados, enquanto o *alívio* seria função da ausência (não obtenção) dos mesmos. No *ponto 2.1* do *Capítulo 3*, a propósito das condições antecedentes do amor passional, voltaremos à problemática das emoções nas relações interpessoais.

2.2.3. Poder e conflito

Do que ficou dito anteriormente, pode facilmente depreender-se que a capacidade de gerar emoções positivas no outro constitui uma das diversas condições causais relevantes para a análise do poder no interior de uma relação. Para além da *dependência emocional*, a *dependência informativa* e a *dependência comportamental* (em sentido estrito) expressam as duas outras grandes categorias de condições causais das relações de poder.

Huston (1983), também com base na grelha de Kelley e coll. (1983), propõe-se analisar o poder nas relações íntimas partindo da distinção entre três termos correlacionados: *influência* (níveis ou instâncias de interconexão entre os acontecimentos nas cadeias de *P* e *O*); *dominância* (a influência de *P* sobre *O* é assimétrica relativamente à de *O* sobre *P* em diversas áreas de funcionamento) e *poder* (conceito explicativo relativo a um tipo particular de influência exercida por *P* de modo controlado e com vista à obtenção de determinados objectivos ou benefícios no quadro da relação). Em rigor, o conceito de poder não se refere a um atributo pessoal (Foucault, 1976), não é uma característica do actor, mas uma relação instrumental, não transitiva e desequilibrada (Crozier, 1977).

Seguindo a conceptualização de Huston (1983), e admitindo a natureza relacional do poder, os principais parâmetros a considerar na sua análise referem-se: a) aos *conteúdos* ou natureza das actividades que mediatizam o exercício do poder; b) às *intencções* do actor (a intencionalidade pressupõe que *P* antecipe as consequências dos seus comportamentos na relação com *O*); c) ao modo de influência ou tipo de *estratégias* utilizadas pelo actor; d) à magnitude das *modificações induzidas* no indivíduo-alvo e e) às *consequências* (sucesso ou fracasso) para o actor.

Se os conteúdos dependem da natureza da relação e a intencionalidade constitui um critério fundamental para caracterizar uma relação de poder, já as estratégias podem

ser classificadas em termos de grandes categorias de acção. Como exemplo, refira-se a tipologia das estratégias de auto-apresentação (aliciamento/*ingratiation*, intimidação, autopromoção, exemplaridade e súplica) de Jones e Pittman (1982) ou a classificação das mensagens verbais de influência (ameaças, promessas, previsões de boas consequências e previsões de más consequências) proposta por Tedeschi, Schlenker e Lindskold (1972).

No caso específico das relações íntimas heterossexuais, Falbo e Peplau (1980), solicitando a 200 adolescentes de ambos os sexos que descrevessem o modo como obtinham do parceiro o que desejavam nas mais diversas situações, identificaram 13 estratégias de influência que classificaram de acordo com dois parâmetros: *directas* (v.g., pedir, conversar) vs. *indirectas* (v.g., sugerir) e *interactivas* (v.g., negociar, persuadir) vs. *solitárias* (v.g., afastamento). Falbo e Peplau verificaram que os homens utilizam, preferencialmente, estratégias directas e interactivas, ao passo que as mulheres privilegiam as indirectas e solitárias.

Um outro aspecto relevante para a compreensão das estratégias diz respeito ao tipo de recursos (condições causais) que elas mobilizam. A teoria de French e Raven (1959) sobre as bases do poder social³⁵, ao permitir distinguir entre seis tipos de relações de poder (legítimo, de recompensa, coercivo, de referência, de especialista e informativo), pode funcionar como dispositivo heurístico para a análise do poder nas relações íntimas. Como nota Huston (1983), esta tipologia permite-nos distinguir, por exemplo, entre o modelo normativo das relações conjugais, baseado no poder legítimo, e o modelo que designaremos como interactivo, que se apoia na utilização diferencial dos restantes recursos.

A gestão dos recursos e as estratégias de exercício do poder no âmbito das relações interpessoais íntimas dão, geralmente, lugar a conflitos³⁶, circunstanciais ou estruturais, caso as condições causais que estiveram na sua origem não sejam removidas ou modificadas (Peterson, 1983). Entre os diferentes tipos de conflitos interpessoais, aqueles cujas condições antecedentes nos remetem directamente para a «experiência» do ciúme assumem lugar de destaque no estudo dos comportamentos sexuais.

Revestindo ou não carácter patológico, justificado ou não pelos comportamentos objectivos do parceiro, o ciúme constitui uma das principais causas de ruptura das relações íntimas estruturadas em torno da sexualidade e reguladas normativamente pelos padrões de conjugalidade heterossexual. Buunk e Bringle definem o ciúme como «uma reacção emocional aversiva, desencadeada por uma relação que envolve o nosso parceiro actual ou anterior e uma terceira pessoa. Esta relação pode ser real, imaginada ou esperada, ou pode ter ocorrido no passado» (1987, p. 124).

Conceptualizado como uma ameaça contra uma relação existente, o *ciúme* pressu-

³⁵ Para uma revisão desta teoria, em particular do seu alcance no âmbito dos processos de decisão e liderança nos grupos, cf. Jesuíno, 1987.

³⁶ Para uma análise dos conflitos no quadro mais geral das relações intergrupais, cf. Monteiro, 1993.

põe a existência de uma situação triangular (*A* mantém uma relação com *B* e qualquer tentativa para que se estabeleça uma relação entre *B* e *C* gera ciúmes em *A*) e distingue-se das noções correlativas de *inveja* (*C* pode invejar a relação entre *A* e *B*) ou *rivalidade* (*A* e *C* lutam para estabelecer uma relação com *B*) (Bryson, 1977, *cit. in* Brehm, 1984, 1985). Brehm (1984, 1985), ao rever a literatura sobre o ciúme, sublinha os seus determinantes culturais (importância das normas sociais que prescrevem a exclusividade das relações, em particular das relações sexuais) e interroga-se sobre o papel da auto-estima na sua génese, terminando por citar a máxima de La Rochefoucauld: «O que está em causa no ciúme é menos o amor do que o amor-próprio» (*cit. in* Brehm, 1984, p. 182)³⁷.

Contudo, tanto no que diz respeito às reacções afectivas como às estratégias de lidar com o ciúme, parecem existir, pelo menos na nossa cultura, diferenças associadas ao sexo. De acordo com White (1981), as reacções emocionais, subordinadas à *dependência da própria relação*, seriam predominantes nas mulheres, enquanto a *dependência auto-avaliativa* (relacionada com a diminuição da auto-estima) assumiria maior relevância nos homens. Esta dicotomia encontraria paralelo na categorização das estratégias de esconjuração do ciúme sugerida por Bryson (1977): tentativas de *preservar* /ou *aperfeiçoar a relação* vs. tentativas de *salvaguardar o amor-próprio*.

2.3. Modelos de amor

As relações íntimas, cujos aspectos estruturais e dinâmicos temos vindo a referir, podem ser conceptualizadas como a sequência normal de fenómenos de atracção interpessoal (cf. *ponto 1.* do *Capítulo III*), o que não implica, obviamente, que a atracção inicial constitua condição necessária da intimidade. De igual modo, a intimidade não pressupõe necessariamente a existência de trocas sexuais. Cabe, no entanto, perguntar, no que diz respeito às relações de intimidade organizadas em torno da sexualidade, qual é o modo como se articulam as condições iniciais da relação com as respectivas características estruturais, qual é o lugar da paixão no interior da relação, numa palavra, quais são os *modelos de amor* que organizam a relação³⁸. De acordo com Kelley

³⁷ Brehm não se esquece de assinalar: «Com o objectivo de nos ajudar a reagir racionalmente ao ciúme, podíamos imaginar que, colado a cada relação íntima, existe um aviso que diz: *Atenção*. É perigoso para a sua saúde e para a do seu parceiro não saber — seguramente, claramente e para além de quaisquer dúvidas — que você é um ser humano digno e com valor, com *ou* sem o amor do seu parceiro» (1985, p. 276).

³⁸ A ligação (ou melhor, a indissociabilidade) entre *sexo* e *amor* é historicamente datável e socialmente construída. Não é um imperativo biológico, nem um requisito imprescindível para o equilíbrio psicológico individual (Ellis, 1966/1977) ou para a organização social de uma comunidade isenta de conflitualidades. Do ponto de vista histórico (diacrónico), as condições de associação entre sexo e amor remetem-nos para a emergência do paradigma do «amor romântico» em que o afecto rivaliza com os factores de ordem económica e cultural nas estratégias de escolha do cónjuge (cf. *ponto 1* deste capítulo). Do ponto de vista sociológico (sincrónico), as ligações sócio-sexuais via afecto são possíveis depois de ultrapassados os outros «filtros» de selecção do cónjuge, cuja importância não é idêntica em todos os

(1983), tais modelos consistem num conjunto articulado de noções a respeito das condições causais e da evolução temporal do amor, do modo como tais condições afectam e são afectadas pela própria interacção e/ou pelos acontecimentos exteriores.

Como sublinha Kelley (1983), entre as condições causais do amor devem ser referidas as próprias concepções (representações/crenças) que os indivíduos têm a esse respeito. Tais concepções teriam como causas distais os modelos e normas culturais, socialmente construídos e historicamente datáveis (v.g., amor cortês, romantismo, etc.). Kelley propõe que se distingam três grandes modelos: o *amor passional*, o *amor pragmático* e o *amor altruísta*. Com base nas suas próprias investigações sobre as dimensões do amor (*love*) e da amizade (*liking*) nas escalas de Rubin (1970), Kelley (1983; Steck, Levitan, McLane & Kelley, 1982) afirma que a *necessidade* do outro constitui o núcleo do primeiro modelo; a *confiança* e a *tolerância* seriam os componentes centrais do amor pragmático; por último, a *preocupação/cuidado* com o outro especificariam o amor altruísta.

Depois de proceder a uma análise sistemática das diferentes teorias/taxonomias do amor, Sternberg (1986, 1987; Sternberg & Grajek, 1984) defende que os fenómenos englobados sob esse rótulo podem ser categorizados em função de três componentes principais, que formariam os vértices de um triângulo: a) *intimidade*: sentimentos de proximidade, de vinculação ao outro (componente predominantemente emocional); b) *paixão*: impulsos relacionados com o «romance», a atracção física e a sexualidade (componente essencialmente motivacional); e c) *decisão/compromisso*: decisão a curto prazo de que amamos o outro; a longo prazo, aceitação do compromisso de continuar a relação (componente cognitivo).

A combinação destes três componentes possibilitaria construir uma taxonomia ou sistema de classificação dos diferentes modelos de amor e/ou tipos de atracção interpessoal. Admitindo apenas a presença ou ausência das emoções, motivações e cognições ligadas aos três componentes, estaríamos na presença dos oito tipos sumariados no *Quadro 2.1*.

À semelhança do que acontece com outras teorias psicométricas do amor (v.g., Lee, 1976; Rubin, 1970) a principal limitação do modelo de Sternberg resulta do facto de não se basear directamente na análise dos processos evolutivos e psicossociais envolvi-

grupos e classes sociais (Murstein, 1986). Por último, se nos situarmos num ponto de vista psicológico ou existencial, a ligação entre sexo e amor pode revestir três formas principais: a) *conjugal* — o sexo decorre do amor; b) *passional* — o sexo e o amor são indistinguíveis; e c) *libidinal* — o amor decorre do sexo. Se quisermos ser mais rigorosos, há, ainda, a possibilidade de distinguir duas formas extremas: a) *platónica (mística)* — o amor dispensa o sexo; e b) *instrumental (comercial)* — o sexo dispensa o amor.

Note-se, contudo, a relatividade destas distinções. Em primeiro lugar, todas as experiências sexuais integram outros componentes emocionais distintos da paixão; em segundo lugar, o amor é, simultaneamente, uma ficção pessoal da intimidade e uma construção social da afectividade e das emoções (Averill, 1985). Pensamos não exagerar ao afirmar que, na discussão das *relações de inclusão e/ou implicação entre sexo e amor*, nem a beatice dos epígonos da afectividade (é preciso injectar o afecto no sexo), nem a pornografia dos atletas sexuais (é preciso expurgar a *performance* de subjectividades comprometedoras) têm fundamento.

QUADRO 2.1

Classificação dos tipos de amor/atracção segundo a presença (+) ou ausência (-) dos componentes *intimidade, paixão e decisão/compromisso* [Fonte: Sternberg, 1986, p. 119]

Tipo de amor/atracção	Componente		
	Intimidade	Paixão	Decisão/compromisso
«Inexistência de amor» (<i>nonlove</i>)	-	-	-
«Amizade» (<i>liking</i>)	+	-	-
«Amor à primeira vista» (<i>infatuated love</i>)	-	+	-
«Amor vazio» (<i>empty love</i>)	-	-	+
«Amor romântico» (<i>romantic love</i>)	+	+	-
«Amor conjugal» (<i>companionate love</i>)	+	-	+
«Amor irreflectido» (<i>fatuus love</i>)	-	+	+
«Amor consumado» (<i>consumate love</i>)	+	+	+

dos nas relações amorosas. Contudo, dos pontos de vista descritivo e heurístico, a *teoria triangular do amor* pode vir a constituir-se como ponto de partida para o estudo sistemático de tais relações.

3. SCRIPTS INTRAPSIQUICOS E EXPERIÊNCIAS SEXUAIS

3.1. Encenação do desejo

Quais são as sequências de actos, posturas, objectos e gestos através das quais os corpos/sujeitos se envolvem em trocas sexuais culturalmente esperadas, relacionalmente possíveis e individualmente significativas? Basicamente, tais sequências podem ser descritas como reacções fisiológicas e comportamentos manifestos regulados pelos respectivos resultados, mediatizados por processos internos, que sustentam e modulam a activação sexual e, tendencialmente, desencadeados por condições externas de estimulação (Byrne, 1977, 1986; Przybyla & Byrne, 1981). O esquema da sequência do comportamento sexual, proposto por Byrne (1986) e reproduzido na *Figura 2.2*, servir-nos-á de fio condutor para uma breve análise dos «acontecimentos» que caracterizam as actividades e/ou trocas sexuais. Em rigor, o esquema apresentado refere-se a uma sequência comportamental individual, aplicando-se, como tal, a actividades auto-eróticas. O estudo das relações sexuais entre dois indivíduos exige, obviamente, a articulação de duas sequências comportamentais.

Uma sequência de comportamento sexual implica *modificações fisiológicas* eventualmente conducentes ao *orgasmo*. Desde o trabalho pioneiro de Master e Jonhson (1966) que conhecemos com algum pormenor a fisiologia da resposta sexual humana e as modificações corporais correlativas³⁹. Do ponto de vista da psicologia social, é

³⁹ Para uma discussão da fisiologia da resposta sexual humana, podem consultar-se, para além da

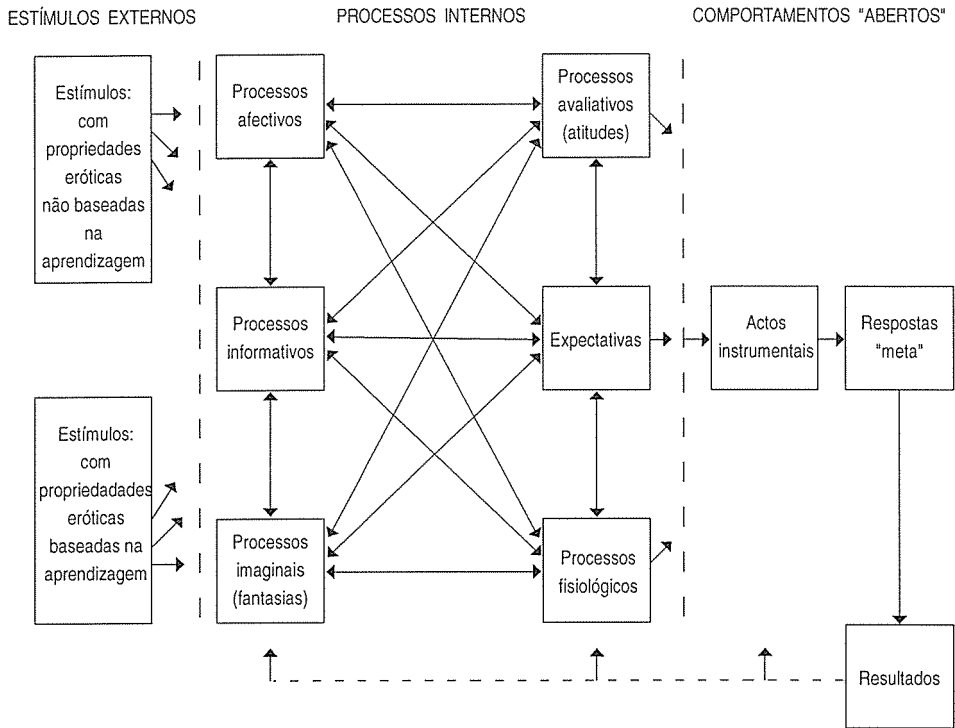


Figura 2.2 – A sequência do comportamento sexual. De acordo com o seu proponente, o modelo «descreve uma unidade de comportamento sexual (incluindo actos instrumentais e respostas finais) como função de estímulos externos (baseados ou não na aprendizagem) e de processos internos (processos afectivos, avaliativos e informativos; expectativas, fantasias e activação fisiológica)» [Fonte: Byrne, 1986, p. 8].

importante sublinhar, para além da mediação cognitiva da estimulação sexual, o papel dos scripts e das representações sociais da sexualidade enquanto sistemas de referência em função dos quais os indivíduos avaliam os *resultados* da sua própria actividade sexual. Como nota Fisher (1986), um simples orgasmo durante o coito pode ser sentido como uma experiência transcendente, para aqueles cujas expectativas e fantasias são relativamente modestas, ou como um acontecimento decepcionante para os que se erigem outros padrões de funcionamento sexual. De igual modo, os *actos instrumentais* conducentes ao orgasmo inscrevem-se, contrariamente ao que é comum pensar-se, em scripts sexuais cuja significação é estabelecida por aprendizagem directa ou vicariante (cf. *ponto 3.2* deste capítulo).

O corpo e os movimentos expressivos do outro constituem, obviamente, o principal

obra de Master e Jonhson (1966), os seguintes trabalhos: Zuckerman (1971), Heiman (1977), Rosen e Beck (1986) e Bancroft (1989).

estímulo sexual externo. Em particular, determinadas «regiões» possuem valor erótico diferencial (v.g., as zonas ditas erógenas ou certas partes do rosto como os lábios)⁴⁰. Contudo, a própria percepção do corpo como «excitante» é influenciada pelos scripts sexuais. Numa investigação de Byrne e DeNinno (1973, *cit. in* Baron, Byrne & Griffitt, 1974), era pedido a indivíduos de ambos os sexos que indicassem o nível de activação sexual após observarem dois tipos de filmes eróticos (um casal integralmente nu mantendo relações sexuais incluindo sexo oral-genital — *condição coito* — vs. um casal parcialmente vestido praticando carícias múltiplas — *condição carícias*). Em termos globais, os sujeitos indicaram maior activação na condição coito. Mas, mais interessante, os autores manipularam, igualmente, as crenças dos sujeitos: na *condição relação amorosa* era-lhes dito que as imagens se referiam a indivíduos apaixonados recentemente casados; na *condição relação lúdica*, as mesmas imagens eram apresentadas como relativas a indivíduos que acabavam de se conhecer e tinham como único motivo o prazer sexual. Os resultados (cf. *Gráfico 2.1*) indicam que, tanto para os homens como para as mulheres, quer se tratasse de coito ou de carícias, o *script relação lúdica* produzia maior activação. Um outro resultado interessante diz respeito à interacção entre sexo do respondente e tipo de actividade sexual: ignorando o tipo de relação, nas situações de carícias os homens manifestam maior activação do que as mulheres, verificando-se o inverso nas situações de coito.

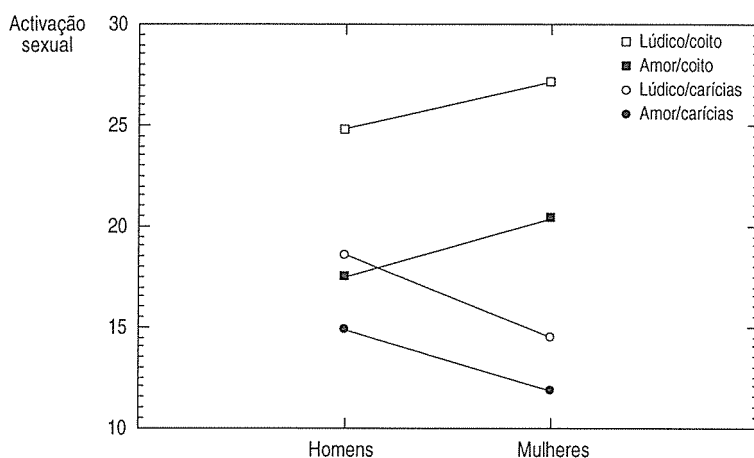


Gráfico 2.1 – Activação sexual em função do sexo e do tipo de conteúdos de filmes eróticos [Dados originais: Baron, Byrne & Griffitt, 1974, p. 479]

A «encenação do desejo» depende, igualmente, de componentes internos de natu-

⁴⁰ Os etólogos falam de *estímulos desencadeadores* e de *exibições sexuais* para se referirem ao papel que as características morfológicas ou movimentos instintivos ritualizados desempenham na indução de comportamentos sexuais (cf. *ponto 3* do *Capítulo III*).

reza afectiva e atitudinal. Mais especificamente, a probabilidade de ocorrência de respostas sexuais é influenciada pelas *respostas emocionais* positivas ou negativas (v.g., ansiedade, culpabilidade) associadas ao sexo. Fisher, Byrne e White (1983) afirmam que, do ponto de vista biológico, o sexo estaria inicialmente associado a emoções positivas. Contudo, as experiências sexuais e as normas sociais podem conduzir ao desenvolvimento de sistemas *erótico-fóbicos* ou *erótico-fílicos* que constituiriam verdadeiros reguladores emocionais dos comportamentos sexuais. Para além das respostas emocionais em sentido estrito, as orientações avaliativas ou *atitudes* relativas à sexualidade (v.g., permissividade) condicionam, igualmente, a probabilidade de ocorrência dos comportamentos sexuais.

As *informações*, «objectivas» ou «distorcidas», que os indivíduos têm sobre a sexualidade são susceptíveis de moldar os seus comportamentos, gerando *expectativas* positivas ou negativas relativamente às eventuais consequências das suas acções. Entre essas informações, contam-se as que se referem ao uso de contraceptivos, as relativas ao próprio desenrolar dos actos sexuais e aos «riscos» que comportam. A generalidade dos terapeutas sexuais (v.g., Kaplan, 1979; Masters & Johnson, 1970) insiste, de modo particular, na modificação das crenças dos respectivos clientes. A política de prevenção do SIDA, que tem vindo a ser desenvolvida desde o início da década de 80, tem como um dos principais componentes o fornecimento de informações destinadas a permitir o chamado «sexo sem risco».

Na sua definição clássica de psicologia social, Allport (1968) sublinhava que, nas interacções humanas, o «outro» pode ser real, implícito ou imaginário. Os *processos imaginais* e as *fantasias sexuais* contam-se, efectivamente, entre os principais componentes da sexualidade humana. Ao contrário do que Freud (1908/1962) afirmava, as fantasias não são necessariamente um substituto das actividades sexuais. De acordo com diversas investigações (Giambra & Martin, 1977; Wilson, 1978) existe uma correlação positiva entre o número e a diversidade de fantasias e a frequência de actividades sexuais. Além disso, as fantasias sexuais não estão associadas a dificuldades no funcionamento sexual, nem a perturbações de personalidade (Hariton & Singer, 1974). Pelo contrário, parece existir uma relação positiva entre a quantidade de fantasias e certos traços de personalidade, como a criatividade (Hariton & Singer, 1974) e a independência (Brown & Hart, 1977). Para além da diversidade de conteúdos e de eventuais diferenças ligadas ao sexo (Arndt, Foehl & Good, 1985; Wilson, 1978), as fantasias funcionam como estímulos (internos) desencadeadores das actividades sexuais, desempenhando, igualmente, um papel preponderante na manutenção da excitação no decurso dessas mesmas actividades (Sue, 1979).

É ao nível dos processos imaginais e das fantasias, i.e., do modo como o sexo é organizado pelos scripts intrapsíquicos, que podemos dar conta do carácter inovador das práticas individuais. A inovação depende, obviamente, da margem de liberdade que é dada aos sujeitos pelas codificações culturais e interpessoais da sexualidade. Como já referimos, esta margem tende a alargar-se à medida que diminui a eficácia dos processos simbólicos e se dilui o carácter imperativo das normas societais.

Se os processos imaginais e as fantasias podem estar na origem de variações e inovações ao nível das «técnicas eróticas» e dos «cenários» que envolvem as interacções sexuais, eles não esgotam, contudo, o papel dos sujeitos na encenação do sexo. A distância em relação às encenações culturais traduz-se, igualmente, na possibilidade de utilizar o sexo com finalidades distintas das prescritas pelas grandes orientações normativas. É precisamente aqui, ao nível da «retórica dos motivos» sexuais, que se situam as ficções pessoais da sexualidade que podem transformar as interacções rotineiras em novos scripts sexuais.

Este processo é descrito por Simon e Gagnon (1987) como a passagem do *registo simbólico* (a sexualidade culturalmente codificada) ao *registo metafórico* (a sexualidade como expressão de motivações e significados pessoalmente construídos). Note-se, no entanto, que o «carácter improvisacional» do sexo não é uma criação *ex nihilo*. Em rigor, os próprios scripts intrapsíquicos não são um fenómeno de interioridade, mas sim de superfície, no sentido em que o psiquismo é, antes de mais, uma função de relação (Abreu, 1987). Neste sentido, seria importante explorar não tanto os conteúdos psíquicos hipoteticamente incomunicáveis, mas os processos pelos quais os indivíduos ao construírem o seu mundo interior na e pela relação o vivem como irredutível à própria relação e, simultaneamente, se esforçam por neutralizar a distância que os separa da intimidade do outro:

O acto sexual erotizado representa, pois, quer para o próprio quer para o outro, um acto de oferta e de posse daquilo que nunca (ou talvez só raramente) pode ser inteiramente oferecido ou possuído — a experiência da experiência intrapsíquica do outro, de modo particular, a experiência da intenção do outro (Simon & Gagnon, 1987, p. 370).

3.2. Gestão do corpo

A encenação do desejo sexual joga-se, antes de mais, nos modos de utilização e gestão do corpo. Por estranho que pareça, nas trocas sexuais a «materialidade biológica» do corpo dilui-se nas significações eróticas organizadas em torno dos scripts intrapsíquicos e das eventuais continuidades ou rupturas destes com as expectativas relacionais configuradas pelos scripts interpessoais⁴¹.

⁴¹ Diga-se, de passagem, que não é apenas em relação à sexualidade que se assiste a uma erosão da realidade biológica do corpo. Se, por exemplo, nos situarmos no domínio da patologia, verificamos que o «mal» é objectivado e localizado de acordo com as representações anatómicas que estão à disposição. Que as zonas histerógenas não coincidem com as divisões da anatomia científica, mas com as representações populares do corpo, sabêmo-lo, pelo menos desde Charcot e Freud. Que a doença mental corresponde, segundo as representações dos habitantes de uma comunidade rural francófona, a uma divisão original do orgânico, mostra-nos uma investigação de Jodelet (1984b). O «cérebro» e os «nervos» são objectivados como realidades independentes. Os «fracos de cérebro» e os «doentes de nervos» são a versão popular de categorias nosográficas bem conhecidas da psiquiatria científica. Para uma análise breve da relação entre representações do corpo e patologias, cf. Alferes, 1987b.

Evidentemente que, enquanto organização biológica, o corpo deve ser inscrito na própria filogénese do humano. As modificações biológicas (tais como o bipedismo e a posição eréctil, a libertação da mão e a oposição do polegar, a encefalização e o aumento das capacidades sensorio-motoras) resultaram, certamente, de mutações genéticas ambientalmente seleccionadas. Contudo, as implicações comportamentais destas modificações (v.g., a emergência de funções cognitivas complexas ou a introdução da dimensão imaginária no comportamento) não se podem compreender sem o recurso ao contexto ecológico e aos modos de organização social implicados nos aspectos básicos de subsistência do «mutante humano» (Ruffié, 1974).

A cultura, tal como o cérebro, constitui um «epicentro» do processo de hominização (Morin, 1973) e é o próprio desenvolvimento do sistema nervoso que presuppõe o papel co-organizador do meio físico e social (Changeux, 1983). Paradoxalmente, é a biologia do homem que abre o caminho para a acção dos mecanismos psicossociais que regulam o funcionamento do corpo.

Se nos situarmos no plano da ontogénese, o problema central liga-se à embriologia de sistema nervoso e à construção do que geralmente se designa por *esquema corporal*. Schilder (1935), numa obra pioneira sobre a imagem do corpo, procede a uma distinção entre a base neurofisiológica propriamente dita e a estrutura libidinal ou realidade psicológica do corpo. É no *continuum* que vai de uma à outra que circulam alguns conceitos, por vezes difíceis de precisar, como *imagem do eu corporal*, *somatognosia*, etc. Numa perspectiva genética, Wallon (1931/1963) acentua a importância dos factores relacionais e emocionais subjacentes à construção da imagem do corpo. A teoria lacaniana do «estádio do espelho», como momento crucial na génese desta imagem, não só evidencia as dimensões figurativa e simbólica do corpo, como faz da *gestalt corporal* um factor estruturante do *eu* (Lacan, 1949/1966). Por seu lado, a psicologia genética piagetiana insiste, de modo particular, nos aspectos operatórios e nos mecanismos reguladores da acção (Piaget, 1936). Trata-se, aqui, da génese do «corpo-instrumento».

De simples organização biológica, o corpo transforma-se, progressivamente, no referente material do próprio *conceito* ou *imagem de si*: «Eu tenho um corpo». É este corpo que nos separa dos outros e que constitui, em última análise, a barreira intransponível na relação com eles. Donde o tema da fusão amorosa... donde a perenidade do mito do andrógino. Mas o corpo, além de referente, é, igualmente, parte integrante do conceito de si (L'Écuyer, 1978). A expressão «eu sou um corpo» corresponde à experiência do corpo vivida como eu-somático.

Mas, se é o corpo que nos separa inevitavelmente dos outros, é também ele que, em primeiro lugar, nos aproxima. Por um lado, a percepção do corpo do outro coloca-nos as questões fundamentais da atracção física e do estabelecimento de invariantes culturais na apreciação da beleza; por outro lado, remete-nos para o problema das relações entre características físicas e psicológicas. A persistência das «morfopsicologias populares», nos mais variados contextos culturais, mais não faz do que demonstrar a importância que os processos atribucionais e inferenciais de traços de personalidade a partir de características físicas revestem na interacção social (cf. *ponto 1.2.1 do Capítulo III*).

Para além desta «dimensão figurativa», os movimentos e expressões corporais desempenham um papel fundamental na manifestação de emoções e na própria regulação dos comportamentos verbais (Rimé, 1984). Os movimentos corporais são, ainda, objecto de ritualizações diversas, que desempenham um papel primordial no estabelecimento de «laços interpessoais» e no controlo e inibição dos comportamentos de agressão (Eibl-Eibesfeldt, 1972).

O corpo é o objecto mais privado que possuímos, mas é, simultaneamente, aquele através do qual nos damos, de imediato, na interacção social. É ao longo do eixo privado/público que se situam as marcações das distâncias íntima, pessoal, social e pública nas relações interpessoais (Hall, 1966)⁴². A oposição privado/público revela-se primordial no estudo da sexualidade. Com efeito, a sexualidade pode ser concebida como a dimensão das interacções humanas que se liga directamente ao funcionamento do corpo enquanto instrumento de prazer (eventualmente de reprodução) e de sedução. A gestão deste «instrumento» faz-se de acordo com as *ficções generalizadas* que constituem as representações sociais do corpo e do sexo (encenações culturais e interpessoais) e com as *fantasias privadas* (scripts intrapsíquicos) que fazem desta gestão uma tarefa estritamente pessoal.

O corpo é um objecto social, um objecto público, no sentido em que as representações que dele temos são socialmente construídas e partilhadas e porque é, por excelência, um objecto de troca social. O corpo é matéria e é signo. É objecto de troca e de consumo. Na expressão de Baudrillard, é mesmo «o mais belo objecto de consumo» que, paulatinamente, tomou o lugar da alma enquanto «objecto de salvação»:

[A] «redescoberta» [do corpo], depois de uma era milenar de puritanismo, sob o signo da libertação física e sexual, a sua omnipresença (e especificamente do corpo feminino, será necessário ver porquê) na publicidade, na moda, na cultura de massas — o culto higiénico, dietético, terapêutico com que o rodeamos, a obsessão de juventude, de elegância, de virilidade/feminilidade, os cuidados, os regimes, as práticas sacrificiais que lhe estão ligadas, o Mito do Prazer que o envolve —, tudo testemunha hoje em dia que o corpo se tornou *objecto de salvação*. Ele substituiu-se literalmente à alma nesta função moral e ideológica (1970, pp. 199-200).

O corpo funciona como lugar de categorização social, como superfície de inscrição de marcas distintivas (Bourdieu, 1977). Observem-se as marcações operadas pelo vestuário ou pelos modos de apresentação de um corpo seminu⁴³; analisem-se as ficções do corpo do desportista ou do atleta sexual; repare-se, por último, nos mecanismos de estigmatização de um corpo deficiente ou deformado (Goffman, 1963).

A importância da oposição privado/público é ainda manifesta nas investigações de Jodelet (1976) e de Jodelet, Ohana, Bessis-Monino e Dannenmuller (1980) sobre as

⁴² Para uma análise da temática da proxémica e da gestão dos espaços pessoais, cf. Hayduk (1983) e Soczka (1993).

⁴³ Abbey, Cozzarelli, McLaughlin e Harnish (1987) assinalam o modo como a atribuição de significações sexuais aos comportamentos e expressões depende do tipo de vestuário usado.

representações sociais do corpo. Estes autores procuraram «identificar as categorias mentais e os modelos cognitivos e normativos que controlam a experiência vivida e o nosso conhecimento do corpo e dos seus usos» (Jodelet, 1984b, p. 214). A análise de entrevistas, obtidas numa amostra da população francesa, permitiu distinguir quatro fontes de informação ou campos de referência subjacentes aos modos de conhecimento do corpo. Dois desses campos, essencialmente subjectivos (privados), diziam respeito à experiência corporal directa⁴⁴ e à relação com o meio ambiente. Os outros dois, predominantemente sociais (públicos), correspondiam ao conhecimento baseado na observação e interacção social informais e ao conhecimento nocional e normativo (via escola, *mass media*, «ciência popular», etc.). De acordo com os resultados obtidos, tanto para os homens como para as mulheres, a informação provinha, prioritariamente, da experiência corporal directa e das influências normativas, i. e., as representações sociais do corpo, organizam-se em torno do eixo privado/público.

A propósito da oposição privado/público, é interessante notar o modo como os «nudistas» ou «naturistas» dessexualizam o corpo nu nos espaços públicos, ou o modo como o sexual é neutralizado no exame ginecológico (Henslin & Biggs, 1971). Em contrapartida, o *strip-tease* recria, ou pretende recriar, publicamente o que em princípio estaria reservado para a intimidade dos espaços privados (Duvignaud, 1969).

Mas, para além dos fenómenos de percepção e representação, o corpo é, igualmente, um instrumento de acção. Coube, sem dúvida, a Mauss (1936/1978) ter sublinhado, pela primeira vez, a dimensão especificamente instrumental do corpo. De acordo com Mauss, as técnicas do corpo constituem verdadeiras «montagens fisio-psico-sociológicas de séries de actos [...] mais ou menos habituais e mais ou menos antigos na vida do indivíduo e na história da sociedade» (1936/1978, p. 384). Resultantes de processos de aprendizagem socialmente diferenciados, categorizáveis em função de critérios como a idade, o sexo ou a classe social e avaliáveis pelo respectivo grau de rentabilidade, as técnicas do corpo distribuem-se por domínios de actividade diversificados, que vão das técnicas de nascimento às técnicas de reprodução, passando pelas técnicas de repouso, dança, alimentação e higiene (Vigarello, 1985).

As técnicas do corpo, ao contrário dos movimentos impulsivos ou reflexos, apresentam uma variabilidade cultural e histórica assinalável (Hewes, 1955). Nas sociedades ocidentais contemporâneas, o domínio do erotismo encontrou nos cânones da sexologia moderna o verdadeiro manual da arte de usar o corpo como instrumento de prazer. Gagnon e Simon (1987) mostram como, nos últimos cinquenta anos, o *script do sexo oral-genital* se generalizou através das relações pré-matrimoniais, matrimoniais e extramatrimoniais.

⁴⁴ Jodelet inclui nesta categoria as situações em que «um indivíduo tem algum conhecimento do seu corpo ao andar, ao lavar-se, ao fazer amor, ao bronzear-se, da mesma maneira que o sente através da dor, da doença, da emoção, etc. Este conhecimento pode compreender experiências imaginárias ou reais, puramente físicas ou psicológicas, pertencentes quer ao presente quer ao passado» (1984b, p. 217).

Em conclusão, o corpo é, sem dúvida, a organização biológica subjacente ao comportamento; é, em certa medida, o referente último do próprio comportamento. Contudo, e trata-se do grande paradoxo, no quadro das interacções humanas, funciona menos como realidade biológica do que como *situação motivante* (Buytendijk, 1959), isto é, como objecto de percepção selectiva e como dispositivo de sedução. O corpo é, ainda, um instrumento, uma «máquina» (nem biológica, nem cibernética, ainda que viva e curto circuitada) de trabalho, de sexo e de violência. O corpo é, talvez, aquilo que de menos biológico possuímos. É este corpo que se apresenta e representa nas relações interpessoais e é em função dele que os comportamentos sexuais são social e individualmente encenados. Dito por outras palavras, a compreensão das formas de utilização e gestão sexual do corpo é indissociável do estudo das representações sociais e dos scripts sexuais, da análise do modo como o «corpo tira a sua significação das relações sociais» (Buytendijk, 1954/1976, p. 210).

4. ESSENCIALISMO E CONSTRUTIVISMO: UMA QUESTÃO EM ABERTO?

Na *secção 3.1* deste capítulo, ao recorrermos ao esquema de Byrne (1986) para apresentar os elementos de uma sequência do comportamento sexual, chamámos a atenção para o papel que os scripts sexuais têm na própria definição das situações de interacção e, conseqüentemente, na determinação do significado erótico das condições de estimulação. Contudo, e se quisermos ser mais rigorosos, há que admitir que o esquema de Byrne constitui uma versão do modelo clássico E-O-R, que consideramos inadequado para dar conta da especificidade dos processos implicados na regulação do comportamento. A conceptualização que aqui defendemos é, pelo contrário, solidária do esquema cognitivista O-E-O-R (organismo-estímulo-organismo-resposta), que, para além da função de mediação entre estímulos e respostas, atribui aos estados internos do organismo o controlo selectivo das próprias condições de estimulação (Markus & Zajonc, 1985). É, evidentemente, ao nível das estruturas cognitivas, que, antes de mais, são responsáveis pela significação dos estímulos, que se situam os scripts sexuais. Se o significado de «O», enquanto instância de mediatização, é claro no esquema de Byrne (1986), o mesmo já não se pode dizer do papel dos processos internos na determinação do sentido e na selecção dos estímulos sexuais externos. O uso que fizemos do esquema destinou-se simplesmente a facilitar a organização dos conteúdos da *secção 3.1* do presente capítulo, não representando, por isso mesmo, qualquer *parti pris* teórico. Na realidade, o modelo conceptual que adoptamos é o que Moscovici propõe ao afirmar que «as representações sociais determinam quer o carácter do estímulo quer o da resposta que ele induz, tal como, numa situação particular, determinam qual é qual» (1984a, p. 61).

Neste sentido, o esquema de Byrne (1986) deveria ser modificado de molde a dar conta do papel dos processos internos e dos scripts sexuais na definição das situações de estimulação e, igualmente, na produção de respostas significativas para o sujeito (cf.

Figura 2.3). Este papel é virtualmente idêntico ao atribuído por Moscovici (1984a, 1989) às representações sociais⁴⁵.

É, precisamente, o papel dos scripts na construção das situações de interação sexual e, concomitante, na determinação da significação dos estímulos e das respostas que afasta o modelo que temos vindo a defender das conceptualizações «essencialistas» da sexualidade. Mais concretamente, tais conceptualizações, independentemente da valorização diferencial que possam fazer de acontecimentos biológicos, psicológicos ou sociais (Levine, 1984), tomam como adquirido o próprio sentido da sexualidade. Goettsch, por exemplo, critica o carácter incompleto e vago das abordagens construtivistas e define a sexualidade como

a capacidade individual para responder a experiências físicas, as quais são capazes de produzir excitação genital corporalmente centrada, que só subsequentemente se associa a construtos cognitivos (tanto antecipatórios de novas experiências como reflectores de experiências passadas), independente das experiências físicas em curso (1989, p. 250).

Esta definição, na sua aparente clareza, obriga, de imediato, o autor a proceder a uma separação nítida entre sexualidade e *sexual enactment* (padrões comportamentais regulados socialmente, dramatizações culturais, etc.), relativamente ao qual seriam apropriadas as conceptualizações construtivistas, em particular as defendidas por Foucault (1976), Reiss (1986) e Weeks (1985, 1986). Reencontramos aqui, mais uma

⁴⁵ O conceito de *representação social* é central na própria delimitação do campo da psicologia social feita por Moscovici. Com efeito, Moscovici começa por definir a psicologia social como a «ciência do conflito entre o indivíduo e a sociedade» (1984b, p. 6). O seu «objecto central, exclusivo, [são todos] os fenómenos que dizem respeito à ideologia e à comunicação, ordenados no plano da sua génese, estrutura e função» (idem, p. 6). Os fenómenos que dizem respeito à ideologia «consistem, [fundamentalmente], em sistemas de representações e atitudes» (idem, p. 7). Os fenómenos de comunicação social designam as «trocas de mensagens linguísticas e não linguísticas (imagens, gestos, etc.) entre indivíduos e grupos. São formas de transmitir uma certa informação e de influenciar os outros» (idem, p. 7). Moscovici acaba por optar pela definição de psicologia social como «a ciência dos fenómenos de ideologia (cognições e representações) e dos fenómenos de comunicação» (idem, p. 7).

Aceitando esta definição, o que especificaria a psicologia social relativamente às disciplinas vizinhas seria, basicamente, a sua perspectiva, i.e., a substituição de uma grelha de leitura binária dos factos e das suas relações por uma grelha ternária. Assim, os esquemas privilegiados da psicologia (*sujeito individual* <—> *objecto*) e da sociologia (*sujeito colectivo* <—> *objecto*) cederiam o lugar ao esquema triádico da psicologia social (*ego* <—> *alter* <—> *objecto*). A relação entre o *eu* e o *outro* (de simples co-presença — *facilitação social* — ou de verdadeira interação — *influência social*) seria sempre mediatizada por um terceiro termo: o *objecto*, físico ou social, real ou imaginário (idem, pp. 8-9).

A centralidade da representação social é acentuada num texto mais recente, em que Moscovici distingue claramente *representação social* e *ideologia*, fazendo desta «o ponto de chegada da objectivação de uma representação social durável e homogénea» (1991, p. 80) e reservando para aquela o estatuto de verdadeiro conceito heurístico na investigação dos processos psicossociais. Para uma discussão aprofundada das relações entre ideologia e representação social, cf. Doise (1990) e a colectânea organizada por Aebischer, Deconchy e Lipiansky (1991). Vala (1993b) situa o conceito de representação social em relação aos diversos paradigmas teóricos da psicologia social.

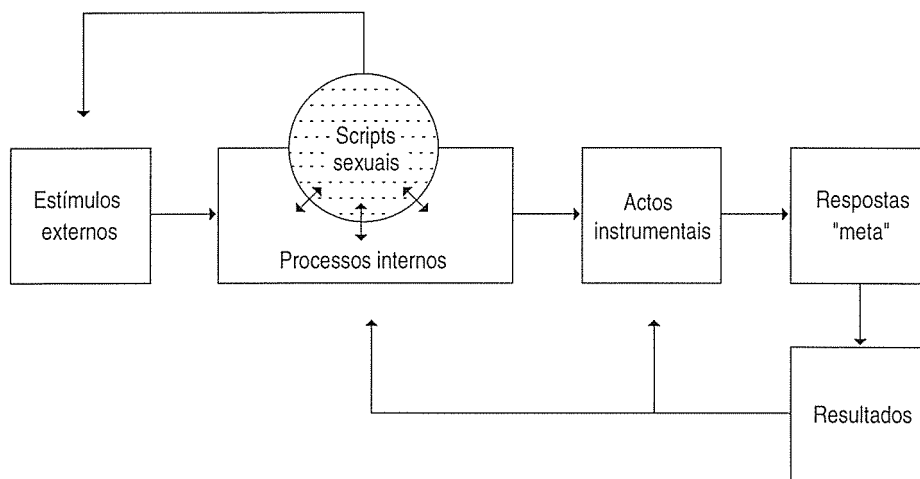
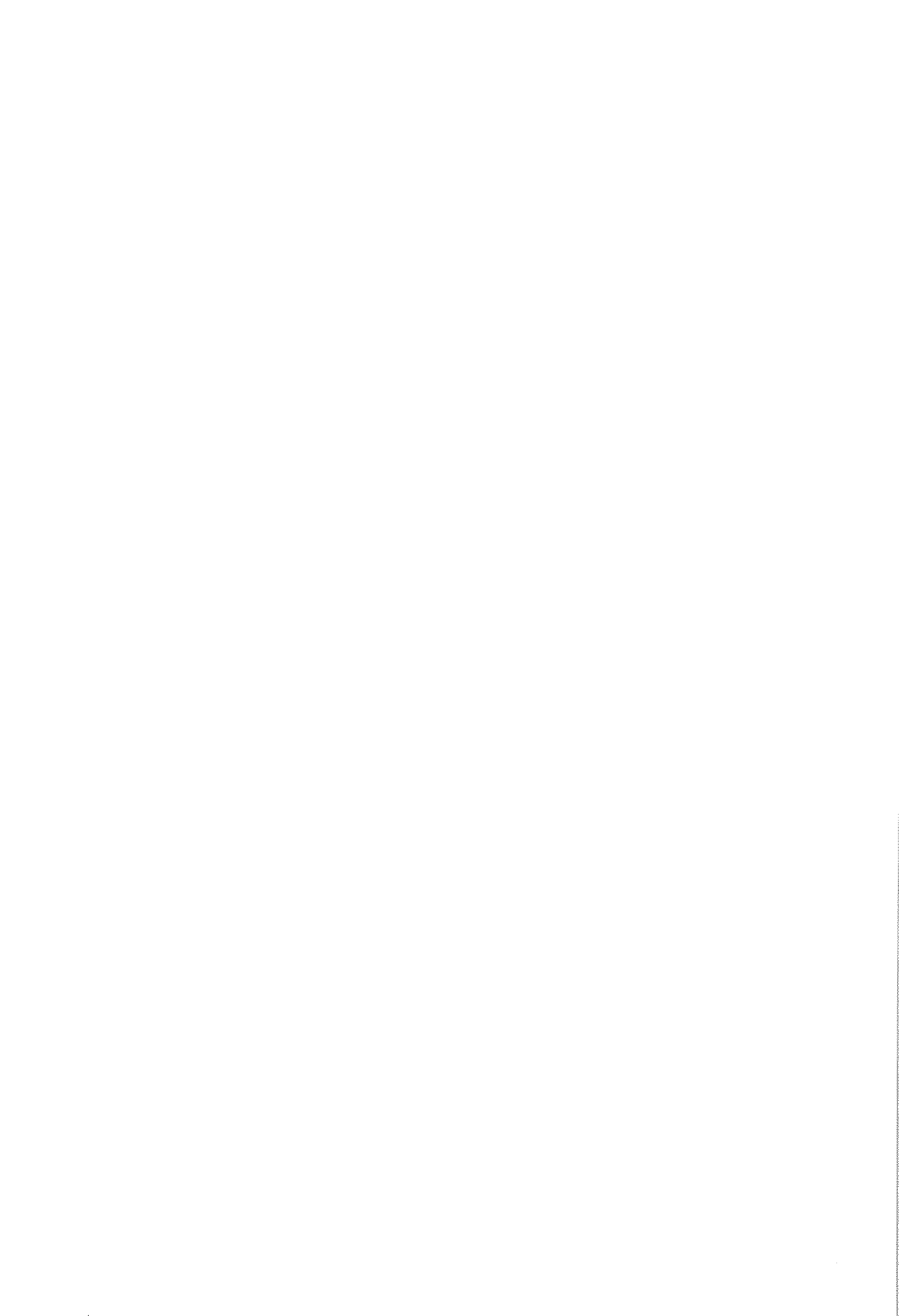


Figura 2.3 – O papel dos scripts sexuais na sequência do comportamento sexual: Modificação do esquema de Byrne (1986) [cf. *Figura 2.2*] de modo a evidenciar as funções interpretativa (significação das situações) e comportamental (orientação das acções) dos scripts sexuais e a respectiva articulação com os restantes processos internos que, de modo permanente, regulam os comportamentos.

vez, o dualismo instinto (biologia)/norma (sociedade), com a inevitável exclusão do sujeito do campo da sexualidade, a não ser enquanto lugar de experiência de modificações fisiológicas. Ora, conceber a relação entre «experiências fisiológicas» e «construtos cognitivos» como uma relação de exterioridade equivale a sacrificar o que a biologia actual pressupõe como essencial:

Toda a adaptação a regularidades (externas ou internas), a situações estáveis de longa duração ou a situações efémeras, é um saber de um certo tipo [...] Podemos, pois, dizer que o saber — um saber muito primitivo, naturalmente — é contemporâneo da vida (Popper, 1990/1992, p. 62).

É a relação de exterioridade entre o social e o biológico que impede os «essentialistas» de perceberem o modo como as formas de «conhecimento social» interagem com a realidade biológica. Os scripts sexuais não são uma mera justaposição às modificações fisiológicas que caracterizam a actividade sexual, pela simples razão de que tais modificações só ganham sentido se configuradas pela presença real ou imaginária do motivo que as suscitou. Não vale a pena repetir, uma vez mais, que a «capacidade individual de experimentar activação sexual» é, obviamente, uma aptidão biológica necessária à reprodução. O que queremos dizer é que a diversidade dos motivos e conteúdos da sexualidade é prova da actividade cognitiva e imagética que «transforma um corpo de órgãos e orifícios limitados num campo de metáforas» inesgotáveis (Simon & Gagnon, 1987, p. 364). O significado destas metáforas é, por sua vez, indissociável dos processos simbólicos (sociais) que retraduzem ou, o que é mais importante, que transformam.



ATRACÇÃO INTERPESSOAL E GÊNESE DAS RELAÇÕES AMOROSAS

A inteligibilidade dos comportamentos sexuais, o modo como as interacções actualizam e modificam os scripts sexuais, das orientações mais gerais às ficções individuais, pressupõe, para além da caracterização das estruturas relacionais da sexualidade, a discussão dos factores de natureza pessoal e interpessoal implicados na formação de pares sócio-sexuais. Por outras palavras, a compreensão das trocas sexuais exige, simultaneamente, a análise estrutural e o estudo evolutivo das relações interpessoais que as enquadram. No capítulo anterior (cf. *ponto 2.2.*), procurámos delimitar os processos de interdependência cognitiva, afectiva e comportamental que especificam as relações de intimidade; no presente capítulo centrar-nos-emos na problemática de atracção interpessoal, de modo a evidenciar os factores responsáveis pela génese das relações íntimas organizadas em torno da sexualidade. Assim, depois de procedermos à revisão geral dos fenómenos de atracção interpessoal, abordaremos o caso especial do amor apaixonado, dando relevo particular à «fusão» dos componentes emocionais e sexuais que configuram a experiência da paixão. Por último, analisaremos brevemente as rupturas e continuidades entre os rituais filogenéticos e as dramatizações sociais das relações amorosas.

1. DA ATRACÇÃO INTERPESSOAL ÀS ESTRATÉGIAS DE SEDUÇÃO

Em 1934, Moreno publica *Who Shall Survive? A New Approach to the Problems of Human Interactions*, obra que introduz a *sociometria* — técnica de avaliação das escolhas sociais e da respectiva percepção — e marca o início do estudo sistemático da atracção interpessoal. Do programa teórico de Moreno constava, como objectivo principal, a «reconstrução» dos aspectos estruturais e dinâmicos das relações afectivas no seio de um grupo. A influência da sociometria no estudo da atracção interpessoal conjugou-se com a das *teorias da consistência cognitiva* emergentes nos anos 50. Em 1961, Newcomb publica um estudo de campo sobre a influência da semelhança de atitudes no desenvolvimento das amizades em grupos de estudantes universitários que partilharam a mesma residência, durante dois anos. As preocupações teóricas subjacentes à investigação de Newcomb ligavam-se directamente à validação do modelo heideggeriano do equilíbrio (cf. *ponto 1.1.1.* deste capítulo).

Embora os trabalhos pioneiros de Moreno e Newcomb se situem ao nível dos processos grupais, o estudo da atracção interpessoal, a avaliar pela maior parte das investigações que lhe dão corpo, centra-se, sobretudo, nas relações duais (Berscheid, 1985; Huston, 1974). Mais especificamente, a problemática da atracção interpessoal identifica-se com a elucidação da génese, desenvolvimento e ruptura das relações preferenciais que estabelecemos no interior das «redes sociais» em que nos movemos.

1.1. Modelos teóricos da atracção interpessoal

Quem atrai ou se sente atraído por quem? Fazendo, parecendo ou dizendo o quê? Em que circunstâncias nasce o amor? E a amizade? Em que é se distinguem? Como evoluem? A resposta a estas e a outras questões não interessa exclusivamente à psicologia social ou às ciências sociais em geral. Da literatura à religião, da filosofia às ideologias práticas da vida quotidiana, é possível recensar uma multiplicidade de respostas, mais ou menos originais, mais ou menos elaboradas, mais ou menos contraditórias.

O que distingue as respostas da psicologia social é, fundamentalmente, a metodologia utilizada para as obter. Contudo, apesar do relativo consenso no que diz respeito aos aspectos metodológicos, as respostas à questão do porquê da existência de relações sociais preferenciais nem sempre coincidem. Para além das divergências de base, situadas ao nível dos grandes sistemas explicativos do comportamento, o próprio estatuto teórico do conceito de atracção permanece uma questão em aberto. Começemos pela análise das seguintes afirmações:

— A atracção do indivíduo *A* pelo indivíduo *B* é uma disposição relativamente estável de *A* para responder e avaliar positivamente *B*;

— A atracção de *A* por *B* consiste no conjunto de emoções e sentimentos positivos que *A* experimenta na interacção com *B*;

— A atracção de *A* por *B* traduz-se nas acções que objectivamente o aproximam de e/ou favorecem *B*.

Na primeira afirmação, a atracção é conceptualizada como uma *atitude*. Na segunda, como um *estado emocional* ou afectivo. Na última, como um *comportamento* directamente observável.

Na sua aparente simplicidade, a terceira afirmação levanta mais problemas do que resolve. Com efeito, avaliar a atracção exclusivamente pelas suas manifestações comportamentais é manifestamente insuficiente. Em primeiro lugar, tais manifestações dependem das normas sociais que definem o tipo de relação entre *A* e *B* e especificam as formas socialmente apropriadas e o nível de intensidade que pode revestir a expressão dos afectos (Huston, 1974). Em segundo lugar, para além de determinadas variáveis de personalidade susceptíveis de suprimir (v.g., baixa auto-estima) ou amplificar (v.g., elevado grau de automonitorização) as manifestações comportamentais de atracção, há que ter em consideração que a probabilidade de ocorrência de um dado comportamento é função do próprio contexto social: por muito atraente que *A* possa ser, não farei nada para me aproximar dele se os índices situacionais de que disponho me levam

a concluir que serei rejeitado; inversamente, apesar de *B* não ser particularmente interessante, aproximar-me-ei dele pois não disponho, de momento, de outras alternativas.

Em contraste com a conceptualização estritamente comportamental, a generalidade dos investigadores optou por assimilar o conceito de atracção ao de *atitude*. Para além das razões de natureza histórica (o estudo das atitudes dominou a psicologia social até aos finais da década de 50 — Moscovici, 1982), o conceito de atitude, que basicamente implica a localização de um «objecto do pensamento» numa «dimensão avaliativa» (McGuire, 1985), constituía um molde ideal para a conceptualização da atracção interpessoal. Bastava especificar que o «objecto do pensamento» era um outro indivíduo. É assim que a atracção interpessoal é definida como uma «orientação avaliativa» de *A* relativamente a *B* (Newcomb, 1961). Os três componentes (cognitivo, afectivo e comportamental), tradicionalmente incluídos sob a noção de atitude, passaram a constituir as três dimensões da atracção.

De acordo com Berscheid (1985), as vantagens desta assimilação (nomeadamente a possibilidade de «capitalizar» os resultados das investigações sobre as atitudes que utilizaram a atracção interpessoal como variável dependente) tiveram como contrapartida a transferência das dificuldades teóricas e metodológicas inerentes ao estudo das atitudes para o domínio da atracção. Assim, a correspondência entre os componentes cognitivo (crenças sobre o objecto de atracção), avaliativo (sentimentos e emoções positivas por ele provocadas) e comportamental (acções de aproximação) foi mais postulada do que demonstrada. A medição da atracção limitou-se às técnicas habitualmente utilizadas no domínio das atitudes, descurando a possível heterogeneidade de sentimentos que parece caracterizar alguns fenómenos típicos de atracção (v.g., amor passional). Por último, e ainda segundo Berscheid (1985), a importância atribuída ao componente avaliativo das atitudes, contrariamente ao que seria de esperar, não levou a investigar directamente a dinâmica emocional da atracção interpessoal.

Com efeito, foi necessário esperar pela revalorização dos estudos sobre as emoções nos anos 60 (nomeadamente os trabalhos de Schachter, 1964) para que a dimensão especificamente afectiva/emocional da atracção interpessoal fosse tomada em devida consideração. A conceptualização da atracção como emoção e sentimento, para além de constituir uma via de estudo complementar, permitiu uma diferenciação mais adequada das diversas formas de atracção e contribuiu para deslocar a investigação dos fenómenos de atracção do domínio das relações entre desconhecidos num contexto laboratorial para o domínio das relações continuadas.

Ainda que não exista uma correspondência termo a termo entre as conceptualizações da atracção e as principais teorias explicativas, estas podem classificar-se em função dos componentes atitudinais que privilegiam e da maior ou menor importância que atribuem aos aspectos afectivos. Assim, podemos considerar que existem duas grandes categorias ou grupos de teorias da atracção interpessoal. O primeiro grupo é o das *teorias da organização cognitiva*. A tónica é colocada nas relações entre cognições e sentimentos e a atracção é explicada pela necessidade de consistência interna entre estes elementos. O segundo grupo é o das *teorias da troca social e do reforço*. A tónica

é colocada na relação entre os componentes avaliativo e comportamental e a atracção é explicada pela inevitável interdependência comportamental e afectiva que caracteriza as relações interpessoais.

1.1.1. As teorias da organização cognitiva

A *teoria do equilíbrio* de Heider (1958) constitui o paradigma das explicações cognitivas da atracção interpessoal. A construção e manutenção de um sistema coerente de representações do mundo e das relações sociais constitui o principal motivo do comportamento humano. A dinâmica da atracção interpessoal é função das necessidades de organização cognitiva. De acordo com Heider, um sistema de cognições comporta três elementos principais: as cognições relativas ao próprio sujeito (*P*), as relativas a um outro indivíduo (*O*) que entre em interacção com o sujeito e as que se referem a qualquer objecto, acontecimento ou indivíduo exterior (*X*). Dentro deste sistema distinguem-se dois tipos de relações: as *relações de unidade* (cognições respeitantes ao facto de dois elementos serem percebidos como fazendo ou não parte da mesma unidade funcional: *P* está casado com *O*) e *relações de sentimento* (cognições relativas à dimensão avaliativa ou emocional duma relação, expressas em termos de gostar/não gostar, agradável/desagradável: *P* ama *O*).

Considerando apenas a ligação entre dois elementos do sistema, diz-se que este está num *estado de equilíbrio* sempre que as relações de unidade e de sentimento têm o mesmo sinal; caso contrário (v.g., se *P* estiver casado com *O* e simultaneamente o detestar) estamos perante um *relação desequilibrada*. Se introduzirmos o terceiro termo (no caso em que existem relações de unidade entre *P*, *O* e *X*), diz-se que o sistema *P-O-X* está equilibrado sempre que não se verifique qualquer incompatibilidade entre as três relações de sentimento (v.g., *P* gosta de *O* e ambos são militantes do partido *X*, ou ambos detestam ir ao café do bairro). Em termos formais, as incompatibilidades que especificam os estados de desequilíbrio resultam da coexistência de duas relações de sentimento positivas com uma negativa (v.g., *P* ama *O* e é correspondido; contudo *O* gosta de *X* que é, por sua vez, detestado por *P*) ou de três negativas (*P*, *O* e *X* detestam-se reciprocamente)⁴⁶.

Heider (1958) afirma que os estados de desequilíbrio são psicologicamente desagradáveis e que existe uma tendência generalizada para o restabelecimento do equilíbrio. As implicações para a compreensão da atracção interpessoal são evidentes: a) a simples existência de uma relação de unidade implica uma relação de sentimento positiva; b) inversamente, a existência de uma relação de sentimento negativa poderá conduzir à ruptura da relação de unidade; e c) de um modo mais geral, a dinâmica da atracção consiste nas modificações correlativas dos componentes cognitivo (relações

⁴⁶ Uma regra simples para a determinação do estado de um sistema cognitivo consiste em multiplicar os três sinais das relações de sentimento. Se o produto for positivo o sistema diz-se em *equilíbrio*; se for negativo diz-se *desequilibrado*.

de unidade) e emocional (relações de sentimento) das atitudes do sujeito em relação aos outros elementos do sistema triangular. A teoria de Heider pode, por exemplo, prever que a semelhança de atitudes (relativas a um objecto X) contribui para a atracção recíproca entre *P* e *O* (cf. *ponto 1.2.2* deste capítulo) ou que a simples antecipação de uma relação de competição pode induzir sentimentos hostis, em contraste com a antecipação de uma relação de cooperação, que geraria sentimentos de atracção (Lerner, Dillehay & Sherer, 1967).

À semelhança de Heider, também Newcomb (1961, 1968) e Festinger (1957) desenvolveram teorias da consistência cognitiva com implicações directas no estudo da atracção interpessoal. No caso de Newcomb, trata-se dum prolongamento da teoria de Heider que permite integrar os processos de equilibração ao nível dos próprios grupos. Além disso, Newcomb procedeu a uma diferenciação entre os estados ditos de desequilíbrio, atribuindo um valor diferencial à relação de unidade entre *P* e *O*: só se verifica uma tendência para o equilíbrio nos casos em que a relação de sentimento correspondente é positiva. Nos casos em que não gosto do outro é-me relativamente indiferente a concordância dos nossos sentimentos relativamente a um terceiro objecto ou pessoa.

As implicações para o estudo da atracção decorrentes da *teoria da dissonância cognitiva* de Festinger (1957) são, em termos genéricos, idênticas às do modelo do equilíbrio. Contudo, a sua *teoria da comparação social* (Festinger, 1954) reveste-se de particular importância, nomeadamente quando se trata de responder à própria questão da existência da atracção. De acordo com a referida teoria, todos os seres humanos têm uma necessidade básica de autoconhecimento e auto-avaliação das suas aptidões, opiniões e atitudes. Na ausência de um termo de comparação objectivo, a única solução é a comparação com outros indivíduos. E, de entre os possíveis termos de comparação social, são aqueles indivíduos que na dimensão considerada se encontram mais próximos do sujeito que possibilitam uma avaliação mais válida. No caso concreto das atitudes a única estratégia possível é a validação consensual. Não é, pois, de estranhar que procuremos aqueles cujas atitudes e opiniões são semelhantes às nossas e que na própria interacção se gerem as condições conducentes à atracção.

Ainda que claramente cognitivista, a teoria da comparação social estabelece a ligação com o outro grande grupo de teorias explicativas da atracção interpessoal: as teorias da troca social e do reforço. Com efeito, a ideia central destas teorias reside na interdependência comportamental e afectiva. Festinger, por sua vez, acentuou a importância da interdependência cognitiva na génese dos fenómenos de atracção.

· 1.1.2. *As teorias do reforço e da troca social*

Para este segundo grupo de teorias, o primado da (inter)dependência tem como corolário a regra da reciprocidade: «Gosto de quem gosta de mim». A explicação paradigmática da atracção no contexto das teorias comportamentalistas é exemplificada pelos modelos de Lott e Lott (1968, 1974) e Byrne (1971; Clore & Byrne, 1974). Lott e Lott generalizam os princípios hullianos ao domínio das atitudes e concebem a atrac-

ção como uma resposta antecipatória do objectivo (ou meta) adquirida pelo mecanismo do reforço secundário: qualquer pessoa associada com uma situação reforçante torna-se alvo de atracção, independentemente de ter ou não contribuído directamente para a produção da situação em causa. Não é, pois, necessário que um indivíduo gratifique directa (v.g., elogiando) ou indirectamente (v.g., sendo instrumental na obtenção do reforço) o outro. Basta-lhe a simples presença para que possa vir a funcionar como um reforço secundário ao qual passam a estar associados as atitudes e os sentimentos positivos (atracção) desencadeados pela satisfação da necessidade primária que especifica a situação reforçante.

O modelo de Byrne (1971; Clore & Byrne, 1974) é basicamente idêntico, ainda que recorra ao mecanismo do condicionamento clássico. A atracção é definida como uma resposta afectiva implícita a um estímulo, inicialmente neutro, progressivamente associado a um estímulo incondicional positivo. A resposta afectiva mediatiza a avaliação positiva do outro, enquanto manifestação comportamental da atracção. Contudo, um dado indivíduo pode ver-se associado com diversas situações positivas e negativas. Neste caso, Byrne e Nelson (1965) defendem que a resposta afectiva implícita (atracção) de *X* relativamente a *Y* será o resultado ponderado do número e magnitude de reforços positivos e punições experimentados por *X* nas situações a que *Y* está associado.

Esta «lei da atracção» foi questionada por uma célebre investigação de Aronson e Linder (1965). Contrariamente às previsões decorrentes dos modelos comportamentalistas, não é o número absoluto de reforços e punições que determina a atracção, mas as «flutuações» ou o padrão específico de apreciações positivas e negativas de que um indivíduo é alvo. Mais exactamente, as situações de «reforço sistemático» geram menos atracção do que as situações de «ganho» (passagem progressiva de apreciações negativas para apreciações positivas) e as situações de «punição sistemática» são menos hostis do que as situações de «perda» (passagem progressiva de apreciações positivas para apreciações negativas). As implicações destes resultados para a vida quotidiana são eloquentes: para além das amizades e inimizades estáveis, são os elogios menos esperados, ou as críticas não antecipadas, que mais influenciam a atracção que sentimos pelos outros. O *modelo dos ganhos e perdas* (Mettee e Aronson, 1974) constitui, na expressão dos seus próprios autores, uma «miniteoria» que acentua a importância dos processos perceptivos e cognitivos na avaliação das situações reforçantes.

A conjugação da «lógica» comportamentalista, nomeadamente a importância atribuída às contingências de resposta (a execução de um comportamento é função do respectivo resultado), com o recurso a metáforas de natureza económica constitui o ponto de partida das *teorias da troca social* (Blau, 1964; Homans, 1961; Thibaut & Kelley, 1959). O seu pressuposto fundamental — *princípio da maximização/minimização* — afirma que, no âmbito das interacções em que se envolvem, todos os indivíduos têm como objectivo maximizar os «ganhos» e minimizar as «perdas». Aplicado à atracção interpessoal, este princípio traduz-se na proposição segundo a qual os indivíduos se sentem atraídos pelas relações em que os «benefícios» ultrapassam os «custos» e tendem a afastar-se das relações em que o «saldo» é negativo.

Contudo, não seriam os valores individuais dos «ganhos» e das «perdas» que determinariam directamente a atracção. De acordo com o *princípio da justiça distributiva* (Homans, 1961) ou da *equidade* (Adams, 1965; Walster, Walster & Berscheid, 1978), apenas as relações em que existe proporcionalidade entre «investimentos» (que podem ser conceptualizados como o somatório das punições e das recompensas desperdiçadas) e «lucros» (recompensas obtidas mais punições evitadas) para cada um dos intervenientes seriam geradoras de atracção.

Por sua vez, a *teoria da interdependência social* de Thibaut e Kelley (1959; Kelley & Thibaut 1978) afirma que a determinação das «perdas» e dos «ganhos», e, conseqüentemente, o grau de atracção de uma relação, depende dos próprios padrões de avaliação utilizados pelos indivíduos. Mais exactamente, um indivíduo avalia os resultados de uma relação comparando-os com aquilo que pensa serem os «ganhos» e «perdas» que, em média, caracterizam uma relação semelhante (*nível de comparação*). Apenas nas situações em que a percepção dos resultados se situa acima do nível de comparação a relação em causa é considerada como satisfatória. Contudo, a manutenção de uma relação menos atraente depende, igualmente, do número de alternativas disponíveis num dado momento. É preciso que o *nível de comparação para as alternativas* (definido como o nível mais baixo de «satisfações» que um indivíduo está disposto a aceitar em comparação com as «satisfações» que julga possível obter numa relação alternativa) seja atingido para que o indivíduo ponha termo à relação.

A principal dificuldade das teorias do reforço e da troca social reside na especificação da natureza dos reforços sociais. O que é que é reforçante para um dado indivíduo, numa dada situação? Sem respondermos a esta questão corremos o risco de cair em explicações circulares: define-se a atracção de *A* por *B* em função dos reforços/gratificações proporcionados por *B* e, reciprocamente, a atracção de *A* é o critério para afirmar o carácter reforçante do comportamento de *B*. Uma das possíveis soluções consiste em postular um *motivo/necessidade de aprovação ou consideração social* em função da qual se especificaria a natureza dos reforços (Jones, 1974). Outra solução consistiria em identificar as possíveis classes de recursos susceptíveis de serem transaccionados nas relações sociais (Foa & Foa, 1980).

Tal como noutros domínios da psicologia, a oposição entre os dois grandes grupos de teorias tende, cada vez mais, a atenuar-se. Como nota Berscheid (1985), na sequência de Newcomb (1968), a consistência cognitiva pode ser conceptualizada como uma classe particular de situações reforçantes. Em contrapartida, os mecanismos subjacentes ao funcionamento do reforço e ao estabelecimento de interdependências comportamentais dependem, inevitavelmente, do processamento cognitivo da informação social.

1.2. Factores e dinâmica da atracção interpessoal

Na revisão que fazem da literatura sobre a atracção interpessoal, Marlowe e Gergen (1969) criticam a ausência de distinções precisas entre os diversos tipos de atracção. Com efeito, tanto pelas condições antecedentes, como pelas características estruturais e

processos psicológicos envolvidos, não é legítimo tratar indiferenciadamente relações tão díspares como aquelas que se estabelecem entre pais e filhos, entre amantes apaixonados ou entre simples colegas de trabalho. Contudo, é possível identificar um determinado número de factores que, em maior ou menor grau, são responsáveis pelas «preferências relacionais» que especificam a generalidade dos fenómenos de atracção. Entre esses factores contam-se a *beleza física*, as *semelhanças interpessoais* e as *avaliações (apreciações) positivas*.

1.2.1. A beleza física

A beleza física constitui um dos factores ou atributos pessoais cuja influência na génese das relações interpessoais tem sido sistematicamente investigada durante as duas últimas décadas. De acordo com a generalidade dos estudos (Berscheid, 1985, 1986; Berscheid & Walster, 1974a), os efeitos positivos da beleza física sobre a atracção revelam-se consistentes através das idades, dos sexos e das categorias sócio-económicas. É óbvio que os padrões de beleza apresentam uma variabilidade histórica e uma relatividade cultural bastante acentuadas. Contudo, dentro duma mesma cultura e numa mesma época, existe uma convergência notável, expressa nas elevadas correlações «interjuízes» obtidas nas investigações centradas na avaliação das dimensões morfológicas do rosto (Berscheid & Walster, 1974a) e ilustrada pelas características mais ou menos invariantes dos «modelos» que nos são propostos através da publicidade e dos meios de comunicação social.

Apesar da convergência referida, convém notar que a avaliação da beleza física não depende exclusivamente dos atributos objectivos, sendo, igualmente, influenciada por factores de natureza situacional (v.g., efeitos de contraste: em geral os indivíduos subavaliam a beleza de uma fotografia depois de terem observado uma série de fotografias de indivíduos mais atraentes — Wedell, Parducci & Geiselman, 1987) e mediatizada por estados emocionais e/ou motivacionais (v.g., a activação fisiológica conduz à sobreavaliação da beleza — White, Fishbein & Rutstein, 1981).

Quais são os processos explicativos dos efeitos da beleza na atracção interpessoal? Para além da evidência dos efeitos directos, a resposta a esta questão passa pela constatação da existência generalizada de estereótipos sociais associados a variáveis morfológicas. Mais exactamente, os indivíduos tendem a associar a beleza a traços de personalidade positivos. O estereótipo segundo o qual «o belo é bom» foi realçado por um conjunto impressionante de estudos empíricos. São as educadoras de infância, os professores e os adultos em geral que tendem a valorizar e a tratar diferencialmente as crianças (Berkowitz & Frodi, 1979; Dion, 1972); os juízes que tendem a ser mais indulgentes para com os réus mais atraentes (Efran, 1974), salvo se as suas características físicas foram directamente instrumentais na prossecução do crime (Sigall & Ostrove, 1975); são, enfim, e entre outros exemplos possíveis, os entrevistadores que fazem da aparência física um critério de selecção profissional (Cash, Gillen & Burns, 1977).

Cabe perguntarmo-nos qual é a verdadeira natureza e o modo de funcionamento

destes estereótipos. Em rigor, não existe nenhuma razão plausível para que os mais «privilegiados» fisicamente sejam, também, os mais dotados ao nível de competências cognitivas e sociais. Contudo, existe uma parte substancial de verdade nos estereótipos em causa. Assim, é possível que, durante o processo de socialização, o tratamento diferencial de que são alvo os indivíduos mais atraentes possa contribuir para aumentar a auto-estima e, simultaneamente, condicionar o desenvolvimento efectivo das competências e características de personalidade socialmente valorizadas. Trata-se do processo mais genérico da *auto-realização das expectativas*, descrito inicialmente por Merton (1948) e demonstrado nas mais diversas esferas da interacção humana (Darley & Fazio, 1980; Snyder & Swann, 1978). Contrariamente a outros estereótipos (v.g., os ligados aos papéis sócio-sexuais), os estereótipos ligados à beleza física desenvolvem-se e funcionam em contextos bastante informais, tornando-se mais difícil delimitar-lhes a influência ou atenuar-lhes as consequências negativas (Dion, 1986).

A importância da beleza física em função do sexo foi igualmente objecto de investigação. Ainda que diversos estudos (Walster, Aronson, Abrahams & Rottman, 1966; Berscheid, Dion, Walster & Walster, 1971) indiquem que os homens, comparativamente às mulheres, dão maior importância aos atributos físicos do sexo oposto, tais diferenças tendem a atenuar-se, à medida que se assiste ao declínio do duplo padrão sexual.

Dois questões finais sobre as relações beleza/atracção merecer-nos-ão uma nota especial, dada a sua pertinência em função da investigação actual. Em primeiro lugar, o estudo das consequências da beleza para o próprio indivíduo tem sido relativamente descuidado, se comparado com o estudo dos seus efeitos no outro. Se é verdade que existem numerosas investigações que põem em evidência processos de emparelhamento heterossexual (i.e., os indivíduos tendem a estabelecer relações amorosas ou a casar com aqueles cujo grau de beleza física é relativamente próximo do seu — Murstein, 1972) ou mecanismos compensatórios (i.e., as assimetrias na beleza são compensadas por assimetrias de sinal contrário ao nível do estatuto sócio-económico ou das próprias características da personalidade — Berscheid & Walster, 1974a), também não é menos verdade que o problema das estratégias de «rentabilização» dos atributos físicos no âmbito das interacções humanas tem sido insuficientemente estudado.

A segunda questão refere-se à maior ou menor importância que a beleza física pode assumir em função do tipo de relação e dos objectivos/necessidades dos indivíduos nela envolvidos. O problema do peso relativo dos vários atributos (v.g., inteligência, sociabilidade), que concorrem com a beleza para determinar o grau de atracção social, só pode ser resolvido se se especificar a natureza da relação em causa (v.g., amizade vs. amor) e os objectivos subjacentes às estratégias individuais de aproximação/sedução (v.g., procura de uma «aventura ocasional» vs. projecto de uma relação continuada).

1.2.2. *As semelhanças interpessoais*

Paralelamente à beleza física, à inteligência ou a outros atributos pessoais, é possível identificar um segundo tipo de condições antecedentes da atracção interpessoal,

que não se situa no plano individual, mas no da própria relação (cf. *ponto 2 do Capítulo II*). Estas condições relacionais da atracção dizem respeito, prioritariamente, às semelhanças interindividuais ao nível das atitudes, das opiniões, dos interesses, dos traços de personalidade, das competências cognitivas e sócio-emocionais ou de qualquer outra dimensão das actividades humanas.

Entre os diversos domínios estudados, os efeitos da semelhança de atitudes na atracção é aquele que se encontra mais amplamente documentado. Com efeito, desde os anos 60 que Byrne (1971) tem vindo a desenvolver um programa sistemático de investigações que mostram que o grau de atracção é função directa do grau de semelhança atitudinal. O paradigma experimental (dito do *falso desconhecido*) utilizado nestas investigações consiste, fundamentalmente, em solicitar a cada indivíduo que avalie um outro indivíduo em duas escalas de sete pontos (indicando em que grau gosta dele e em que medida gostaria de trabalhar com ele) depois de ter tido acesso a um questionário de atitudes pretensamente preenchido pelo segundo. Na realidade, é o próprio experimentador que preenche o questionário fazendo variar, de modo sistemático, a proporção de atitudes semelhantes entre os dois sujeitos, com base nas respostas dadas pelo primeiro indivíduo a um questionário idêntico previamente preenchido.

Byrne (1971; Clore & Byrne, 1974) interpreta a relação funcional entre semelhança de atitudes e atracção interpessoal integrando a noção de *validação consensual*, derivada da teoria da comparação social de Festinger (1954), com o conceito clássico de reforço. Mais exactamente, a constatação da convergência atitudinal é uma situação intrinsecamente reforçante, na medida em que a validação consensual satisfaz a necessidade de organização lógica do mundo social.

A posição de Byrne contrasta com a assumida pelos defensores da teoria da complementaridade (Winch, 1958), segundo a qual são as assimetrias em diferentes atributos que geram atracção. Apesar da maioria das investigações empíricas favorecerem a tese da semelhança, convém acentuar, como o fazem Gergen e Gergen (1981), que a opção entre semelhança e complementaridade implica a consideração de diversos factores, nomeadamente o tipo de dimensão em estudo, as significações sociais que lhe estão associadas e os motivos subjacentes aos comportamentos individuais no quadro da relação.

Rosenbaum (1986a) contesta a importância atribuída à semelhança procurando uma explicação alternativa para os resultados de Byrne. Segundo este autor, não é a semelhança de atitudes em si mesma que gera atracção, mas a dissemelhança que leva ao afastamento/repulsão. Em termos concretos, numa primeira fase da relação, a dissemelhança de atitudes geraria desconforto levando os indivíduos a diminuir os contactos. A semelhança seria, apenas, uma situação neutra ou, na melhor das hipóteses, facilitadora das interacções comportamentais. As verdadeiras razões da atracção relacionar-se-iam com os diversos acontecimentos ocorridos na interacção para além da convergência de atitudes. A polémica está longe de ser resolvida (Byrne, Clore & Smeaton, 1986; Rosenbaum, 1986b; Smeaton, Byrne & Murnen, 1989) e a sua completa elucidação exigiria uma referência extensa a pormenores metodológicos incompatível com a natureza do presente capítulo.

1.2.3. Hetero-avaliações e auto-estima

O corolário das teorias do reforço e da troca social, «gosto de quem gosta de mim», traduz a importância de uma terceira categoria de condições antecedentes da atracção interpessoal: as apreciações positivas dos outros. Apesar de extensivamente ilustrado (Blau, 1964; Byrne, 1971; Homans, 1961), o fenómeno da reciprocidade da atracção coloca alguns problemas ao nível da interpretação. Obviamente que a necessidade de consideração positiva (Rogers, 1959) constitui um dos motivos básicos do comportamento humano, pelo que não é de estranhar que os elogios ou comentários positivos do outro relativamente ao meu comportamento me levem a gostar dele: «As amizades são sociedades de admiração mútua». Contudo, mesmo que se considere, na sequência de Homans (1961), que a aprovação social constitui um reforço generalizado (trans-situacional), há que reconhecer que a sua eficácia depende da especificidade das situações e/ou da presença de variáveis moderadoras associadas a traços de personalidade.

Entre estas variáveis, cabe referir o papel central da auto-estima. Num estudo de Jones, Knurek e Regan (1973, *cit. in* Jones, 1974), indivíduos cujo grau de auto-estima era previamente conhecido foram distribuídos por duas condições experimentais: *aprovação* e *desaprovação*. No final de uma discussão com um grupo de estudantes era-lhes comunicado que os outros aprovaram (*condição 1*) ou não (*condição 2*) as suas posições (claro que o sentido das comunicações era «manipulado» pelo experimentador). Em seguida, tinham oportunidade de indicar o grau de atracção que sentiram pelo «avaliador». De acordo com os resultados obtidos, a atracção é mais elevada na condição aprovação. Contudo, os indivíduos com alta auto-estima são menos afectados pelas apreciações em qualquer das duas condições (i.e., manifestam, comparativamente aos sujeitos com baixa auto-estima, menor atracção na condição aprovação e menor hostilidade na condição desaprovação). Esta interacção entre auto-estima e aprovação revela que a «reciprocidade do gostar» é, pelo menos em parte, moderada pela auto-estima do sujeito que é avaliado.

Um outro conjunto de circunstâncias susceptível de relativizar a importância da reciprocidade liga-se directamente à eventual contradição entre as auto e hetero-avaliações. Se não há consonância entre os elogios que me fazem e aquilo que efectivamente penso de mim, sou levado a duvidar do meu interlocutor, ou porque passo a julgá-lo como menos «lúcido», ou, mais importante, porque sou levado a pensar nos verdadeiros motivos subjacentes ao seu comportamento. Esta última circunstância põe em evidência a contradição entre duas grandes estruturas motivacionais: a *consideração social* e a *consistência cognitiva*. Simultaneamente, levanta o problema da manipulação nas relações interpessoais. Mais exactamente, numa situação em que somos alvo de apreciações positivas, procuramos índices que nos permitam decidir sobre a «sinceridade» dos elogios. Trata-se, no fundo, de um processo atribucional, no qual as «estratégias» utilizadas pelo «avaliador» seriam escrupulosamente analisadas para além do seu valor facial.

Se é indiscutível que a necessidade de consideração social coloca qualquer indiví-

duo numa posição vulnerável perante apreciações positivas, é, igualmente, verdade que as «estratégias de sedução» nem sempre atingem os objectivos a que se propõem. Jones e Pittman (1982; Jones & Wortman, 1973) designam por *estratégias de auto-apresentação* os comportamentos motivados pelo desejo de manter ou aumentar o poder sobre o outro através da indução de atribuições sobre características disposicionais do actor. Estes autores distinguem cinco estratégias principais: aliciamento/sedução (*ingratiation*), intimidação, autopromoção, exemplaridade e súplica. A primeira das estratégias — aliciamento — reveste-se de particular importância no contexto da atracção interpessoal, na medida em que a atribuição que o actor procura induzir no interlocutor é, precisamente, a de que «ele (actor) é uma pessoa de quem se gosta». Mas, ao procurar cair nas «boas graças» do outro (autodescrevendo-me de modo positivo, manifestando opiniões semelhantes, elogiando-o ou fazendo-lhe «favores»), corro o risco de ser visto como impostor, conformista ou subserviente e, em vez de despertar afeição, induzir desprezo ou desconsideração. É nisto que consiste o *dilema do sedutor*: quanto mais intensos são os motivos que me levam a aliciar o outro, maior é a probabilidade que ele se questione sobre as verdadeiras razões do meu comportamento.

Em termos formais, Jones e Pittman (1982) afirmam que os comportamentos de aliciamento/sedução são determinados por três factores principais: a) *valor incentivo* ou importância atribuída ao facto do outro vir a gostar de mim; b) *probabilidade subjectiva* de que as minhas acções sejam bem sucedidas na indução das atribuições esperadas e c) *legitimidade percebida* ou apreciação individual de que tais acções são compatíveis com os padrões morais do actor. A contradição reside no facto de que, por exemplo, a dependência face a outro aumenta o valor incentivo, mas, simultaneamente, a probabilidade subjectiva de o influenciarmos, através do elogio, vê-se drasticamente reduzida, na medida em que tal indivíduo tem «motivos» mais que suficientes para procurar certificar-se da veracidade das nossas acções.

2. UM CASO ESPECIAL DE ATRACÇÃO: O AMOR PASSIONAL

A paixão, tema recorrente de poetas e romancistas, constitui um caso especial entre os diversos tipos de atracção interpessoal. Com efeito, a intensidade do amor passional distingue-o facilmente da amizade e de outras formas intermédias de atracção. O seu carácter efémero e vulnerável contrasta com a estabilidade e durabilidade das experiências de vinculação infantil ou com a aparente continuidade do amor conjugal. A idealização do ser amado, ou, mais exactamente, a antecipação fantasiada de gratificações ilimitadas na relação com o outro, parece excluí-lo do campo do deve e haver das trocas sociais e afectivas. Por último, a génese da paixão, associada à presença de um conjunto heteróclito de emoções positivas e negativas, opõe-a às formas de atracção em que as condições antecedentes desempenham, quase exclusivamente, um papel reforçante.

2.1. As teorias psicossociais do amor passional

Seguindo um percurso diferente das abordagens de inspiração clínica (Fromm, 1956; Maslow, 1954), Rubin (1970, 1974) procurou distinguir o *amor* do simples *gostar* (*amizade*) com base em duas escalas psicométricas (*Love Scale* e *Liking Scale*). A análise das respostas aos diferentes itens permitiu a Rubin identificar as principais dimensões subjacentes a cada uma das escalas. Assim, a vinculação, a preocupação com o outro e a intimidade caracterizariam o amor, ao passo que o simples gostar remeteria, fundamentalmente, para o respeito e a afeição. Outros estudos (Steck, Levitan, McLane & Kelley, 1982; Swensen, 1972), com ligeiras divergências, apontam no mesmo sentido.

Contudo, a primeira análise sistemática do amor passional deve-se a Walster e Berscheid (1971; Berscheid & Walster, 1974b). Walster [Hatfield] e Walster, privilegiando a dimensão especificamente emocional da paixão, definem o *amor passional* como

um estado de desejo intenso de união com o outro. O amor retribuído (união com o outro) está associado a satisfação e êxtase. O amor não retribuído (separação) à sensação de vazio, ansiedade ou desespero. Um estado de profunda activação fisiológica (1979, *cit. in* Hatfield, 1988, p. 191).

Neste contexto, o estudo das condições antecedentes da paixão merece especial relevo, na medida em que parece questionar o modelo dominante das teorias do reforço. Com efeito, enquanto a simples atracção está associada a reforços positivos, existem diversas situações, aparentemente aversivas, que facilitam a emergência do amor passional. Como paradigma destas situações podemos referir, entre outras, a experiência de Dutton e Aron (1974). Os autores procuraram testar a hipótese segundo a qual a ansiedade (medo) gera atracção. Para isso, uma entrevistadora atraente (comparsa dos experimentadores) abordou sujeitos do sexo masculino em duas situações geradoras de níveis diferenciados de activação fisiológica. Na primeira situação (*condição activação*) era-lhes solicitado que preenchessem um questionário após atravessarem uma ponte estreita e oscilante suspensa sobre um desfiladeiro a cerca de 70 metros de altura; na segunda (*condição não activação*), o cenário da entrevista consistia na travessia de uma outra ponte baixa e sólida. Após o preenchimento do questionário, a entrevistadora fornecia aos sujeitos o seu número de telefone e convidava-os a ligarem, na eventualidade de estarem interessados em obter informações adicionais sobre a investigação em causa. A análise dos resultados indicou que a percentagem dos sujeitos que contactaram a entrevistadora foi significativamente superior na condição activação. Além disso, as respostas aos questionários dos sujeitos nesta condição apresentavam, com maior frequência, conteúdos de natureza sexual.

Berscheid e Walster (1974b; Hatfield & Rapson, 1987), com base nos resultados desta e de outras investigações, procuraram interpretar a génese da paixão no quadro da teoria bifactorial das emoções de Schachter (1964). À semelhança doutros estados emocionais, a experiência da paixão pressupunha duas condições: 1ª) *activação fisioló-*

gica intensa, mas relativamente indiferenciada; 2ª) *rotulação cognitiva* do estado de activação com base nos índices situacionais disponíveis no campo psicológico do sujeito. Assim, na investigação de Dutton e Aron (1974), na ausência de outros índices, os sujeitos na condição experimental, quando activados pelo medo, atribuíam tal efeito não à situação objectiva, mas à presença da comparsa do experimentador. A explicação do amor passionnal dentro do *modelo da falsa atribuição* encontra apoio nas investigações mais recentes de White, Fishbein e Rutstein (1981). Os autores registaram o grau de atracção por uma comparsa (observada em registo vídeo), que em metade das situações se apresentava de modo atraente e, na outra metade, de modo menos atraente. Na *condição forte activação* os sujeitos faziam a sua avaliação após terem corrido durante 120s; na *condição fraca activação* corriam apenas durante 15s. Os resultados indicam que as avaliações dos indivíduos na condição forte activação são mais extremadas: sobreavaliam o «modelo» atraente e subavaliam o «modelo» menos atraente.

Contudo, Kendrick e Cialdini (1977) colocam algumas reservas à explicação pela falsa atribuição. Para estes autores, os erros atribucionais só são susceptíveis de ocorrer quando a fonte de activação, ainda que presente, não se revista de particular saliência. Ora não é este o caso da experiência de Dutton e Aron (1974), em que as condições físicas seriam suficientemente salientes para que os sujeitos as identificassem como fonte de activação. Nesta perspectiva, existiria uma atribuição correcta da activação e a atracção pela comparsa seria explicada pelo modelo do reforço negativo. Mais exactamente, a presença da comparsa reduzia a ansiedade e seria este facto que a tornaria mais atraente para os sujeitos na condição experimental.

Esta controvérsia entre as explicações pela falsa atribuição e pelo reforço negativo foi recentemente retomada por Allen, Kenrick, Linder e McCall (1989). Os autores continuam a defender a interpretação pelo reforço da experiência de Dutton e Aron. Contudo, reconhecem que tal modelo não funciona no caso das investigações de White et al. (1981; White & Kight, 1984), na medida em que o decréscimo de atracção pela comparsa menos atraente, após activação gerada por uma fonte neutra, é imprevisível a partir da teoria do reforço negativo: «É contrário ao modelo prever que uma pessoa possa simultaneamente actuar como reforço negativo e tornar-se menos atraente» (Allen et al., 1989, p. 262). Allen e coll. acabam por propor um terceiro modelo, estruturalmente idêntico ao da *facilitação social* de Zajong (1968), que designam por *facilitação de resposta*. Tal modelo afirma que a activação, independentemente da saliência e do carácter positivo, negativo ou neutro da fonte que a gerou, funciona como factor motivacional indiferenciado (semelhante ao impulso hulliano) em presença do qual o indivíduo executa a resposta dominante na situação actual. Exemplificando: em estado de activação e perante uma mulher atraente, a resposta dominante é a atracção, verificando-se o contrário na situação inversa. Na sua aparente simplicidade, o modelo da facilitação de resposta não implicaria a fraca saliência da fonte de activação, pressuposta pela teoria da falsa atribuição, nem teria dificuldades em lidar com as situações neutras, em que o «objecto» de atracção se vê impossibilitado de funcionar como reforço negativo.

A discussão das «condições aversivas» que podem estar na origem do amor apaixonado ou dos modelos teóricos explicativos das conexões entre activação fisiológica e rotulação cognitiva não deve, contudo, fazer-nos esquecer que entre os principais factores antecedentes e/ou concomitantes da paixão se contam, obviamente, acontecimentos emocionalmente positivos, em particular a excitação e gratificação sexuais (Berscheid & Walster, 1974b; Hatfield & Rapson, 1987). Como nota Berscheid, num misto de modéstia e humor:

Termino este capítulo voltando à primeira questão com que os editores confrontaram os seus colaboradores — «O que é o amor?» — confessando que, no caso do amor romântico, de facto, não sei — mas, se encostada contra uma parede enfrentando um pelotão de execução que dispararia se não fosse dada a resposta correcta, eu sussurraria: «É cerca de 90 por cento de desejo sexual, ainda não saciado» (1988, p. 373).

Para usarmos uma metáfora tomada de empréstimo à metodologia da investigação, poderíamos afirmar que, tal como nos *ex post facto designs*, na vida quotidiana a distinção entre paixão e desejo sexual só é possível uma vez terminada a relação: «Tratava-se certamente de um simples *flirt* motivado pelo sexo, uma vez que do amor nada restou».

Note-se, por último, a existência (pelo menos no que se refere às sociedades ocidentais contemporâneas) de normas e expectativas culturais de acordo com as quais todos os indivíduos se devem apaixonar. O amor apaixonado aparece cada vez mais como uma condição prévia para o casamento (Campbell & Berscheid, 1976).

2.2. A teoria da vinculação afectiva

A extensão da teoria da vinculação ao amor romântico, recentemente proposta por Hazan e Shaver (1987; Shaver, Hazan & Bradshaw, 1988), pode ser vista como uma importante alternativa teórica aos paradigmas psicossociais que dominaram o estudo do amor desde o início da década de 70. De acordo com os seus proponentes, a *teoria da vinculação*, ao contrário de outras teorias, constitui uma *grelha conceptual unitária* que permite: 1º) identificar a dinâmica subjacente às múltiplas formas de amor; 2º) compreender a relação entre as formas saudáveis e patológicas do amor e 3º) explicar os laços entre o amor e a solidão. Mais importante ainda, a teoria da vinculação é capaz de conceptualizar o amor como um processo biologicamente relevante, situando-o no quadro teórico do evolucionismo (Hazan & Shaver, 1987, p. 511-512). A presente secção constitui uma crítica à conceptualização do amor romântico como processo de vinculação. Começaremos por resumir os pressupostos teóricos e as hipóteses de base, passando, de imediato, à discussão das «fraquezas metodológicas» e dos dilemas teóricos subjacentes ao principal estudo empírico em que se baseia a teoria (Hazan & Shaver, 1987).

Pressupostos e hipóteses da teoria da vinculação — A teoria do amor romântico como processo de vinculação (Hazan & Shaver, 1987) pode resumir-se em duas proposições principais: 1ª) o amor romântico constitui um processo de vinculação biológica-

mente determinado; 2ª) a teoria da vinculação (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978; Bowlby, 1969, 1973, 1980) constitui uma grelha teórica adequada para a compreensão do amor romântico, desde que os seus conceitos nucleares sejam traduzidos numa linguagem apropriada às relações amorosas adultas.

A principal *hipótese teórica* afirma a *dependência das experiências amorosas adultas das experiências de vinculação infantil*. Subjacente a esta hipótese pode facilmente identificar-se o seguinte modelo de determinação das experiências amorosas adultas: *programações filogenéticas* → *vinculação infantil* → *modelos mentais* → *amor romântico*. Se quisermos ser inteiramente justos, devemos reconhecer que os autores não deixam de sublinhar a importância dos determinantes culturais e situacionais do amor romântico. Contudo, atribuem-lhes um papel claramente secundário.

Na investigação de 1987, Hazan e Shaver testaram cinco hipóteses empíricas, procedendo a dois estudos complementares. A primeira hipótese referia-se ao isomorfismo das distribuições estatísticas dos estilos de vinculação na infância e na idade adulta. A última hipótese apontava no sentido da maior vulnerabilidade do estilo «inseguro» às experiências de solidão. As três restantes hipóteses afirmavam a existência de diferenças consistentes entre os três estilos básicos de vinculação («seguros», «ansiosos/ambivalentes» e «desvinculados») ao nível das experiências amorosas adultas (segunda hipótese), ao nível dos *modelos mentais* do *self* e das relações sociais (terceira hipótese) e ao nível da história da vinculação infantil (quarta hipótese). Na generalidade, os resultados obtidos corroboraram as previsões relativas às cinco hipóteses. Contudo, uma análise mais pormenorizada revela que a investigação em causa encerra diversas «fraquezas metodológicas» susceptíveis de comprometer a validade das conclusões.

Aspectos metodológicos e validação da hipótese central — Antes de mais, os dois estudos relatados são estritamente correlacionais, o que só por si não constituiria problema se não fosse o caso do quadro determinista subjacente à principal hipótese teórica. Com efeito, uma relação de causalidade, mais ou menos explícita, é afirmada entre as experiências de vinculação infantis e adultas. O papel mediatizador dos modelos mentais (*inner working models*, na linguagem de Bowlby, 1973) asseguraria a continuidade postulada.

Como os próprios autores reconhecem, a medida dos estilos de vinculação no adulto através da resposta a um simples item com três alternativas de resposta não é sobreponível às dimensões do comportamento infantil avaliadas por Ainsworth e coll. (1978)⁴⁷. Reconhecem, ainda, que a simples autodescrição como critério para tipificar os estilos de experiências amorosas adultas se revela insuficiente.

⁴⁷ A categorização dos estilos de vinculação adulta baseou-se nas respostas ao seguinte item: «Qual das seguintes afirmações descreve melhor os seus sentimentos?»

— Acho relativamente fácil aproximar-me [tornar-me íntimo] dos outros e sinto-me confortável dependendo deles e tendo-os a depender de mim. Não me preocupo frequentemente em ser abandonado ou em alguém se aproximar demasiado [tornar demasiado íntimo] de mim [seguro (*secure*)];

— Sinto-me algo desconfortável estando perto [sendo íntimo] dos outros; acho difícil deixar-me

Se seguirmos a sugestão para superar as dificuldades de operacionalização dos estilos de vinculação na idade adulta apresentada pelos próprios autores e decomposermos cada uma das três alternativas do item classificatório nas proposições elementares que as constituem, verificamos que o que efectivamente se pediu aos sujeitos foi a autodescrição dos seus sentimentos, desejos e receios relativamente às seguintes dimensões das respectivas relações amorosas: a) *intimidade*: satisfação com o grau de intimidade da relação; desejos ou receios de o ver aumentar ou diminuir; b) *dependência*: satisfação com o grau de interdependência da relação; desejos ou receios de o ver aumentar ou diminuir; c) *confiança* no outro⁴⁸.

A comparação das dimensões abrangidas pelo item classificatório com os itens das subescalas da experiência amorosa⁴⁹ revela uma sobreposição relativamente elevada. Isto significa que as diferenças entre os estilos de vinculação nas escalas da experiência amorosa são parcialmente tautológicas. Mais exactamente, não é de estranhar, por exemplo, que a média dos «seguros» na subescala de confiança seja superior à dos outros grupos, uma vez que o critério subjacente à distinção entre os grupos se baseou nas respostas a uma questão idêntica. Ainda que no item classificatório as questões da intimidade, interdependência e confiança sejam colocadas em termos genéricos (i.e., relativamente aos outros em geral) e nos itens das subescalas de amor elas se refiram à relação amorosa concreta, não nos podemos esquecer que a centração na relação mais importante, enquanto atitude provocada no respondente, é desde o início induzida pelas instruções gerais. A circularidade entre a determinação dos estilos de vinculação e a autodescrição das experiências amorosas retira, pois, peso à corroboração da segunda hipótese.

No âmbito da teoria proposta a quarta hipótese assume especial relevo. Com efeito, trata-se da hipótese que liga directamente os estilos de vinculação na idade adulta com

depende deles. Fico nervoso quando alguém se aproxima [se torna demasiado íntimo] de mim e, frequentemente, os meus parceiros amorosos querem que eu seja mais íntimo do que aquilo que, de modo razoável, consigo ser [desvinculado (*avoidant*)];

— Acho que os outros são relutantes em se aproximar [em se tornar íntimos] de mim tanto quanto eu gostaria. Preocupo-me frequentemente por o meu parceiro não me amar de verdade ou por não querer ficar comigo. Quero fundir-me completamente com outra pessoa e este desejo, por vezes, afugenta as pessoas [ansioso/ambivalente — (*anxious/ambivalent*)]» (Hazan & Shaver, 1987, p. 515).

⁴⁸ Note-se que, num estudo ulterior, Hazan e Shaver (1990) acabam por não seguir as suas próprias sugestões, continuando a caracterizar os estilos de vinculação adulta com base nas respostas ao item de três alternativas (cf. *nota 47*). Collins e Reed (1990) e Fenney e Noller (1990) adoptam o mesmo procedimento, enquanto Mikulincer e Nachson (1991) desdobram o item em 15 proposições elementares, chegando, contudo, à mesma categorização. Por sua vez, Bartholomew e Horowitz (1991), com base na técnica da entrevista, identificam quatro estilos básicos de vinculação adulta: «seguros» (*secure*), «desprezados/desvinculados» (*dismissing*), «preocupados» (*preoccupied*) e «receosos» (*fearful*).

⁴⁹ Por exemplo: «Eu (sinto/sentia) total confiança em ____ «(confiança) ou «Por vezes (sinto/sentia) que aproximar-me demasiado de ____ podia trazer-me problemas» (medo de proximidade) (Hazan & Shaver, 1987, p. 514).

as experiências de vinculação infantil. É, efectivamente, a tradução empírica da hipótese «forte» ou central da teoria da vinculação do amor romântico: a dependência das experiências amorosas actuais da história da vinculação infantil.

De acordo com os resultados apresentados, esta hipótese só é parcialmente corroborada. As diferenças objectivas na história da vinculação (i.e., o facto da criança ter sido realmente separada dos pais ou de estes se terem divorciado) não discriminam os três estilos de vinculação adulta. Apenas a percepção actual da qualidade da relação com os pais durante a infância e a percepção da relação destes entre si (medidas através de 37 escalas adjectivas) constitui factor de discriminação. Contudo, como os próprios autores reconhecem, a percepção actual das relações infantis está sujeita a distorções cognitivo-mnésicas. E é precisamente aqui que reside a principal dificuldade da teoria que propõem.

Com efeito, verificaram que a percepção que os «desvinculados» tinham da relação com os pais variava substancialmente em função da idade. Mais exactamente, os «desvinculados» mais jovens (*Estudo 2* e amostra jovem do *Estudo 1*), ao contrário dos mais velhos, não diferiam significativamente dos «seguros» no que dizia respeito às características positivas atribuídas à relação com os pais. Os autores interpretam este facto afirmando que tais diferenças existem realmente, mas que os «desvinculados» mais jovens se defendem da ansiedade idealizando os pais. Esta interpretação é, no mínimo, contraditória com as funções atribuídas aos *modelos mentais* e com a afirmação: «Parece verosímil que a continuidade entre as experiências infantis e adultas decresce à medida que caminhamos na idade adulta» (Hazan & Shaver, 1987, p. 522).

Se os modelos mentais se formam em grande parte na infância, qual a razão que levaria os «seguros» e «desvinculados» mais jovens (i.e., aqueles cujos modelos teriam sido menos influenciados pela experiência e portanto estariam mais próximos da estrutura infantil) a não diferirem entre si, ao contrário do que acontece com os mais velhos? Julgamos que a resposta vai no sentido da maior influência da história recente e das experiências posteriores à infância na determinação dos estilos de relação amorosa.

Por que motivo não afirmar que são os modelos mentais modificados, ou mesmo inteiramente elaborados na idade adulta, que levam os «desvinculados» mais velhos a justificarem retroactivamente as suas actuais experiências amorosas, atribuindo parte das responsabilidades a uma infância menos feliz? Não afirmamos que se trata da interpretação correcta, mas pensamos que é tão legítima como a apresentada pelos proponentes da teoria da vinculação.

É ainda neste mesmo sentido que podem ser interpretados os resultados pertinentes para a avaliação da terceira hipótese. Com efeito, os autores verificaram que, ao contrário do que se passou no *Estudo 1*, os sujeitos mais jovens (*Estudo 2*) não apresentavam diferenças consistentes ao nível dos modelos mentais das relações sociais. Se é apenas com a idade e, conseqüentemente, com a diversificação das experiências sociais, que assistimos à diferenciação de modelos, por que razão continuar a insistir que estes se formam predominantemente na infância? Os resultados apontam, mais uma vez, na direcção contrária à seguida por Hazan e Shaver (1987). Não parece existir evi-

dência suficiente para atribuir aos modelos mentais a suposta continuidade entre a infância e a idade adulta.

Dilemas teóricos — O principal dilema ou problema teórico subjacente à investigação de Hazan e Shaver (1987) coloca-se, precisamente, ao nível da conceptualização dos modelos mentais. Definir os modelos mentais como estruturas cognitivas relativamente estáveis adquiridas/construídas na infância pressupõe que estejamos em condições de especificar o processo de desenvolvimento cognitivo durante a infância. Ora, não é claro que durante o período sensorio-motor, ou mesmo durante a fase de representações pré-operatórias (Piaget & Inhelder, 1966), possamos atribuir ao pensamento infantil a capacidade de elaboração cognitiva das relações ao outro e a si mesmo que os autores pressupõem responsáveis pela continuidade entre vinculação infantil e adulta⁵⁰. Tanto os dados empíricos como o uso que os autores fazem do conceito de *modelo mental*, aproximando-o do conceito de *script* e admitindo a ideia de que o desenvolvimento social é correlativo da construção e revisão permanente das estruturas cognitivas, nos conduzem a deslocar a problemática do amor romântico da afectividade infantil e a situá-la no domínio dos processos de representação social do amor e da sexualidade. Obviamente, que tais processos não são independentes da história relacional dos indivíduos, nem dos factores emocionais que a caracterizam. O que não se pode confundir é afectividade infantil com regulação social dos afectos adultos: uma «história de vinculação segura» é compatível com a actualização de modelos de amor e de scripts sexuais diametralmente opostos. Aliás, para dizer o que os autores dizem não seria necessário recorrer a Bowlby; bastava referirmo-nos à noção freudiana de *escolha anaclítica do objecto de amor* (Freud, 1914/1970).

Mas, contrariamente ao que os autores afirmam, a posição é freudiana, consonante com o pior dos freudismos! À semelhança dos analistas que invocam a *resistência* quando o cliente não verbaliza os conteúdos que confirmam as suas crenças, Hazan e Shaver (1987) invocam a *idealização* como mecanismo de defesa que impossibilita a corroboração das hipóteses de investigação.

Em resumo, a abordagem crítica da teoria da vinculação aplicada ao amor romântico, não põe em causa a importância do clima afectivo dos primeiros anos de vida no desenvolvimento ulterior, nem a centralidade dos processos de vinculação em relação aos mecanismos subsidiários do condicionamento e do reforço (Harlow, 1958, Bowlby, 1969). O que tal teoria não resolve é o problema das retraduzões sociais do afecto, ou, se se quiser, o problema da articulação do afecto com o social, dos modelos de amor com a interdependência cognitiva, emocional e comportamental que define as relações de intimidade organizadas em torno da sexualidade. No próximo subcapítulo retomaremos a problemática da determinação biológica do amor romântico, tal como é reiterada pelos autores no âmbito das considerações finais do artigo aqui discutido:

⁵⁰ Note-se que os modelos mentais se referem claramente a construções sociais do amor (v.g., «os sentimentos românticos aumentam e diminuem no decurso da relação, mas, em certas alturas, podem ser tão intensos como eram no início», Hazan e Shaver, 1987, p. 516).

A nossa ideia, que requer desenvolvimento futuro, é que o amor romântico é um processo biológico planeado pela evolução para facilitar a vinculação entre dois parceiros sexuais adultos que, na altura que o amor evolui, são capazes de se tornar pais duma criança que necessita dos seus cuidados duradouros [estáveis] (Hazan & Shaver, 1987, p. 523).

3. DOS RITUAIS FILOGENÉTICOS À DRAMATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES

Enquanto aptidão biológica necessária à reprodução da espécie, a *capacidade individual de experimentar activação sexual* é, ela própria, resultado de um longo processo evolutivo. Com efeito, do ponto de vista da biologia, nada obriga a que a continuidade evolutiva seja assegurada pela *reprodução sexuada*. Em rigor, a reprodução sexuada constitui uma solução tardia e claramente minoritária em relação à *reprodução assexuada*. Contudo, a vantagem da reprodução sexuada em termos de acréscimo da variabilidade genética compensaria largamente os custos e riscos inerentes ao «encontro» de dois seres distintos para troca de material genético (Fox, 1982). Ainda assim, a reprodução sexuada não implica necessariamente a existência de sexos:

As vantagens da heterozigotia parecem portanto responder à questão da existência do sexo. Mas não à existência de sexos — o hermafroditismo poderia ser uma solução universal, apresentando as vantagens da heterozigotia. Porquê, então, os sexos, e porquê machos e fêmeas? [...] A resposta situa-se no plano da economia biológica, para empregar a expressão de Ghiselin (1974): a existência de sexos diferenciados equivale a uma diferenciação de funções biológicas com profundas repercussões comportamentais. A existência de sexos implica uma selecção evolutiva no sentido da anisogamia, ou seja, uma selecção no sentido da diferenciação da massa citoplasmática dos gâmetas. [...] teríamos então pressões selectivas para uma distribuição bimodal dos gâmetas: uns de grande dimensão relativa, e fraca mobilidade, outros produzidos em maior quantidade, menor massa e maior mobilidade. Chamemos «fêmeas» aos primeiros e «machos» aos segundos (Soczka, 1987, pp. 16-7).

Utilizada com propriedade, a expressão *selecção sexual* (Darwin, 1871), competição entre os machos (selecção intra-sexual) e escolha do «mais apto» por parte das fêmeas (selecção inter-sexual ou epigâmica), corresponde à tradução, no plano comportamental, das estratégias reprodutivas decorrentes da diferenciação molecular. Mais exactamente, do ponto de vista do sucesso reprodutivo, os machos, detentores de material germinal tendencialmente ilimitado, teriam todo o interesse em adoptar uma «estratégia poligâmica», fecundando o maior número possível de fêmeas; em contrapartida, a raridade dos «óvulos» teria como consequência a adopção por parte das fêmeas de uma «estratégia monogâmica», destinada a assegurar a viabilidade da respectiva descendência. A partir deste quadro de base, podem, contudo, assinalar-se diferenças interespecíficas acentuadas. Fox, referindo-se apenas aos mamíferos e tomando como unidade de base «a mãe e a sua progenitura dependente», resume-as nos seguintes termos:

Nos mamíferos — por definição — os pequenos nascem vivos e são amamentados pela mãe. O que varia é: a) o montante daquilo que a mãe investe, para além do mínimo necessário, na sua progenitura; b) o grau e a natureza da ligação de um ou de vários machos a esta unidade [mãe e a sua progenitura] fundamental (1982, p. 11).

O mesmo autor acrescenta, de imediato, que:

Um resultado interessante do desenvolvimento da cultura pelo homem é que nós reproduzimos, no interior da nossa própria espécie, todas as variações que podemos descobrir através das ordens de mamíferos (Fox, 1982, p. 11).

Esta breve referência à problemática da evolução biológica do sexo tem como única finalidade permitir a contextualização das abordagens sociobiológicas da sexualidade humana⁵¹, em particular do modo como a atracção sexual é conceptualizada a partir dos «paralelismos animais» do comportamento humano. Assim, se nos situarmos numa perspectiva darwinista, as diferenças do comportamento sexual masculino e feminino são o resultado de estruturas e mecanismos cerebrais específicos, fixados pela filogénese (Symons, 1979, 1987). Mais exactamente, Symons (1987) argumenta que as diferenças consistentes ao nível das *condições de activação sexual*, dos *critérios de atracção sexual* e do *ciúme sexual* traduzem fielmente a assimetria entre as estratégias reprodutivas masculina e feminina.

Em primeiro lugar, o «investimento» masculino no sexo seria substancialmente superior ao feminino, a começar pela incidência diferencial das condições de estimulação, com realce para os estímulos visuais e para o conhecimento do parceiro:

[...] as mulheres, quer sejam heterossexuais ou homossexuais, são muito menos susceptíveis de ser sexualmente activadas por estímulos visuais objectivos ou de experimentar activação sexual baseada predominantemente em qualidades cosméticas. O conhecimento do carácter de um parceiro potencial — mesmo através de uma breve conversa — pode, por vezes, diminuir o interesse sexual de um macho, interferindo com a fantasia; mas o interesse sexual de uma fêmea não só não é diminuído por isso, como requer, geralmente, algum conhecimento do carácter do parceiro e algum envolvimento emocional prévio. Entre os homens, o sexo algumas vezes resulta em intimidade; entre as mulheres, a intimidade algumas vezes resulta em sexo (Symons, 1979, p. 301).

Em segundo lugar, e directamente relacionado com a problemática central do presente capítulo, os critérios de atracção sexual masculinos e femininos estariam subordinados a diferentes lógicas. Symons (1987) identifica dois critérios absolutos de atracção sexual: a *saúde física* e a *idade*. Em qualquer dos casos, os sinais exteriores de «boa saúde» e «juventude» indicariam capacidades reprodutivas optimais⁵². Para além

⁵¹ Limitamo-nos aqui a uma descrição sumária da problemática da evolução do sexo. Para uma visão global, cf., para além dos dois textos de síntese já citados (Fox, 1982; Soczka, 1987), Barash (1982) e Trivers (1985).

⁵² Ainda que se reconheça que a problemática das causas últimas ou das razões filogenéticas é claramente distinta da questão do controlo local e imediato do comportamento (Hinde, 1982), nunca será

deste critérios absolutos, o mesmo autor refere a existência de três critérios relativos, relevantes nas situações de comparação interindividual: o carácter modal de certos *atributos físicos* (v.g., nem demasiada gordura, nem magreza excessiva), as características associados a um *estatuto social* elevado e a *variedade sexual*. Enquanto as indicações relativas ao estatuto funcionariam como critério determinante nas escolhas femininas, a importância dos traços físicos e da variedade sexual seriam decisivas para as escolhas masculinas.

Por último, Symons (1987) apoia as suas conjecturas nas manifestações diferenciais do «ciúme sexual»: nos homens, a impossibilidade de determinar com certeza absoluta o parentesco genético com os filhos teria como corolário a desmesura dos ciúmes sexuais.

Por muito fascinantes que possam parecer à primeira vista, as especulações inspiradas na sociobiologia estão longe de corresponder a modelos teóricos suficientemente validados. Antes de mais, as previsões decorrentes de tais modelos situam-se a um nível de abstracção demasiado elevado, sendo difícil imaginar situações concretas capazes de as infirmar. Note-se, por exemplo, a questão da escolha do parceiro: enquanto na selecção sexual darwiniana tal papel compete à fêmea, nas versões actuais da teoria oscila-se permanentemente, ao sabor dos critérios escolhidos, na atribuição dos papéis de sujeito e de objecto da escolha. Como refere criticamente Singer:

A selecção epigâmica baseada nas características ornamentais é uma teoria elegante e persuasiva que dá sentido a um vasto leque de diferenças de género na anatomia e nas exibições de namoro [rituais de acasalamento] — e acontece que está errada. [...] Assim, os machos são supostos ser atraídos por qualidades femininas tais como a saúde, a juventude e valores moderados de tecido adiposo, porque estas características físicas predizem a capacidade ovulatória. O mesmo raciocínio é usado para explicar o aumento crónico dos seios femininos e a sua atractividade para os machos. Contudo, não só esta especulação supõe um mecanismo de selecção visto no presente como altamente dúbio, [...] como também supõe uma inversão do género que faz a selecção. Isto é, a selecção epigâmica deve operar a partir «do género pelo qual se compete» para o «género que compete». As características masculinas são supostas ser seleccionadas pela escolha da fêmea, não o contrário. Os sociobiólogos não podem caracterizar o macho humano como evolutivamente influenciado para copular com qualquer coisa quente e móvel e, simultaneamente, postular uma pressão selectiva dos machos, suficientemente forte e dirigida para criar nádegas e seios femininos (1985a, p. 239)⁵³.

demais lembrar um «pequeno pormenor», frequentemente ignorado quando se trata de estabelecer paralelismos animais para o comportamento sexual humano: ao contrário do que acontece nas outras espécies, na espécie humana em 99% (fazendo as contas por defeito) das situações o sexo não está ao serviço da reprodução.

⁵³ Para uma análise que procura conciliar as abordagens sociobiológicas da selecção sexual com as abordagens psicossociais e sociológicas, cf. Buss e Barnes (1986) e Buss (1988).

A importância dos seios enquanto «desencadeador sexual» é outro dos domínios em que as previsões inspiradas na sociobiologia se revelam contraditórias e, em última análise, irrefutáveis. Assim, e ainda na sequência das apreciações críticas de Singer (1985a), é possível recensar três posições distintas: a) a de Symons (1979, 1987), em que seriam os seios de tamanho médio os mais atraentes; b) a de Lumsden e Wilson (1981), que atribui aos seios mais volumosos o valor de «desencadeadores supraliminares» e c) a de Eysenck e Wilson (1979), que constata que são os seios ligeiramente inferiores à média os mais apreciados pelos homens.

Por sua vez, o efeito da variedade sexual na activação masculina, o chamado *efeito Coolidge* (Dewsbury, 1981), traduzido na preferência dos machos por novos parceiros sexuais, pode não constituir uma característica específica do sistema sexual, uma vez que a importância da novidade constitui um traço comum a todos os sistemas motivacionais. Acresce que tal efeito não parece limitar-se ao sexo masculino (Lisk & Baron, 1982).

Mas o principal problema com as aproximações sociobiológicas é de natureza teórico-metodológica. Em primeiro lugar o recurso à analogia substitui frequentemente a análise pormenorizada das informações baseadas em verdadeiras homologias (Rajecki, 1983). Em segundo lugar, mesmo nos casos em que os paralelismos animais do comportamento humano se baseiam em verdadeiras homologias, o papel atribuído às regulações culturais dos comportamentos humanos assenta num modelo de evolução cultural decalcado do modelo da evolução biológica. Tome-se, por exemplo, o caso dos rituais ou *paradas sexuais* abundantemente documentados pela etologia (Eibl-Eibesfeldt, 1972; Morris, 1970; Tinbergen, 1953; Wickler, 1967). Nada impede, obviamente, de estabelecer um paralelismo entre os *processos de comunicação*, o papel dos *estímulos desencadeadores* ou a natureza das *exibições sexuais*⁵⁴. Contudo, como nota Luckmann, a propósito dos trabalhos de Eibl-Eibesfeldt (1972, 1979), a noção etológica de ritual só parcialmente se sobrepõe à noção sociológica e/ou antropológica, deixando de fora a «gama completa de regularidades da interacção social», a começar pelas «regularidades nas sequências comportamentais a longo-termo» (1979, p. 59). De acordo com Luckmann, os etólogos e os sociobiólogos, ao utilizarem paralelismos animais do comportamento humano, negligenciam o problema da *identidade pessoal*, enquanto dispositivo privilegiado de articulação entre a evolução e a história. Mais concretamente, Luckman argumenta que fenómenos como a linguagem⁵⁵, a tecnologia e a cul-

⁵⁴ Os etólogos designam por *ritualizações* todos os movimentos que perderam o seu valor adaptativo inicial para adquirirem — no decurso da filogénese — uma nova função comportamental: comunicação de «estados emocionais» e regulação das interacções (Lorenz, 1966/1981). Esta nova função é particularmente relevante no âmbito do controlo da agressão (Lorenz, 1963/1969) e do estabelecimento de laços interpessoais (Eibl-Eibesfeldt, 1972).

⁵⁵ Num tom irónico, Washburn define a etologia humana como «a ciência que pretende que os homens não podem falar» (1978, p. 414). Ainda que pensemos que esta atitude é excessiva, há que observar que o reconhecimento de homologias interculturais ao nível mímico e gestual (Eibl-Eibesfeldt, 1972, 1979) apenas confirma a *similitude dos meios de acção* de que dispõe o *homo sapiens*, dando-nos uma informação reduzida sobre o significado cultural de tais comportamentos.

tura são impensáveis sem o desenvolvimento correlativo de «relações sociais fortemente individualizadas e do controlo central do comportamento individual» (idem, p. 60). Obviamente que o desenvolvimento da identidade pessoal pressupõe condições biológicas (ao nível do corpo, da consciência e da organização social) responsáveis pelo distanciamento do «aqui e agora» ambiental. No entanto,

[...] a identidade pessoal, um emergente evolutivo, torna-se uma forma *histórica* de vida. Os elementos constituintes, o corpo humano, as estruturas elementares da consciência e os determinantes básicos da interacção social são estabelecidos no «biograma» da espécie. Contudo, o desenvolvimento concreto de qualquer identidade pessoal individual depende de um *a priori sócio-histórico*. Esse *a priori* sócio-histórico está ligado ao «biograma» evolutivo da espécie, uma vez que não pode transgredir os limites que este lhe impõe. No entanto, não pode ser derivado do «biograma»; é apenas uma das muitas construções históricas humanas possíveis que é compatível com ele (Luckmann, 1979, p. 63).

É nesta mesma linha que Harré (1981) procede à distinção entre dois tipos de regularidades: *automatismos* (processos fisiológicos ou hábitos relativamente aos quais o actor não tem controlo directo) e *autonomismos* (comportamentos controlados pelo actor a partir de regras e convenções estandardizadas ou de projectos pessoais). Os rituais sexuais humanos situar-se-iam do lado dos autonomismos e constituiriam as «práticas culturais específicas através das quais os impulsos sexuais seriam realizados» (Harré, 1981, p. 252). Reencontramos aqui a distinção operada por Simon e Gagnon (1986, 1987) entre os níveis dos scripts sexuais. Mais concretamente, as *encenações culturais* e os *scripts interpessoais* da sexualidade contar-se-iam entre os autonomismos governados por regras ou convenções estandardizadas. Os *scripts intrapsíquicos* corresponderiam aos «projectos pessoais» de representação do sexo na ordem expressiva do comportamento (Harré, 1979).

Note-se, igualmente, que a distinção entre os dois tipos de autonomismos em Harré (1981) e a conceptualização da identidade pessoal em Luckmann (1979) nos ajuda a precisar o sentido da afirmação de Simon e Gagnon, segundo a qual nas sociedades ocidentais contemporâneas o declínio progressivo do carácter imperativo das normas sociais que regulam os comportamentos sexuais e a emergência correlativa do «intrapésquico como domínio autónomo» (1986, p. 101) permitem a auto-encenação de uma parte substancial das nossas vidas sexuais. Com efeito, ao contrário das sociedades arcaicas, em que a unidade da vida social tinha como corolário a relativa homogeneização das identidades pessoais, nas sociedades modernas

[...] a segmentação da estrutura social em sectores institucionais especializados é acompanhada por uma modificação de longo alcance na relação do indivíduo com as instituições e com a ordem social como um todo. [...] Desde que as obrigações especializadas do papel sejam «adequadamente» desempenhadas no contexto institucional específico, o actor [*role-player*] é, por assim dizer, livre para «escolher» a sua identidade pessoal. [...] Assim, a produção da identidade pessoal torna-se, progressivamente, o negócio do mais privado *petit entrepreneur*, o indivíduo humano (Luckmann, 1979, p. 70-3).

A encenação privada do desejo sexual, a sobreposição progressiva dos autonomismos pessoais aos autonomismos convencionais, é, indubitavelmente, um produto da gênese histórica da identidade pessoal, à qual não se aplicam os critérios de maturação biológica:

A identidade pessoal não «matura» no mesmo sentido em que o indivíduo biológico matura. É a sedimentação das acções e das imposições numa «memória» sintetizadora, interpretativa. Não se desenvolve a partir de «dentro», como acontece com o indivíduo biológico; vem de «fora». As sedimentações históricas não são transmitidas geneticamente, mas socialmente, simbolicamente (Luckmann, 1979, p. 66).

É precisamente a incompreensão dos modos de articulação entre processos biológicos e processos históricos que leva Hazan e Shaver a manifestarem uma perplexidade desconcertante perante as configurações histórico-sociais do «amor romântico» e a refugiarem-se na linguagem das potencialidades biológicas: «O amor romântico como potencial biológico tem existido sempre e em qualquer lugar, ainda que tenha sido, frequentemente, evitado como base do casamento» (1987, p. 523).

Obviamente que o amor romântico é uma potencialidade biológica pelo simples facto de que são efectivamente seres biológicos que se entregam às «delícias da paixão»⁵⁶. Mas, o que é importante explicar é a distância que vai das sábias recomendações do apóstolo Paulo, «mais vale casar-se do que abraçar-se» (*Primeira Epístola aos Coríntios*, 7: 9), em que o casamento surge como solução para as tentações da carne, até à paixão como critério do casamento.

A concepção do amor romântico partilhada, entre outros, por Hazan e Shaver (1987), implica necessariamente uma concepção naturalista dos processos emocionais. Basicamente, as emoções, ao contrário dos processos cognitivos, seriam fenómenos primários, filogeneticamente determinados, biologicamente regulados e culturalmente invariáveis. Contudo, existem razões mais que plausíveis para adoptarmos uma perspectiva radicalmente diferente, em particular a impossibilidade de prescindirmos dos processos de rotulação cognitiva para a caracterização dos estados emocionais. Tais processos não operam no vazio, pressupondo, ao invés, o enraizamento das cognições nos sistemas de significação fornecidos pela cultura. O amor, e em particular o amor romântico ou passionai, constitui um caso exemplar de construção social das emoções a partir dos paradigmas ou ideais culturais: o facto de um indivíduo assimilar as experiências amorosas pessoais ao amor romântico depende, antes de mais, do modo como os diferentes componentes dessas experiências se ajustam às suas *crenças sobre o que é o amor romântico* (Averill & Boothroyd, 1977). Mais exactamente, e seguindo a con-

⁵⁶ Averill comenta uma afirmação semelhante de William James nos seguintes termos: «Talvez James deva ser interpretado como querendo dizer que o potencial para o amor ‘existe nos corações humanos’, independentemente do tempo e do lugar. Contudo, tal afirmação não seria muito informativa. O que quer que seja que os seres humanos façam — desde abanar as orelhas até resolver problemas de cálculo —, devem ter potencial para o fazer. Isso não diz nada sobre se a resposta em si mesma é ou não socialmente constituída» (1985, p. 97).

ceptualização de Averill (1985), as emoções constituem verdadeiras «síndromas», mapas conceituais ou modos de organizar as relações com o outro, que não se podem reduzir às repostas elementares (avaliações cognitivas, modificações fisiológicas, actos instrumentais, etc.) que caracterizam os estados emocionais. Em certo sentido, as emoções podem ser assimiladas a «papéis sociais transitórios»: «As emoções [são] síndromas socialmente constituídas (papéis sociais transitórios) que incluem a avaliação pessoal da situação e que são interpretadas mais como paixões do que como acções» (Averill, 1985, p. 98).

No caso concreto do amor romântico, a «síndrome emocional» comporta, pelo menos, quatro componentes essenciais: a idealização do ser amado, o início repentino, a activação fisiológica e o compromisso e vontade de «fazer sacrifícios» pelo outro (Averill, 1985). No contexto da presente discussão interessa-nos sublinhar de modo particular o primeiro dos componentes referido por Averil. Com efeito, a idealização do ser amado implica uma «base social para a idealização»: «A idealização requer que o alvo seja reconhecido como um indivíduo único e digno por direito próprio e isto, por sua vez, requer a individuação do *self*» (Averill, 1985, p. 101).

Independentemente das questões concretas de periodização, de localização e de generalização através dos grupos ou classes sociais, o que parece incontestável é que a relação entre a génese histórica da identidade pessoal e a experiência do amor romântico está longe de constituir uma correlação espúria. Num texto mais recente, Averill e Thomas-Knoules (1991) retomam o problema da construção social das emoções, acentuando o papel das regulações normativas e sublinhando que é precisamente o facto dos processos emocionais serem socialmente regulados que torna possível a «criatividade emocional».

SEGUNDA PARTE

ESTUDOS EMPÍRICOS

OBJECTIVOS, LIMITES E METODOLOGIA GERAL

1. OBJECTIVOS E LIMITES

Como defendemos ao longo da primeira parte, questionando a «inteligibilidade biológica do sexo» e recusando o pressuposto da heterogeneidade entre as esferas sexual e social, a compreensão da sexualidade humana implica que estejamos em condições de identificar os parâmetros culturais, as estruturas relacionais e as ficções pessoais que configuram as trocas e organizam as experiências sexuais. De modo mais preciso, os comportamentos sexuais, à semelhança de todos os outros comportamentos humanos, devem ser perspectivados em função das respostas concretas dos actores sociais às expectativas normativas decorrentes das grandes encenações culturais; paralelamente, a forma como, nas interações sociais, os indivíduos articulam reciprocamente os seus planos e desejos sexuais pressupõe a continuidade das «representações do eu e das 'imagens implícitas' do(s) outro(s)» (Simon & Gagnon, 1987, p. 365) e, em última análise, a concatenação dos *scripts interpessoais* e dos *scripts intrapsíquicos* da sexualidade, dos factores de facilitação das trocas sexuais e dos factores de manutenção da activação sexual.

Os quatro estudos (*Capítulos V a VIII*) que integram a segunda parte do presente trabalho têm como objectivo comum *definir os contornos e evidenciar as figuras centrais da sexualidade pré-matrimonial*⁵⁷ numa população de estudantes universitários. As preocupações que nortearam as investigações empíricas, da concepção à realização e interpretação do *inquérito psicossocial* cujos resultados aqui se relatam, situam-se no prolongamento das posições e considerações de natureza teórica feitas na primeira parte, em particular da conceptualização da sexualidade como resultado de um pro-

⁵⁷ A utilização da expressão «sexualidade pré-matrimonial» é meramente descritiva, não implicando, por isso mesmo, a aceitação do carácter necessário das etapas convencionais das *carreiras sexuais* (cf. *ponto 3.* do *Capítulo I*). De igual modo, o termo «matrimonial» não pressupõe nenhum enquadramento institucional concreto (v.g., casamento católico) para a «vida conjugal». Em rigor, a expressão «sexualidade pré-matrimonial» refere-se à vida sexual dos indivíduos solteiros, podendo ou não incluir o que habitualmente se designa por *coabitação juvenil* (Béjin, 1982b). Os dados relativos aos «planos» dos sujeitos inquiridos sobre o futuro enquadramento institucional das respectivas vidas sexuais constam do *ponto 3.1.6* do *Capítulo V*.

cesso de construção social (Simon & Gagnon, 1987) e da necessidade de aplicar ao estudo dos comportamentos sexuais os mesmos modelos teóricos e estratégias metodológicas que as ciências sociais aplicam aos restantes domínios das actividades humanas (Gagnon, 1977).

Os problemas ou questões de ordem geral a que procurámos dar resposta ao longo dos quatro capítulos empíricos são os seguintes: existe um duplo padrão sexual? Em caso afirmativo, qual é a sua natureza, quais são os factores condicionantes, como é que se liga às orientações culturais e ideológicas dominantes e como é que a sexualidade se inscreve no quotidiano estudantil? Para além das assimetrias sexuais, dos factores ideológicos e do quadro global de vida, qual é a especificidade e quais são os pontos de articulação dos componentes estruturais dos scripts sexuais? Em particular, quais são as normas relativas ao início da vida sexual, quais são as representações dos actos sexuais e, mais importante, quais são os motivos que nos levam a comportar sexualmente? Que aspectos ou dimensões do *eu* são relevantes nas situações de interacção em que o afecto (amor) é condição do sexo? De que modo os factores pessoais de atracção são susceptíveis de utilização estratégica?

A autonomia dos capítulos deve-se mais à necessidade de organização da exposição do que à independência dos problemas estudados. Assim, enquanto no *Capítulo VII* nos debruçamos especificamente sobre os componentes estruturais dos scripts sexuais, no *Capítulo VI* passamos em revista as coordenadas culturais e existenciais da sexualidade. No *Capítulo V* procuramos caracterizar de modo sistemático a figura do duplo padrão sexual, ao passo que no *Capítulo VIII* nos interrogamos sobre a utilização estratégica dos atributos pessoais nas situações de sedução. A explicitação dos objectivos específicos da investigação e das hipóteses ou previsões correlativas consta da introdução a cada um dos capítulos. Contudo, para evitar repetições desnecessárias, limitámos ao essencial a revisão da literatura, remetendo o leitor para os capítulos teóricos pertinentes.

Como todas as investigações por inquérito, a presente investigação comporta vantagens e desvantagens relativamente a outras aproximações metodológicas. Entre as primeiras conta-se, obviamente, a possibilidade de obter um panorama relativamente completo do domínio em estudo. De igual modo, se tomarmos como termo de comparação a *entrevista face-a-face* (cf. Brabburn, 1983) ou a *observação directa* dos comportamentos (incluída ou não num plano de tipo experimental — cf. DeKetelle, 1983 e Weick, 1985), a opção por um *questionário anónimo auto-administrado* significa «menor reactividade» por parte dos inquiridos. O inquérito por questionário auto-administrado traduz-se, efectivamente, por uma interferência mínima do investigador, ainda que a própria formulação das questões contribua de modo decisivo, ao contrário do que pretendem as abordagens ingénuas, para a definição social das situações (Ghiglione & Matalon, 1978).

No campo específico da sexualidade, a comparação dos questionários auto-administrados e das entrevistas face-a-face mostra que os primeiros, ao maximizarem a privacidade dos respondentes, são mais eficazes na redução dos «erros de medição»

(Catania et al., 1990). A sua principal desvantagem prende-se com a impossibilidade de garantir inequivocamente que as instruções, o sentido das questões e as modalidades de resposta foram correctamente compreendidos. Contudo, desde que se tomem as devidas precauções na escolha do vocabulário e se proceda a estudos preliminares que permitam corrigir as ambiguidades iniciais, tal desvantagem, em particular quando o nível de escolaridade dos inquiridos é elevado, como é o caso da presente investigação, torna-se uma questão de somenos importância.

Para além da privacidade, a questão da credibilidade da investigação e dos investigadores assume particular importância quando se trata de estabelecer a fiabilidade das respostas. Como é óbvio, foram dados, verbalmente e por escrito (cf. *Anexo 1*), todos os elementos (identidade e ligações institucionais do investigador e natureza científica do projecto) susceptíveis de maximizar a fiabilidade dos resultados. Note-se, de passagem, que o estudo experimental dos efeitos do investigador nas respostas a questionários auto-administrados sobre a sexualidade, desde que garantidas as condições de privacidade e credibilidade, mostra que tais respostas não são substancialmente afectadas (Winer, Makowski, Alpert & Collins, 1988)⁵⁸.

Para além dos problemas metodológicos inerentes à temática específica da presente investigação, cabe-nos, ainda, referir as limitações que se ligam directamente à problemática geral da validade das conclusões obtidas nos estudos por inquérito. Basicamente, a discussão da validade das conclusões de um inquérito psicossocial passa pela resposta adequada à série clássica de interrogações: *quem pergunta o quê, a quem, como, onde, quando e porquê. Quais são as interpretações e implicações dos resultados obtidos?* Admitindo que fomos suficientemente claros na explicitação dos objectivos e na formulação dos problemas a investigar e remetendo o leitor para as diversas secções do presente capítulo onde se dão informações precisas sobre os sujeitos inquiridos e respectivo recrutamento (cf. *ponto 2* deste capítulo e *Quadro 3H* do *Anexo 3*), os procedimentos adoptados na administração do questionário (cf. *ponto 3* deste capítulo), o enunciado das questões (cf. *ponto 4* deste capítulo e *Anexo 1*), a codificação e recodificação das respostas (cf. *Anexo 2*), a construção e validação de indicadores (cf. *ponto 5* deste capítulo) e os aspectos técnicos da análise estatística (cf. *ponto 6* deste capítulo), resta-nos a questão central da interpretação dos resultados e das respectivas implicações.

Contrariamente às investigações de tipo experimental, em que a variação sistemática dos factores experimentais e o controlo correlativo dos factores classificatórios e dos pseudofactores permitem garantir a *validade interna* das conclusões, nas investigações por inquérito⁵⁹ só em condições muito especiais é possível afirmar

⁵⁸ Para uma análise sistemática da problemática da validade e da fiabilidade nos inquéritos sobre a sexualidade, cf. o artigo já citado de Catania e coll. (1990). Andersen e Broffitt (1988) discutem a questão específica da fiabilidade dos relatos comportamentais. Para uma discussão aprofundada da investigação por inquérito em psicologia social, cf. Schuman e Kalton (1985). Como obra de referência, cf. o volume editado por Rossi, Wright e Anderson (1983).

⁵⁹ Excluem-se, obviamente, as situações em que a «manipulação» é parte integrante das instruções de um questionário, o que não é o caso da presente investigação.

de modo inequívoco a corroboração de hipóteses teóricas que explicitem relações de causalidade entre os respectivos termos (Cook & Campbell, 1979). Dito de outro modo, e se quisermos ser rigorosos, as hipóteses e previsões numa investigação por inquérito limitam-se, na maioria dos casos, ao simples enunciado de relações de covariação. Trata-se, fundamentalmente, da «óptica relacional», descrita, entre outros, por Rosenthal e Rosnow (1984), em que a tónica é colocada na identificação de padrões de associação entre duas ou mais variáveis.

Neste sentido, e continuando a utilizar a terminologia de Rosenthal e Rosnow, a presente investigação constitui um *inquérito analítico* «menos orientado para a representatividade e mais para encontrar associações e explicações que nos possam dizer ‘o que é que varia com o quê’» (1984, p. 55-6). Os mesmos autores, referindo de passagem a expressão feliz de Oppenheim (1966), segundo a qual o *inquérito analítico* é a «experiência do homem pobre», distinguem-no do *inquérito enumerativo*, centrado essencialmente na descrição de variáveis e preocupado, em primeiro lugar, com a questão da representatividade das amostras.

Reconhecida a limitação em termos de *inferências causais a partir da observação passiva* (Cook & Campbell, 1979) e sublinhado o carácter analítico da presente investigação, passamos, de imediato, à apresentação dos aspectos metodológicos de ordem geral.

2. SUJEITOS

Os estudos empíricos que integram a presente investigação baseiam-se nas respostas de 587 alunos do ensino superior (563 da Universidade de Coimbra e 24 da Escola Superior de Educação de Coimbra) a três questionários (VAC/1, VAC/2 e VAC/3)⁶⁰, preenchidos em sessões colectivas, entre 1990 e 1993. As respostas de 96 sujeitos foram obtidas no início, durante ou no termo das aulas de uma das disciplinas do respectivo plano de estudos. De acordo com o plano de amostragem previamente definido, os restantes 491 sujeitos foram contactados, individualmente ou em pequenos grupos, em diferentes pontos da cidade universitária, e convidados a participar numa investigação sobre *valores, atitudes e comportamentos da população universitária portuguesa*, a realizar em local e hora antecipadamente determinados. No *Quadro 4.1*, apresentamos a distribuição por faculdade e por ano de curso da totalidade dos inquiridos⁶¹.

⁶⁰ VAC é o acrónimo de «Valores, Atitudes e Comportamentos».

⁶¹ O facto de termos adoptado uma «perspectiva relacional» (cf. *ponto 1*. deste capítulo), secundarizando a abordagem descritiva típica dos inquéritos enumerativos e das sondagens, não nos levou a descurar a selecção dos inquiridos. Assim, a amostragem realizada baseou-se num plano prévio tendo como variáveis de estratificação o sexo e a faculdade. Excluindo a *Subamostra 1.1* (34 alunos da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação que responderam ao questionário VAC/1 em Fevereiro de 1990) e as *Subamostras 1.3 e III.2* (24 alunos da Escola Superior de Educação de Coimbra),

A idade dos 587 sujeitos situa-se entre 18 e 34 anos, sendo a média de 21.41 e o desvio-padrão de 2.68. Para o sexo masculino ($n = 268$), os valores extremos são 18 e 34 anos ($M = 21.87$; $DP = 3.05$); para o sexo feminino ($n = 319$), os mesmos valores são 18 e 30 anos ($M = 21.02$; $DP = 2.25$). A mediana é de 21 anos para os dois sexos⁶².

Todos os inquiridos são solteiros⁶³. Quatrocentos e sessenta e dois (78.7%) afirmam-se católicos, 22 (3.7%) declaram professar outra religião e 103 (17.5%) dizem não ter qualquer religião. As habilitações literárias do pai são iguais ou inferiores à antiga 4ª classe para 41.7% dos inquiridos e superiores ao 11º ano de escolaridade (antigo curso complementar do ensino secundário) para 25.4%, situando-se os restantes 32.9% entre aqueles níveis de ensino; pela mesma ordem, os valores equivalentes para as habilitações literárias da mãe são 51.8%, 23.5% e 24.7%.

QUADRO 4.1
Distribuição da totalidade dos inquiridos
(Questionários VAC/1, VAC/2 e VAC/3) por faculdade e ano do curso

	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	Total	
						<i>n</i>	<i>%</i>
Ciências	61	72	35	21	18	207	35.3
Direito	15	37	11	10	19	92	15.7
Economia	5	20	30	8	5	68	11.6
Farmácia	16	5	4	-	2	27	4.6
Letras	19	26	18	30	4	97	16.5
Medicina	6	9	6	1	7*	29	4.9
Psicologia	3	27	11	-	2	43	7.3
ESEC	-	7	17	-	-	24	4.1
<i>Total</i>	<i>n</i> 125	203	132	70	52	587	100.0
	<i>%</i> 21.3	34.6	22.5	11.9	8.9	100.0	

* Inclui 5 alunos do 6º ano da licenciatura em Medicina.

a distribuição dos restantes 529 sujeitos não se afasta significativamente dos efectivos teóricos dos 14 estratos (*sexo x faculdade*), calculados com base nos dados relativos às matrículas na Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1992/93 [$\chi^2(13) = 10.83$, $p = .63$ — cf. *Quadro 3H do Anexo 3*].

⁶² Uma estimativa robusta (*Tukey M-Estimator*) da idade média fornece os valores de 21.25 anos para o sexo masculino, de 20.77 anos para o sexo feminino e de 20.98 anos para a totalidade dos inquiridos.

⁶³ Excluíram-se 34 questionários de indivíduos casados e 3 de indivíduos divorciados ou separados judicialmente. Excluíram-se, igualmente, 41 questionários incorrectamente preenchidos ou com «não-respostas» a itens cruciais. A taxa de não-respostas a questões cruciais foi, pois, de 6.5%, valor semelhante aos indicados por Catania e coll. (1990) para questionários auto-administrados a populações semelhantes nos E.U.A.

As características gerais das amostras independentes I, II e III, correspondentes aos indivíduos que responderam, respectivamente, aos Questionários VAC/1, VAC/2 e VAC/3, são descritas nos pontos seguintes.

2.1. Amostra I

A *Amostra I* é constituída por 166 sujeitos e resulta da agregação de três sub-amostras que responderam ao Questionário VAC/1 em três épocas distintas⁶⁴. No *Quadro 4.2*, apresentamos a distribuição por sexo e classe etária dos respondentes ao Questionário VAC/1.

QUADRO 4.2
Distribuição por sexo e classe etária dos sujeitos da Amostra I

	Idade (anos)					Total	
	18-19	20-21	22-23	24-25	≥26	n	%
Sexo							
Masculino	9	19	22	12	6	68	41.0
Feminino	28	37	19	9	5	98	59.0
Total							
n	37	56	41	21	11	166	100.0
%	22.3	33.7	24.7	12.7	6.6	100.0	

2.2. Amostra II

A *Amostra II* é constituída por 222 alunos de todas as Faculdades da Universidade de Coimbra que responderam ao Questionário VAC/2 em Março de 1993. No *Quadro 4.3*, indica-se a respectiva distribuição por sexo e classe etária.

Dos 222 inquiridos, 195 (87.8%) indicaram a nacionalidade portuguesa e 27 (12.2%) outra nacionalidade ou dupla nacionalidade. Dez (4.5%) são trabalhadores estudantes e 44 (19.8%) vivem com o agregado familiar durante o período de aulas. Para 32.4% dos sujeitos o rendimento mensal líquido *per capita* do agregado familiar é igual ou inferior a 40 contos e para 22.5% esse valor é superior a 120 contos; entre 40 e 80 contos e entre 80 e 120 contos situam-se, respectivamente, 28.4% e 16.7% dos inquiridos.

⁶⁴ A *Subamostra 1.1* é constituída por 34 alunos da Faculdade de Psicologia que responderam ao Questionário VAC/1 em Fevereiro de 1990; a *Subamostra 1.2* integra 123 alunos das restantes Faculdades inquiridos entre Março e Maio de 1993; por último, a *Subamostra 1.3* é formada por 9 alunos da Escola Superior de Educação de Coimbra que preencheram o questionário em Junho de 1993.

QUADRO 4.3
Distribuição por sexo e classe etária dos sujeitos da Amostra II

	Idade (anos)					Total	
	18-19	20-21	22-23	24-25	≥26	<i>n</i>	%
Sexo							
Masculino	27	22	28	13	14	104	46.8
Feminino	39	32	29	15	3	118	53.2
Total	<i>n</i> 66	54	57	28	17	222	100.0
	% 29.7	24.3	25.7	12.6	7.7	100.0	

2.3. Amostra III

A *Amostra III* é constituída por 199 sujeitos (184 de todas as Faculdades da Universidade de Coimbra — *Subamostra III.1* — e 15 da Escola Superior de Educação de Coimbra — *Subamostra III.2*) que responderam ao Questionário VAC/3 em Maio/Junho de 1993. No *Quadro 4.4*, indica-se a respectiva distribuição por sexo e classe etária.

QUADRO 4.4
Distribuição por sexo e classe etária dos sujeitos da Amostra III

	Idade (anos)					Total	
	18-19	20-21	22-23	24-25	≥26	<i>n</i>	%
Sexo							
Masculino	30	31	21	5	9	96	48.2
Feminino	28	39	23	8	5	103	51.8
Total	<i>n</i> 58	70	44	13	14	199	100.0
	% 29.1	35.2	22.1	6.5	7.0	100.0	

Na *Amostra III*, 189 (95.0%) inquiridos são de nacionalidade portuguesa, tendo os restantes 10 (5.0%) nacionalidade estrangeira ou dupla nacionalidade. Cinquenta e quatro (27.1%) vivem com o agregado familiar durante o tempo de aulas. Sete (3.5%) são trabalhadores estudantes. O rendimento mensal líquido *per capita* do agregado familiar é igual ou inferior a 40 contos para 11.1% dos sujeitos e ultrapassa os 120 contos para 36.2%. Nos escalões intermédios (40 a 80 contos e 80 a 120 contos) situam-se, respectivamente, 28.6% e 24.1% dos inquiridos⁶⁵.

⁶⁵ As estatísticas completas relativas às características sócio-demográficas anteriormente mencionadas constam do *Anexo 3*.

2.4. Amostras agregadas

Nos *Capítulos V a VIII*, procedemos a diferentes agregações das *Amostras I, II e III*. A *Amostra A* (268 homens e 319 mulheres) é constituída pela agregação das Amostras I, II e III; a *Amostra B* (200 homens e 221 mulheres) resulta da junção das Amostras II e III; a *Amostra C* (164 homens e 201 mulheres) agrega as Amostras I e III; por último, a *Amostra D* (96 homens e 103 mulheres) e a *Amostra E* (68 homens e 98 mulheres) coincidem, respectivamente, com as Amostra III e I.

As médias de idade para o sexo masculino são, respectivamente, para as amostras A, B, C, D e E, 21.87 (DP = 3.05), 21.71 (DP = 3.07), 21.66 (DP = 2.75), 21.17 (DP = 2.48) e 22.37 (DP = 2.96) anos; para o sexo feminino, e pela mesma ordem, obtiveram-se os valores 21.02 (DP = 2.25), 21.01 (DP = 2.15), 21.03 (DP = 2.29), 21.02 (DP = 2.11) e 21.04 (DP = 2.47) anos⁶⁶.

3. PROCEDIMENTO

As sessões de aplicação dos questionários realizaram-se em salas de aula da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (353 questionários), da Faculdade de Economia (75 questionários), do Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e de Tecnologia (135 questionários) e da Escola Superior de Educação de Coimbra (24 questionários)⁶⁷. Estivemos presentes em todas as sessões, dando os esclarecimentos necessários, assegurando as condições de preenchimento individual e garantindo o respeito pelo mais estrito anonimato. As instruções escritas para o preenchimento dos questionários constam do *Anexo I*.

No conjunto, realizaram-se 27 sessões, variando o número de sujeitos por sessão entre 7 e 35. A duração média de cada sessão foi de 40-50 minutos.

⁶⁶ Na *Amostra D* a diferença entre a média de idades dos dois sexos (1.8 meses) não é estatisticamente significativa, $t(197) = 0.45$, $p > .60$. Nas restantes amostras, as diferenças de médias entre os sexos, ainda que diminutas (10.2, 8.4, 7.4 e 16.0 meses, respectivamente, para as amostras A, B, C e E), atingem o limiar de significação estatística (todos os $p < .05$). Na análise dos resultados, sempre que lidámos com variáveis teoricamente correlacionadas com a idade, nomeadamente as relativas à experiência sexual, removemos os respectivos efeitos, procedendo ao ajustamento das médias através da análise da covariância.

⁶⁷ Agradecemos aos Profs. Doutores Adelino Fortunato e Virgínia Ferreira e ao Dr. Claudino Ferreira, da Faculdade de Economia, bem como ao Dr. Rui Antunes, da ESEC, as facilidades concedidas nas «aplicações» feitas nas respectivas escolas. Agradecemos, igualmente, à Prof. Doutora Maria da Graça Bidarra, da Faculdade de Psicologia, a colaboração nas sessões realizadas no Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências. Por último, agradecemos aos nossos alunos da disciplina de *Metodologia da Investigação Científica em Psicologia* (ano lectivo de 1992-93) a participação no «recrutamento» dos sujeitos que responderam ao Questionário VAC/2.

4. CONTEÚDOS E ESTRUTURA DOS QUESTIONÁRIOS VAC

Reproduzimos no *Anexo 1* a versão integral dos três questionários⁶⁸, indicando, entre parêntesis rectos, a designação abreviada de cada item⁶⁹. No *Anexo 2* apresentamos os sistemas de codificação e de recodificação das respostas originais. No *ponto 5* deste capítulo, descrevem-se as transformações e agregações das variáveis originais utilizadas na construção de indicadores.

Excluindo as instruções gerais e particulares e os itens relativos às variáveis sócio-demográficas e económicas caracterizadoras dos sujeitos inquiridos (itens SEXO, IDADE, ACURSO, ESTCIV, HABPAI, HABMAE, PROPAI, PROMAE, IRMAO.1_4, FAC, CURSO, MAT1, MAT2, NACI.1_2, NATU.1_2, TRAB.1_2, RENDI, RESI.1_5, REFEI, TRANS e DISTA), as questões que integram os questionários VAC podem dividir-se em 15 grupos (cf. coluna da esquerda do *Quadro 4.5*). A observação deste quadro permite-nos, ainda, identificar as partes comuns aos três questionários.

QUADRO 4.5
Estrutura dos Questionários VAC

Grupos de questões	VAC/1	VAC/2	VAC/3
Adesão às tradições académicas [TRA]	-	+	±
Comportamentos sexuais [CSEX]	-	-	+
Cultura/divertimentos/informação [CDI]	-	+	±
Dimensões da sexualidade [DIM]	+	-	+
Escala de atitudes sexuais [EAS]	+	-	+
Escala de automonitorização [EAM]	+	-	-
Estratégias de sedução [SED]	+	-	-
Inventário psicosssexual [IPS]	+	+	+
Motivos dos scripts sexuais [MOT]	-	±	+
Namoro [NAM]	-	-	+
Opiniões sobre sexo [OSEX]	-	-	+
Percepção da prevalência da SIDA [SIDA]	-	+	+
Política [POL]	±	+	±
Religião [REL]	±	+	±
Vida universitária [UNI]	-	+	±

Nota. Entre parêntesis rectos indica-se a sigla genérica de cada um dos grupos de questões; nas três colunas da direita, o sinal «+» refere-se à presença nos Questionários VAC/1, VAC/2 e VAC/3 de todas as questões pertencentes aos grupos enumerados na coluna da esquerda; o sinal «±» indica que nem todas as questões do grupo integram o questionário; o sinal «-» indica que o questionário não comporta qualquer questão pertencente ao grupo.

⁶⁸ As versões apresentadas constituem as versões definitivas, após a realização de estudos preliminares, realizados junto da mesma população, destinados a avaliar a compreensibilidade dos itens e a estrutura formal dos questionários.

⁶⁹ Ao longo do texto, são estas as siglas utilizadas para a identificação dos itens.

Os grupos EAM, EAS e IPS correspondem, respectivamente, às versões portuguesas da *Escala de Automonitorização* de Snyder (1974), da *Escala de Atitudes Sexuais* de Hendrick e Hendrick (1987) e do *Inventário Psicosexual* de Snyder, Simpson e Gangestad (1986).

O grupo SED integra dois tipos de questões sobre «estratégias de sedução»: comportamentos de autodescrição [SED1_2] e autopercepção da eficácia das estratégias utilizadas [SED3_4].

QUADRO 4.6

Questionários VAC: Itens que incidem directamente na esfera da sexualidade

1. Comportamentos

1.1. Experiência sexual

- Número total de parceiros sexuais [IPS1.3]
- Número de parceiros durante o último ano [IPS1.4]
- Número de “one night stands” [IPS1.7]
- Experiência de sexo oral-genital [IPS1.2]
- Experiência do orgasmo [CSEX3.1]
- Experiência homossexual [CSEX2.1]
- Idade e circunstâncias (tipo de relação e idade do parceiro) da primeira relação sexual [CSEX1.1_3]
- Número total de namorados com quem teve relações / Número total de namorados [NAM4.1_2]
- Número de parceiros concomitantes com a relação regular (namoro) [IPS1.8]
- Avaliação subjectiva da experiência sexual [IPS5]

1.2. Actividade sexual

1.2.1. Actividade sexual no último mês

- Frequência de relações sexuais [IPS1.1]
- Frequência de (auto)masturbação [CSEX4]
- Frequência de orgasmos [CSEX3.2]

1.2.2. Práticas de contracepção [CSEX5.1_9]

1.2.3. Pensamentos e fantasias

- Pensamentos sobre o sexo [IPS4.1]
- Fantasias com outro que não o parceiro regular [IPS4.2]

1.3. Orientação sexual [CSEX2.2]

2. Desejos e expectativas

- Números de parceiros possíveis actualmente desejados [IPS1.5]
- Número de parceiros que espera ter nos próximos cinco anos [IPS1.6]
- Planos sobre o casamento [CASAM]

3. Atitudes, crenças, normas e valores

3.1. Atitudes

- Atitudes face ao sexo sem compromisso [IPS2.1_2]
- Atitudes face ao sexo ocasional [IPS3.1_6]
- Atitudes sexuais (Escala de Hendrick e Hendrick) [EAS.0_42]

QUADRO 4.6

Questionários VAC: Itens que incidem directamente na esfera da sexualidade (Continuação)

3.2. Crenças (representações) / Normas / Valores

- Motivos positivos [MOT1.1_13]
- Motivos negativos [MOT2.1_11]
- Dimensões da sexualidade [DIM1_4]
- Aspectos do acto sexual [OSEX2.1_7]
- Idade apropriada para as primeiras relações [OSEX1.1_2]

4. Informação relativa à eficácia dos contraceptivos [CSEX6.1_3]

No grupo MOT, referente à importância dos diferentes motivos dos *scripts sexuais*, os itens MOT1.1_7 e MOT2.1_8 são os utilizados na investigação de Leigh (1989) sobre as razões para fazer e não fazer sexo. Os grupos CSEX e OSEX são constituídos por itens relacionados com diferentes elementos estruturais dos *scripts sexuais* (v.g., história e práticas sexuais, contracepção e «representações» do sexo). O grupo DIM comporta itens relativos a quatro oposições clássicas no estudo da sexualidade humana: conjugalidade vs. não conjugalidade, heterossexualidade vs. homossexualidade, genitalidade vs. não genitalidade e prazer vs. reprodução. O grupo NAM centra-se na história das relações íntimas (namoro).

Os grupos UNI, CDI, POL, REL e TRA são constituídos por questões relativas a alguns parâmetros culturais, sociais e «existenciais» da sexualidade. As duas questões do grupo SIDA procuram avaliar a «percepção subjectiva» da prevalência do HIV.

Considerando apenas as questões que se referem directamente à esfera da sexualidade, a categorização dos conteúdos dos questionários VAC é a que se indica no *Quadro 4.6*.

Conforme se pode observar no *Anexo I*, tivemos em conta o «carácter sensível» de determinadas questões, fazendo-as preceder de itens relativamente neutros. De igual modo, tendo em consideração as indicações decorrentes de investigações semelhantes (Catania et al., 1990), optámos, sempre que possível, por fazer preceder os itens atitudinais das questões estritamente comportamentais.

5. INDICADORES

Nos estudos incluídos nesta segunda parte, são utilizados diversos *indicadores*, construídos a partir da transformação e/ou agregação das variáveis originais que integram os questionários VAC. A presente secção tem como objectivo descrever de modo sucinto o processo de construção e validação desses indicadores ou variáveis derivadas. De acordo com a natureza da informação pedida aos respondentes, dividimos a exposição em quatro partes distintas: categorias sociais, descrição de comportamentos, traços de personalidade e atitudes.

5.1. Categorias sociais

Em relação às características sócio-demográficas dos inquiridos foram construídos dois indicadores. As respostas às questões sobre as habilitações escolares do pai e da mãe (HABPAI e HABMAE) foram condensadas num índice único do *nível escolaridade dos pais* (HAB.P_M), cujos valores correspondem ao nível de ensino do progenitor mais escolarizado. As respostas às questões sobre a religião do pai e da mãe (REL1.2 e REL1.3) deram lugar a um índice de *posição religiosa dos pais* (REL.P_M) com três categorias de resposta: *nenhum* dos progenitores (R0), *apenas um deles* (R1) ou *os dois* (R2) são religiosos⁷⁰.

5.2. Comportamentos

5.2.1. Prática religiosa

A conjugação das respostas aos itens REL1.1 (posição religiosa do respondente) e REL2B (prática religiosa) deu origem a um índice global de *religião* (POS_PRA) com três categorias: *católicos praticantes* (posição católica e frequência de cerimónias religiosas igual ou superior a uma vez por mês); *católicos não praticantes* (posição católica e não frequência de cerimónias ou frequência limitada a casamentos, baptizados, funerais, etc) e *indivíduos sem religião* (posição sem religião). Nas análises em que o indicador POS_PRA foi tomado em consideração (cf. *Capítulo VI*), excluíram-se os 22 (3.7% do total) respondentes que declararam praticar outra religião que não a católica.

Se considerarmos os sujeitos (*Amostra B*, excluindo os que declararam professar outra religião; N = 405) para os quais existem dados relativos à frequência de acções de formação religiosa (item REL4) a variável *religião* é consonante com a duração das acções de «inculcação religiosa»⁷¹. Categorizando estas em *inexistentes ou limitadas à infância vs. prolongadas na adolescência e/ou idade adulta* (i.e., desde o início da universidade) (cf. *Quadro 4.7*), o coeficiente de associação entre as duas variáveis (*gamma de Goodman-Kruskal*)⁷² é de $\gamma = .69$ ($z = 12.29$, $p < .001$). Refira-se, contudo, que os católicos não praticantes e os indivíduos sem religião quase não se distinguem entre si no que respeita às proporções de acções frequentadas nos dois períodos considerados. Com efeito, se decomposermos o χ^2 total do *quadro 4.7* [$\chi^2(2) = 80.13$, $p < .001$ / estimação pelo *método da máxima verosimilhança*], o respectivo valor é de $\chi^2(1) = 78.69$

⁷⁰ Atendendo à reduzida percentagem de respostas indicando outra religião (1.3% para os pais e 2.2% para as mães) que não a católica e ao facto dessa religião ser na totalidade dos casos a cristã, não fizemos qualquer distinção entre o catolicismo (89.8% para os pais e 93.4% para as mães) e os outros cultos.

⁷¹ Utilizamos o termo *inculcação* na acepção que lhe é dada por Bourdieu e Passeron (1972): acção pedagógica sistemática com vista à interiorização pelos destinatários de um *habitus* durável, i.e., de um dispositivo de representação do mundo e regulação dos comportamentos, cujos efeitos se fazem sentir para além da cessação da própria acção.

⁷² Coeficiente apropriado para medir a relação entre duas variáveis ordinais organizadas numa tabela de contingência (cf. Siegel & Castellan, 1988, pp. 291-298).

($p < .001$) para a partição católicos não praticantes e indivíduos sem religião *versus* católicos praticantes e apenas de $\chi^2(1) = 1.44$ ($p > .20$) para a partição indivíduos sem religião *versus* católicos não praticantes (com exclusão dos católicos praticantes).

QUADRO 4.7

Frequência de acções de «inculcação» religiosa e posição/prática religiosa actual [Base: Amostra B, excluindo os que declararam outra religião que não a católica • N = 405]

	Católicos praticantes		Católicos não praticantes		Sem religião		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Frequentou acções na adolescência e/ou idade adulta	125	61.3	27	21.4	11	14.7	163	40.2
Não frequentou acções ou só frequentou na infância	79	38.7	99	78.6	64	85.3	242	59.8
<i>Total</i>	204	100.0	126	100.0	75	100.0	405	100.0

Ainda na *Amostra B*, verifica-se uma relação de dependência entre a posição/prática religiosa dos respondentes (católicos praticantes, católicos não praticantes e indivíduos sem religião) e posição religiosa dos pais (os dois progenitores católicos, apenas um deles católico e os dois sem religião/indicador REL.P_M): *d de Somers* = .66 ($z = 8.10$, $p < .001$), com a posição/prática religiosa do respondente como VD (variável dependente).

5.2.2. Opções políticas

Como indicador das opções políticas dos respondentes tomou-se a respectiva *intenção de voto em 1993* (item POL1.2) de acordo com a seguinte classificação: *direita* (CDS, PSD e PSN), *esquerda* (PS, CDU/PCP e PSR) e *não votantes* (não indicação da intenção de voto)⁷³. Esta categorização em termos de *intenções comportamentais* é inteiramente congruente com a *auto-avaliação da posição política* numa escala de sete pontos (1 = *direita*; 7 = *esquerda* / item POL3B.1).

Com efeito, se tomarmos como critério as pontuações nesta escala e como preditor a intenção de voto, os sujeitos com diferentes intenções de voto (cf. *Quadro 4.8*) apresentam, na globalidade, diferenças significativas, $F(6, 409) = 60.87$, $p < .001$. Considerando as médias ponderadas dos três grupos acima referidos, verifica-se que todos os contrastes complexos *a posteriori* são estatisticamente significativos: as pontuações na auto-avaliação do *grupo esquerda* ($M = 5.30$) diferem das do *grupo não votantes* ($M = 3.82$), [$F(1, 409) = 100.12$, $p < .001$] e das do *grupo direita* ($M = 2.67$), [$F(1, 409) = 338.62$, $p < .001$]. As duas últimas médias ponderadas são, igualmente, distintas do ponto de vista estatístico [$F(1, 409) = 70.29$, $p < .001$].

⁷³ Dos 421 sujeitos da *Amostra B*, excluíram-se das análises 5 sujeitos que manifestaram intenções de voto em outros partidos ou coligações.

QUADRO 4.8

Auto-avaliação da posição política (direita/esquerda) em função da intenção de voto em 1993
 [Base: Amostra B, excluindo os que declararam intenção de voto noutro partido
 ou coligação • N = 416]

	CDS	PSD	PSN	PS	CDU/PCP	PSR	Não votante
N	33	123	6	82	27	8	137
%	7.9	29.6	1.4	19.7	6.5	1.9	32.9
Média ^a	2.49	2.68	3.50	4.96	6.15	5.88	3.82
DP	1.12	1.21	0.84	1.28	0.82	0.64	1.18

^a Pontuações numa escala de sete pontos (valores mais elevados indicam maior proximidade do pólo esquerda – ponto intermédio = 4)

Refira-se, ainda, que a categorização *esquerda/direita/não votantes* (com base na intenção de voto) é pertinente quando tomada como preditor de um conjunto de auto-avaliações no domínio das posições políticas. Para além da dimensão *direita/esquerda*, os três grupos apresentam diferenças consistentes nas dimensões *conservador/não conservador*, *democrático/não democrático* e *monárquico/republicano*. Tais diferenças, que quando consideradas no conjunto das cinco escalas correspondem a um λ de Wilks = 0.536 [F (10, 818) = 29.89, p < .001], são apresentadas no *Quadro 4.9*, onde, para além das médias dos três grupos, se indicam os resultados dos testes univariados e dos contrastes *a posteriori*.

QUADRO 4.9

Auto-avaliação das posições políticas em função da intenção de voto em 1993:
 Anovas univariadas e testes de Tukey [Base: Amostra B, excluindo os que declararam
 intenção de voto noutro partido ou coligação • N = 416]

Itens [#]	Direita (n=162)	Esquerda (n=117)	Não votava (n=137)	F (2, 413)
Direita/Esquerda ⁺	2.67 ^a	5.30 ^b	3.82 ^c	160.63 **
Conservador/Não conservador ⁺	4.25 ^a	5.33 ^b	4.56 ^a	22.27 **
Liberal/Não liberal ⁺	3.14 ^a	2.92 ^a	3.27 ^a	2.19
Democrático/Não democrático ⁺	1.99 ^{ab}	1.83 ^a	2.39 ^b	4.60 *
Monárquico/Republicano ⁺	5.33 ^a	5.96 ^b	5.34 ^a	6.09 **

⁺ Pontuações numa escala de sete pontos (valores mais elevados indicam maior proximidade do segundo termo da oposição – ponto intermédio = 4).

[#] Para cada item, as médias assinaladas com letras distintas diferem significativamente entre si, ao nível $\alpha < .05$, de acordo com o teste de Tukey.

* p < .05 ** p < .01.

Por último, sublinhe-se que as intenções de voto manifestadas em 1993 são congruentes com o voto declarado nas eleições legislativas de 1990 (item POL1B.1). Excluindo os sujeitos que não votaram em 1990, nem manifestaram intenção de voto em 1993, o coeficiente *lambda assimétrico* (tomando como critério a intenção de voto em 1993 e como preditor o voto em 90) é de $\lambda_{\text{ass.}} = .76$ ($z = 17.56$, $p < .001$).

5.2.3. Vida académica

Tomou-se como indicador do *grau de adesão às tradições académicas* (TRA_USO) as respostas combinadas às questões TRA1.1 (posse de traje académico) e TRA3 (uso de traje académico) e dividiram-se os respondentes em três categorias: a) não têm traje académico; b) têm traje, mas nunca o usam fora das festas tradicionais e c) usam-no durante todo o ano.

5.2.4. Cultura, desporto e divertimentos

Como indicador do *grau de consumo de bens culturais* (CULTU_R) tomou-se, para cada sujeito, a resposta mais elevada dada às questões CDI3.1 (frequência de cinemas) ou CDI3.6 (frequência de livrarias). Com base no valor desta resposta, os sujeitos foram classificados em três grupos: «consumidores fracos» (*nunca a uma vez por mês ou menos*), «consumidores moderados» (*duas a quatro vezes por mês*) e «consumidores fortes» (*duas ou mais vezes por semana*).

Seguiu-se um procedimento idêntico relativamente aos itens CDI6.1_2 (prática de actividades desportivas) e aos itens CDI1.2_3 (frequência de bares e frequência de discotecas). Após agregação das respostas, construíram-se dois indicadores: *actividades desportivas* («não praticantes», «praticantes moderados» e «praticantes assíduos» — DESP_R) e *actividades lúdicas/sociais* («não frequentadores», «frequentadores moderados» e «frequentadores assíduos» — DIVER_R).

5.2.5. Avaliação das estratégias de sedução

Nos itens SED1_2 (cf. Questionário VAC/1, *Anexo 1*) os inquiridos foram confrontados com um «episódio social» frequente no meio estudantil: uma situação de interacção em que um dos intervenientes procura levar o outro a considerá-lo uma «pessoa susceptível de ser amada». O contexto é informal (festa académica), o sexo do «sujeito-alvo» é o oposto do do inquirido e os «estatutos sociais» são idênticos (colegas). É pedido aos respondentes que se coloquem no lugar do «actor» e indiquem por escrito «as coisas que fariam ou diriam» (item SED1) e o modo como se autodescreveriam (item SED2) com vista a alcançar o seu objectivo: «serem amados». Em termos formais, os itens SED1_2 procuram determinar os comportamentos específicos de uma das cinco estratégias de auto-apresentação identificadas por Jones e Pittman (1982): o *aliciamento/sedução (ingratiation)* (cf. *ponto 1.2.3 do Capítulo III*).

As respostas em si mesmas não constituem objecto de análise no quadro da pre-

sente investigação. Em contrapartida, a *probabilidade subjectiva de sucesso* (i.e., a probabilidade de que os comportamentos de auto-apresentação sejam bem sucedidos na indução das atribuições esperadas pelo actor) é tomada como *variável critério* no âmbito do *Capítulo VIII*. Assim, as respostas aos itens SED3_4 (cf. Questionário VAC/1, *Anexo 1*) foram agregadas de modo a construir um índice global da *autopercepção da eficácia das estratégias de sedução* (SEDU_R). Mais exactamente, atribuindo o *peso 2* à categoria «muitas possibilidades», o *peso 1* à categoria «bastantes possibilidades» e o *peso 0* (zero) às restantes categorias, calculou-se a média ponderada das respostas aos itens SED3_4 (para as categorias de resposta aos itens SED3_4, cf. *Anexo 1*; para a codificação inicial, cf. *Anexo 2*).

5.3. Traços de personalidade: Automonitorização do comportamento expressivo

Os sujeitos da *Amostra III/Amostra E* (N = 166) preencheram a versão original (25 itens) da *Escala de Automonitorização* de Snyder (1974). Seguindo as indicações mais recentes do autor (Snyder & Gangestad, 1986), excluíram-se da análise 7 dos 25 itens originais. A matriz de correlações dos restantes 18 itens foi submetida à análise factorial (*principal axis factoring*/SPSS), tendo-se retido, igualmente de acordo com as indicações do autor, como indicador da *capacidade de automonitorização do comportamento expressivo* as pontuações factoriais no primeiro factor da solução não rodada. Para a distribuição das respostas e para os resultados da análise factorial, cf. *Quadro 4A* do *Anexo 4*.

5.4. Atitudes sexuais

Os itens atitudinais do *Inventário Psicosexual* de Snyder, Simpson e Gangestad (1986) foram respondidos pela totalidade dos sujeitos das *Amostras I, II e III/Amostra A* (N = 587). Como índice das atitudes face ao «sexo sem compromissos» tomou-se o somatório dos itens IPS2.1 e IPS2.2 (mínimo = 0, máximo = 16). As pontuações dos restantes seis itens atitudinais (IPS3.1_6) foram igualmente adicionadas dando lugar a um índice das atitudes face ao «sexo ocasional» (mínimo = 0, máximo = 48).

Para além destas medidas, os sujeitos das *Amostras I e III/Amostra C* (N = 365) preencheram a *Escala de Atitudes Sexuais* de Hendrick e Hendrick (1987), constituída por 43 itens agrupados em quatro subescalas: «permissividade» (21 itens), «comunhão» (9 itens), «instrumentalidade» (6 itens) e «práticas sexuais» (7 itens). A análise em componentes principais da matriz de intercorrelações dos 43 itens⁷⁴ fornece resultados relativamente próximos dos de Hendrick e Hendrick (1987). Retendo — à semelhança dos autores — quatro factores, a percentagem explicada da variabilidade total é de 32.6% (14.8%, 8.3%, 5.5% e 4.0% para cada um dos quatro factores extraídos).

⁷⁴ A matriz de intercorrelações é significativamente diferente de uma matriz de identidade (o teste de Bartlett fornece um $\chi^2 = 3798.91$, $p < .001$) e a amostragem é suficientemente adequada (a medida de Kaiser-Meyer-Olkin é de .82 para o conjunto das 43 variáveis). Doze componentes principais atingem valores próprios superiores a 1, sendo responsáveis por 56.4% da variabilidade total.

Após rotação VARIMAX a contribuição proporcional de cada um dos factores para a variância explicada é, respectivamente, 38.1%, 25.4%, 20.7% e 15.7%.

No Anexo 4 (*Quadro 4C*)⁷⁵ comparam-se as saturações encontradas na presente investigação com as obtidas nos dois estudos relatados por Hendrick e Hendrick (1987). De modo sucinto, podemos afirmar que o nosso primeiro factor é saturado acima de .30 (critério adoptado pelos autores) por 16 dos 21 itens da *subescala de permissividade*, ainda que dois desses itens (itens 14 e 24) saturem igualmente outros factores na mesma ordem de grandeza. Dos restantes itens, quatro (itens 22, 32, 34 e 40) saturam primordialmente outros factores, ao passo que as saturações do item 30 não ultrapassam .30 em nenhum dos factores extraídos.

Todos os itens que integram a *subescala comunhão* têm saturações superiores a .40 no segundo factor. Contudo, os itens 37 e 41 saturam, também, outros factores acima de .30. De igual modo, a *subescala instrumentalidade* é inteiramente replicada: as saturações no terceiro factor dos seis itens que a integram são todas superiores a .40.

Por último, quatro dos sete itens da *subescala práticas sexuais* têm saturações superiores a .30 no quarto factor. Dos restantes, os itens 23 e 35 saturam acima de .30 os primeiro e segundo factores, acontecendo o mesmo ao item 33 em relação ao segundo factor.

Desta breve análise infere-se que as principais discrepâncias entre os nossos resultados e os de Hendrick e Hendrick (1987) resultam fundamentalmente da «polarização» de alguns dos itens da subescala permissividade por outros factores que não o primeiro e ainda do padrão de saturações dos itens da subescala práticas sexuais. Com efeito, os sete itens desta subescala, claramente bipolar, podem dividir-se em dois grupos «facialmente» heterogéneos: o primeiro (itens 1, 7, 13 e 27) refere-se directamente às atitudes face ao planeamento familiar e educação sexual, enquanto o segundo (itens 23, 33 e 35) incide na actividade sexual propriamente dita (masturbação e uso de objectos sexuais). Na solução encontrada, os itens do primeiro grupo saturam primordialmente o quarto factor, ao passo que os do segundo grupo são polarizados pelo segundo factor. O comportamento diferencial dos itens da subescala práticas sexuais é perfeitamente compreensível se tivermos em conta que esta subescala resultou da agregação de itens de dois factores identificados por Hendrick e Hendrick em estudos preliminares: «responsabilidade sexual» e «não-convencionalidade sexual».

Em face destas discrepâncias, e tendo em conta que o *scree test* de Cattell apontava para uma solução de cinco factores, optámos pela respectiva extracção, rotação e interpretação. Extraíndo cinco factores, a percentagem explicada da variabilidade total é de 36.3%, cabendo 3.7% ao quinto factor. Após rotação VARIMAX as contribuições proporcionais dos cinco factores para a variância explicada são, respectivamente, 30.2%, 21.8%, 18.3%, 12.8% e 17.0%.

No *Quadro 4.10* indicam-se as saturações factoriais e as comunalidades dos 43

⁷⁵ A média, o desvio-padrão e a percentagem de respostas aos itens EAS constam, igualmente, do Anexo 4 (*Quadro 4B*).

itens. Conforme se pode observar, o primeiro factor integra 12 itens da subescala de permissividade de Hendrick e Hendrick (1987). Todas as saturações são superiores a .30 e nove delas ultrapassam .50. Note-se que os itens retidos por este factor constituem um bloco homogéneo no interior dos 21 itens da subescala de permissividade. Mais exactamente, a *permissividade*, tal como é expressa pelo primeiro factor, refere-se às atitudes face ao «sexo ocasional,» ao «sexo sem compromissos» e à diversidade e simultaneidade de parceiros sexuais.

QUADRO 4.10

Escala de Atitudes Sexuais de Hendrick e Hendrick (1987): Saturações factoriais e comunalidades [h^2] para a solução com cinco factores (rotação VARIMAX)
[Base: Amostra C • N = 365]

Itens EAS ^a	F1	F2	F3	F4	F5	h^2
0 Não preciso de estar comprometido com uma pessoa para ter relações sexuais com ela [Per]	.68	-.01	.01	.22	-.05	.50
6 As «aventuras sexuais» de uma só noite são, por vezes, muito agradáveis [Per]	.67	.05	.20	.06	.04	.47
28 O sexo só pelo sexo é perfeitamente aceitável [Per]	.65	.11	.19	.32	-.11	.58
4 Gostaria de ter relações sexuais com muitos parceiros [Per]	.64	-.04	.12	.12	-.07	.44
2 As relações sexuais ocasionais são aceitáveis.	.64	.06	.05	.12	.12	.44
8 É correcto ter relações sexuais com mais do que uma pessoa no mesmo período de tempo [Per]	.61	-.02	-.06	.14	-.02	.39
26 As «aventuras extraconjugais» são aceitáveis desde que o nosso parceiro não saiba nada delas	.60	-.05	.08	-.03	-.14	.32
10 É correcto influenciar uma pessoa para ter relações sexuais sem fazer quaisquer promessas para o futuro [Per]	.59	.16	.04	.26	.04	.45
36 O sexo sem amor não faz sentido ^b [Per]	.50	-.07	.05	.23	-.17	.34
14 O melhor sexo é o que se faz na ausência de quaisquer «compromissos» [Per]	.40	.04	.35	-.03	.00	.27
38 As pessoas deviam, no mínimo, ser amigas antes de terem relações sexuais ^b [Per]	.32	-.24	-.07	.11	-.22	.22
16 A vida teria menos problemas se as pessoas tivessem relações sexuais de modo mais livre [Per]	.32	.26	.24	.07	-.02	.21
29 O sexo é, geralmente, um experiência intensa e absorvente [Com]	.07	.74	-.02	-.01	.08	.52
41 Fazer sexo é, fundamentalmente, bom [Com]	.36	.56	.14	-.06	-.04	.36
21 O orgasmo é a melhor experiência do mundo [Com]	.07	.53	.25	.06	.02	.34
25 Durante as relações sexuais, o conhecimento intenso do parceiro é o melhor «estado de espírito» [Com]	-.10	.53	-.17	.09	.13	.34
9 O sexo é a forma mais íntima de comunicação entre duas pessoas [Com]	-.08	.51	.09	-.14	-.05	.24
15 Um encontro sexual entre duas pessoas profundamente apaixonadas é a forma mais sublime de interacção humana [Com]	-.13	.50	-.00	.00	.06	.27
19 Na sua melhor expressão, o sexo parece ser a fusão de dois «se-res» [Com]	-.22	.47	.01	.12	-.04	.29

QUADRO 4.10

Escala de Atitudes Sexuais de Hendrick e Hendrick (1987): Saturações factoriais e comunalidades [h^2] para a solução com cinco factores (rotação VARIMAX)

[Base: Amostra C • N = 365] (Continuação)

Itens EAS ^a	F1	F2	F3	F4	F5	h^2
3 O sexo torna-se melhor à medida que as relações progridem [Com]	.15	.46	-.13	.08	.02	.25
37 O sexo é uma parte muito importante da vida [Com]	.18	.43	-.02	-.04	.36	.35
35 Masturbar o nosso parceiro durante as relações sexuais pode aumentar o prazer do sexo [Pra]	.23	.41	-.03	.38	-.03	.37
24 É bom ter uma prolongada experiência sexual pré-marital [Per]	.34	.38	-.08	.24	-.03	.32
40 Para que o sexo seja bom é necessário ter sentido para as pessoas ^b [Per]	.25	-.31	.14	.03	-.26	.23
17 O sexo é, principalmente, uma actividade física [Ins]	.06	-.14	.67	.04	-.01	.48
31 O sexo é, principalmente, uma função corporal, tal como comer [Ins]	.00	-.12	.63	.08	.15	.41
42 A principal finalidade do sexo é dar-nos prazer a nós mesmos [Ins]	.13	.11	.60	-.04	-.13	.38
11 O sexo é, em primeiro lugar, obter prazer através do outro [Ins]	.12	-.01	.54	.00	.05	.31
39 O sexo é sobretudo um jogo entre machos e fêmeas [Ins]	.06	.09	.50	.19	-.16	.32
5 O sexo é melhor quando nos «deixamos ir» e nos centramos no nosso próprio prazer [Ins]	-.04	.04	.48	-.00	-.06	.24
30 Sentir-me-ia confortável tendo relações sexuais com o meu parceiro na presença de outras pessoas [Per]	.13	-.07	.19	.18	-.05	.09
33 Usar «instrumentos e objectos sexuais» quando se faz amor é aceitável [Pra]	.01	.15	-.04	.69	.10	.25
32 A prostituição é aceitável [Per]	.07	-.05	.13	.55	-.11	.22
34 O sexo apenas como forma de «descarga» física é bom [Per]	.15	.03	.47	.52	-.10	.44
12 As relações sexuais como simples troca de «serviços» são aceitáveis desde que ambos os parceiros estejam de acordo [Per]	.20	.03	.21	.47	.09	.21
18 É possível gostar de ter relações sexuais com uma pessoa não gostando muito dessa pessoa [Per]	.29	.06	-.02	.47	.03	.24
23 A masturbação é algo agradável e inofensivo [Pra]	.21	.33	-.10	.43	.07	.32
22 É correcto «pressionar» alguém para ter relações sexuais [Per]	.18	-.04	-.01	.38	-.19	.20
20 O sexo é mais divertido com alguém que não amamos [Per]	.28	-.18	.18	.34	-.15	.26
7 As mulheres devem partilhar as responsabilidades do planeamento familiar [Pra]	-.01	.01	-.18	-.09	.68	.41
27 Os homens devem partilhar as responsabilidades do planeamento familiar [Pra]	.02	.00	-.05	.04	.65	.29
13 A educação sexual é importante para a juventude [Pra]	-.08	.00	.13	-.12	.54	.28
1 O planeamento familiar faz parte de uma sexualidade responsável [Pra]	-.12	.11	-.04	.06	.53	.20

^a Entre colchetes indica-se a subescala original de cada item: Per = Permissividade; Com = Comunhão; Ins = Instrumentalidade; Pra = Práticas sexuais

^b Item com pontuações invertidas

O segundo factor polariza todos os itens da subescala comunhão (saturações > .40) e, ainda, com saturações acima de .30, dois itens da subescala permissividade (itens 24 e 40) e um da subescala práticas (item 35). Note-se, contudo, que o item 24 satura igualmente o primeiro factor acima de .30, que o item 40 opõe-se a todos os outros itens deste factor e que o item 35 satura também o quarto factor ao nível .38. Sob o rótulo de *comunhão*, o segundo factor refere-se às atitudes relativamente ao sexo como experiência sublime de intimidade física e psicológica.

O terceiro factor tem, igualmente, uma significação clara e engloba todos os itens da subescala instrumentalidade (saturações > .40)⁷⁶. À designação instrumentalidade preferimos o rótulo *prazer físico*. Os quatro itens da subescala práticas sexuais relativos à *responsabilidade* face ao planeamento familiar e à importância da educação sexual são polarizados pelo quinto factor (saturações > .50), que nesta solução passa a ter uma interpretação inequívoca.

Por último, a interpretação do quarto factor apresenta algumas dificuldades uma vez que reúne itens relativamente heterogéneos. Os itens 23 e 33, englobados por Hendrick e Hendrick na subescala práticas sexuais, referem-se a atitudes face ao sexo não convencional, ao passo que os restantes itens deste factor têm em comum o facto de implicarem a aceitação de práticas socialmente condenadas ou, pelo menos, «indecisíveis». Note-se, no entanto, que o item 23, relativo à masturbação, satura igualmente o segundo factor acima de .30, tendo um comportamento semelhante ao item 35, que atinge também saturações elevadas nos segundo e quarto factores. Por sua vez, o item 34 (o sexo como descarga física), atinge no terceiro factor (prazer físico/instrumentalidade) uma saturação de .47. Se retivermos os itens que apenas saturam substancialmente o quarto factor, o seu significado torna-se mais evidente: atitudes face ao sexo como «mercadoria», «bem material». Optámos pela designação, relativamente neutra, de *sexo impessoal*.

Nos estudos que integram a segunda parte desta investigação, tomámos como índices das atitudes sexuais dos respondentes as respectivas pontuações factoriais nos cinco factores acima referidos. A utilização de escalas factoriais, em detrimento das escalas baseadas no somatório das pontuações obtidas nos itens englobados nos factores, tem duas vantagens importantes. Em primeiro lugar, todos os itens contribuem para as pontuações num factor, tendo como critério de ponderação as respectivas saturações nesse factor. Em segundo lugar, contrariamente às escalas baseadas no somatório dos itens, nas escalas factoriais as correlações entre as pontuações nos diferentes factores são nulas no caso das rotações ortogonais.

Para uma utilização futura da presente adaptação da escala de Hendrick e Hendrick (1987), sem o recurso às pontuações factoriais, recomendamos que sejam excluídos os seguintes itens: 24, 35 e 40 (comunhão); 30 (prazer físico/instrumentalidade); 23 e 34

⁷⁶ O item 30 da subescala de permissividade tem no segundo factor uma saturação de apenas .21. Como facilmente se pode inferir do valor da respectiva comunalidade (.09), esta solução com cinco factores não representa adequadamente a variabilidade do item 30.

(«sexo impessoal»). Se procedermos à exclusão destes itens e construirmos subescalas baseadas no somatório dos itens dos diferentes factores, a análise da consistência interna fornece os seguintes coeficientes *alfa*: .83 (permissividade / 12 itens), .71 (comunhão / 9 itens), .65 (instrumentalidade / prazer físico / 6 itens), .58 («sexo impessoal» / 6 itens) e .53 (responsabilidade / 4 itens). Para a escala completa (37 itens) o valor de alfa é de .83.

QUADRO 4.11

Correlações entre as medidas das atitudes sexuais: Subescalas da Adaptação da Escala de Atitudes Sexuais de Hendrick e Hendrick (1987) e indicadores derivados do Inventário Psicosssexual de Snyder, Simpson e Gangestad (1986) [Base: Amostra C • N = 365]

	F1	F2	F3	F4	F5	IP2.1_2	IP3.1_6
Permissividade (F1)	1.00						
Comunhão (F2)	.10	1.00					
Prazer físico/Instrumentalidade (F3)	.24 **	.03	1.00				
«Sexo impessoal» (F4)	.50 **	.07	.20 **	1.00			
Responsabilidade (F5)	-.16 **	.15 **	-.12 *	-.11 *	1.00		
Sexo sem compromissos (IPS2.1_2)	.76 **	.05	.07	.39 **	-.08	1.00	
Sexo ocasional (IPS3.1_6)	.77 **	.09	.15 **	.42 **	-.16 **	.71 **	1.00

* $p < .05$ ** $p < .01$

No *Quadro 4.11* apresentam-se as intercorrelações entre as cinco subescalas e os dois índices atitudinais⁷⁷ derivados do Inventário Psicosssexual de Snyder, Simpson e Gangestad (1986). De notar as elevadas correlações (.76 e .77) entre estes índices e a subescala permissividade. Tais correlações apontam para a validade convergente dos dois instrumentos.

Sublinhem-se, igualmente, as correlações daqueles índices e da subescala de permissividade (.39, .42 e .50) com a subescala de «sexo impessoal». Tais correlações indicam, obviamente, que a aceitação de determinadas práticas socialmente indesejáveis (v.g., prostituição) está associada à permissividade sexual em geral.

6. ANÁLISE ESTATÍSTICA DAS RESPOSTAS

O plano, a execução e a interpretação de todas as análises estatísticas que integram a segunda parte do presente trabalho (incluindo as apresentadas neste capítulo) são da nossa exclusiva responsabilidade⁷⁸. A *análise não linear em componentes principais*

⁷⁷ O teste de Bartlett fornece um $\chi^2 = 844.05$ ($p < .001$) para a matriz das 21 intercorrelações.

⁷⁸ Como referências para a determinação das condições de aplicação, dos processos de cálculo e de

(Capítulo VI) foi realizada com o programa SPSS⁷⁹. A *path analysis* do Capítulo VIII foi efectuada com o programa LISREL⁸⁰. Nas restantes análises, foram utilizados os programas SPSS e SYSTAT⁸¹, sendo os respectivos *outputs* rigorosamente equivalentes.

interpretação dos resultados foram utilizadas, para além dos *manuals* referidos nas três próximas notas, as seguintes obras: a) *Estatísticas descritivas e análise exploratória de dados*: Hoaglin, Mosteller e Tukey (1983) e Howell (1987); b) *Análises da variância e da covariância*: Kirk (1982), Neter, Wasserman e Kutner (1985) e Winer (1971); c) *Análises multivariadas da variância e da covariância*: Bray e Maxwell (1985) e Morrison (1976); d) *Análises da correlação e da regressão*: Cohen e Cohen (1983) e Darlington (1990); e) *Análises factorial e em componentes principais*: Gorsuch (1983) e Nunnally (1978); f) *Análise da consistência interna*: Carmines e Zeller (1979) e Nunnally (1978); g) *Estatísticas não paramétricas e associação entre variáveis nominais e ordinais*: Afifi e Azen (1979), Blalock (1981) e Siegel e Castellan (1988); h) *Análise discriminante*: Klecka (1980) e Stevens (1986); i) *Análise de correspondência*: Bouroche e Saporta (1980) e Cibois (1984) e j) *Path analysis e modelos causais*: Asher (1983), Berry (1984), Cohen e Cohen (1983) e Dillon e Goldstein (1984). Para uma perspectiva de conjunto dos critérios de selecção e utilização das diferentes técnicas de análise estatística, cf. Andrews, Klem, Davidson, O'Malley e Rodgers (1981). Para as estatísticas multivariadas em geral, cf. Nesselroade e Cattell (1988).

⁷⁹ Versão 4.0 para o sistema operativo Macintosh. Para a documentação anexa, cf. SPSS (1990a, 1990b, 1990c).

⁸⁰ Versão 7.17 para o sistema operativo Macintosh. Para a documentação anexa, cf. Jöreskog e Sörbom (1988a, 1988b).

⁸¹ Versão 5.2.1 para o sistema operativo Macintosh. Para a documentação anexa, cf. Wilkinson, Hill e Vang (1992a, 1992b).

PARA ALÉM DA PSICOLOGIA DIFERENCIAL DOS SEXOS: A PERSISTÊNCIA DO DUPLO PADRÃO

Money (1988), ao discutir as diferenças entre os sexos a partir da assimetria biológica de base, procede à distinção de três categorias ou graus: as *diferenças derivadas*, as *diferenças associadas (adjunctive)* e as *diferenças arbitrárias* em relação ao sexo biológico. As primeiras, directamente conectadas com os mecanismos genéticos e hormonais, seriam as únicas verdadeiramente irredutíveis:

Se existe qualquer diferença sexual que possa ser dita absoluta e irredutível, é que os homens fecundam [as mulheres] e as mulheres têm menstruação, geram e amamentam. Todas as outras diferenças sexuais não são autenticamente sexuais no sentido genitosssexual do G-I/R [*gender-identity/role*], a menos que envolvam a função ou o uso dos órgãos de procriação. São antes diferenças entre pessoas que são classificadas como diferentes com base na posse de diferentes órgãos sexuais, masculinos ou femininos (Money, 1988, p. 77).

As diferenças associadas ao sexo seriam a retradução das diferenças derivadas, ainda que fenómenos de tipo cultural possam contribuir decisivamente para as atenuar ou suprimir (v.g., as diversas possibilidades de alimentação «artificial» dos bebés tiveram como corolário que a «sedentarização» das mulheres, imposta pela amamentação, deixasse de revestir o carácter de necessidade). Por último, as diferenças arbitrárias (dos comportamentos às atitudes e aos papéis sexuais) relevam das normas e padrões culturais, ou, para utilizarmos a expressão de Harré, citada no primeiro capítulo, «do modo como o sexo é transformado em *género* [identidade sexual] para fins expressivos» (1981, p. 255).

Neste primeiro capítulo empírico, debruçar-nos-emos, precisamente, sobre as diferenças de comportamentos e atitudes sexuais dos homens e das mulheres, adoptando uma perspectiva essencialmente descritiva com vista a avaliar a existência e os eventuais contornos de um *duplo padrão sexual*. Mais exactamente, procuraremos verificar até que ponto a sexualidade pré-matrimonial dos «jovens universitários» portugueses é conforme às transformações mais recentes do duplo padrão sexual que caracteriza as sociedades ocidentais contemporâneas.

Diversas investigações, sobretudo as realizadas nos EUA a partir das décadas de 50 e 60 (para uma revisão, cf. Hopkins, 1977), apontam claramente para o declínio do

duplo padrão da sexualidade pré-matrimonial. Na sua *forma clássica*, hoje francamente minoritária, tal padrão traduz-se pela permissividade exclusiva dos homens para se envolverem em relações sexuais antes do casamento. Na *forma actual*, o duplo padrão sexual admitiria igualmente a sexualidade pré-matrimonial feminina desde que vivida numa relação relativamente duradoira e acompanhada de envolvimento emocional. É relativamente ao declínio desta segunda forma — *duplo padrão sexual condicional* (Reis, 1960, 1967) — que os resultados das investigações realizadas nas duas últimas décadas conduzem a conclusões contraditórias. Assim, uma boa parte das investigações por inquérito (v.g., DeLamater & Maccorquodale, 1979; LaBeff & Dodder, 1982) indica que os comportamentos sexuais masculino e feminino tendem a convergir para o padrão singular «sexo com afecto» (Reis, 1967). Outras investigações, de natureza experimental, apontam igualmente no mesmo sentido (v.g., Garcia, 1983; Jacoby & Williams, 1985). Contudo, Sprecher, McKinney e Orbush (1987), ao procederem à revisão desta literatura, sublinham que as conclusões das investigações por inquérito devem ser relativizadas, uma vez que o tipo de escalas atitudinais em que se baseiam (v.g. «considera aceitável o sexo pré-matrimonial para ambos os sexos») é claramente permeável às «normas igualitaristas» dominantes. De igual modo, as investigações experimentais nem sempre tiveram em consideração o contexto relacional do sexo. Sprecher, McKinney e Orbush (1987), utilizando o paradigma das investigações sobre a «percepção das pessoas», fizeram variar sistematicamente o sexo do sujeito-alvo, a idade da primeira relação sexual (16 vs. 21 anos) e o contexto relacional (sexo ocasional vs. namoro) e concluíram que, para o mesmo comportamento sexual (em particular, a iniciação aos 16 anos num contexto de sexo ocasional), as mulheres são avaliadas mais negativamente do que os homens. A persistência do duplo padrão — pelo menos na sua forma condicional — parece ser uma realidade nas sociedades ocidentais contemporâneas.

DeLamater (1987b), relativizando os dados da sua própria investigação (DeLamater & Maccorquodale, 1979), reconhece a existência, na sociedade americana actual, de orientações sexuais diferenciadas. Numa tentativa de interpretação da persistência do duplo padrão, DeLamater (1987b) refere três diferenças fundamentais na sexualidade pré-adolescente. Em primeiro lugar, a incidência da masturbação é claramente superior no sexo masculino (de acordo com os dados disponíveis, as taxas de masturbação aos 13 anos situar-se-iam entre 45 e 63% para os homens e entre 13 e 33% para as mulheres). A masturbação diferencial teria como consequências que os homens não só teriam maior experiência directa da activação e gratificação sexuais, como estas ficariam mais dependentes do controlo pessoal. Em segundo lugar, os sinais exteriores da sexualidade (ejaculação nos homens e menstruação nas mulheres) colocá-la-iam sobre diferentes registos: o registo comportamental e do prazer no caso dos homens; o registo da reprodução e dos papéis sócio-sexuais no caso das mulheres. Em terceiro e último lugar, de acordo com a investigação anterior do autor (DeLamater & Maccorquodale, 1979), as mulheres pré-adolescentes, mais do que os homens, têm nos pais, em especial na mãe, a principal fonte de «conhecimento moral» sobre a sexualidade.

Os três aspectos referidos por DeLamater (1987b) contar-se-iam entre os principais

factores responsáveis pela génese de orientações sexuais diferenciadas: uma *orientação predominantemente recreativa ou centrada no corpo* por parte dos homens; uma *orientação predominantemente relacional ou centrada na pessoa* por parte das mulheres. Seriam estas orientações que estariam na base da adesão diferencial ao *script da sexualidade pré-matrimonial*. Reed e Weinberg (1984) notam que a generalização deste *script*, e, eventualmente, a convergência para um padrão singular, depende do modo como a percepção do comportamento pré-matrimonial dos grupos de pertença (em particular, os amigos) mediatiza as transformações mais gerais de natureza social e cultural.

Em relação ao nosso país, a investigação sistemática dos comportamentos sexuais pré-matrimoniais — à semelhança do que acontece noutras áreas da sexualidade — encontra-se num estado embrionário. De referir um trabalho recente de Lucas (1993), cujos resultados apontam claramente para a existência do duplo padrão sexual, eventualmente com desfasamentos mais acentuados do que aqueles encontrados nas investigações anteriormente referidas. Note-se, no entanto, que os dados apresentados pelo autor se situam predominantemente no domínio comportamental e que o seu principal objectivo se prende directamente com a problemática da SIDA. No presente estudo, procuramos obter um panorama mais vasto, estendendo a análise ao domínio das atitudes e normas sexuais, incluindo o contexto relacional da sexualidade pré-matrimonial. De acordo com os resultados das investigações referidas e em conformidade com o modelo teórico de DeLamater (1987b), *esperamos que os jovens universitários inquiridos apresentem diferenças consistentes nas áreas comportamental e atitudinal. Contudo, estas serão menos nítidas, e eventualmente inexistentes, nos domínios directamente conectados com a afectividade, uma vez que é nesses domínios que se tende a verificar uma maior convergência para um padrão singular.*

1. SUJEITOS

No presente estudo utilizaram-se dados provenientes das amostras agregadas A, B, C e D (cf. *ponto 2. do Capítulo IV*). Na secção de resultados, para cada uma das análises efectuadas, indica-se qual a respectiva base de dados.

2. MEDIDAS E INDICADORES

Para além do sexo, as análises cujos resultados aqui se relatam incidiram nas seguintes variáveis e/ou indicadores: experiência sexual (itens IPS1.2_4, IPS1.7_8, IPS5, CSEX1.1_3, CSEX2.1 e CSEX3.1), namoro (NAM1.1_3, NAM2, NAM3.1_2 e NAM4.1_2), actividade sexual no último mês (itens IPS1.1, CSEX3.2 e CSEX4), contracepção (itens CSEX5.1_9 e CSEX6.1_3), pensamentos e fantasias (itens IPS4.1_2), orientação sexual (item CSEX2.2), desejos e expectativas (itens IPS1.5_6) e atitudes e normas sexuais (itens IPS2.1_2, IPS3.1_6, EAS.0_42, DIM.1_4 e OSEX1.1_2) [para a

versão integral dos itens, cf. *Anexo 1*; para a codificação das respostas, cf. *Anexo 2*; para a construção de indicadores, cf. *ponto 5 do Capítulo IV*].

3. RESULTADOS

3.1. Experiência sexual

3.1.1. Taxa de virgindade [Amostra A]

Dos 587 sujeitos que integram a *Amostra A*, 205 (34.9%) afirmam-se virgens. A taxa global de virgindade é de 17.9% para os homens e de 49.2% para as mulheres. No *Gráfico 5.1* representamos a taxa de virgindade por sexo e idade. Como se pode observar, a taxa masculina é nitidamente inferior à feminina em todas as faixas etárias. Enquanto a percentagem de homens virgens é de 33.3%, 16.7%, 14.1%, 10.0% e 3.4%, respectivamente, para as classes 18-19, 20-21, 22-23, 24-25 e mais de 25 anos, os valores correspondentes para o sexo feminino são 72.6%, 48.1%, 38.0%, 25.0% e 7.7%. De notar, ainda, que o decréscimo na taxa de virgindade feminina é, comparativamente ao da masculina, bastante mais regular.

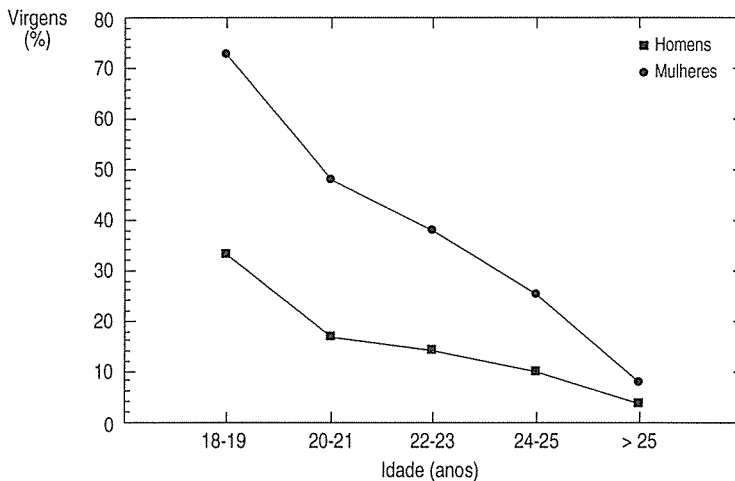


Gráfico 5.1 – Percentagem de virgens em função da idade e do sexo [Base: Amostra A • N = 587]

Os dados obtidos são convergentes com os apresentados por Lucas (1993) (cf. *Gráfico 5.2*), tanto no que se refere às diferenças entre homens e mulheres, como no que diz respeito ao paralelismo dos declives nos dois sexos. As diferenças de valores em termos absolutos expressam o facto da amostra estudada por Lucas integrar, ao contrário do presente estudo, indivíduos casados⁸².

⁸² Na amostra estudada (2471 indivíduos representativos da população portuguesa dos 18 aos 49

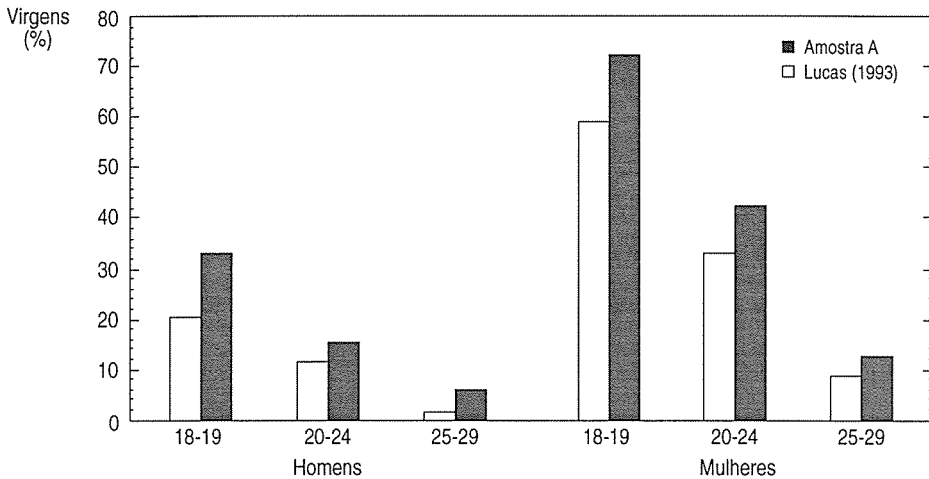


Gráfico 5.2 – Percentagem de virgens em função da idade e do sexo: Comparação entre a população universitária [Base: Amostra A • N = 587] e a população portuguesa em geral [Fonte: Lucas, 1993, p. 24-25]

3.1.2. Idade e circunstâncias da primeira relação sexual [Amostra D]

Dos 199 sujeitos (96 homens e 103 mulheres) que integram a *Amostra D*, 63 (31.7%) são virgens. Para os restantes 136, a idade média da primeira relação sexual é de 17.67 anos (DP = 2.44) para os homens (n = 75) e de 18.77 anos (DP = 2.02) para as mulheres (n = 61). A diferença entre as médias é estatisticamente significativa, $t(134) = 2.84, p < .006$.

Tomando os respondentes não virgens da *Amostra D* (N = 136), a percentagem de indivíduos que declaram estar apaixonados pelo primeiro parceiro sexual (74.3 %) é significativamente superior à dos não apaixonados (25.7 %) [$\chi^2(1) = 32.03, p < .001$]⁸³. Contudo, a prevalência da *norma da paixão* difere em função do sexo: enquanto 88.5% das mulheres afirmaram estar apaixonadas pelo parceiro, apenas 62.7% dos homens dão a mesma resposta (cf. *Quadro 5.1*). A relação de interdependência entre o sexo do respondente e a paixão é estatisticamente significativa [$\chi^2(1) = 10.45, p < .002$].

A associação entre sexo e paixão pelo primeiro parceiro é independente da idade do mesmo (mais novo, da mesma idade e mais velho), i.e., através dos três níveis de idade

anos) por Lucas (1993), a taxa de virgindade masculina estabiliza-se em 1% na faixa etária dos 30 aos 49 anos, acontecendo o mesmo à feminina entre os 35 e os 49 anos.

⁸³ Sempre que utilizámos o teste do χ^2 em tabelas de contingência 2 x 2, os valores de χ^2 que apresentamos são os «corrigidos para a contiguidade», de acordo com as recomendações, entre outros, de Siegel e Castellan (1988, p. 123). Seguimos, igualmente, as recomendações dos mesmos autores para o caso geral de tabelas de contingência $r \times c$. Por vezes, na apresentação dos resultados, limitamo-nos a indicar as percentagens, omitindo as frequências observadas, sobre as quais, obviamente, os valores de χ^2 foram calculados.

do primeiro parceiro, a percentagem de mulheres apaixonadas é sempre superior à dos homens (cf. *Quadro 5.1*). Com efeito, tomando a idade do primeiro parceiro como variável de controlo, a relação entre as duas variáveis continua a ser estatisticamente significativa [*Mantel-Haenszel* $\chi^2(1) = 13.01, p < .001$].

Quadro 5.1
Circunstâncias da primeira relação sexual (*paixão pelo parceiro e idade do parceiro*)
em função do sexo [*Base: Amostra D / Não virgens • N = 136*]

	Idade do primeiro parceiro sexual			Total	
	Mais novo	Da mesma idade	Mais velho	<i>n</i>	%
Homens					
Não apaixonados	4	9	15	28	37.3
Apaixonados	15	17	15	47	62.7
Mulheres					
Não apaixonadas	1	3	3	7	11.5
Apaixonadas	5	23	26	54	88.5
Total					
Não apaixonados	5	12	18	35	25.7
Apaixonados	20	40	41	101	74.3

Considerando apenas os sujeitos que se declararam apaixonados ($N = 101$), os homens afirmam que 31.9% dos parceiros eram mais novos, 36.2% eram da mesma idade e 31.9% mais velhos; os valores correspondentes para as mulheres são, respectivamente, 9.3%, 42.6% e 48.1% (cf. *Quadro 5.1*). A interdependência entre as duas variáveis nas situações em que existe paixão (os homens mais do que as mulheres tendem a ter o primeiro parceiro mais jovem do que eles) é estatisticamente significativa [ao teste de Mann-Whitney, para a comparação entre as médias das ordens masculina (43.85) e feminina (57.22), corresponde um $z = 2.46, p < .02$].

3.1.3. Número de parceiros sexuais [Amostra A]

Com base nos indivíduos não virgens da *Amostra A*, os resultados de uma análise multivariada da variância, tendo como VI (variável independente) o *sexo* e como VDs (variáveis dependentes) o *número de parceiros durante toda a vida*, o *número de parceiros durante o último ano*, o *número de one night stands* e o *número de parceiros concomitantes* (itens IPS1.3_4 e IPS1.7_8), indicam que os homens diferem significativamente das mulheres nas quatro variáveis tomadas conjuntamente [*lambda de Wilks* = 0.890, $F(4, 377) = 11.68, p < .01$]. Os testes univariados subsequentes apresentam diferenças estatisticamente significativas para todas as variáveis (cf. *Quadro 5.2*).

Atendendo às médias apresentadas na *Quadro 5.2*, podemos afirmar que, enquanto as mulheres inquiridas tiveram um único parceiro sexual, os homens relacionaram-se com 2.2 parceiros durante toda a vida e com 1.3 durante o último ano. De igual modo,

a experiência de relações sexuais com parceiros concomitantes é 2.4 vezes superior nos homens e por cada *one night stand* feminino contam-se 3.3 masculinos⁸⁴.

QUADRO 5.2

Número de parceiros sexuais em função do sexo [Base: Amostra A / Não virgens • N = 382]

		Homens (n = 220)	Mulheres (n = 162)	F (1, 380)
Número total de parceiros	M	4.26	1.96	33.89**
	DP	4.75	1.86	
Número de parceiros durante o último ano	M	1.43	1.09	12.02**
	DP	1.15	0.57	
Número de <i>one night stands</i>	M	0.76	0.23	37.86**
	DP	1.03	0.48	
Número de parceiros concomitantes	M	0.17	0.07	8.11 *
	DD	0.38	0.26	

* p < .005 ** p < .001

Para além das diferenças em termos de médias, merecem ainda especial destaque as diferenças em termos de variabilidade: os desvios-padrão para qualquer das quatro variáveis são significativamente superiores no sexo masculino⁸⁵.

3.1.4. Diversidade das experiências sexuais [Amostras A e D]

Entre os sujeitos não virgens da *Amostra A* (220 do sexo masculino e 162 do sexo feminino), a prática de *sexo oral-genital* (item IPS1.2) é relatada por 67.7% dos homens e 64.2% das mulheres, não existindo qualquer diferença significativa entre os sexos [$\chi^2(1) = 0.37$, $p > .50$]. Em contrapartida, os dados obtidos junto dos não virgens

⁸⁴ A diferença média de idades entre homens e mulheres na *Amostra A* (cerca de 10 meses) não tem qualquer influência no padrão de resultados obtido. Com efeito, se removermos, através da análise da covariância, os efeitos da idade, tanto o teste global [λ de Wilks = 0.894, $F(4, 376) = 11.10$, $p < .01$], como os testes univariados (todos os $p < .01$) fornecem resultados semelhantes.

Tomando as médias ajustadas, as razões entre os valores masculinos e femininos situam-se na mesma ordem de grandeza: 2.1 (4.20/2.04), 1.3 (1.43/1.09), 3.2 (0.76/0.24) e 2.1 (0.17/0.08), respectivamente, para as variáveis *número total de parceiros*, *número de parceiros durante o último ano*, *número de one night stands* e *número de parceiros concomitantes*.

⁸⁵ O teste de Levene da diferença entre variâncias fornece resultados estatisticamente significativos para todas as variáveis apresentadas no Quadro 5.1: $F(1, 380) = 6.51$ (para o número total de parceiros); $F(1, 380) = 4.04$ (para o número de parceiros durante o último ano); $F(1, 380) = 4.66$ (para o número de *one night stands*) e $F(1, 380) = 2.08$ (para o número de parceiros concomitantes). Todas as probabilidades são inferiores a .05.

da *Amostra D* (75 homens e 61 mulheres) permitem-nos afirmar que a *experiência do orgasmo* (item CSEX3.1) é significativamente superior no sexo masculino: 100.0% dos homens, contra 88.5% das mulheres, experimentaram, pelo menos uma vez, o orgasmo [$\chi^2(1) = 6.32, p < .05$].

Note-se ainda que no sexo masculino a experiência do orgasmo não está associada à virgindade: todos os inquiridos, virgens ou não virgens, declararam já ter experienciado o orgasmo. Em contrapartida, no sexo feminino a percentagem de virgens que experimentou o orgasmo (35.5%) é nitidamente inferior à das não virgens (88.5%) [$\chi^2(1) = 31.37, p < .001$].

3.1.5. Avaliação subjectiva da experiência sexual [Amostra A]

A *avaliação subjectiva da experiência sexual*, medida pelas respostas a uma escala de cinco pontos (1 = menor experiência; 5 = maior experiência, cf. item IPS5), é congruente com os dados anteriormente apresentados. Efectivamente, os resultados de uma ANOVA 2 x 2 (*sexo e virgindade* como VIs) apontam para efeitos significativos dos dois factores e da respectiva interacção. Assim, os homens ($M = 2.84$) avaliam-se como mais experientes do que as mulheres ($M = 2.18$), [$F(1, 583) = 22.15, p < .001$], passando-se o mesmo relativamente aos não virgens ($M = 2.94$), em comparação com os virgens ($M = 1.66$), [$F(1,583) = 185.59, p < .001$]. Quanto à interacção, as diferenças de avaliação da experiência em função do sexo são menos acentuadas nos homens ($M = 2.15$ para os virgens e $M = 2.97$ para os não virgens) do que nas mulheres ($M = 1.51$ para as virgens e $M = 2.49$ para as não virgens), [$F(1, 583) = 10.18, p < .002, MQE = 0.69$].

Se considerarmos apenas os não virgens, a avaliação subjectiva da experiência sexual é adequadamente predita pelo *número total de parceiros*, pelo *número de one night stands* e pela *experiência de sexo oral-genital*, [$F(3, 378) = 15.65, p < .001, MQE = 0.68$]. A correlação múltipla entre os três preditores e a avaliação subjectiva é de $R = .33$. Com os três preditores na equação de regressão, os coeficientes de regressão estandardizados são de .16 ($p < .002$) para a experiência de sexo oral genital, de .17 ($p < .005$) para o número total de parceiros e de .14 ($p < .03$) para o *número de one night stands*. Nem o *número de parceiros no último ano*, nem o *número de parceiros concomitantes* acrescentam qualquer valor preditivo: se os incluirmos na equação de regressão, os respectivos coeficientes parciais são nulos e a percentagem de variabilidade explicada pelo modelo com cinco preditores é idêntica ao de três ($R^2 = .11$, nos dois casos).

3.1.6. Sexualidade, namoro e casamento [Amostras C e D]

Dos 199 sujeitos da *Amostra D*, 116 (58.3%) estavam envolvidos numa relação de namoro, na altura em que responderam ao questionário VAC/3; dos restantes, 15 (7.5%) sujeitos nunca tiveram namorado(a), enquanto 70 (35.2%) já tiveram pelo menos um namorado(a). Não existem diferenças entre homens ($M = 3.31, DP = 2.88$) e

mulheres ($M = 3.34$, $DP = 2.52$) quanto ao número de namorados ao longo de toda a vida, $t(197) = 0.07$, $p > .90$.

O mesmo acontece quando analisamos o número de parceiros sexuais no quadro das relações de namoro. Com efeito, se excluirmos os sujeitos virgens e tomarmos como VD a razão entre o número de namorados com quem tiveram relações sexuais e o número total de namorados, verificamos que os homens ($M = 0.51$, $DP = 0.33$) e as mulheres ($M = 0.48$, $DP = 0.29$) não diferem significativamente, $t(131) = 0.68$, $p > .50$. Como facilmente se depreende, as diferenças relativas ao número total de parceiros sexuais durante toda a vida identificadas na *Amostra A* (cf. *ponto 3.1.3* deste capítulo) resultam, fundamentalmente, das relações sexuais exteriores às situações de namoro. Assim, se tomarmos como critério a diferença entre o número total de parceiros sexuais e o número de namorados com quem tiveram relações (*Amostra D*) e excluirmos os sujeitos virgens, os homens ($M = 1.67$, $DP = 2.73$) apresentam resultados significativamente superiores às mulheres ($M = 0.26$, $DP = 0.58$), $t(131) = 3.95$, $p < .001$.

Se nos situarmos no contexto do namoro actual (ou do último namoro), é evidente que a percentagem de sujeitos que declaram ter tido relações sexuais com o respectivo parceiro aumenta com a duração da relação. Os coeficientes de correlação ponto-biserial entre a duração do namoro e a experiência de relações sexuais com o namorado são virtualmente idênticos para o sexo masculino ($r = .32$; $n = 85$) e para o feminino ($r = .36$; $n = 99$), $z = 0.36$, $p > .70$.

Também não existem diferenças no que respeita ao intervalo de tempo que separa o início do namoro da primeira relação sexual com o namorado: 28.1% dos homens declaram ter tido relações com a namorada ao fim de um mês, 40.4% entre um e seis meses e 31.6% depois de seis meses de namoro; os valores correspondentes para as mulheres são, respectivamente, 21.8%, 38.2% e 40.0% [ao teste de Mann-Whitney, para a comparação entre as médias das ordens masculina (53.66) e feminina (59.45), corresponde um $z = 1.01$, $p > .30$].

Cabe, ainda, referir que a percentagem de «infidelidade», no contexto da relação de namoro relatada, é superior no sexo masculino. Efectivamente, enquanto 18.1% dos homens tiveram relações sexuais com outro parceiro durante o período de namoro, apenas 6.6% das mulheres se encontram na mesma situação [$\chi^2(1) = 3.92$, $p < .05$].

No que respeita às intenções relativas ao casamento, reproduzem-se no *Quadro 5.3* as respostas dos sujeitos da *Amostra C*. Na totalidade dos inquiridos, 64.1% tencionam casar pela igreja, 12.9% pelo registo civil e 19.5% desejam viver maritalmente. Os restantes 3.6% recusam qualquer das três situações. Não existem diferenças significativas entre as intenções manifestadas pelos dois sexos, [$\chi^2(3) = 3.41$, $p > .30$].

3.2. Actividade sexual no último mês [Amostras A e D]

Entre os não virgens da *Amostra A* (220 homens e 162 mulheres), a percentagem de indivíduos que tiveram pelo menos uma *relação sexual durante o último mês* (item IPS1.1) é de 65.5% para o sexo masculino e de 72.8% para o sexo feminino. Para estes

QUADRO 5.3
Intenções relativas ao casamento [Base: Amostra C • N = 365]

Intenções	Homens		Mulheres		Total	
	n	%	n	%	n	%
Casamento por igreja	97	59.2	137	68.2	234	64.1
Casamento por registo civil	25	15.2	22	11.0	47	12.9
Vida marital sem casamento	36	22.0	35	17.4	71	19.5
Nenhuma das anteriores	6	3.7	7	3.5	13	3.6
<i>Total</i>	164	100.0	201	100.0	365	100.0

sujeitos, a média de relações sexuais por mês é semelhante para os homens ($M = 6.01$; $DP = 5.41$) e para as mulheres ($M = 6.26$; $DP = 5.62$), $t(260) = .30$, $p > .75$. Se considerarmos o contexto relacional do coito (*Amostra D*), verificamos que todas as mulheres e 81.3% dos homens que declaram ter tido relações sexuais no último mês afirmam ter actualmente namorado(a).

No que diz respeito à (*auto*)masturbação (item CSEX4), a assimetria entre os sexos é claramente ilustrada pelos dados apresentados no *Quadro 5.4* relativo à totalidade dos sujeitos da *Amostra D*. Note-se que, enquanto 74.0% dos homens se masturbaram pelo menos uma vez durante o último mês, apenas 27.2% das mulheres o fizeram [$\chi^2(1) = 43.48$, $p < .001$]. Se tomarmos como VD (ordinal) a variável CSEX4, ao teste de Mann-Whitney para a comparação das ordens médias masculina (127.74) e feminina (74.15) corresponde um $z = 7.11$, $p < .001$.

QUADRO 5.4
Frequência de (*auto*)masturbação em função do sexo [Base: Amostra D • N = 199]

Masturbação/mês ^a	Homens		Mulheres	
	n	% acumulada	n	% acumulada
> 10	13	13.5	1	1.0
6 a 10	9	22.9	-	1.0
3 a 5	17	40.6	6	6.8
1 a 2	32	74.0	21	27.2
0	25	100.0	75	100.0
<i>Total</i>	96	100.0	103	100.0

^a Número de (*auto*)masturbações durante o último mês

Os dados relativos ao número de orgasmos (item CSEX3.2) indicam, igualmente, uma divergência entre os sexos, ainda que menos acentuada. (cf. *Quadro 5.5*). De entre os sujeitos da *Amostra D* que declaram já ter experimentado o orgasmo, 81.2% dos homens e 72.5% das mulheres tiveram-no, pelo menos uma vez, durante o último

mês [$\chi^2(1) = 1.78, p > .10$]. Se utilizarmos toda a informação contida no item CSEX3.2, a comparação da frequência de orgasmos no último mês favorece inequivocamente o sexo masculino [considerando CSEX3.2 como VD (ordinal), ao teste de Mann-Whitney para a comparação das ordens médias masculina (91.81) e feminina (69.69) corresponde um $z = 3.02, p < .005$].

QUADRO 5.5
Frequência de orgasmos em função do sexo
 [Base: Amostra D / Sujeitos com experiência do orgasmo • N = 165]

Orgasmos/mês ^a	Homens		Mulheres	
	n	% acumulada	n	% acumulada
> 10	21	21.9	4	5.8
6 a 10	15	37.5	7	15.9
3 a 5	24	62.5	17	40.6
1 a 2	18	81.2	22	72.5
0	18	100.0	19	100.0
<i>Total</i>	<i>96</i>	<i>100.0</i>	<i>69</i>	<i>100.0</i>

^a Número de orgasmos durante o último mês

Por último, note-se que o padrão de relações entre o coito e as práticas de masturbação é relativamente diferenciado segundo o sexo (cf. *Gráfico 5.3*). As percentagens dos que se masturbaram, pelo menos uma vez, durante o último mês, são relativamente semelhantes entre os homens que tiveram (71.4%) e os que não tiveram relações sexuais (76.6%) [$\chi^2(1) = 0.33, p > .50$]. No caso das mulheres, a percentagem das que

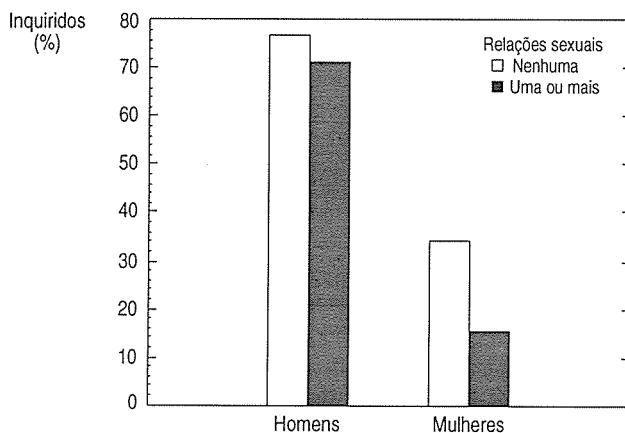


Gráfico 5.3 – Percentagem de inquiridos que se masturbaram durante o último mês em função do sexo e do número de relações sexuais [Base: Amostra D • N = 199]

não tiveram relações sexuais e se masturbaram (34.4%) é mais do dobro da daquelas que se masturbaram e tiveram relações sexuais (15.4%) [$\chi^2(1) = 4.42, p < .05$]. Aparentemente, a relação de «vasos comunicantes» entre coito e masturbação só funciona no sexo feminino.

3.3. Contraceção: Práticas e informação [Amostra D]

Os 136 sujeitos não virgens da *Amostra D* indicaram, relativamente às últimas 10 relações sexuais, o número de vezes que utilizaram (eles ou os respectivos parceiros) cada um dos sete *métodos contraceptivos* (itens CSEX5.1_9) que constam na coluna da esquerda do *Quadro 5.6*. No conjunto, os homens indicaram o uso de um dos métodos em 82.7% e as mulheres em 79.7% das situações⁸⁶. Tendo como critério a eficácia diferencial dos métodos na prevenção de uma gravidez indesejada, podemos afirmar que em 35.6% das 1187 relações sexuais relatadas se verificou a utilização de um método altamente eficaz; as percentagens correspondentes a métodos de eficácia média e de eficácia baixa são, respectivamente, 34.0% e 11.8%⁸⁷. Em 18.6% das situações não foi utilizado qualquer método contraceptivo.

No que diz respeito aos conhecimentos sobre a *eficácia dos diferentes métodos contraceptivos* (itens CSEX6.1_3) na prevenção de uma gravidez indesejada, o sexo feminino revela-se mais informado do que o masculino. Com efeito, enquanto 74.7% das mulheres consideram a pílula o método mais eficaz, apenas 49.4% dos homens dá a mesma resposta [$\chi^2(1) = 11.82, p < .001$].

3.4. Pensamentos e fantasias [Amostras A e D]

De acordo com as respostas da *Amostra A*, a frequência de «pensamentos sexuais» está associada ao sexo e à «situação sexual» dos respondentes. Efectivamente, quando questionados, numa escala de nove pontos, sobre a «frequência com que pensam em sexo» (*1 = quase nunca; 9 = quase todo o tempo — item IPS4.1*), os homens ($M = 5.89$) indicam valores superiores às mulheres ($M = 4.78$), [$F(1, 583) = 42.71, p < .001$]. De igual modo, os não virgens ($M = 5.63$) pensam mais em sexo do que os virgens ($M = 4.65$), [$F(1, 583) = 17.82, p < .001$]. A interacção entre sexo do respondente e virgindade não é estatisticamente significativa [$F(1, 583) = 1.00, p > .30, MQE = 2.27$].

⁸⁶ De facto, 25 sujeitos não virgens indicaram ter tido menos de 10 relações sexuais em toda a vida; os métodos utilizados por estes indivíduos são igualmente incluídos no *Quadro 5.6*, sendo esta a razão pela qual os totais não são múltiplos de 10.

⁸⁷ O agrupamento por níveis de eficácia baseia-se em Sandberg (1976) que divide os métodos do seguinte modo: *eficácia elevada* (menos do que uma gravidez por 100 mulheres durante um ano de utilização), *eficácia média* (de 1 a 20 gravidezes) e *eficácia baixa* (mais do que 20 gravidezes). Assim, dos métodos mencionados no Questionário VAC/3, os métodos naturais, o coito interrompido e os espermicidas incluem-se na categoria *eficácia baixa*; os preservativos, o dispositivo intra-uterino e o diafragma na categoria *eficácia média* e a pílula na categoria *eficácia elevada*.

QUADRO 5.6
Utilização de métodos contraceptivos nas dez últimas relações sexuais
[Base: Amostra D / Não virgens • N = 136]

Intenções	Homens		Mulheres		Total	
	NRS ^a	%	NRS ^a	%	NRS ^a	%
Nenhum método	113	17.3	108	20.3	221	18.6
Preservativos	258	39.4	141	26.5	399	33.6
Pílula	184	28.1	239	44.9	423	35.6
Dispositivo intra-uterino	4	0.6	0	0.0	4	0.3
Coito interrompido	53	8.1	27	5.1	80	6.7
Diafragma	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Espermicidas	3	0.5	8	1.5	11	0.9
Métodos «naturais»	40	6.1	9	1.7	49	4.1
Total	655	100.0	532	100.0	1187	100.0

^a NRS = número de relações sexuais «relatadas»

No que diz respeito às *fantasias sexuais* (item IPS4.2) com outro que não o actual parceiro, os dados relativos aos sujeitos da *Amostra D* que declararam estar presente-mente envolvidos numa relação de namoro expressam, mais uma vez, a assimetria entre os sexos: a «infidelidade imaginária» é maior nos homens ($M = 4.92$, $DP = 2.27$) do que nas mulheres ($M = 2.36$, $DP = 1.59$), $t(112) = 7.07$, $p < .001$.

3.5. Orientação sexual [Amostra D]

Na *Amostra D*, apenas 5.2% dos homens e 2.9% das mulheres afirmam já ter tido, pelo menos uma vez, «relações sexuais e/ou amorosas com alguém do mesmo sexo»⁸⁸. As duas percentagens são extremamente baixas e não existe qualquer diferença significativa entre elas [$\chi^2(1) = 0.21$, $p > .60$]. No que respeita à orientação sexual, tal como é conscientemente avaliada, as diferenças entre os sexos são, igualmente, desprezíveis: em média, numa escala de sete pontos, a possibilidade de que tais relações possam vir a acontecer, para aqueles que declaram nunca as ter experimentado, situa-se em 1.22 pontos ($DP = 0.74$) para os homens e em 1.27 pontos ($DP = 0.58$) para as mulheres, $t(189) = 0.522$, $p > .60$.

⁸⁸ Não podemos deixar de reconhecer a formulação menos feliz da questão CSEX2.1, uma vez que as respostas afirmativas podem significar simplesmente a existência de uma relação amorosa sem consumação sexual. De qualquer forma, as percentagens de respostas constituem um limiar superior da taxa de homossexualidade. Tais percentagens são superiores às referidas por Lucas (1993) para a população portuguesa em geral (cerca de 1% para os dois sexos). Acresce que, em função do objectivo principal do presente estudo (avaliação da persistência do duplo padrão), a formulação da questão é de somenos importância, dado que os dois sexos se confrontam com o mesmo enunciado.

3.6. Desejos e expectativas [Amostra A]

As respostas dos homens e das mulheres às questões sobre o *número de parceiros sexuais actualmente desejados* (item IPS1.5), de entre os que fazem parte do respectivo universo relacional, e sobre o *número de parceiros que esperam ter nos próximos cinco anos* (item IPS1.6), revelam, mais uma vez, a assimetria entre os sexos. Com efeito, uma análise multivariada da variância, tendo como VDs o *número de parceiros desejado* e o *número de parceiros esperado*, e como VIs o *sexo* e a *virgindade*, fornece diferenças significativas para o factor principal sexo [λ de Wilks = 0.897, F (2, 582) = 33.37, $p < .01$]. Por sua vez, o efeito do factor virgindade aproxima-se do limiar de significação [λ de Wilks = 0.990, F (2, 582) = 2.83, $p < .07$], enquanto a interacção entre os dois factores é estatisticamente negligenciável [λ de Wilks = 0.998, F (2, 582) = 0.47, $p > .70$]. Os testes univariados, realizados sobre as médias marginais do *Quadro 5.7*, indicam que os homens não só gostariam de ter actualmente um leque mais extenso de parceiros sexuais [F (1, 583) = 55.81, $p < .001$], como esperam vir a consegui-lo no futuro, [F (1, 583) = 38.82, $p < .001$].

QUADRO 5.7

Número médio de parceiros sexuais actualmente desejados e número médio de parceiros sexuais «esperados» nos próximos cinco anos em função do sexo e do «estado sexual» do respondente [Base: Amostra A • N = 587]

	Homens	Mulheres	Total
Virgens (n)	48	157	205
Parceiros desejados	3.00	0.82	1.33
Parceiros esperados	3.17	0.96	1.47
Não virgens (n)	220	162	382
Parceiros desejados	3.64	1.12	2.57
Parceiros esperados	4.55	1.53	3.26
Total (n)	268	319	587
Parceiros desejados	3.52	0.97	2.14
Parceiros esperados	4.30	1.25	2.64

3.7. Normas e atitudes

3.7.1. Normas relativas à primeira relação sexual [Amostra D]

No *Quadro 5.8* resumem-se as opiniões sobre a *idade considerada apropriada para a primeira relação sexual* (itens CSEX1.1_2). A comparação das idades médias através de uma ANOVA, tendo como VIs o *sexo do respondente* (factor intersujeitos) e o *sexo do sujeito-alvo* (factor intra-sujeitos), conduz às seguintes conclusões: 1ª) tanto os homens como as mulheres indicam médias de idades semelhantes para o seu sexo e para o oposto, não existindo, pois, qualquer interacção entre o sexo do respondente e o

sexo do sujeito-alvo, $F(1, 197) = 0.32, p > .50$ [MQE = 0.83]; 2ª) o efeito principal intra-sujeitos — sexo do sujeito-alvo — também não é estatisticamente significativo: $F(1, 197) = 0.03, p > .80$ [MQE = 0.83] para as médias de 18.22 (homens) e 18.24 anos (mulheres); 3ª) o efeito principal intersujeitos — sexo do respondente — é estatisticamente significativo [$F(1, 197) = 16.83, p < .001, MQE = 5.82$], traduzindo a diferença de opiniões a respeito da idade apropriada para a primeira relação sexual: 17.71 anos, de acordo com os homens e 18.71 anos, de acordo com as mulheres.

Quadro 5.8

Idade média apropriada para a primeira relação sexual [Base: Amostra D • N = 199]

	Homens (n = 96)	Mulheres (n = 103)	Total
Sujeito-alvo			
Sexo masculino	17.73	18.67	18.22
Sexo feminino	17.69	18.74	18.24
<i>Total</i>	<i>17.71</i>	<i>18.71</i>	<i>18.23</i>

Em síntese, nem os homens nem as mulheres julgam que a idade da primeira relação deve ser diferente de acordo com o sexo; contudo, os primeiros antecipam-na de um ano. De sublinhar, ainda, a extraordinária proximidade entre as médias relativas às opiniões e as médias correspondentes à idade real da primeira relação nos sujeitos não virgens (cf. *ponto 3.1.2* deste capítulo).

3.7.2. Orientações normativas diversas [Amostra C]

A posição dos homens e das mulheres é bastante próxima nas orientações normativas (itens DIM1_4) que dizem respeito: a) ao *contexto relacional da sexualidade (conjugalidade vs. não conjugalidade)*: «o sexo entre pessoas casadas é menos interessante»; b) ao *sexo do parceiro (heterossexualidade vs. homossexualidade)*: «ter relações homossexuais é uma experiência que todas as pessoas deveriam fazer»; c) à *valorização dos aspectos não genitais do acto sexual (genitalidade vs. não genitalidade)*: «por vezes, as carícias preliminares são mais agradáveis que as relações sexuais propriamente ditas» e d) à *finalidade do sexo (prazer vs. reprodução)*: «para mim, o sexo está mais ligado ao prazer do que à reprodução». Com efeito, comparando as médias nas quatro escalas de cinco pontos, nem o teste global [λ de Wilks = 0.978, $F(4, 360) = 2.01, p < .10$] nem os testes univariados (cf. *Quadro 5.9*), fornecem diferenças significativas, ainda que as relativas à conjugalidade (homens menos favoráveis) e à genitalidade (mulheres menos favoráveis) se aproximem do limiar de significação ($p < .07$).

Para além da partilha de orientações, é importante sublinhar o respectivo sentido: valorização da heterossexualidade conjugal e do prazer e «descentração» da genitalidade (cf. *Gráfico 5.4*).

QUADRO 5.9
Orientações normativas diversas (itens DIM1_4) em função do sexo:
Médias e testes univariados [Base: Amostra C • N = 365]

	Homens (n = 164)	Mulheres (n = 201)	F (1,363)
Conjugalidade/Não conjugalidade ^a	2.31	2.08	3.54
Heterossexualidade/Homossexualidade ^a	1.51	1.57	0.49
Genitalidade/Não genitalidade ^a	3.67	3.87	3.46
Reprodução/Prazer ^a	4.02	4.10	0.46

^a Cotação no sentido da concordância com o segundo termo das oposições (ponto intermédio igual a 3).

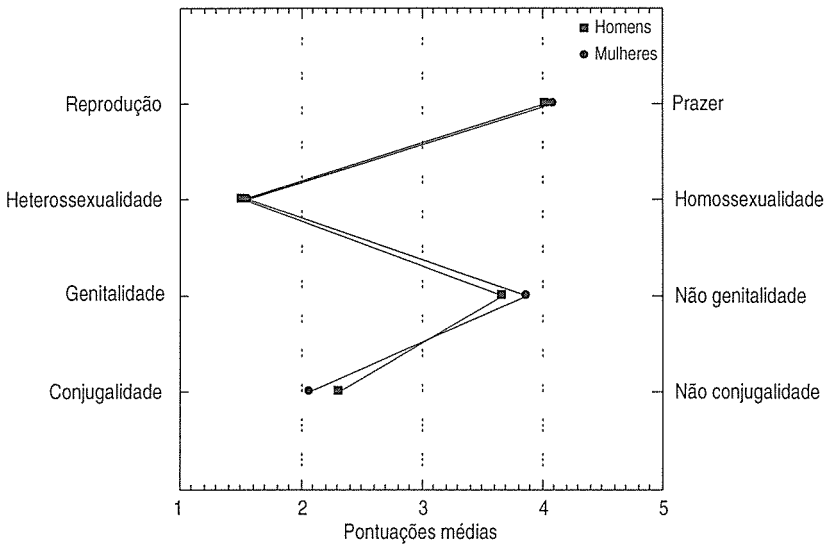


Gráfico 5.4 – Orientações normativas diversas em função do sexo [Base: Amostra C • N = 365]

3.7.3. Atitudes gerais face à sexualidade [Amostras A e C]

Os dados da *Amostra A* (N = 587) indicam que os homens manifestam atitudes mais favoráveis ao *sexo sem compromissos* (indicador IPS2.1_2) e ao *sexo ocasional* (indicador IPS3.1_6). Tomando conjuntamente os dois indicadores como critério e o sexo como VI, a análise multivariada da variância fornece um *lambda de Wilks* = 0.606, $F(2, 584) = 189.54$, $p < .001$. Os testes univariados revelam-se significativos para os dois indicadores (cf. *Quadro 5.10*).

De igual modo, se considerarmos como VDs as *pontuações nos cinco factores da Escala de Atitudes Sexuais* de Hendrick e Hendrick (cf. *ponto 5.4. do Capítulo IV*), a análise multivariada da variância, realizada com base nos dados da *Amostra C* (N = 365), indica que os homens diferem consistentemente das mulheres no conjunto dos

QUADRO 5.10

Atitudes face ao «sexo sem compromissos» (ítems IPS2.1_2) e ao «sexo ocasional» (ítems IPS3.1_6) em função do sexo: Médias e testes univariados [Base: Amostra A • N = 587]

	Homens (n = 268)	Mulheres (n = 319)	F (1,585)
Atitudes face ao sexo sem compromissos	10.93	5.19	220.00 *
Atitudes face ao sexo ocasional	22.29	7.43	358.86 *

* $p < .001$

cinco factores [λ de Wilks = 0.710, $F(5, 359) = 29.27$, $p < .001$]. Contudo, os testes univariados mostram que nos factores *comunhão* e *prazer físico* os dois sexos não apresentam diferenças significativas. Em contrapartida, os homens apresentam pontuações factoriais significativamente mais elevadas do que as mulheres nos factores *permissividade* e *sexo impessoal*, passando-se o inverso no factor *responsabilidade* (cf. Quadro 5.11). No Gráfico 5.5 representam-se os resultados do Quadro 5.11.

QUADRO 5.11

Atitudes sexuais (factores da adaptação da Escala de Hendrick e Hendrick) em função do sexo: Pontuações factoriais médias e testes univariados [Base: Amostra C • N = 365]

	Homens (n = 164)	Mulheres (n = 201)	F (1, 363)
Permissividade (F1)	.56	-.46	124.84 **
Comunhão (F2)	.04	-.03	0.37
Prazer físico / instrumentalidade (F3)	-.01	.01	0.01
Sexo impessoal (F4)	.15	-.12	6.63 **
Responsabilidade (F5)	-.13	.11	5.42 *

* $p < .05$ ** $p < .01$

4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os resultados acima descritos apoiam claramente a existência de um duplo padrão sexual pré-matrimonial. Assim, na gama de idades estudada, a taxa de virgindade masculina é sempre menos elevada do que a feminina. Enquanto esta desce abaixo dos 50% (48.1%) na classe 20-21 anos, a taxa masculina é, nesta mesma classe etária, de 16.7%, verificando-se, igualmente, que aos 18-19 anos apenas um terço dos rapazes contra aproximadamente três quartos das raparigas são virgens. Em média, a primeira relação sexual dos homens precede de cerca de um ano a das mulheres. Os homens tiveram mais parceiros sexuais, quer no último ano quer durante todo o ciclo de vida; de igual modo, tiveram mais «aventuras de uma só noite», desejam relacionar-se sexualmente

com um maior número de parceiros e esperam vir a fazê-lo no futuro. Pensam mais sobre sexo, masturbam-se mais e têm maior experiência do orgasmo. Do ponto de vista atitudinal, revelam-se mais permissivos, admitindo mais facilmente o sexo ocasional, o sexo sem compromissos e o sexo impessoal. Por sua vez, as mulheres mostram um maior conhecimento da eficácia dos métodos contraceptivos e, ao nível das atitudes, manifestam-se mais sensibilizadas para a educação sexual e planeamento familiar.

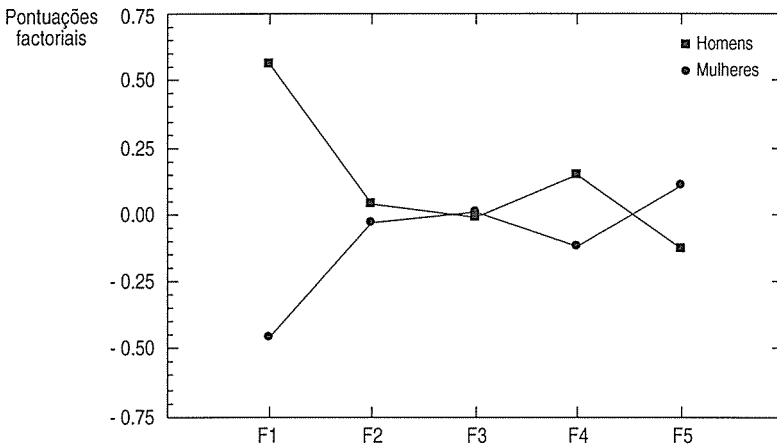


Gráfico 5.5 – Atitudes face à sexualidade em função do sexo: Pontuações factoriais médias nos cinco factores da adaptação da Escala de Atitudes Sexuais de Hendrick e Hendrick [Base: Amostra C • N = 365]

No que diz respeito à primeira relação sexual, os homens declaram-se menos apaixonados pelo parceiro do que as mulheres, ainda que em ambos os casos as percentagens ultrapassem os 50% (62.7% para os homens e 88.5% para as mulheres). Nas situações em que existe paixão, a idade do primeiro parceiro é, igualmente, conforme aos padrões clássicos: o homem mais velho do que a mulher. Se atendermos à história do namoro não se verificam diferenças entre os sexos no que diz respeito ao número total de namorados, nem ao número de namorados com quem tiveram relações sexuais. Contudo, a «infidelidade» real e imaginária é superior no sexo masculino.

Por último, existe uma acentuada convergência entre os dois sexos no plano das orientações normativas: tanto os homens como as mulheres aderem à heterossexualidade conjugal, subordinada ao prazer e relativamente descentrada da genitalidade. Idealmente tal sexualidade será vivida no quadro institucional do casamento católico. Ainda no mesmo plano, os homens e as mulheres aplicam uma «norma igualitária» à idade considerada apropriada para a primeira relação sexual, se bem que os primeiros a antecipem de cerca de um ano para os dois sexos. A convergência é, ainda, manifesta em relação à experiência do sexo oral-genital (mais de 60% dos homens e das mulheres não virgens já a fizeram) e, ao nível atitudinal, em relação à importância atribuída à comunhão e ao prazer físico.

Em síntese, tanto ao nível comportamental como aos níveis atitudinal e normativo, os dois sexos estão de acordo no que diz respeito à sexualidade pré-matrimonial orientada para o prazer e vivida no quadro de uma relação emocional duradoura. O script do «sexo com afecto» é, pois, um script maioritário partilhado. Em contrapartida, a adesão ao «sexo pelo sexo» continua a ser quase exclusivamente masculina. Por outras palavras, os dados obtidos permitem-nos concluir pela existência de um duplo padrão sexual condicional (Sprecher, McKinney & Orbush, 1987; Reis, 1967).

A importância que a variedade de parceiros sexuais (reais e imaginários) assume para o sexo masculino — o chamado *efeito Coolidge* (Dewsbury, 1981) — foi objecto de explicações várias em termos de características específicas das motivações sexuais ou de pressões filogenéticas (Symons, 1979, 1987). Diga-se, no entanto, que o poder motivacional da novidade não é de modo algum específico da esfera sexual, sendo, pelo contrário, comum aos mais diversos sistemas motivacionais (Singer, 1985a). Obviamente que a natureza da presente investigação não nos permite testar de forma adequada os diferentes modelos explicativos, incluindo o defendido pela perspectiva que adoptamos: *a multiplicação de parceiros sexuais como forma de validação da identidade pessoal e expressão de motivações exteriores à própria sexualidade* (Harré, 1981; Simon & Gagnon, 1986).

A explicação do duplo padrão condicional em termos de orientações sexuais diferenciadas, às quais corresponderiam diferentes scripts (DeLamater, 1987b), adequa-se de modo perfeito aos resultados obtidos. A importância atribuída por DeLamater à masturbação pré-adolescente é compatível com as diferenças actuais das taxas de masturbação. Não podemos, contudo, deixar de reconhecer que, no estudo das assimetrias sexuais, as previsões decorrentes da teoria dos scripts são demasiado genéricas e, em muitos casos, coincidentes com as que decorrem das teorias sociobiológicas (cf. *ponto 3. do Capítulo III*). Uma explicação genética do duplo padrão está virtualmente condenada ao fracasso enquanto não for possível articular de modo adequado os níveis derivado, associado e arbitrário das diferenças relativas ao sexo (Money, 1988). Do ponto de vista da psicologia social, os estudos essencialmente descritivos — como é aqui o caso — deverão dar lugar a abordagens experimentais, centradas em aspectos específicos, e a investigações longitudinais capazes de reconstituir a evolução e transformação dos scripts sexuais e das grandes orientações culturais que lhe estão subjacentes.

No que diz respeito aos contornos do duplo padrão condicional e à amplitude das assimetrias entre os sexos, convém sublinhar que os dados do presente estudo se reportam a uma população altamente escolarizada, sendo de prever que em outros grupos as diferenças atinjam valores substancialmente mais elevados, configurando, eventualmente, a persistência do duplo padrão na sua forma clássica. Note-se, por último, que a variável sexo, tal como aqui a entendemos, é, ela própria, o produto de um processo de construção social e não uma característica imutável dos indivíduos que apresentam órgãos genitais diferenciados (cf. *nota 2, pág. 21*).

Em conclusão, o modelo actual da sexualidade pré-matrimonial comporta a valorização do afecto como condição ou antecâmara do sexo e razão suficiente para a relati-

vização das normas clássicas que restringiam os «prazeres libidinais» aos homens. Contudo, o grau de «aderência» ao modelo, dos comportamentos às atitudes mais gerais, continua a dividir os sexos. A convergência é ilusória e as teorias mais diversas continuam a encontrar, das pressões filogenéticas ao agenciamento dos scripts, justificações para a persistência do duplo padrão, ainda que na forma condicional. A reter, embora adulterado relativamente à significação original, um título feliz de Irigaray (1977): «Ce sexe qui n'en est pas un».

SEXUALIDADE, VALORES E MODOS DE VIDA: O SENTIDO DAS MARCAÇÕES IDEOLÓGICAS

As diferenças comportamentais e atitudinais em função do sexo, evidenciadas no capítulo anterior, mais do que assimetrias biológicas expressam o modo como a sexualidade é socialmente construída a partir de orientações culturais modais em que o «masculino» e o «feminino» são objecto de regras diferenciais. Contudo, as encenações culturais e os scripts sexuais são um caso particular das orientações mais gerais, que constituem as verdadeiras matrizes de valores responsáveis pela regulação dos comportamentos humanos (cf. *Capítulo II*).

Admitindo que entre o sistema sexual e o sistema social a norma é a continuidade e não a ruptura, cabe perguntarmo-nos quais são os vectores ou marcações ideológicas que saturam o espaço da sexualidade. Mais exactamente, em que medida os valores e as posições sociais dos actores se (re)traduzem nos respectivos comportamentos e atitudes sexuais e de que modo estes se inscrevem na vida quotidiana. Na generalidade, os estudos realizados nos mais diversos países (Kinsey et al., 1948, 1953; Paige, 1977; Schofield, 1965, 1973; Simon, Gondonneau, Mironer & Doulen-Rollier, 1972; Zetterberg, 1970) mostram à saciedade o papel da religião como factor de modelação da sexualidade. Em contrapartida, a ligação entre ideologia política e sexualidade tem recebido menos atenção, à semelhança do que acontece com a investigação da associação entre circunstâncias de vida e encenações do sexo (País, 1993).

O estudo das relações entre a esfera da sexualidade, as circunstâncias de vida e a ideologia em geral constitui o objecto central do presente capítulo. Globalmente, *esperamos que os factores de natureza ideológica exerçam um papel efectivo na moderação do duplo padrão sexual condicional e que exista coerência entre as orientações lúdicas no domínio da sexualidade e nos restantes domínios do quotidiano estudantil.*

1. SUJEITOS

O estudo das relações entre religião e sexualidade tem como base a *Amostra A*. As restantes análises foram realizadas a partir das respostas da *Amostra B* (cf. *ponto 2 do Capítulo IV*).

2. MEDIDAS E INDICADORES

Para além do sexo, o presente estudo incide sobre as seguintes variáveis e/ou indicadores: actividade sexual (item IPS1.1), experiência sexual (itens IPS1.2_4 e IPS1.7_8), desejos e expectativas sexuais (itens IPS1.5_6), atitudes sexuais (itens IPS2.1_2 e IPS3.1_6), pensamentos e fantasias sexuais (itens IPS4.1_2), religião (indicador POS_PRA), opções políticas (item POL1.2 recodificado), nível sócio-cultural (item RENDI e indicador HAB.P_M), consumo de bens culturais (indicador CULTU_R), prática de actividades desportivas (indicador DESP_R), actividades lúdicas/sociais (indicador DIVER_R), trabalho escolar (itens UNI2, UNI4.1_2 e UNI5) e vida académica (indicador TRA_USO) [para a versão integral dos itens e codificação das respostas, cf. *Anexos 1 e 2*; para a construção de indicadores, cf. *ponto 5 do Capítulo IV*].

3. RESULTADOS

3.1. Factores moderadores do duplo padrão sexual

3.1.1. Posição e prática religiosa

As respostas dos sujeitos da *Amostra A* ($N = 565$)⁸⁹ aos itens IPS foram submetidos a uma análise multivariada da covariância (MANCOVA), tendo como covariável a *idade* e como factores a *religião* (1 = católicos praticantes, 2 = católicos não praticantes e 3 = indivíduos sem religião — cf. *ponto 5.2.1 do Capítulo IV*) e o *sexo*. As médias ajustadas para a idade constam do *Quadro 6.1 Nos Gráficos 6.1 a 6.12* representam-se os resultados (médias ajustadas para a covariável) para cada um dos itens em função da religião e do sexo.

QUADRO 6.1

Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais (itens IPS) em função da *religião* e do *sexo*: Médias ajustadas para a idade [*Base*: *Amostra A* / excluindo os sujeitos que declararam outra religião que não a católica • $N = 565$]

	Católicos praticantes	Católicos não praticantes	Sem religião	Total
<i>Sexo masculino</i>				
Nº relaç. sexuais/último mês (IPS1.1)	2.44	3.75	3.39	3.19
Sexo oral-genital (IPS1.2)	0.47	0.62	0.59	0.56
Nº total de parceiros (IPS1.3)	2.61	3.65	3.52	3.26
Nº de parceiros/último ano (IPS1.4)	0.89	1.28	1.25	1.14
Parceiros desejados (IPS1.5)	3.63	3.23	3.07	3.31

⁸⁹ Foram excluídos das análises 22 sujeitos que declararam professar outra religião que não a católica (cf. *Quadro 3B do Anexo 3*).

QUADRO 6.1

Atividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais (itens IPS) em função da religião e do sexo: Médias ajustadas para a idade [Base: Amostra A / excluindo os sujeitos que declararam outra religião que não a católica • N = 565]

(Continuação)

Parceiros esperados (IPS1.6)	3.85	3.84	4.80	4.16
<i>One night stands</i> (IPS1.7)	0.46	0.66	0.63	0.58
Parceiros concomitantes (IPS1.8)	0.07	0.17	0.15	0.13
Atitu.«sexo sem comprom.» (IPS2.1_2)	9.39	11.17	12.19	10.92
Atitu.«sexo ocasional» (IPS3.1_6)	17.86	25.24	23.39	22.16
Pensamentos sexuais (IPS4.1)	5.78	6.02	5.97	5.92
Fantasias sexuais (IPS4.2)	4.95	4.94	5.01	4.97
	<i>n</i> = 94	<i>n</i> = 101	<i>n</i> = 64	<i>n</i> = 259
<i>Sexo feminino</i>				
Nº relaç. sexuais/último mês (IPS1.1)	1.61	2.81	4.51	2.98
Sexo oral-genital (IPS1.2)	0.24	0.47	0.51	0.41
Nº total de parceiros (IPS1.3)	0.76	1.34	2.21	1.44
Nº de parceiros/último ano (IPS1.4)	0.43	0.67	0.95	0.68
Parceiros desejados (IPS1.5)	1.08	0.90	1.05	1.01
Parceiros esperados (IPS1.6)	1.11	1.21	1.90	1.41
<i>One night stands</i> (IPS1.7)	0.06	0.17	0.33	0.19
Parceiros concomitantes (IPS1.8)	0.03	0.04	0.13	0.07
Atitu.«sexo sem comprom.»(IPS2.1_2)	4.45	5.44	8.62	6.17
Atitu.«sexo ocasional» (IPS3.1_6)	6.30	7.73	13.03	9.02
Pensamentos sexuais (IPS4.1)	4.63	5.09	4.56	4.76
Fantasias sexuais (IPS4.2)	2.30	2.55	2.31	2.39
	<i>n</i> = 159	<i>n</i> = 108	<i>n</i> = 39	<i>n</i> = 306
<i>Total *</i>				
Nº relaç. sexuais/último mês (IPS1.1)	2.02 a	3.28 b	3.95 b	3.09
Sexo oral-genital (IPS1.2)	0.35 a	0.54 b	0.55 b	0.48
Nº total de parceiros (IPS1.3)	1.69 a	2.49 b	2.86 b	2.35
Nº de parceiros/último ano (IPS1.4)	0.66 a	0.97 a	1.10 b	0.91
Parceiros desejados (IPS1.5)	2.36 a	2.07 a	2.06 a	2.16
Parceiros esperados (IPS1.6)	2.48 a	2.53 a	3.35 a	2.78
<i>One night stands</i> (IPS1.7)	0.26 a	0.41 a	0.48 a	0.39
Parceiros concomitantes (IPS1.8)	0.05 a	0.11 ab	0.14 b	0.10
Atitu.«sexo sem comprom.»(IPS2.1_2)	6.92 a	8.31 b	10.40 c	8.54
Atitu.«sexo ocasional» (IPS3.1_6)	12.08 a	16.48 b	18.21 b	15.59
Pensamentos sexuais (IPS4.1)	5.20 a	5.56 b	5.27 ab	5.34
Fantasias sexuais (IPS4.2)	3.63 a	3.75 a	3.66 a	3.68
	<i>n</i> = 253	<i>n</i> = 209	<i>n</i> = 103	<i>n</i> = 565

* Para cada item, as médias assinaladas com letras distintas diferem significativamente entre si, ao nível $\alpha < .05$, de acordo com o teste de Tukey.

O teste multivariado para a idade forneceu um *lambda de Wilks* = 0.828, estatisticamente significativo [F (12, 547) = 9.50, $p < .001$]. Conforme se pode observar no *Quadro 6.2*, de acordo com os testes univariados, a incidência da idade é notória em todos os itens comportamentais (IPS1.1, IPS1.2, IPS1.3, IPS1.4, IPS1.7 e IPS1.8) e atitudinais (IPS2.1_2 e IPS3.1_6) e desprezível nos indicadores de desejos/expectativas (IPS1.5 e IPS1.6) e de pensamentos/fantasias (IPS4.1 e IPS4.2)⁹⁰.

QUADRO 6.2

Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais (itens IPS) em função da *religião* e do *sexo*: Análises univariadas da covariância^a
[Base: Amostra A / excluindo os sujeitos que declararam outra religião que não a católica • N = 565]

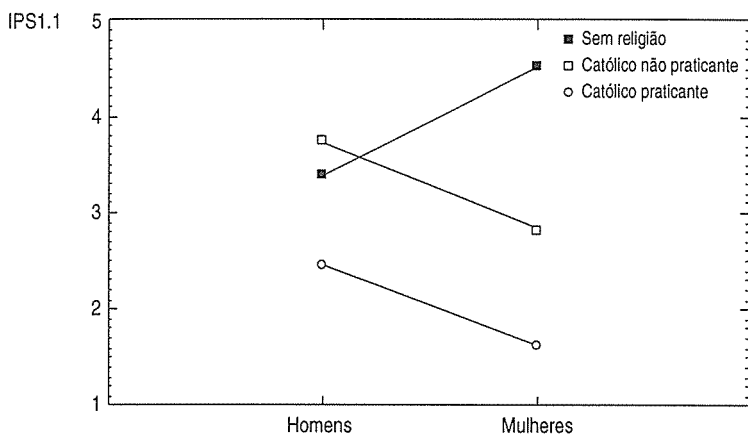
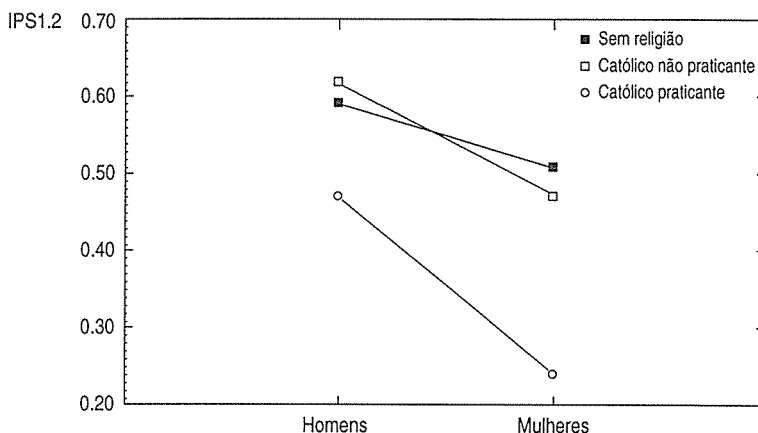
	Religião F (2, 558)	Sexo F (1, 558)	Interacção F (2, 558)	Idade F (1, 558)
Nº relaça. sexuais/último mês (IPS1.1)	7.11 **	0.24	1.80	8.56 **
Sexo oral-genital (IPS1.2)	11.36 **	12.16 **	1.04	32.60 **
Nº total de parceiros (IPS1.3)	6.54 **	40.51 **	0.92	64.79 **
Nº de parceiros/último ano (IPS1.4)	11.09 **	29.96 **	1.07	21.97 **
Parceiros desejados (IPS1.5)	0.60	64.99 **	0.26	3.53
Parceiros esperados (IPS1.6)	1.75	53.65 **	0.04	0.00
<i>One night stands</i> (IPS1.7)	4.95 **	39.19 **	0.67	18.35 **
Parceiros concomitantes (IPS1.8)	5.03 **	7.06 **	2.05	26.82 **
Atitu. «sexo sem comprom.» (IPS2.1_2)	21.30 **	130.12 **	1.98	15.15 **
Atitu. «sexo ocasional» (IPS3.1_6)	20.60 **	236.65 **	7.76 **	4.87 *
Pensamentos sexuais (IPS4.1)	3.11 *	66.08 **	0.84	0.05
Fantasias sexuais (IPS4.2)	0.21	204.36 **	0.32	0.61

^a *Religião e sexo*: comparação das médias marginais ajustadas do *Quadro 6.1*; *Interacção religião/sexo*: comparação das médias ajustadas das células do *Quadro 6.1*; *Idade*: testes para a covariável.

* $p < .05$ ** $p < .01$

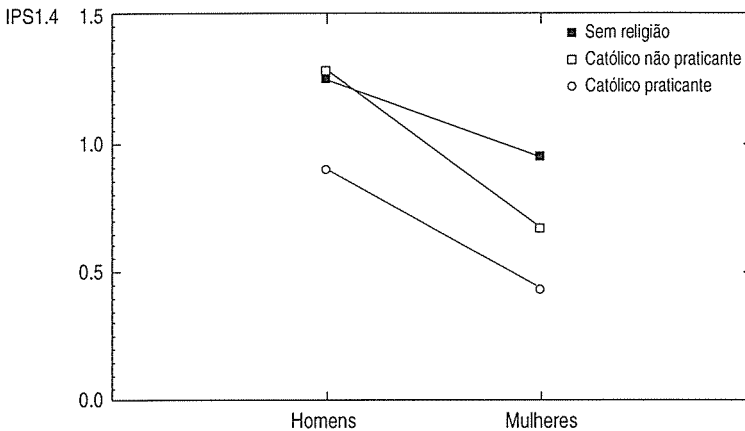
Uma vez removido (ou controlado estatisticamente) o efeito da idade, os testes multivariados para os factores *religião* [*lambda de Wilks* = 0.829; F (24, 1094) = 4.48, $p < .001$] e *sexo* [*lambda de Wilks* = 0.607; F (12, 547) = 29.56, $p < .001$] são estatisticamente significativos. O teste multivariado para a *interacção religião/sexo* aproxima-se do limiar de significação estatística [*lambda de Wilks* = 0.937; F (24, 1094) = 1.51, $p = .055$].

⁹⁰ Justifica-se, pois, o recurso à análise multivariada da covariância (MANCOVA), em alternativa à simples análise multivariada da variância (MANOVA), com o objectivo de remover das observações a variabilidade imputável à idade.

Gráfico 6.1 – Freqüência de relações sexuais no último mês (IPS1.1) em função do *sexo* e da *religião*Gráfico 6.2 – Proporção de respondentes que já praticaram sexo oral-genital (IPS1.2) em função do *sexo* e da *religião*

Conforme já tinha sido observado no capítulo anterior, o efeito principal *sexo* é estatisticamente significativo em relação a todos os indicadores à exceção do item IPS1.1 (cf. testes univariados, *Quadro 6.2*, terceira coluna). Com efeito, a comparação das médias marginais ajustadas (cf. coluna da direita do *Quadro 6.1*) indica que os homens obtêm em todos os indicadores resultados superiores aos das mulheres.

Os testes univariados relativos ao factor *religião* (cf. médias marginais do terço inferior do *Quadro 6.1* e segunda coluna do *Quadro 6.2*) indicam que existem diferenças significativas entre *católicos praticantes*, *católicos não praticantes* e *respondentes sem religião* em relação a todos os itens comportamentais (IPS1.1, IPS1.2, IPS1.3, IPS1.4, IPS1.7 e IPS1.8), atitudinais (IPS2.1_2 e IPS3.1_6) e, ainda que com

Gráfico 6.3 – Número total de parceiros sexuais (IPS1.3) em função do *sexo* e da *religião*Gráfico 6.4 – Número de parceiros sexuais durante o último ano (IPS1.4) em função do *sexo* e da *religião*

uma probabilidade superior de erro, no item relativo aos pensamentos sexuais (IPS4.1). Os três níveis do factor religião não diferem estatisticamente nos indicadores desejos/expectativas (IPS1.5 e IPS1.6) e fantasias sexuais (IPS4.2).

Por último, ainda de acordo com as estatísticas univariadas, o nível de significação multivariado para a *interacção sexo/religião* expressa, fundamentalmente, o padrão de resultados (médias ajustadas das células do *Quadro 6.1*) do indicador *atitudes face ao sexo ocasional* (IPS3.1_6) [cf. quarta coluna do *Quadro 6.2*]. Com efeito, enquanto as atitudes no sexo masculino separam, fundamentalmente, os católicos praticantes dos outros, no sexo feminino, a clivagem verifica-se entre católicos (praticantes ou não praticantes) e indivíduos sem religião (cf. *Gráfico 6.10*). Note-se que os padrões de resultados dos indicadores IPS1.8 e IPS1.2.1_2 (cf. *Gráficos 6.8 e 6.9*) se assemelham

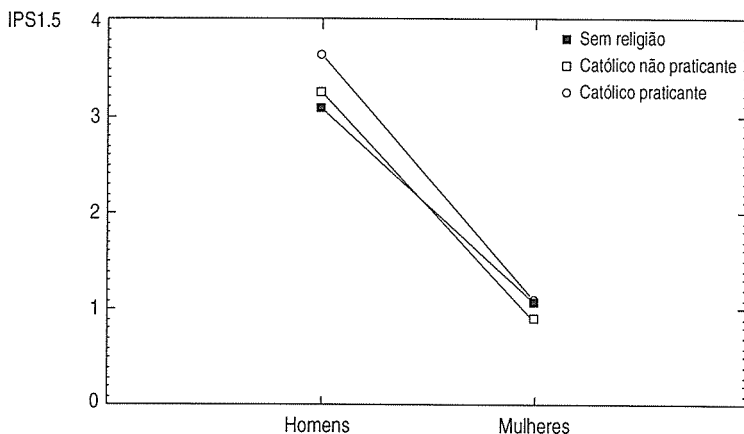


Gráfico 6.5 – Número de parceiros sexuais actualmente desejados de entre as pessoas com quem se relacionam (IPS1.5) em função do *sexo* e da *religião*

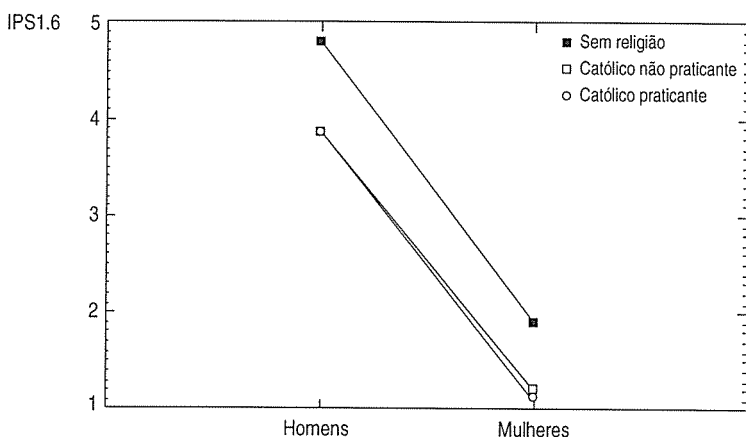
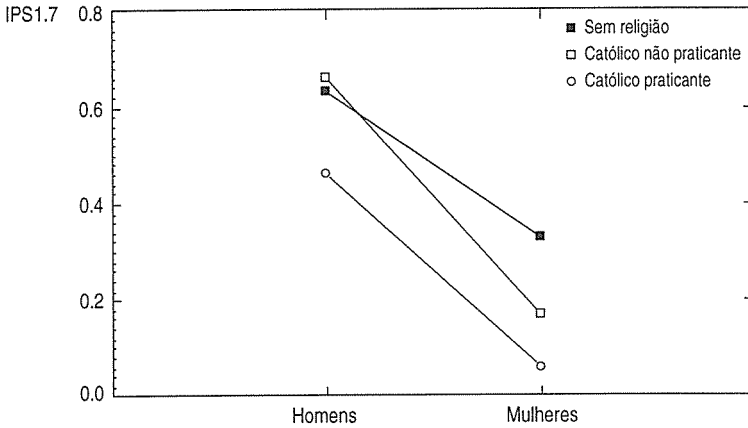
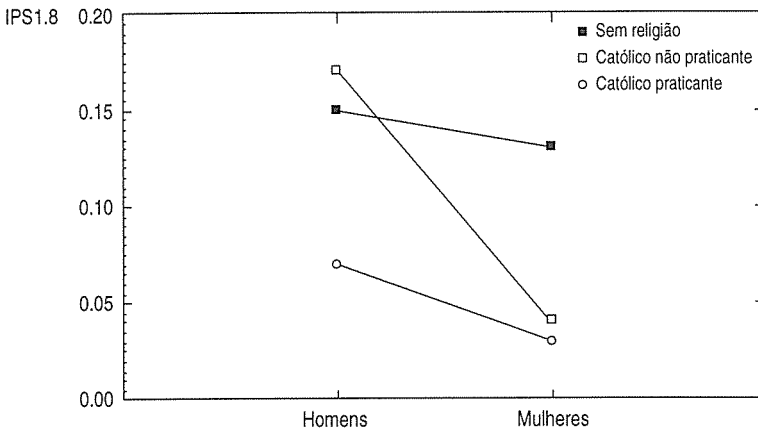


Gráfico 6.6 – Número de parceiros sexuais «esperados» nos próximos cinco anos (IPS1.6) em função do *sexo* e da *religião*

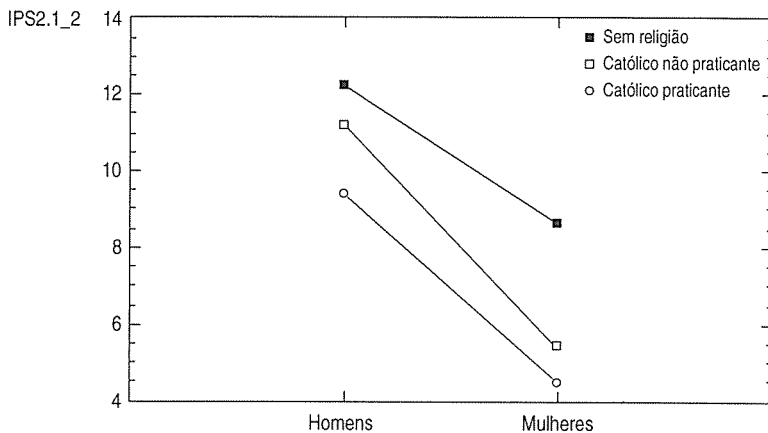
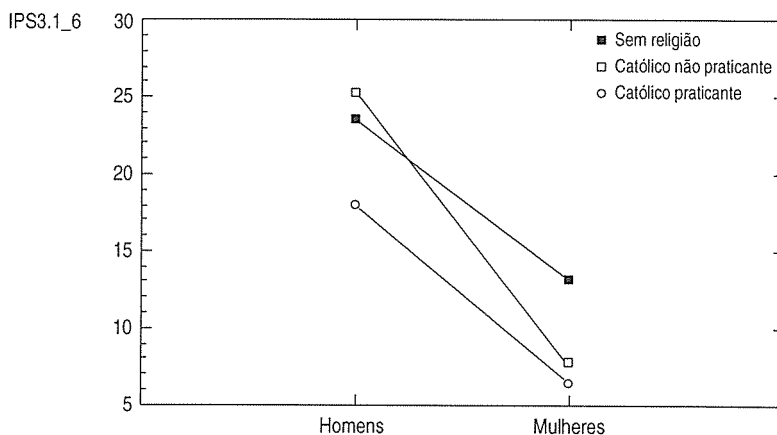
ao de IPS3.1_6, ainda que os testes univariados para a interacção não atinjam o limiar de significação estatística.

Tomando globalmente (i.e., sem distinguir entre os sexos) os resultados relativos à religião (cf. médias marginais do terço inferior do *Quadro 6.1*) podemos afirmar que os níveis de significação dos testes univariados expressam essencialmente a clivagem católicos praticantes *versus* católicos não praticantes e indivíduos sem religião. Na realidade, as comparações simples *a posteriori* (testes de Tukey, cf. *Quadro 6.1*) nos itens e indicadores que apresentam genericamente diferenças significativas mostram que os católicos não praticantes apenas se distinguem dos indivíduos sem religião no

Gráfico 6.7 – Número de *one night stands* (IPS1.7) em função do *sexo* e da *religião*Gráfico 6.8 – Proporção de respondentes que durante o período de namoro tiveram relações sexuais com outra pessoa que não o namorado(a) (IPS1.8) em função do *sexo* e da *religião*

item IPS2.1_2 (os indivíduos sem religião são mais favoráveis ao sexo sem compromissos). Em contrapartida, tanto os católicos não praticantes como os indivíduos sem religião se diferenciam dos católicos praticantes em todos os itens IPS com testes globais significativos (IPS1.1, IPS1.2, IPS1.3, IPS1.4, IPS1.7, IPS2.1_2 e IPS3.1_6) à exceção do item IPS1.8 (em que o único contraste significativo é entre os católicos praticantes e os indivíduos sem religião) e do item IPS4.1 (em que o único contraste significativo é entre católicos praticantes e católicos não praticantes).

A aproximação analítica acima exposta é confirmada pela *análise da função discriminante*. Efectivamente, tomando como critério a pertença a um de dois grupos (católicos praticantes vs. católicos não praticantes e indivíduos sem religião) e como variá-

Gráfico 6.9 – Atitudes face ao *sexo sem compromisso* (IPS2.1_2) em função do *sexo* e da *religião*Gráfico 6.10 – Atitudes face ao *sexo ocasional* (IPS3.1_6) em função do *sexo* e da *religião*

veis predictoras as pontuações (estandardizadas por sexo e parcializadas da idade)⁹¹ nos itens IPS, o teste para a função discriminante fornece um *lambda de Wilks* = 0.873 [$c^2(12) = 75.79, p < .001$]. As correlações com a função discriminante (cf. *Quadro 6.3*) mostram claramente quais as variáveis que contribuem de modo decisivo para a separação dos dois grupos: todas as variáveis atitudinais e comportamentais apresentam correlações superiores a .30, verificando-se que as atitudinais (IPS2.1_2 e IPS3.1_6) e as comportamentais relativas ao número de parceiros sexuais (IPS1.3 e

⁹¹ A parcialização da idade e a estandardização dentro de cada sexo tem como efeito remover a variabilidade imputável a estes dois factores, permitindo, assim, avaliar directamente a relação entre religião e sexualidade.

IPS1.4) e à experiência de sexo oral-genital (IPS1.2) ultrapassam .50. O poder discriminativo das restantes variáveis é reduzido ou nulo.

Em síntese, para além do duplo padrão sexual, a prática religiosa está negativamente associada à experiência e à permissividade sexuais. A simples posição (crente vs. não crente), sobretudo no que respeita ao sexo masculino, não tem grande influência nas mesmas variáveis. Só por si, o factor religioso não parece intervir nos desejos (parceiros actualmente desejados) e expectativas (parceiros esperados nos próximos cinco anos), nem nas fantasias de relações sexuais com outros que não o actual parceiro.

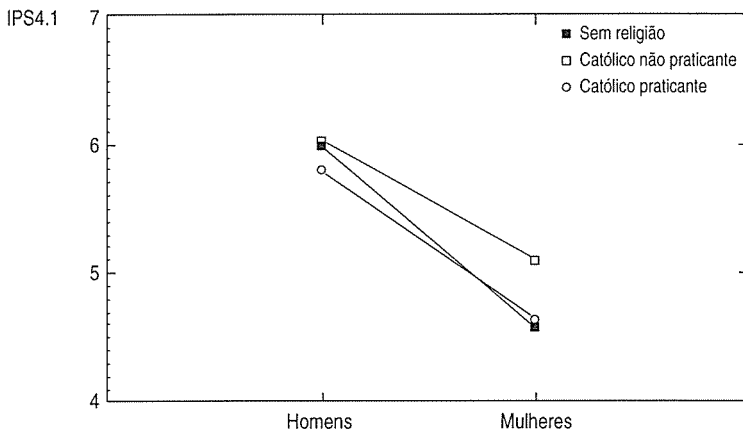


Gráfico 6.11 – Frequência dos pensamentos sobre sexo (IPS4.1) em função do *sexo* e da *religião*

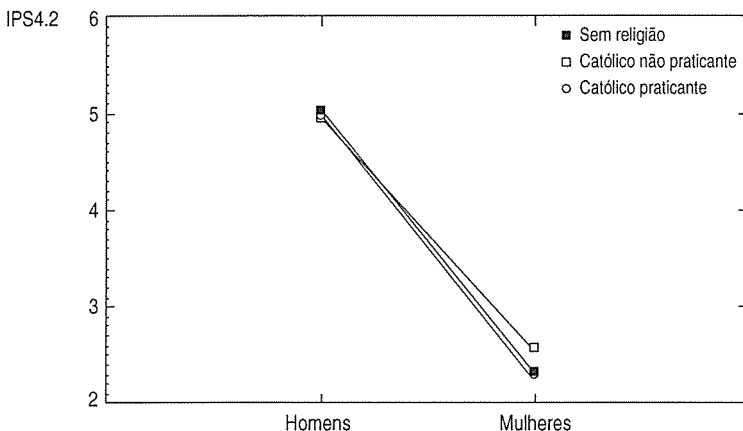


Gráfico 6.12 – Frequência das fantasias acerca de ter relações sexuais com outro que não o parceiro habitual (IPS4.2) em função do *sexo* e da *religião*

QUADRO 6.3

Correlações dos itens IPS (parcializados da idade e estandardizados por sexo) com as pontuações na função discriminante (Dois grupos: *Católicos praticantes versus católicos não praticantes e indivíduos sem religião*) [Base: Amostra A / excluindo os sujeitos que declararam outra religião que não a católica • N = 565]

	Função discriminante
Atitu. «sexo ocasional» (IPS3.1_6)	0.61
Atitu. «sexo sem comprom.»(IPS2.1_2)	0.56
Nº total de parceiros (IPS1.3)	0.55
Sexo oral-genital (IPS1.2)	0.55
Nº de parceiros/último ano (IPS1.4)	0.54
<i>One night stands</i> (IPS1.7)	0.42
Nº relaç. sexuais/último mês (IPS1.1)	0.38
Parceiros concomitantes (IPS1.8)	0.32
Pensamentos sexuais (IPS4.1)	0.23
Parceiros esperados (IPS1.6)	0.17
Parceiros desejados (IPS1.5)	- 0.14
Fantasia sexuais (IPS4.2)	0.09

3.1.2. Opções políticas

Para analisar a relação entre sexualidade e opções políticas, os sujeitos da *Amostra B* foram divididos em três grupos, de acordo com a respectiva intenção de voto em 1993 (item POL1.2 recodificado): *direita* (CDS, PSD e PSN; n = 162), *esquerda* (PS, CDU/PCP e PSR; n = 117) e *não votantes* (não indicação da intenção de voto; n = 137) [cf. *ponto 5.2.2 do Capítulo IV*]⁹².

Submetendo os itens IPS a uma análise multivariada da covariância (MANCOVA), tendo como covariável a *idade* e como factores a *intenção de voto* (*direita, esquerda e não-votante*) e o *sexo*, os testes multivariados para a covariável [*lambda de Wilks* = 0.864; F (12, 398) = 5.23, p < .001] e para os efeitos principais [*lambda de Wilks* = 0.558; F (12, 398) = 26.25, p < .001, para o sexo, e *lambda de Wilks* = 0.886; F (24, 796) = 2.08, p < .005, para a intenção de voto] são estatisticamente significativos. Por sua vez o teste multivariado para a *interacção sexo/intenção de voto* não é significativo [*lambda de Wilks* = 0.943; F (24, 796) = 1.00, p > .40]. Dado que o padrão dos efeitos atribuíveis ao sexo é rigorosamente igual ao descrito para a *Amostra A* (cf. *ponto anterior*) e que a interacção é desprezível, optámos, para evitar repetições desnecessárias, por parcializar da idade e estandardizar por sexo as respostas aos itens IPS e

⁹² Dos 421 sujeitos da *Amostra B*, excluíram-se das análises 5 sujeitos que manifestaram intenções de voto em outros partidos ou coligações.

submetê-las a uma análise multivariada da variância (MANOVA) tendo como único factor a *intenção de voto*.

O teste multivariado para a *intenção de voto* [λ de Wilks = 0.897; $F(24, 804) = 1.86$, $p < .01$] revela que, no conjunto dos 12 itens IPS, os sujeitos de direita, de esquerda e não votantes se distinguem entre si. Os testes univariados subsequentes (cf. *Quadro 6.4*) indicam, no entanto, que tais diferenças se referem basicamente aos itens IPS1.1, IPS1.3 e IPS2.1_2. Conforme se pode observar no *Gráfico 6.13*, os respondentes de direita obtêm as pontuações mais baixas em todos estes itens. Os sujeitos de esquerda obtêm as pontuações superiores nos itens relativos à frequência de relações sexuais no último mês (IPS1.1) e às atitudes relativas ao sexo ocasional (IPS2.1_2) e os não votantes são os «primeiros» no que respeita ao número total de parceiros sexuais (IPS1.3).

QUADRO 6.4

Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais (itens IPS — médias após parcialização da idade e estandardização por sexo) em função da *intenção de voto* em 1993: ANOVAS univariadas e testes de Tukey [*Base: Amostra B / excluindo os sujeitos que manifestaram intenção de voto em partidos ou coligações não considerados na categorização* • N = 416]

Itens [#]	Direita (n = 162)	Esquerda (n = 117)	Não votava (n = 137)	F (2, 413)
Nº relaç. sexuais/último mês (IPS1.1)	- 0.22 <i>a</i>	0.26 <i>b</i>	- 0.14 <i>a</i>	8.97 **
Sexo oral-genital (IPS1.2)	- 0.09 <i>a</i>	0.07 <i>a</i>	- 0.03 <i>a</i>	0.92
Nº total de parceiros (IPS1.3)	- 0.19 <i>a</i>	- 0.01 <i>ab</i>	0.11 <i>b</i>	4.13 *
Nº de parceiros/último ano (IPS1.4)	- 0.14 <i>a</i>	0.01 <i>a</i>	- 0.02 <i>a</i>	1.00
Parceiros desejados (IPS1.5)	0.01 <i>a</i>	0.08 <i>a</i>	0.03 <i>a</i>	0.15
Parceiros esperados (IPS1.6)	0.01 <i>a</i>	- 0.00 <i>a</i>	- 0.01 <i>a</i>	0.02
<i>One night stands</i> (IPS1.7)	- 0.17 <i>a</i>	- 0.08 <i>a</i>	0.03 <i>a</i>	2.59
Parceiros concomitantes (IPS1.8)	- 0.07 <i>a</i>	- 0.05 <i>a</i>	- 0.00 <i>a</i>	0.22
Atitu. «sexo sem comprom.» (IPS2.1_2)	- 0.18 <i>a</i>	0.14 <i>b</i>	- 0.02 <i>ab</i>	3.5 *
Atitu. «sexo ocasional» (IPS3.1_6)	- 0.05 <i>a</i>	0.08 <i>a</i>	- 0.14 <i>a</i>	1.76
Pensamentos sexuais (IPS4.1)	- 0.02 <i>a</i>	- 0.03 <i>a</i>	- 0.03 <i>a</i>	0.01
Fantasias sexuais (IPS4.2)	- 0.02 <i>a</i>	- 0.04 <i>a</i>	0.02 <i>a</i>	0.09

[#] Para cada item, as médias assinaladas com letras distintas diferem significativamente entre si, ao nível $\alpha < .05$, de acordo com o teste de Tukey.

* $p < .05$ ** $p < .01$

Note-se, contudo, que as comparações simples *a posteriori* (testes de Tukey, cf. *Quadro 6.4*) apenas nos autorizam a afirmar que, do ponto de vista estatístico, a actividade sexual no último mês dos indivíduos de esquerda se distingue dos indivíduos de direita e dos não votantes, que, por sua vez, não se distinguem entre si. Em segundo lugar, os não votantes afastam-se significativamente dos indivíduos de direita no que respeita ao número total de parceiros sexuais; no entanto, o seu afastamento dos indiví-

duos de esquerda nesta variável não é estatisticamente significativo, o mesmo acontecendo entre a distância direita/esquerda. Por último, no domínio das atitudes face ao sexo ocasional são os indivíduos de esquerda que se afastam significativamente dos de direita, ainda que não o suficiente (do ponto de vista estatístico) dos não votantes.

Em síntese, tendo em consideração os testes de significação e a magnitude dos efeitos, podemos afirmar que, *grosso modo*, no domínio comportamental os não votantes revelam maior diversidade de parceiros sexuais. Ainda no domínio comportamental, os votantes à esquerda indicam uma vida sexual mais «activa». Por último, no domínio atitudinal, são, ainda, os votantes à esquerda que manifestam maior permissividade sexual.

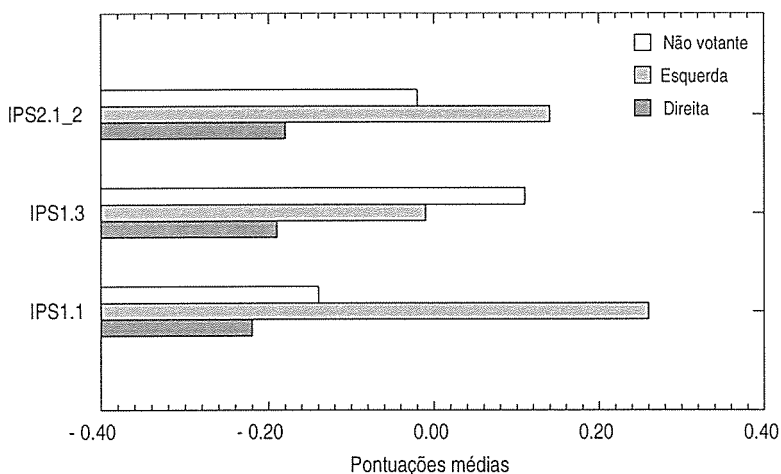


Gráfico 6.13 – Atitudes face ao sexo ocasional (IPS2.1_2), número total de parceiros sexuais (IPS1.3) e frequência de relações sexuais durante o último mês (IPS1.1) em função da *intenção de voto* em 1993 [pontuações parcializadas da idade e estandardizadas por sexo]

3.1.3. Capital cultural e condições económicas

A análise da relação entre sexualidade e origens sócio-culturais dos respondentes centrou-se em dois indicadores principais: *nível escolar dos progenitores* (HAB.P_M, cf. *ponto 5.1 do Capítulo IV*) e *rendimento per capita do agregado familiar* (RENDI). Na amostra estudada (*Amostra B*, $N = 421$), nenhum dos dois indicadores, nem a respectiva combinação, se revelou pertinente enquanto factor de modelação dos comportamentos e atitudes sexuais. Com efeito, o coeficiente de correlação múltipla entre o *nível escolar dos progenitores* (HAB.P_M) e a combinação linear dos 12 itens IPS (parcializados da idade e estandardizados por sexo) é de $R = .20$ [$F(12, 408) = 1.44$, $p > .10$], ou seja, a percentagem de variabilidade (coeficiente de determinação múltipla) dos itens IPS associada ao nível de escolaridade dos pais seria de 4.1 % para a *Amostra B* e a estimação da mesma quantidade, para uma outra amostra extraída da mesma população, não ultrapassaria os 1.2% (coeficiente de determinação múltipla ajustado para a população).

De igual modo, a correlação múltipla entre o rendimento *per capita* do agregado familiar e o conjunto das variáveis IPS ($R = .22$) não atinge o limiar de significação estatística [$F(12, 408) = 1.77, p > .05$]. A percentagem explicada de variabilidade seria de 5.0% para a *Amostra B* e a respectiva estimação para a população de 2.2%.

Por último, tomando como índice a agregação dos dois indicadores (somatório das pontuações estandardizadas das habilitações escolares dos progenitores e do rendimento *per capita* do agregado familiar), a correlação múltipla situa-se na mesma ordem de grandeza ($R = .22$), sendo, igualmente, não significativa [$F(12, 408) = 1.64, p > .05$; $R^2 = .05$ e $R^2_{\text{ajust.}} = .02$].

Em face destes resultados, torna-se desnecessário proceder à análise das correlações entre os indicadores do nível económico-escolar do agregado familiar e cada um dos itens IPS. Tais correlações são, virtualmente, nulas.

3.2. Sexualidade e modos de vida

3.2.1. Padrões sexuais e consumo de bens culturais

Se considerarmos as respostas dos sujeitos da *Amostra B* ($N = 421$), não existe qualquer associação estatisticamente significativa entre a esfera da sexualidade e o *consumo de bens culturais*, avaliado pela frequência de livrarias e/ou cinemas ($1 = \text{nunca a uma vez por mês ou menos}$; $2 = \text{duas a quatro vezes por mês}$ e $3 = \text{duas ou mais vezes por semana}$ — cf. ponto 5.2.4 do Capítulo IV). Com efeito, tomando como VDs os 12 itens IPS, como VIs o *sexo* e o *consumo de bens culturais* e como covariável a *idade*, nem o efeito principal atribuível ao consumo [$\lambda \text{ de Wilks} = 0.924$; $F(24, 806) = 1.35, p > .10$], nem a respectiva interacção com o *sexo* [$\lambda \text{ de Wilks} = 0.957$; $F(24, 806) = 0.75, p > .80$], se aproximam do limiar de significação estatística.

3.2.2. Padrões sexuais e prática de actividades desportivas

Também na *Amostra B* a associação entre a *prática de actividades desportivas* ($1 = \text{nunca a uma vez por mês ou menos}$; $2 = \text{duas a quatro vezes por mês}$ e $3 = \text{duas ou mais vezes por semana}$ — cf. ponto 5.2.4 do Capítulo IV) e o domínio da sexualidade se revela estatisticamente desprezível. A análise multivariada da covariância (tomando como VDs os 12 itens IPS, como VIs o *sexo* e a *prática de actividades desportivas* e como covariável a *idade*) fornece, para a interacção *sexo/prática*, um $\lambda \text{ de Wilks} = 0.948$ [$F(24, 806) = 0.90, p > .50$]. O efeito principal *prática* também não se revela significativo [$\lambda \text{ de Wilks} = 0.939$; $F(24, 806) = 1.07, p > .30$].

3.2.3. Padrões sexuais e actividades lúdicas/sociais

Em contrapartida, e ainda na *Amostra B*, os comportamentos e atitudes sexuais parecem estar associados à *frequência de lugares públicos de divertimento* (bares e/ou discotecas). Se agruparmos os respondentes em três categorias ($1 = \text{nunca a uma vez por mês ou menos}$; $2 = \text{duas a quatro vezes por mês}$ e $3 = \text{duas ou mais vezes por semana}$

— cf. ponto 5.2.4 do *Capítulo IV*), a análise multivariada da covariância (tomando como VDs os 12 itens IPS, como VIs o *sexo* e a *frequência de lugares públicos de divertimento* e como covariável a *idade*) indica que tanto a interação *sexo/divertimentos* [λ de Wilks = 0.899; $F(24, 806) = 1.84, p < .01$] como o efeito principal *divertimentos* [λ de Wilks = 0.855; $F(24, 806) = 2.74, p < .001$] são estatisticamente significativos.

QUADRO 6.5

Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais (itens IPS) em função da frequência de locais públicos de divertimento e do sexo: Análises univariadas da covariância^a [Base: Amostra B • N = 421]

	Divertimentos	Sexo	Interação	Idade
	F (2, 414)	F (1, 414)	F (2, 414)	F (1, 414)
Nº relaç. sexuais/último mês (IPS1.1)	2.96	0.01	4.23 *	3.75
Sexo oral-genital (IPS1.2)	6.68 **	10.47 **	1.58	13.02 **
Nº total de parceiros (IPS1.3)	3.19 *	33.04 *	0.20	48.08 **
Nº de parceiros/último ano (IPS1.4)	4.96 **	27.46 **	0.01	16.88 **
Parceiros desejados (IPS1.5)	4.90 **	37.42 **	4.35 *	3.47
Parceiros esperados (IPS1.6)	1.76	37.14 **	0.31	0.10
<i>One night stands</i> (IPS1.7)	5.74 **	29.40 **	1.40	21.58 **
Parceiros concomitantes (IPS1.8)	6.36 **	3.55 **	1.53	18.03 **
Atitu. «sexo sem comprom.» (IPS2.1_2)	15.03 **	107.04 **	1.12	9.23 **
Atitu. «sexo ocasional» (IPS3.1_6)	14.21 **	85.42 **	2.69	3.09
Pensamentos sexuais (IPS4.1)	0.40	40.05 **	0.38	0.27
Fantasias sexuais (IPS4.2)	2.82	55.81 **	0.53	1.50

^a *Divertimentos e sexo*: comparação das médias marginais ajustadas do *Quadro 6.6*; *interacção divertimento/sexo*: comparação das médias ajustadas das células do *Quadro 6.6*; *idade*: testes para a covariável.

* $p < .05$ ** $p < .01$

Os testes univariados para a comparação das médias ajustadas para a idade nos 12 itens IPS (cf. *Quadro 6.6*) revelam que o efeito multivariado atribuível à interação se circunscreve aos itens IPS1.1 (frequência de relações sexuais no último mês: enquanto no sexo masculino os frequentadores moderados têm uma actividade sexual superior aos frequentadores assíduos, no sexo feminino verifica-se o contrário — cf. *Gráfico 6.14*) e IPS1.5 (número de parceiros sexuais actualmente desejados: os frequentadores assíduos do sexo masculino distinguem-se claramente dos não frequentadores e dos frequentadores moderados, enquanto no sexo feminino tal distinção é irrelevante — cf. *Gráfico 6.15*).

No que respeita ao efeito *divertimentos*, as três categorias de respondentes diferem em todas as variáveis à excepção dos itens IPS1.1, IPS1.6, IPS4.1 e IPS4.2. O padrão de resultados e os respectivos contrastes *a posteriori* (cf. terço inferior do *Quadro 6.6*) indica claramente que a assiduidade nos locais considerados está sistematicamente associada a pontuações superiores nos itens IPS.

QUADRO 6.6

Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais (itens IPS) em função da frequência de locais públicos de divertimento e do sexo: Médias ajustadas para a idade [Base: Amostra B • N = 421]

	Não frequentadores	Frequentadores moderados	Frequentadores assíduos	Total
<i>Sexo masculino</i>				
Nº relaç. sexuais/último mês (IPS1.1)	2.04	3.30	2.74	2.69
Sexo oral-genital (IPS1.2)	0.35	0.60	0.57	0.51
Nº total de parceiros (IPS1.3)	2.25	3.24	3.71	3.07
Nº de parceiros/último ano (IPS1.4)	0.85	1.02	1.21	1.03
Parceiros desejados (IPS1.5)	2.16	2.93	4.95	3.35
Parceiros esperados (IPS1.6)	3.83	3.94	5.29	4.35
<i>One night stands</i> (IPS1.7)	0.23	0.51	0.68	0.47
Parceiros concomitantes (IPS1.8)	0.00	0.13	0.14	0.09
Atitu.«sexo sem comprom.» (IPS2.1_2)	9.41	9.76	11.13	10.27
Atitu.«sexo ocasional» (IPS3.1_6)	14.98	21.27	24.57	20.28
Pensamentos sexuais (IPS4.1)	5.80	5.86	5.81	5.82
Fantasias sexuais (IPS4.2)	4.58	4.83	5.26	4.89
	<i>n = 33</i>	<i>n = 84</i>	<i>n = 83</i>	<i>n = 200</i>
<i>Sexo feminino</i>				
Nº relaç. sexuais/último mês (IPS1.1)	1.95	1.67	4.28	2.64
Sexo oral-genital (IPS1.2)	0.23	0.33	0.48	0.35
Nº total de parceiros (IPS1.3)	0.56	1.09	1.46	1.04
Nº de parceiros/último ano (IPS1.4)	0.36	0.52	0.75	0.54
Parceiros desejados (IPS1.5)	0.88	1.11	1.07	1.02
Parceiros esperados (IPS1.6)	0.91	1.15	1.64	1.23
<i>One night stands</i> (IPS1.7)	0.03	0.10	0.18	0.10
Parceiros concomitantes (IPS1.8)	0.00	0.02	0.11	0.04
Atitu.«sexo sem comprom.»(IPS2.1_2)	3.56	4.97	7.64	5.39
Atitu.«sexo ocasional» (IPS3.1_6)	5.31	7.22	9.26	7.26
Pensamentos sexuais (IPS4.1)	4.60	4.78	4.97	4.78
Fantasias sexuais (IPS4.2)	1.95	2.54	2.54	2.34
	<i>n = 65</i>	<i>n = 104</i>	<i>n = 52</i>	<i>n = 221</i>
<i>Total *</i>				
Nº relaç. sexuais/último mês (IPS1.1)	1.99 a	2.48 a	3.51 a	2.66
Sexo oral-genital (IPS1.2)	0.29 a	0.47 b	0.52 b	0.43
Nº total de parceiros (IPS1.3)	1.41 a	2.17 ab	2.59 b	2.05
Nº de parceiros/último ano (IPS1.4)	0.61 a	0.77 ab	0.98 b	0.79
Parceiros desejados (IPS1.5)	1.52 a	2.02 a	3.01 b	2.18
Parceiros esperados (IPS1.6)	2.37 a	2.54 a	3.46 a	2.79
<i>One night stands</i> (IPS1.7)	0.13 a	0.31 ab	0.43 b	0.29

QUADRO 6.6

Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais (itens IPS) em função da frequência de locais públicos de divertimento e do sexo: (Continuação)

Parceiros concomitantes (IPS1.8)	0.00 a	0.07 ab	0.12 b	0.07
Atitu.«sexo sem comprom.» (IPS2.1_2)	6.48 a	7.37 a	9.64 b	7.83
Atitu.«sexo ocasional» (IPS3.1_6)	10.15 a	14.25 b	16.91 c	13.77
Pensamentos sexuais (IPS4.1)	5.20 a	5.32 a	5.39 a	5.30
Fantasias sexuais (IPS4.2)	3.26 a	3.69 ab	3.90 b	3.62
	n = 98	n = 188	n = 135	n = 421

* Para cada item, as médias assinaladas com letras distintas diferem significativamente entre si, ao nível $\alpha < .05$, de acordo com o teste de Tukey.

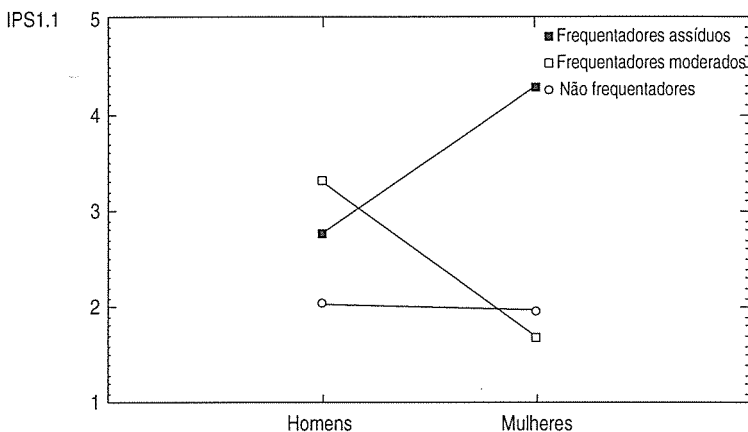


Gráfico 6.14 – Frequência de relações sexuais no último mês (IPS1.1) em função do sexo e da frequência de locais públicos de divertimento

3.2.4. Padrões sexuais e trabalho escolar

Para estudar as relações entre sexualidade e «investimento» nas actividades escolares tomámos como índices destas a *assiduidade às aulas* (item UNI5), as *horas de estudo semanal nos períodos que precedem as provas de avaliação* (item UNI4.1), as *horas de estudo semanal nos períodos sem provas de avaliação* (item UNI4.2) e a *média de curso* (item UNI2). Os dois indicadores relativos ao tempo semanal de trabalho não têm relações significativas com o conjunto dos itens IPS (parcializados da idade e estandardizados por sexo): os coeficientes de correlação múltipla são, respectivamente, de $R = .20$ [$F(12, 408) = 1.40, p > .15$], para o número de horas nos períodos que antecedem uma frequência, e de $R = .21$ [$F(12, 408) = 1.55, p > .10$], para os outros períodos.

Em contrapartida, a *taxa de assiduidade às aulas* tem uma correlação múltipla

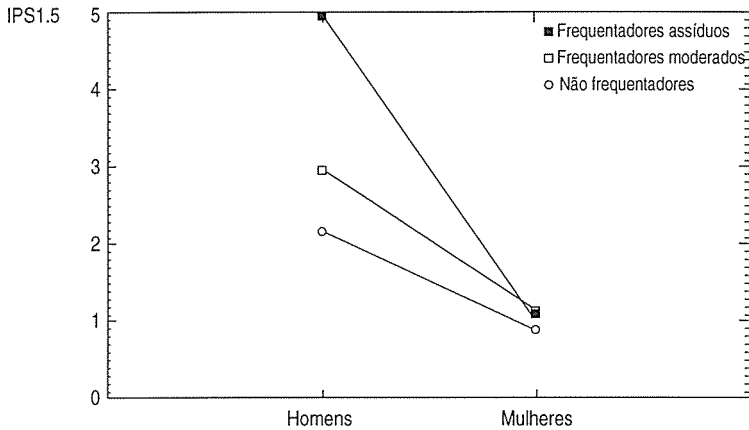


Gráfico 6.15 – Número de parceiros sexuais actualmente desejados de entre as pessoas com quem se relacionam (IPS1.5) em função do *sexo* e da *frequência de locais públicos de divertimento*

estatisticamente significativa com o conjunto dos itens IPS: $R = .31$ [$F(12, 408) = 3.56, p < .001$]. Se agruparmos os respondentes em três categorias, de acordo com a respectiva taxa de assiduidade (*pouco assíduos = menos de 60% de presenças; assíduos = de 60 a 80% de presenças e muito assíduos = de 80 a 100% de presenças*), e submetemos os itens IPS a uma análise multivariada da covariância (tomando como VIs o *sexo* e a *assiduidade* e como covariável a *idade*) obtemos um efeito significativo para a *assiduidade* [λ de Wilks = 0.890; $F(24, 806) = 2.01, p < .005$]. Como a *interacção sexo/assiduidade* não é estatisticamente significativa [λ de Wilks = 0.944; $F(24, 806) = 0.99, p > .40$] e, mais uma vez, para evitarmos repetições desnecessárias, procedemos a uma MANOVA (tendo como VDs os itens IPS parciais da idade e estandardizados por sexo e como VI a *assiduidade*).

O teste multivariado para a *assiduidade* fornece um λ de Wilks = 0.901 [$F(24, 814) = 1.81, p < .01$]. De acordo com os testes univariados (cf. *Quadro 6.7*), realizados sobre as médias ajustadas para a idade (cf. *Quadro 6.8*), os três grupos apresentam diferenças globais significativas em sete dos doze itens IPS. Contudo, os contrastes *a posteriori* (testes de Tukey, cf. *Quadro 6.7*) obrigam-nos a reconhecer que tais diferenças opõem, fundamentalmente, os pouco e os muito assíduos: os primeiros obtêm pontuações superiores estatisticamente significativas em seis itens (itens IPS1.1 a IPS1.4, IPS1.8 e IPS2.1_2). Exceptuam-se os itens relativos às atitudes face ao sexo ocasional e ao sexo sem compromisso em que os muito assíduos se opõem simultaneamente aos dois outros grupos.

Por último, note-se que esta relação não tem paralelo quando consideramos o *rendimento escolar*. Se tomarmos os 315 sujeitos da *Amostra B* que responderam à questão UNI2, verificamos que a correlação múltipla entre os itens IPS e a *média actual de curso* é de $R = .14$ [$F(12, 302) = 0.53, p > .80$].

QUADRO 6.7

Atividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais (itens IPS — médias após parcialização da idade e estandardização por sexo) em função da assiduidade às aulas: ANOVAS univariadas e testes de Tukey [Base: Amostra B • N = 421]

Itens [#]	Pouco	Assíduos	Muito	F (2, 418)
	assíduos (n = 118)	(n = 158)	assíduos (n = 145)	
Nº relaç. sexuais/último mês (IPS1.1)	0.17 <i>a</i>	- 0.01 <i>ab</i>	- 0.25 <i>b</i>	5.91 **
Sexo oral-genital (IPS1.2)	0.26 <i>a</i>	- 0.00 <i>ab</i>	- 0.26 <i>b</i>	9.18 **
Nº total de parceiros (IPS1.3)	0.20 <i>a</i>	- 0.09 <i>b</i>	- 0.15 <i>b</i>	4.97 **
Nº de parceiros/último ano (IPS1.4)	0.13 <i>a</i>	- 0.06 <i>ab</i>	- 0.18 <i>b</i>	3.41 *
Parceiros desejados (IPS1.5)	0.07 <i>a</i>	- 0.04 <i>a</i>	0.09 <i>a</i>	0.57
Parceiros esperados (IPS1.6)	0.02 <i>a</i>	- 0.01 <i>a</i>	0.01 <i>a</i>	0.02
<i>One night stands</i> (IPS1.7)	0.02 <i>a</i>	- 0.14 <i>a</i>	- 0.08 <i>a</i>	1.48
Parceiros concomitantes (IPS1.8)	0.11 <i>a</i>	- 0.02 <i>ab</i>	- 0.20 <i>b</i>	4.10 *
Atitu. «sexo sem comprom.» (IPS2.1_2)	0.14 <i>a</i>	0.03 <i>a</i>	- 0.26 <i>b</i>	5.87 **
Atitu. «sexo ocasional» (IPS3.1_6)	0.07 <i>a</i>	0.01 <i>a</i>	- 0.20 <i>b</i>	3.12 *
Pensamentos sexuais (IPS4.1)	0.09 <i>a</i>	- 0.08 <i>a</i>	- 0.10 <i>a</i>	1.34
Fantasias sexuais (IPS4.2)	0.04 <i>a</i>	0.06 <i>a</i>	- 0.13 <i>a</i>	1.58

[#] Para cada item, as médias assinaladas com letras distintas diferem significativamente entre si, ao nível $\alpha < .05$, de acordo com o teste de Tukey. * $p < .05$ ** $p < .01$

3.2.5. Padrões sexuais e vida académica

A análise das relações entre sexualidade e vida académica centrou-se no grau de adesão às tradições expresso pelo indicador *posse e uso de traje académico* (1 = não têm traje; 2 = têm, mas nunca o usam fora das festas tradicionais e 3 = têm e usam-no todo o ano — cf. ponto 5.2.3 do Capítulo IV). Tomando como VDs os 12 itens IPS, como VIs o sexo e o grau de adesão às tradições e como covariável a idade, a análise multivariada da covariância indica que tanto a *interacção sexo/tradições* [λ de Wilks = 0.872; $F(24, 806) = 2.38$, $p < .001$] como o efeito principal *tradições* [λ de Wilks = 0.892; $F(24, 806) = 1.98$, $p < .01$] são estatisticamente significativos.

Os testes univariados (cf. Quadro 6.8) sobre as médias ajustadas (cf. Quadro 6.9) revelam que o efeito multivariado das tradições se deve fundamentalmente às diferenças entre os três grupos no que diz respeito ao número total de parceiros sexuais (cf. Gráfico 6.17), número de *one night stands* (cf. Gráfico 6.18), atitudes face ao sexo sem compromisso (cf. Gráfico 6.19) e fantasias sexuais com outro que não o parceiro habitual (cf. Gráfico 6.20). Genericamente, os sujeitos que não têm traje académico revelam maior experiência e permissividade sexuais.

Contudo, de acordo com os contrastes *a posteriori* (cf. terço inferior do Quadro 6.9) podemos afirmar que: a) — o número total de parceiros sexuais opõe o grupo sem traje aos dois outros grupos, que, do ponto de vista estatístico, não se distinguem entre

QUADRO 6.8

Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais (itens IPS) em função do grau de adesão às tradições académicas (uso de traje) e do sexo: Análises univariadas da covariância ^a [Base: Amostra B • N = 421]

	Traje F (2, 414)	Sexo F (1, 414)	Interação F (2, 414)	Idade F (1, 414)
Nº relaç. sexuais/último mês (IPS1.1)	2.94	0.02	4.25 *	3.97 *
Sexo oral-genital (IPS1.2)	0.44	9.58 **	1.84	12.61 **
Nº total de parceiros (IPS1.3)	6.35 **	43.07 **	2.25	29.90 **
Nº de parceiros/último ano (IPS1.4)	1.84	37.36 **	1.52	7.67 **
Parceiros desejados (IPS1.5)	0.29	36.01 **	0.43	1.61
Parceiros esperados (IPS1.6)	0.93	36.52 **	1.11	1.05
<i>One night stands</i> (IPS1.7)	4.05 *	42.61 **	4.26 *	9.51 **
Parceiros concomitantes (IPS1.8)	0.68	9.76 **	0.55	10.78 **
Atitu. «sexo sem comprom.» (IPS2.1_2)	3.22 **	88.72 **	1.72	3.66
Atitu. «sexo ocasional» (IPS3.1_6)	0.10	210.62 **	1.26	0.18
Pensamentos sexuais (IPS4.1)	0.87	28.27 **	1.28	0.62
Fantasias sexuais (IPS4.2)	5.02 **	134.84 **	1.72	0.20

^a Traje e sexo: comparação das médias marginais ajustadas do quadro 6.9; interação traje/sexo: comparação das médias ajustadas das células do quadro 6.9; idade: testes para a covariável.

* $p < .05$ ** $p < .01$

si; b) — aqueles que aderem moderadamente às tradições (usam traje só nas festas) obtêm pontuações significativamente inferiores aos outros dois grupos no item *fantasias com outros parceiros*; c) — em relação às *atitudes face ao sexo sem compromissos*, o único contraste estatisticamente significativo é o que opõe os menos aos mais tradicionalistas; d) — por último, no que respeita ao *número de one night stands*, apenas os menos e os moderadamente tradicionalistas se afastam estatisticamente. Numa palavra, os resultados parecem sugerir que a maior proximidade comportamental entre os menos e os mais tradicionalistas não é acompanhada de convergência atitudinal.

Por fim, as duas interações estatisticamente significativas mostram que: a) — enquanto nos homens não existem diferenças de actividade sexual no último mês, nas mulheres as menos tradicionalistas superam claramente os outros dois grupos (cf. Gráfico 6.16); b) — os homens menos tradicionalistas, ao contrário das mulheres, se separam nitidamente dos outros no que diz respeito a «aventuras de uma só noite» (cf. Gráfico 6.18).

3.3. Valores, quotidiano estudantil e sexualidade

Nas secções 3.1 e 3.2 deste capítulo estudámos isoladamente as relações entre o sexo dos inquiridos, os factores moderadores do duplo padrão, os modos de vida e a sexualidade, controlando estatisticamente a idade e incluindo nas análises os sujeitos

QUADRO 6.9

Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais (itens IPS) em função do grau de adesão às tradições académicas (uso de traje) e do sexo: Médias ajustadas para a idade [Base: Amostra B • N = 421]

	Não têm traje	Usam traje só nas festas	Usam traje fora das festas	Total
<i>Sexo masculino</i>				
Nº relaç. sexuais/último mês (IPS1.1)	2.69	3.11	2.84	2.88
Sexo oral-genital (IPS1.2)	0.47	0.48	0.61	0.52
Nº total de parceiros (IPS1.3)	5.08	2.85	3.66	3.53
Nº de parceiros/último ano (IPS1.4)	1.38	1.03	0.96	1.12
Parceiros desejados (IPS1.5)	3.20	3.50	3.91	3.54
Parceiros esperados (IPS1.6)	5.52	3.42	4.39	4.44
<i>One night stands</i> (IPS1.7)	0.87	0.34	0.46	0.55
Parceiros concomitantes (IPS1.8)	0.17	0.10	0.10	0.12
Atitu.«sexo sem comprom.» (IPS2.1_2)	10.87	10.12	10.48	10.49
Atitu.«sexo ocasional» (IPS3.1_6)	22.97	22.48	20.85	22.10
Pensamentos sexuais (IPS4.1)	5.68	5.49	6.00	5.72
Fantasias sexuais (IPS4.2)	5.54	4.13	5.00	4.89
	<i>n = 51</i>	<i>n = 36</i>	<i>n = 113</i>	<i>n = 200</i>
<i>Sexo feminino</i>				
Nº relaç. sexuais/último mês (IPS1.1)	5.14	1.50	2.24	2.96
Sexo oral-genital (IPS1.2)	0.40	0.34	0.32	0.35
Nº total de parceiros (IPS1.3)	1.56	0.77	1.00	1.11
Nº de parceiros/último ano (IPS1.4)	0.53	0.53	0.51	0.53
Parceiros desejados (IPS1.5)	1.26	0.87	1.07	1.07
Parceiros esperados (IPS1.6)	1.12	1.22	1.15	1.16
<i>One night stands</i> (IPS1.7)	0.08	0.07	0.12	0.09
Parceiros concomitantes (IPS1.8)	0.04	0.02	0.04	0.03
Atitu.«sexo sem comprom.»(IPS2.1_2)	7.23	5.11	4.59	5.65
Atitu.«sexo ocasional» (IPS3.1_6)	6.64	6.42	7.67	6.91
Pensamentos sexuais (IPS4.1)	4.88	4.77	4.75	4.80
Fantasias sexuais (IPS4.2)	2.56	2.19	2.43	2.39
	<i>n = 31</i>	<i>n = 82</i>	<i>n = 108</i>	<i>n = 221</i>
<i>Total *</i>				
Nº relaç. sexuais/último mês (IPS1.1)	3.91 a	2.31 a	2.54 a	2.92
Sexo oral-genital (IPS1.2)	0.43 a	0.41 a	0.46 a	0.43
Nº total de parceiros (IPS1.3)	3.32 a	1.81 b	1.83 b	2.32
Nº de parceiros/último ano (IPS1.4)	0.96 a	0.78 a	0.73 a	0.82
Parceiros desejados (IPS1.5)	2.23 a	2.18 a	2.49 a	2.30
Parceiros esperados (IPS1.6)	3.32 a	2.32 a	2.77 a	2.80
<i>One night stands</i> (IPS1.7)	0.47 a	0.20 b	0.29 ab	0.32
Parceiros concomitantes (IPS1.8)	0.10 a	0.06 a	0.07 b	0.08
Atitu.«sexo sem comprom.» (IPS2.1_2)	9.05 a	7.62 ab	7.53 a	8.07

QUADRO 6.9

Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais (itens IPS) em função do grau de adesão às tradições académicas (uso de traje) e do sexo:
(Continuação)

Atitu.«sexo ocasional» (IPS3.1_6)	14.81 a	14.45 a	14.26 c	14.51
Pensamentos sexuais (IPS4.1)	5.28 a	5.13 a	5.37 a	5.26
Fantasias sexuais (IPS4.2)	4.05 a	3.16 b	3.71 a	3.64
	n = 82	n = 118	n = 221	n = 421

* Para cada item, as médias assinaladas com letras distintas diferem significativamente entre si, ao nível $\alpha < .05$, de acordo com o teste de Tukey.

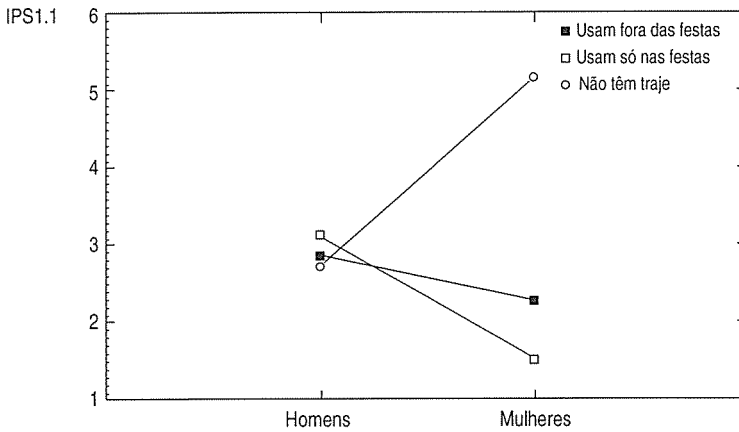


Gráfico 6.16 – Frequência de relações sexuais no último mês (IPS1.1) em função do sexo e do grau de adesão às tradições académicas

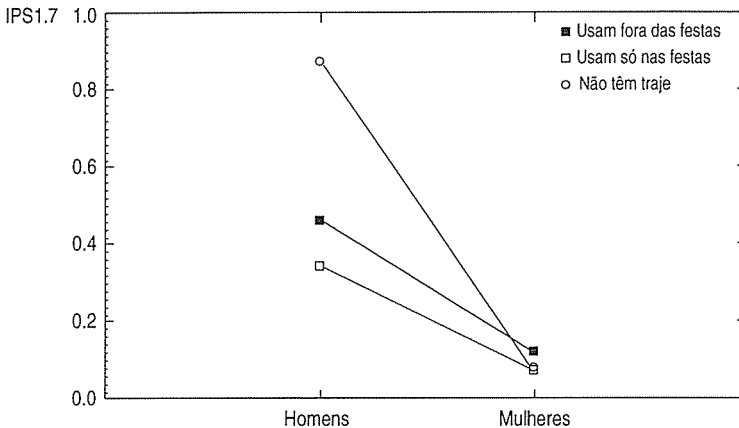


Gráfico 6.17 – Número total de parceiros sexuais (IPS1.3) em função do sexo e do grau de adesão às tradições académicas

virgens. Na presente secção procederemos ao estudo global das relações evidenciadas, centrando-nos exclusivamente nos sujeitos não virgens. Para isso, submetemos a uma *análise não linear em componentes principais* (procedimento PRINCALS/SPSS)⁹³ os factores classificatórios relativos à ideologia (religião e política) e à vida quotidiana (frequência de locais públicos de divertimento, assiduidade às aulas e grau de adesão

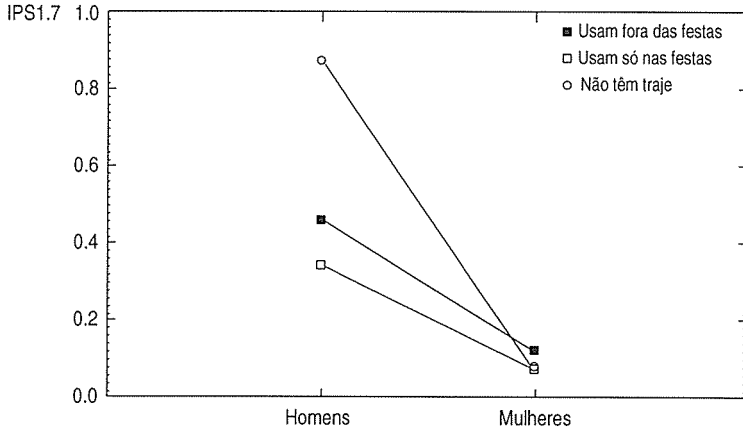


Gráfico 6.18 – Número de *one night stands* (IPS1.7) em função do *sexo* e do *grau de adesão às tradições académicas*

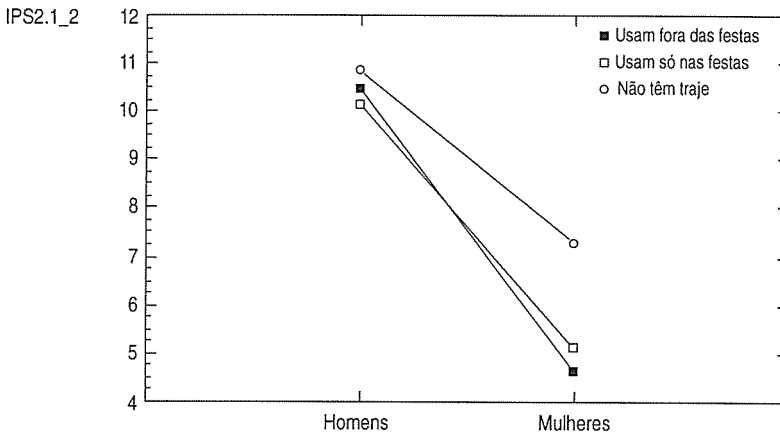


Gráfico 6.19 – Atitudes face ao «sexo sem compromisso» (IPS2.1_2: mínimo = 0; máximo = 16) em função do *sexo* e do *grau de adesão às tradições académicas*

⁹³ A *análise não linear em componentes principais* constitui uma extensão da *análise de correspondência múltipla* (procedimento HOMALS/SPSS) de molde a processar simultaneamente variáveis nominais, ordinais e de intervalos (cf. SPSS, 1990c).

às tradições académicas) dos respondentes e, em seguida, projectámos no plano definido por estes factores (variáveis activas) as «respostas modais» à esfera da sexualidade (variáveis passivas). A religião e a política foram analisadas como variáveis nominais; o divertimento, a assiduidade às aulas e a adesão às tradições como variáveis ordinais.



Gráfico 6.20 – Frequência das fantasias acerca de ter relações sexuais com outro que não o parceiro habitual (IPS4.2: mínimo = 0; máximo = 8) em função do *sexo* e do *grau de adesão às tradições académicas*

Extraindo duas das cinco dimensões possíveis, a análise não linear em componentes principais das cinco variáveis activas (POS_PRA, POL1.2 recodificada, DIVER_R, UNI5 e TRA_USO), com base nas respostas de 256 sujeitos não virgens da *Amostra B*⁹⁴, atinge a convergência após 38 iterações, sendo a percentagem explicada da variabilidade total de 54.1% (28.4% e 25.6%, respectivamente, para a primeira e para segunda dimensão). A extracção de uma terceira dimensão revela-se desnecessária uma vez que o acréscimo de variabilidade explicada é inferior a um quinto da variabilidade total⁹⁵. As contribuições proporcionais (quadrados das saturações nos dois componentes principais) para a variabilidade explicada por variável e por dimensão são apresentadas no *Quadro 6.10*. As frequências marginais e as coordenadas das 15 categorias no plano definido pelas duas primeiras dimensões constam do *Quadro 6.11*.

⁹⁴ Para além dos sujeitos virgens (n = 153), excluíram-se da análise 12 sujeitos não virgens que declararam professar outra religião que não a católica e/ou manifestaram intenção de voto em outro partido ou coligação que não os considerados na recodificação das respostas ao item POL1.2.

⁹⁵ Com efeito, extraindo três dimensões, a variabilidade explicada por cada uma delas seria, respectivamente, 28.7%, 25.7% e 18.9%, acontecendo que a variabilidade explicada pela terceira dimensão seria inferior à contida em cada uma das cinco variáveis originais (20%).

QUADRO 6.10

Análise não linear em componentes principais dos factores moderadores do duplo padrão e das actividades quotidianas: Contribuições proporcionais para a variabilidade explicada por variável e por dimensão [Base: Amostra B / Não virgens • N = 256^a]

Variáveis	Dimensão 1	Dimensão 2	Total
Religião (POS_PRA)	.385	.092	.447
Opções políticas (POL1.2 recod.)	.240	.324	.564
Divertimentos (DIVER_R)	.427	.211	.638
Assiduidade às aulas	.307	.317	.623
Adesão às tradições académicas	.062	.338	.400
<i>Média</i>	.284	.256	.541

^a Cf. nota 94.

QUADRO 6.11

Análise não linear em componentes principais dos factores moderadores do duplo padrão e das actividades quotidianas: Frequências marginais e coordenadas das categorias nas duas primeiras dimensões [Base: Amostra B / Não virgens • N = 256^a]

Variáveis e categorias	Frequências marginais	Dimensão 1	Dimensão 2
<i>Religião (POS_PRA)</i>			
Católicos praticantes [CPR]	102	.75	-.37
Católicos não praticantes [CNP]	93	-.37	.18
Sem religião [SEM]	61	-.69	.33
<i>Opções políticas (POL1.2 recod.)</i>			
Direita [Dir]	89	.65	-.75
Esquerda [Esq]	83	-.51	.59
Não votantes [Cen]	84	-.18	.21
<i>Divertimentos (DIVER_R)</i>			
Não frequentadores [D1]	44	.91	.64
Frequentadores moderados [D2]	112	.33	.23
Frequentadores assíduos [D3]	100	-.78	-.54
<i>Assiduidade às aulas</i>			
Pouco assíduos [A1]	89	-.69	-.70
Assíduos [A2]	98	.14	.14
Muito assíduos [A3]	69	.70	.71
<i>Adesão às tradições académicas</i>			
Não têm traje [T1]	53	-.40	.94
Têm, mas usam só nas festas [T2]	69	-.12	.27
Têm e usam fora das festas [T3]	134	.22	-.51

^a Cf. nota 94.

Atendendo às contribuições das variáveis para as dimensões (cf. *Quadro 6.10*) podemos afirmar que o poder discriminativo de todas elas se reparte pelas duas dimensões⁹⁶, com maior desequilíbrio para a religião (38.5% na primeira dimensão e 9.2% na segunda dimensão) e da tradição (33.8% na segunda dimensão e 6.2% na segunda dimensão). O padrão de oposições entre as categorias é semelhante nas duas dimensões (cf. *Gráfico 6.21*). Na primeira dimensão, da esquerda para a direita deste gráfico, os indivíduos de esquerda (*Esq*), os sem religião (*SEM*), os pouco assíduos às aulas (*A1*), os que mais frequentam locais públicos de divertimentos (*D3*) e os menos tradicionalistas (*T1*) opõem-se, respectivamente, aos votantes na direita (*Dir*), aos católicos praticantes (*CPR*), aos mais assíduos às aulas (*A3*), aos que menos frequentam bares e discotecas (*D1*) e aos mais arreigados às tradições académicas (*T3*); na segunda dimensão, do topo para a base do gráfico, observam-se os mesmos contrastes.

Se fizermos uma análise conjunta das duas dimensões verificaremos que no segundo e quarto quadrantes se opõem as categorias extremas das variáveis predominantemente ideológicas (tradicionalismo vs. não tradicionalismo religioso, político e académico) e nos primeiro e terceiro quadrantes se opõem os extremos das variáveis predominantemente comportamentais (assiduidade às aulas e frequência de locais públicos de divertimento). Em análise clássica de componentes principais esta solução seria facilmente objecto de rotação ortogonal de aproximadamente 45 graus de molde a fazer coincidir os dois eixos com as realidades ideológica e comportamental.

Nos *Gráficos 6.21 e 6.22*, para além das correspondências entre as categorias das variáveis activas submetidas à análise, representam-se as relações entre estas categorias e os níveis de duas variáveis passivas da esfera da sexualidade. Assim, no *Gráfico 6.21*, projectámos os centróides (cujas coordenadas são as médias das pontuações individuais nas duas dimensões) dos grupos de indivíduos (sexo masculino e sexo feminino) definidos pelos níveis de resposta ao item IPS1.3: um parceiro, dois a três parceiros e mais de três parceiros sexuais durante toda a vida. No *Gráfico 6.22* procedemos de igual modo em relação aos grupos definidos pelos níveis de resposta ao indicador *atitudes face ao sexo sem compromisso* (IPS2.1_2): menor permissividade, permissividade intermédia e maior permissividade⁹⁷.

Tanto num caso como noutro, i.e., tanto no plano comportamental como no plano atitudinal, a orientação dos centróides dos diferentes níveis das variáveis passivas no plano definido pelas variáveis activas mostra que uma maior experiência e permissividade sexuais estão associadas às categorias representadas no lado direito dos gráficos (esquerda, sem religião, não tradicionalista, pouco assíduo às aulas e frequentadores

⁹⁶ Na realidade, todas as saturações (raízes quadradas das contribuições listadas no *Quadro 6.10*) são superiores a .30, à excepção da saturação da tradição na primeira dimensão que se situa ao nível .25.

⁹⁷ Para definir os níveis de permissividade standardizaram-se, dentro de cada sexo, as pontuações do indicador IPS2.1_2 e, em seguida, atribuíram-se os valores 1, 2 e 3, respectivamente, aos terços inferior, médio e superior de cada uma das distribuições.

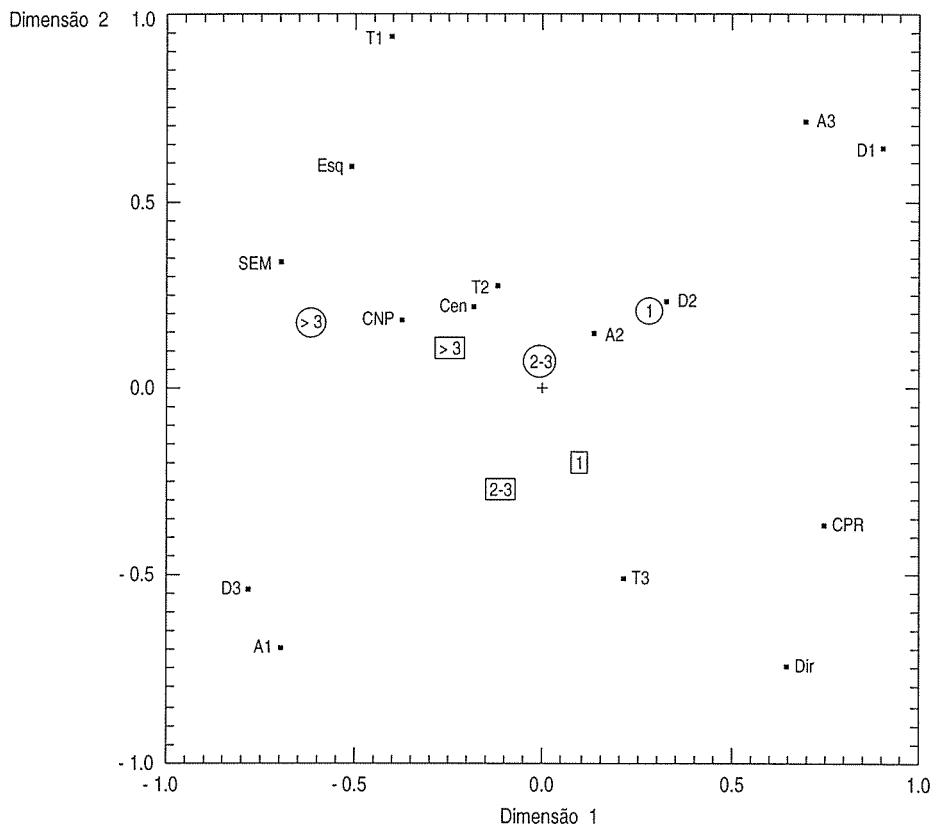


Gráfico 6.21 – Projeção dos centróides dos níveis de resposta ao item IPS1.3 (número de parceiros sexuais durante toda a vida) nas duas primeiras dimensões [retângulos = sexo masculino; círculos = sexo feminino; para a correspondência entre as restantes siglas e as categorias das variáveis activas, cf. Quadro 6.11]

assíduos de locais públicos de divertimentos). Note-se, igualmente, que as distâncias entre os valores extremos das variáveis passivas são maiores no sexo feminino do que no masculino, o que equivale a dizer que, no conjunto, as cinco variáveis activas discriminam melhor os comportamentos e atitudes sexuais das mulheres do que os dos homens.

4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

De acordo com os resultados obtidos, para além das assimetrias entre homens e mulheres já discutidas no *Capítulo V*, o factor religiosidade está negativamente associado à experiência e atitudes sexuais. Esta relação é estatisticamente significativa para 9 dos 12 itens da esfera da sexualidade (exceptuam-se os itens relativos aos desejos,

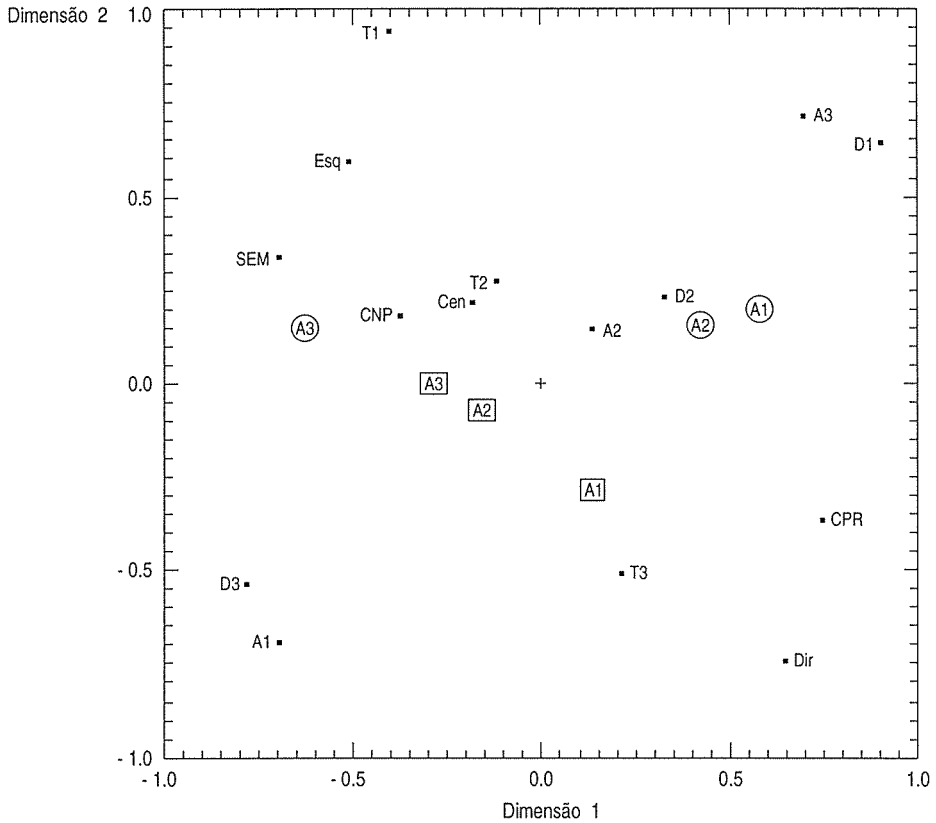


Gráfico 6.22 – Projecção dos centróides dos níveis de resposta ao indicador IPS2.1_2. (atitudes face ao sexo sem compromisso: A1 = *menos permissivos*, A2 = *medianamente permissivos*; A3 = *mais permissivos*) nas duas primeiras dimensões [rectângulos = *sexo masculino*; círculos = *sexo feminino*; para a correspondência entre as restantes siglas e as categorias das variáveis activas, cf. Quadro 6.11]

expectativas e fantasias de relações sexuais com outros que não os parceiros habituais). A clivagem em função da religiosidade opera-se, fundamentalmente, entre os católicos praticantes e os restantes sujeitos. Contudo, no que diz respeito às atitudes face ao sexo ocasional, é de realçar que o padrão de resultados obtidos mostra que nas mulheres a permissividade caracteriza apenas aquelas que não professam qualquer religião, em oposição às católicas praticantes ou não praticantes. A associação entre opções (valores) político-ideológicas e sexualidade mostra que os indivíduos que se situam na área da direita são os menos permissivos e os que tiveram menor número de parceiros sexuais. De igual modo, os mais tradicionalistas do ponto de vista académico revelam padrões comportamentais e atitudinais menos permissivos.

Os resultados relativos aos modos concretos de vida apontam igualmente para a «relação positiva» entre sexualidade e aspectos lúdicos do quotidiano: mais diverti-

mentos e menos assiduidade às aulas correspondem a maior experiência e a maior permissividade sexual. Note-se, contudo, que o trabalho e os resultados escolares, à semelhança do que acontece com os investimentos em «bens culturais» ou em actividades físicas e desportivas, não têm qualquer relação directa com as experiências e atitudes sexuais.

A análise conjunta das relações entre a sexualidade e os factores acima mencionados aponta para a existência de duas matrizes ideológicas diferenciadas que regem o domínio da sexualidade. Mais exactamente, a correspondência entre as orientações sexuais e as orientações ideológicas, entre a orientação lúdica na vida sexual e a orientação lúdica no quotidiano estudantil remete-nos, inequivocamente, para a «fusão» da esfera da sexualidade com a esfera social (cf. *Capítulos I e II*).

A interpretação da não incidência na sexualidade de factores sócio-económicos como o nível escolar e económico do agregado familiar pode ser perspectivada de duas formas distintas: a) — não existe, nos sujeitos estudados, uma diversidade suficiente para que se assista à reprodução das assimetrias baseadas nas classes de origem; b) — as marcações de origem (ou, mais exactamente, a influência cultural e suporte económico da família) estão demasiado distantes para exercerem os seus efeitos (ou, mais correctamente, são contrabalançadas por outros factores de aculturação e/ou inserção social no meio escolar e universitário). Em qualquer dos casos, trata-se, como é óbvio, de leituras *a posteriori* de resultados que não foram previamente antecipados.

DA NORMATIVIDADE DAS RELAÇÕES À RETÓRICA DO SEXO: DECOMPOSIÇÃO DOS SCRIPTS SEXUAIS

Na primeira parte da presente investigação, ao discutirmos o modelo da sexualidade de Simon e Gagnon (1986, 1987), assinalámos convenientemente o papel dos scripts sexuais na definição e interpretação das situações e na orientação das acções, o modo como especificam as circunstâncias, os conteúdos, os possíveis intervenientes e as razões ou motivos para nos comportarmos sexualmente. No presente capítulo, debruçamo-nos sobre as *orientações relativas ao início da vida sexual*, as *representações dos actos sexuais* e os *motivos do sexo*, enquanto componentes centrais dos scripts sexuais.

À semelhança de outras dimensões do comportamento sexual, a ocorrência da primeira relação sexual depende da especificidade das circunstâncias individuais e do modo como os scripts se articulam com tais circunstâncias. Se os scripts intrapsíquicos moldam o desejo, os interpessoais definem as oportunidades. Ambos são governados pelas encenações culturais e pelas instâncias normativas que lhes são correlativas (cf. *Capítulo II*). Qual a relação entre tais instâncias e os comportamentos sexuais? Qual é, em termos concretos, o contexto normativo da primeira relação sexual?

No *Capítulo V*, constatou-se que os homens não só tinham relações sexuais mais cedo do que as mulheres, como também eram de opinião que tais relações se deveriam iniciar um ano antes. Será que esta convergência entre comportamentos e normas é indiferente à história e experiência sexuais? Até que ponto não existirão mecanismos individuais de regulação dos comportamentos, que actuam, simultaneamente, como filtros normativos? A permanência no estado virgem estará associada a tais mecanismos? Tal como foi demonstrado noutros domínios da investigação (cf. Arkin & Baumgardner, 1986), existirão *distorções em benefício próprio (self-serving bias)* associadas à virgindade⁹⁸?

Caso isso ocorra, é de admitir que os sujeitos construam *normas subjectivas* que

⁹⁸ A tendência para nos percepcionarmos e/ou avaliarmos de modo favorável constitui uma classe de *distorções auto-referenciais* abundantemente ilustrada pela investigação em psicologia social. Esta tendência geral inclui, como casos particulares, as *distorções atributivas* (Nisbett & Ross, 1980), as *distorções comparativas* (Lewicki, 1983), as *autojustificações* (Sherman & Gorkin, 1980), etc. No quadro das interacções sociais, estas *distorções auto-referenciais* têm contrapartida nos *comportamentos estratégicos de auto-apresentação* (cf. ponto 1.2.3 do *Capítulo III*).

retraduzam a interacção entre os *distorções em benefício próprio* e as instâncias normativas mais gerais. Sendo assim, é legítimo esperar que o facto de ser ou não virgem está associado a diferentes opiniões sobre a idade apropriada para a primeira relação sexual. *Mais exactamente, os sujeitos que já tiveram relações sexuais indicarão, em média, idades apropriadas inferiores às indicadas pelos que nunca tiveram relações sexuais.*

Ainda no mesmo contexto, até que ponto a experiência sexual influenciará as normas subjectivas? Somos levados a pensar que quanto maior é a experiência mais flexíveis serão as normas. Assim, *esperamos que a idade apropriada para a primeira relação é tanto mais baixa quanto maior é o tempo que decorre entre a idade real aquando dessa relação e a idade actual dos sujeitos.*

No que respeita às motivações sexuais, entendidas como razões que os sujeitos se dão para se envolver numa troca sexual explícita, como «regras de entrada» num script sexual concreto (Abelson, 1981), e não como impulsos internos do organismo aos quais a natureza do acto consumatório é indiferente, os resultados apresentados no *Capítulo V*, nomeadamente a convergência entre homens e mulheres na valorização do afecto como antecâmara do sexo e o seu afastamento em relação ao «sexo pelo sexo», permitem-nos esperar que a «retórica do sexo» configure, igualmente, o duplo padrão condicional. Os resultados de Carroll, Volk e Hyde (1985), bem como os de Leight (1989), apontam, igualmente, neste sentido, i.e., para a centralidade do envolvimento emocional como fundamento das relações sexuais e para a maior permissividade masculina em relação a actos sexuais não motivados pela «paixão». A maior «disponibilidade» dos homens para entrarem num script sexual independentemente do conhecimento prévio do parceiro é exemplarmente ilustrada por uma investigação experimental em «meio natural» realizada por Clark e Hatfield (1981, *cit. in* Hatfield, 1982). Os autores pediram a comparsas dos dois sexos que contactassem informalmente, em diferentes locais do *campus* universitário, colegas desconhecidos do sexo oposto. Depois de uma breve frase em que manifestavam que já há algum tempo vinham a reparar neles, os comparsas convidavam os sujeitos para: a) um encontro futuro; b) visitarem o seu apartamento e c) irem para a cama. Sintomaticamente, 75% dos homens aceitaram ir para a cama, 69% dispuseram-se a visitar o apartamento da comparsa e 50% encararam a possibilidade de um futuro encontro; no caso das mulheres, nenhuma quis ir para a cama com o comparsa desconhecido, 6% prestaram-se a visitar o respectivo apartamento e, finalmente, 56% aceitaram marcar um encontro.

Os resultados das investigações mencionadas e os dados relatados no *Capítulo V* levam-nos, pois, a antecipar que os dois sexos *tenderão a convergir na importância atribuída à paixão e ao envolvimento emocional enquanto motivos primeiros da sexualidade. Subsidiariamente, nos motivos que não pressupõem a afectividade como condição do sexo, os homens apresentarão pontuações significativamente superiores às das mulheres. É, igualmente, de esperar que exista um isomorfismo acentuado entre as motivações sexuais e a avaliação das diferentes dimensões das interacções sexuais concretas.*

A identificação das principais coordenadas que definem o campo das motivações sexuais e a determinação do modo como as razões invocadas para ter ou não ter relações sexuais estão associadas ao sexo e à virgindade constituem, para além da avaliação das hipóteses atrás enunciadas, objectivos adicionais do presente capítulo.

1. SUJEITOS

O presente estudo tem como base os sujeitos da *Amostra D* (96 homens e 103 mulheres — cf. *ponto 2* do *Capítulo IV*).

2. MEDIDAS

Para além do sexo, da virgindade e da idade, as análises cujos resultados aqui se relatam incidiram nas seguintes variáveis: idade da primeira relação sexual (item CSEX1.1), idades apropriadas para a primeira relação sexual (itens OSEX1.1_2), avaliações do acto sexual (itens OSEX2.1_7) e motivos das relações sexuais (itens MOT1.1_13 e MOT2.1_11) [para a versão integral dos itens, cf. *Anexo 1*; para a codificação das respostas, cf. *Anexo 2*].

3. RESULTADOS

3.1. Virgindade e normas relativas à primeira relação sexual

Os resultados de uma ANOVA, tendo como VIs o *sexo* e a *virgindade* (*virgem vs. não virgem*) e como VD a *idade apropriada (relativa ao sexo do respondente) para a primeira relação sexual*, mostram que os sujeitos virgens indicam idades significativamente superiores aos não virgens: a idade média para os primeiros é de 19.41 anos, enquanto para os segundos é de 17.72 anos, $F(1, 195) = 38.01, p < .001$. A diferença entre as médias dos sexos (17.73 para os homens e 18.74 para as mulheres) é igualmente significativa, $F(1, 195) = 6.46, p < .02$; não acontecendo o mesmo com a interacção entre os dois factores, $F(1, 195) = 0.45, p > .50$ [MQE = 2.57] (cf. *Gráfico 7.1*)⁹⁹.

Por sua vez, considerando apenas os sujeitos não virgens, o coeficiente de correla-

⁹⁹ A idade real dos sujeitos não tem influência significativa nas opiniões sobre a idade apropriada para a primeira relação sexual. Com efeito, se introduzirmos no modelo estatístico a covariável *idade real* e procedermos à análise da covariância, o teste para a idade real fornece um $F(1, 194) = 3.06, p > .05$. Os testes para as médias ajustadas para a idade real fornecem resultados idênticos. Assim, para a virgindade ($M = 19.38$ para os virgens e $M = 17.71$ para os não virgens) temos um $F(1, 194) = 41.34, p < .001$ e para o sexo ($M = 18.28$ para os homens e $M = 18.87$ para as mulheres) um $F(1, 194) = 6.48, p < .02$. O teste para a interacção dos dois factores não é significativo [$F(1, 194) = 1.05, p > .50$].

ção entre idade apropriada para a primeira relação e o tempo que decorre entre a idade real quando dessa relação e a idade actual dos sujeitos é igual a $-.25$ ($n = 136$; $p < .01$).

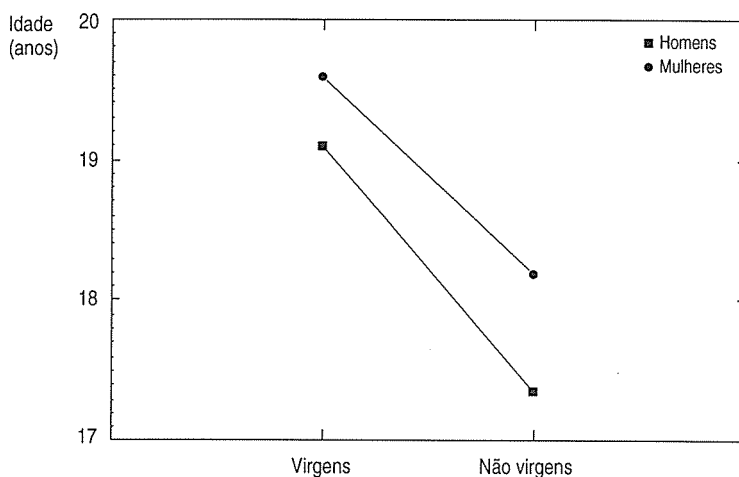


Gráfico 7.1 – Idade apropriada para a primeira relação sexual em função do *sexo* e da *virgindade* [Base: Amostra D • N = 199]

3.2. Avaliações do acto sexual

Uma análise multivariada da variância, tendo como VIs o sexo e a virgindade e como VDs as pontuações numa escala de cinco pontos ($1 = nada importante$; $5 = muito importante$) atribuídas a sete aspectos ou dimensões das relações sexuais, mostra que nem a virgindade [$lambda de Wilks = 0.957$, $F(7, 189) = 1.22$, $p > .20$], nem a respectiva interacção com o sexo [$lambda de Wilks = 0.960$, $F(7, 189) = 1.14$, $p > .30$] têm efeitos multivariados significativos. Em contrapartida os dois sexos diferem significativamente no conjunto dos sete itens [$lambda de Wilks = 0.858$, $F(7, 189) = 4.48$, $p < .001$]. Para simplificar a apresentação dos resultados, analisámos os mesmos dados considerando apenas o sexo como VI. O efeito multivariado é, obviamente, significativo [$lambda de Wilks = 0.832$, $F(7, 191) = 5.50$, $p < .001$]. Os testes univariados demonstram que as «avaliações» masculinas e femininas diferem significativamente em seis dos sete itens, sendo excepção o relativo ao contacto oral-genital (cf. *Quadro 7.1*).

A representação gráfica dos resultados do *Quadro 7.1* (cf. *Gráfico 7.2*) permite-nos facilmente constatar que as mulheres atribuem mais importância do que os homens às dimensões predominantemente relacionais (proximidade emocional, carícias, abraços e beijos e comunicação verbal), passando-se o inverso com os aspectos essencialmente físicos (orgasmo, manipulação dos órgãos genitais, coito e contacto oral-genital). Note-se, ainda, que a hierarquização das diferentes dimensões pelos dois sexos apresenta um razoável paralelismo: as dimensões relacionais e o orgasmo sobrepõem-se claramente às outras dimensões.

QUADRO 7.1

Grau de importância de diferentes aspectos do acto sexual em função do *sexo*:
Pontuações médias e testes univariados [Base: Amostra D • N = 199]

	Homens (n = 96)	Mulheres (n = 103)	F (1,197)
Carícias, abraços e beijos	4.66	4.84	6.03 *
Manipulação dos órgãos genitais	3.84	3.54	5.18 *
Coito	3.88	3.49	6.75 **
Contacto oral-genital	2.77	2.61	1.02
Orgasmo	4.52	4.13	9.94 **
Comunicação verbal entre os parceiros	4.23	4.50	4.01 *
Proximidade emocional entre os parceiros	4.52	4.85	14.18 **

* $p < .05$ ** $p < .01$

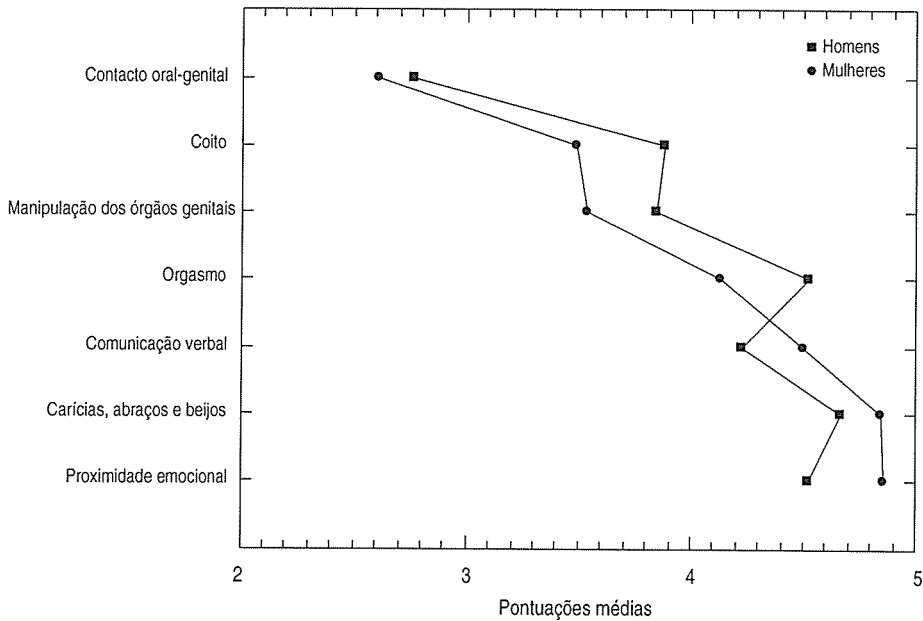


Gráfico 7.2 – Grau de importância de diferentes aspectos do acto sexual em função do *sexo* [Base: Amostra D • N = 199]

3.3. As motivações do sexo

Quando interrogados, numa escala de cinco pontos (*1 = nada importante; 5 = muito importante*), sobre as razões ou motivos para ter relações sexuais, tanto os homens como as mulheres atribuem as pontuações mais elevadas à paixão e à pro-

ximidade emocional e as pontuações mais baixas ao compromisso e ao divertimento. No *Gráfico 7.3*, ordenaram-se os 13 motivos avaliados, tendo como critério o grau de importância que lhes foi atribuído pelos homens. Como facilmente se pode constatar, a hierarquia dos motivos observada no sexo feminino é análoga à do sexo masculino, com duas excepções: a importância concedida à reprodução ultrapassa a atribuída à curiosidade, à sedução e à necessidade de agradar ao parceiro e a valorização do sexo como indispensável à saúde física e mental é superior à sua valorização como fonte de prazer e meio de aliviar a tensão sexual.

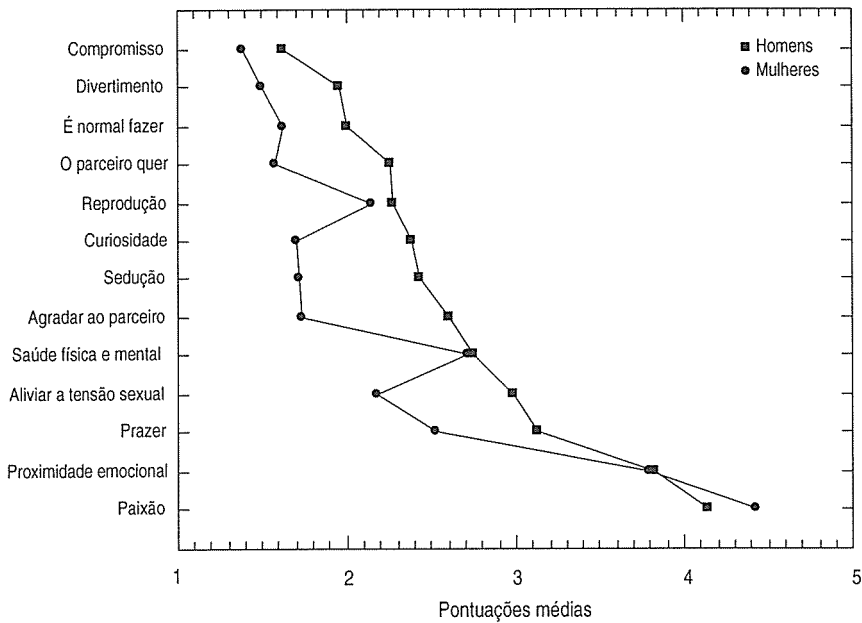


Gráfico 7.3 – Motivos para ter relações sexuais em função do *sexo* [Base: Amostra D • N = 199]

Apesar do relativo paralelismo na hierarquização dos motivos, os homens diferem consistentemente das mulheres na importância que lhes atribuem: as suas pontuações médias são superiores em 12 dos 13 motivos, conforme se pode facilmente observar neste gráfico. Apenas na paixão são ultrapassados pelas mulheres. Submetendo os 13 motivos a uma análise multivariada da variância, tendo como VIs o sexo e a virgindade, observam-se efeitos multivariados estatisticamente significativos para os dois factores [*lambda de Wilks* = 0.760, $F(13, 183) = 4.44$, $p < .001$, para o sexo; *lambda de Wilks* = 0.886, $F(13, 183) = 1.81$, $p < .05$, para a virgindade]. Em contrapartida, o teste multivariado para a interacção sexo/virgindade não se revela significativo [*lambda de Wilks* = 0.936, $F(13, 183) = 0.97$, $p > .40$].

QUADRO 7.2
Motivos para ter relações sexuais em função do sexo e da virgindade:
Médias dos itens MOT1.1_13 ^a [Base: Amostra D • N = 199]

	Homens	Mulheres	Total
Virgens			
Prazer	3.05	2.31	2.68
Proximidade emocional	3.90	3.69	3.80
Reprodução	2.33	2.21	2.27
O parceiro quer	2.00	1.45	1.73
Agradar ao parceiro	2.29	1.52	1.90
Sedução	2.33	1.55	1.94
Aliviar tensão sexual	3.00	2.00	2.50
Paixão	4.05	4.31	4.18
Curiosidade	2.71	1.60	2.15
Divertimento	1.90	1.29	1.60
Compromisso	1.52	1.33	1.43
É normal fazer sexo	1.95	1.48	1.71
Saúde física e mental	2.57	4.45	2.51
	<i>n = 21</i>	<i>n = 42</i>	<i>n = 63</i>
Não virgens			
Prazer	3.21	2.75	2.98
Proximidade emocional	3.75	3.92	3.83
Reprodução	2.23	2.08	2.15
O parceiro quer	2.52	1.69	2.10
Agradar ao parceiro	2.93	1.95	2.44
Sedução	2.52	1.90	2.21
Aliviar tensão sexual	2.97	2.36	2.67
Paixão	4.25	4.52	4.39
Curiosidade	2.04	1.80	1.92
Divertimento	2.00	1.69	1.84
Compromisso	1.72	1.44	1.58
É normal fazer sexo	2.04	1.75	1.90
Saúde física e mental	2.93	2.98	2.96
	<i>n = 75</i>	<i>n = 61</i>	<i>n = 136</i>
Total			
Prazer	3.13	2.53	2.83
Proximidade emocional	3.83	3.80	3.82
Reprodução	2.28	2.15	2.22
O parceiro quer	2.26	1.57	1.91
Agradar ao parceiro	2.61	1.74	2.17
Sedução	2.43	1.72	2.08
Aliviar tensão sexual	2.99	2.18	2.59
Paixão	4.15	4.42	4.28

QUADRO 7.2
Motivos para ter relações sexuais em função do sexo e da virgindade:
 (Continuação)

Curiosidade	2.38	1.70	2.04
Divertimento	1.95	1.49	1.72
Compromisso	1.62	1.39	1.50
É normal fazer sexo	2.00	1.62	1.50
Saúde física e mental	2.75	2.72	2.74
	<i>n</i> = 96	<i>n</i> = 103	<i>n</i> = 199

^a As médias marginais são médias não ponderadas.

Atendendo ao resultado dos testes univariados (cf. *Quadros 7.2 e 7.3*) podemos afirmar que as diferenças de importância em função do sexo atingem o limiar de significação estatística em nove dos treze motivos (exceptuam-se a proximidade emocional, a reprodução, o compromisso e a indispensabilidade para a saúde física e mental). Por sua vez, os efeitos da virgindade (os não virgens obtêm pontuações superiores aos virgens) limitam-se a três motivos: agradar ao parceiro, sedução e indispensabilidade para a saúde física e mental. A interação significativa na variável *curiosidade* (nos homens, os virgens obtêm pontuações superiores aos não virgens, passando-se o inverso nas mulheres) deve ser interpretada com cautela se atendermos ao resultado do teste multivariado.

QUADRO 7.3
Motivos para ter relações sexuais (itens MOT1.1_13) em função do sexo e da virgindade:
 Testes univariados [*Base: Amostra D • N = 199*]

	Sexo F (1,195)	Virgindade F (1,195)	Interação F (1,195)
Prazer	8.81 **	2.29	0.48
Proximidade emocional	0.01	0.04	1.10
Reprodução	0.42	0.34	0.00
O parceiro quer	19.90 **	5.98 *	0.84
Agradar ao parceiro	26.39 **	10.02 **	0.42
Sedução	18.17 **	2.69	0.26
Aliviar tensão sexual	20.89 **	0.90	1.20
Paixão	4.05 *	2.52	0.00
Curiosidade	18.96 **	2.24	8.03 *
Divertimento	8.72 **	2.50	0.95
Compromisso	2.66	1.13	0.09
É normal fazer sexo	4.38 *	1.01	0.27
Saúde física e mental	0.03	4.51 *	0.16

* $p < .05$ ** $p < .01$

No que diz respeito aos motivos para evitar ter relações sexuais (cf. *Gráfico 7.4*), a situação é inversa: em 8 dos 11 motivos a pontuação média do sexo feminino é superior à do sexo masculino (exceptuam-se o medo de rejeição, a imoralidade e o facto de não ser casado). Apesar do relativo paralelismo na ordenação dos «motivos negativos», note-se que o medo da SIDA ocupa o primeiro lugar na hierarquia masculina, ao passo que na feminina surge em terceiro lugar, claramente distanciado de dois motivos de natureza relacional (conhecimento insuficiente e ausência de parceiro sexual).

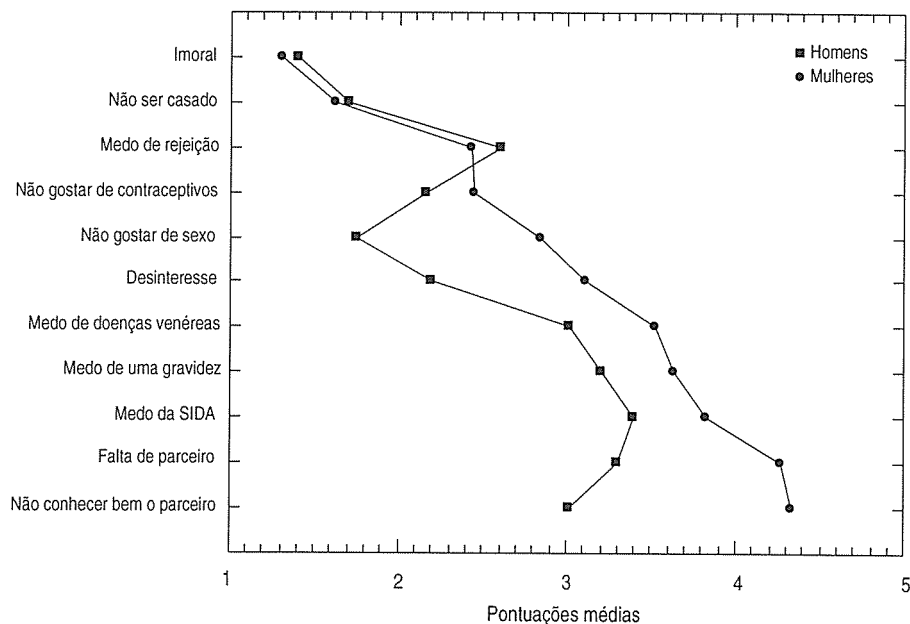


Gráfico 7.4 – Motivos para não ter relações sexuais em função do sexo [Base: Amostra D • N = 199]

Submetendo os 11 motivos negativos a uma análise multivariada da variância, tendo como VIs o sexo e a virgindade, observam-se, à semelhança do que ocorreu relativamente aos motivos positivos, efeitos multivariados estatisticamente significativos para os dois factores [*lambda de Wilks* = 0.646, $F(11, 185) = 9.23$, $p < .001$, para o sexo; *lambda de Wilks* = 0.739, $F(11, 185) = 5.94$, $p < .001$, para a virgindade]. Também aqui, o teste multivariado para a interacção sexo/virgindade não se revela significativo [*lambda de Wilks* = 0.958, $F(11, 185) = 0.74$, $p > .60$].

Os testes univariados (cf. *Quadros 7.4 e 7.5*) para o sexo indicam que as diferenças são estatisticamente significativas nos motivos referentes às doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez indesejada, à ausência ou conhecimento insuficiente do parceiro e ao simples desinteresse ou «falta de gosto». No que se refere à virgindade, os efeitos univariados significativos referem-se a dois padrões de resultados: nos itens relacionados com doenças sexualmente transmissíveis e com a gravidez indesejada os

virgens encontram menos razões do que os não virgens para que se evite fazer sexo; nos itens de tipo «normativo» («não ser casado» ou «o sexo é imoral») verifica-se a situação inversa (cf. *Quadro 7.4*).

QUADRO 7.4
Motivos para não ter relações sexuais em função do sexo e da virgindade:
Médias dos itens MOT2.1_11^a [Base: Amostra D • N = 199]

	Homens	Mulheres	Total
<i>Virgens</i>			
Medo de doenças venéreas	2.71	3.26	2.99
Medo da SIDA	3.05	3.62	3.33
Medo de uma gravidez	2.76	3.48	3.12
Não gostar de contraceptivos	2.00	2.33	2.17
Desinteresse	1.90	3.07	2.49
Falta de parceiro	3.52	4.38	3.95
Medo de rejeição	2.76	2.55	2.65
Não gostar de sexo	1.71	2.71	2.21
Não conhecer bem o parceiro	3.05	4.52	3.79
Imoral	1.62	1.38	1.50
Não ser casado	2.19	2.00	2.10
	<i>n = 21</i>	<i>n = 42</i>	<i>n = 63</i>
<i>Não virgens</i>	3.31	3.80	3.55
Medo de doenças venéreas	3.75	4.02	3.88
Medo da SIDA	3.65	3.79	3.72
Medo de uma gravidez	3.65	3.79	3.72
Não gostar de contraceptivos	2.32	2.57	2.45
Desinteresse	2.49	3.16	2.83
Falta de parceiro	3.07	4.16	3.62
Medo de rejeição	2.44	2.31	2.38
Não gostar de sexo	1.79	2.98	2.39
Não conhecer bem o parceiro	3.00	4.15	3.57
Imoral	1.19	1.21	1.20
Não ser casado	1.20	1.25	1.22
	<i>n = 75</i>	<i>n = 61</i>	<i>n = 136</i>
<i>Total</i>			
Medo de doenças venéreas	3,01	3,53	3,27
Medo da SIDA	3,40	3,82	3,61
Medo de uma gravidez	3,21	3,63	3,42
Não gostar de contraceptivos	2,16	2,45	2,31
Desinteresse	2,20	3,12	2,66
Falta de parceiro	3,30	4,27	3,78
Medo de rejeição	2,60	2,43	2,51

QUADRO 7.4

Motivos para não ter relações sexuais em função do *sexo* e da *virgindade*:

(Continuação)

Não gostar de sexo	1.75	2.85	2.30
Não conhecer bem o parceiro	3.02	4.34	3.68
Imoral	1.40	1.30	1.35
Não ser casado	1.70	1.62	1.66
	<i>n</i> = 96	<i>n</i> = 103	<i>n</i> = 199

^a As médias marginais são médias não ponderadas.

QUADRO 7.5

Motivos para não ter relações sexuais (itens MOT2.1_11) em função do *sexo* e da *virgindade*: Testes univariados [Base: Amostra D • N = 199]

	Sexo F (1,195)	Virgindade F (1,195)	Interação F (1,195)
Medo de doenças venéreas	7.20**	8.49**	0.02
Medo da SIDA	3.96*	6.74**	0.51
Medo de uma gravidez	5.14*	10.34**	2.41
Não gostar de contraceptivos	2.02	1.84	0.04
Desinteresse	15.43**	2.12	1.12
Falta de parceiro	23.89**	2.84	0.36
Medo de rejeição	0.81	2.15	0.05
Não gostar de sexo	24.08**	0.58	0.19
Não conhecer bem o parceiro	48.59**	1.27	0.76
Imoral	0.74	5.96*	1.16
Não ser casado	0.20	29.55**	0.54

* $p < .05$ ** $p < .01$

Para termos uma perspectiva de conjunto sobre os motivos positivos e negativos¹⁰⁰, procedemos a uma redução de dimensões *via* análise em componentes principais. Assim, tomando como critério a retenção dos componentes com valores próprios superiores a 1 e procedendo a rotação VARIMAX, é possível reduzir os 13 motivos positivos¹⁰¹ a cinco componentes principais facilmente interpretáveis: *interdependência relacional* (itens 4, 5, 6 e 11), *hedonismo* (erotismo e dimensão lúdica: itens 1, 7, 9 e

¹⁰⁰ A correlação canónica entre o conjunto dos 13 motivos positivos e o conjunto dos 11 negativos é de $r^* = .51$ [$\chi^2(143) = 208.38, p < .001$].

¹⁰¹ A matriz de intercorrelações é significativamente diferente de uma matriz de identidade (o teste de Bartlett fornece um $\chi^2 = 657.92, p < .001$) e a amostragem é suficientemente adequada (a medida de Kaiser-Meyer-Olkin é de .74 para o conjunto das 13 variáveis).

10), *normatividade* (itens 12 e 13), *paixão* (itens 2 e 8) e *reprodução* (item 3), aos quais correspondem as seguintes percentagens da variabilidade total: 28.7%, 11.2%, 9.9%, 8.9% e 8.2%. Após rotação, e pela mesma ordem, os contributos proporcionais para a variabilidade explicada (66.9%) são: 29.0%, 19.5%, 14.3%, 15.2% e 22.0%. No *Quadro 7.6* indicam-se as saturações e as comunalidades de cada um dos motivos.

QUADRO 7.6
Motivos para ter relações sexuais: Saturações factoriais e comunalidades [h^2]
para a solução com cinco factores (rotação VARIMAX)

Itens MOT1.1_13	F1	F2	F3	F4	F5	h^2
<i>F1 Interdependência relacional</i>						
4 Porque o meu parceiro quer	.83	.25	-.02	.09	.03	.76
5 Para agradar ao meu parceiro	.82	.21	.03	.05	.02	.72
6 Para seduzir o outro	.65	.22	.23	.11	.05	.53
11 Por me sentir comprometido	.52	-.28	.51	-.07	.01	.62
<i>F2 Hedonismo (lúdico/erótico)</i>						
9 Por curiosidade	.16	.77	.02	-.21	-.18	.70
1 Por mero prazer	.25	.63	.06	.33	.07	.59
7 Para aliviar a tensão sexual	.32	.56	.35	.18	.18	.61
10 Por divertimento e/ou brincadeira	.42	.50	.10	.05	-.44	.62
<i>F3 Normatividade</i>						
13 Porque é indispensável à saúde física e mental	-.08	.27	.81	.26	.09	.81
12 Porque é «normal» fazer sexo	.22	.05	.76	-.26	-.26	.76
<i>F4 Paixão (amor/afecto)</i>						
2 Para exprimir proximidade emocional	.08	.11	.04	.75	.16	.61
8 Porque estou apaixonado	.13	-.13	-.08	.63	-.51	.69
<i>F5 Reprodução</i>						
3 Para me reproduzir	.16	-.06	-.07	.09	.79	.66

De igual modo, isto é, tomando de novo o critério do valor próprio superior a 1 e procedendo a rotação VARIMAX, os 11 motivos negativos¹⁰² são redutíveis a quatro componentes: *medo* (itens 1, 2 e 3), *dificuldades relacionais* (incluindo factores disposicionais: itens 5, 6, 7, 8 e 9), *conservadorismo* (itens 10 e 12) e *funcionalidade* (item 4). No conjunto, os quatro componentes explicam 66.0% da variabilidade total, cabendo a cada um deles, respectivamente, 24.9%, 17.7%, 13.8% e 9.6%. Após rotação, os contributos proporcionais para a variabilidade explicada são, pela ordem indicada, 31.9%, 31.3%, 21.3% e 15.5%. As saturações e as comunalidades constam do *Quadro 7.7*.

Considerando a «variável interactiva» sexo/virgindade (*homens virgens, homens*

¹⁰² O teste de Bartlett fornece um $\chi^2 = 586.53$, $p < .001$. A medida de adequação da amostragem de Kaiser-Meyer-Olkin é de .74 para as 11 variáveis.

não virgens, mulheres virgens e mulheres não virgens) e tomando como variáveis discriminantes as pontuações dos respondentes nos nove componentes acima identificados, a análise da função discriminante produz duas funções estatisticamente significativas. A primeira função discriminante explica 75.8% da variabilidade total [*lambda de Wilks* = 0.454, $\chi^2(27) = 151.35$, $p < .001$] e a segunda 21.3% [*lambda de Wilks* = 0.800, $\chi^2(16) = 42.81$, $p < .001$]. A terceira e última função, responsável pelos restantes 2.9% da variabilidade, não atinge o limiar de significação estatística [*lambda de Wilks* = 0.971, $\chi^2(7) = 5.67$, $p > .50$].

QUADRO 7.7

Motivos para não ter relações sexuais: Saturações factoriais e comunicações [*h*²] para a solução com quatro factores (rotação VARIMAX)

Itens MOT2.1_11	F1	F2	F3	F4	<i>h</i> ²
<i>F1 Medo</i>					
2 Por medo da SIDA	.92	.05	-.08	.01	.86
1 Por medo de doenças venéreas	.91	.06	-.05	.02	.83
3 Por medo de uma gravidez	.75	.08	.08	.10	.59
<i>F2 Dificuldades relacionais (desinteresse)</i>					
6 Falta de oportunidade ou de parceiro de quem goste o suficiente	.15	.75	-.15	-.05	.60
8 Por não gostar de sexo	-.07	.70	.13	.12	.53
5 Por desinteresse	.05	.68	-.01	.28	.54
9 Por não conhecer o parceiro há tempo suficiente	.11	.68	.06	-.43	.66
7 Por medo de rejeição	.08	.50	.03	.32	.36
<i>F3 Conservadorismo</i>					
10 Porque é imoral	-.08	-.00	.87	.12	.77
11 Porque não sou casado	.04	.03	.86	-.16	.76
<i>F4 Funcionalidade</i>					
4 Por não gostar de usar contraceptivos	.12	.20	-.03	.83	.75

Os testes univariados para as variáveis discriminantes revelam-nos que a normatividade, a paixão e a reprodução possuem fraco poder discriminativo relativamente à *variável interactiva sexo/virgindade* (cf. *Quadro 7.8*), o que é, igualmente, visível através das baixas correlações que mantêm com as duas funções discriminantes estatisticamente significativas (cf. *Quadro 7.9*). Os restantes seis componentes constituem bons «discriminadores» e contribuem de modo diferenciado para as duas funções. A primeira função polariza, fundamentalmente, a interdependência, as dificuldades relacionais e o hedonismo, enquanto a segunda é explicável, em primeiro lugar, pelo conservadorismo e pelo medo. A funcionalidade satura ao nível .23 as duas funções. Basicamente, a primeira função reflecte a *estrutura relacional/erótica* das motivações sexuais ao passo que a segunda traduz as *instâncias de controlo ideológico/emocional*.

QUADRO 7.8.

Componentes motivacionais em função da variável interactiva *sexo/virgindade*:
Pontuações factoriais médias, estatística U (*lambda de Wilks*) e testes univariados

Componentes	Homens		Mulheres		λ Wilks (U)	F (3, 195)
	Vir.	Não vir.	Vir.	Não vir.		
Interdependência relacional (MOT1.1_13/F1)	0.03	0.54	-0.54	-0.30	0.80	16.14 **
Hedonismo (MOT1.1_13/F2)	0.59	0.16	-0.41	-0.12	0.91	6.20 **
Normatividade (MOT1.1_13/F3)	-0.06	0.08	-0.22	0.07	0.99	0.96
Paixão (MOT1.1_13/F4)	-0.32	-0.09	-0.03	0.25	0.97	2.22
Reprodução (MOT1.1_13/F5)	0.16	0.07	0.03	-0.16	0.99	0.82
Medo (MOT2.1_11/F1)	-0.57	0.01	-0.08	0.24	0.95	3.61 *
Dificuldades relacionais e disposicionais (MOT2.1_11/F2)	-0.40	-0.51	0.55	0.39	0.77	19.13 **
Conservadorismo (MOT2.1_11/F3)	0.56	-0.19	0.31	-0.17	0.92	5.30 **
Funcionalidade (MOT2.1_11/F4)	-0.06	0.25	-0.35	-0.04	0.95	3.45 *

* $p < .05$ ** $p < .01$

QUADRO 7.9

Correlações entre as variáveis (componentes motivacionais) e as funções discriminantes

Componentes	Função 1	Função 2
Dificuldades relacionais e disposicionais (MOT2.1_11/F2)	-0.62	0.05
Interdependência relacional (MOT1.1_13/F1)	0.55	0.24
Hedonismo (MOT1.1_13/F2)	0.30	-0.21
Funcionalidade (MOT2.1_11/F4)	0.23	0.23
Conservadorismo (MOT2.1_11/F3)	-0.08	-0.59
Medo (MOT2.1_11/F1)	-0.09	0.48
Paixão (MOT1.1_13/F4)	-0.13	0.28
Normatividade (MOT1.1_13/F3)	0.08	0.17
Reprodução (MOT1.1_13/F5)	0.08	-0.16

Se projectarmos no plano definido pelas duas funções os centroídes das pontuações discriminantes dos sujeitos pertencentes a cada um dos quatro grupos, poderemos observar as respectivas posições relativas (cf. *Gráfico 7.5*). Assim, a primeira função separa nitidamente os homens das mulheres (os primeiros obtêm valores mais elevados nos componentes interdependência relacional e hedonismo e as segundas no componente dificuldades relacionais e disposicionais). A segunda função opõe, ainda que com menos intensidade, os virgens aos não virgens (os primeiros obtêm pontuações mais elevadas no componente conservadorismo e os segundos no componente medo).

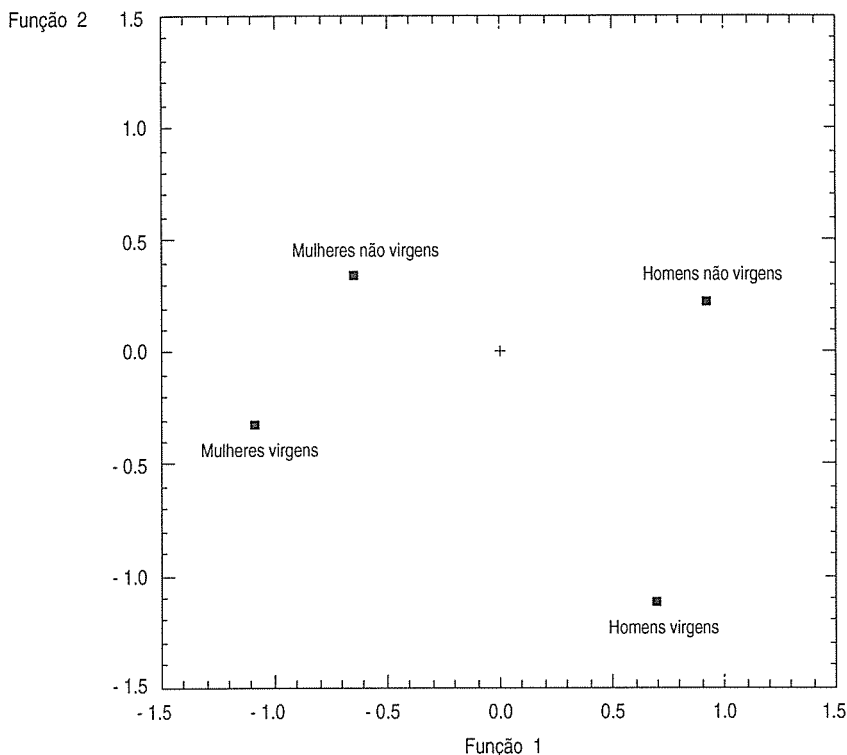


Gráfico 7.5 – Projecção dos centróides dos quatro grupos no plano definido pelas duas primeiras funções discriminantes

No conjunto, com base nas duas funções discriminantes, 59.8% dos 199 respondentes são correctamente classificados nas categorias correspondentes da variável interactiva sexo/virgindade. As percentagens de casos correctamente classificados por grupo são 57.1%, 66.7%, 66.7% e 47.5%, respectivamente, para os homens virgens, homens não virgens, mulheres virgens e mulheres não virgens. Se ignorarmos a virgindade, 84 (81.6%) das 103 mulheres são classificadas nos grupos femininos e 77 (80.2%) dos 96 homens são classificadas nos grupos masculinos. Se ignorarmos o sexo, 44 (69.8%) dos 63 virgens e 95 (69.9%) dos 136 não virgens são classificados, respectivamente, nas categorias «virgem» e «não virgem».

4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os resultados da análise da variância, tendo como VIs o sexo e a virgindade e como VD a idade considerada apropriada para a primeira relação sexual, corroboram a hipótese segundo a qual os sujeitos virgens indicam valores superiores aos não virgens. Dito de outro modo, os resultados são consonantes com a existência de *distorções em*

benefício próprio associadas à virgindade. Em última análise a diferença de normas relativas à idade apropriada seria expressão destas distorções. A hipótese relativa à relação inversa entre a idade considerada apropriada para a primeira relação sexual e a experiência sexual é, igualmente, corroborada.

Os resultados referentes às representações (avaliações) dos diferentes aspectos dos actos sexuais apontam, também, no sentido das previsões enunciadas. Assim, os homens dão maior importância do que as mulheres às dimensões físicas (manipulação dos órgãos genitais, coito e orgasmo), passando-se o inverso em relação às dimensões relacionais (proximidade emocional, comunicação verbal, carícias, abraços e beijos). Note-se, contudo, que a hierarquização das dimensões ou aspectos dos actos sexuais é semelhante nos dois sexos e que os aspectos relacionais se sobrepõem aos aspectos físicos. A importância da paixão e da proximidade emocional, enquanto elementos centrais dos scripts sexuais, emerge, igualmente, do padrão de respostas às questões sobre motivações sexuais: tanto os homens como as mulheres as incluem entre os principais motivos para ter relações sexuais.

Por sua vez, as probabilidades de «entrada num script sexual concreto», a avaliar pela magnitude dos motivos, são superiores para o sexo masculino. Dito de outro modo, quando se trata de inventariar razões para ter relações sexuais, os homens ultrapassam as mulheres em doze de treze motivos possíveis; ao invés, quando se trata de encontrar razões para evitar ter relações sexuais, as mulheres mostram-se mais «produtivas» oito em onze vezes.

A análise dos componentes motivacionais da sexualidade permitiu-nos definir duas dimensões essenciais: a *estrutura relacional/erótica* e as instâncias de *controlo ideológico/emocional*. A primeira dimensão evidencia o contraste entre os sexos e a segunda sobrepõe-se à dicotomia virgem/não virgem. Se atendermos aos comportamentos das diferentes categorias de sujeitos em relação aos componentes motivacionais subjacentes às duas dimensões, podemos afirmar que a interdependência relacional e o hedonismo são os principais argumentos na retórica masculina, aos quais as mulheres respondem com as dificuldades da relação (incluindo factores disposicionais). Por sua vez, o «debate» entre virgens e não virgens centra-se nos receios individuais e no conservadorismo ético-ideológico: os primeiros, ao contrário dos segundos, mostram-se menos receosos perante as doenças sexualmente transmissíveis, mas mais conservadores em relação ao contexto normativo e moral das relações sexuais.

Note-se, ainda, que a posição ocupada pelos virgens e não virgens na segunda dimensão é consonante com os resultados referentes à primeira hipótese, i.e., os desfazamentos das normas subjectivas em relação à idade apropriada para iniciar a vida sexual encontram paralelo na pressão diferencial das instâncias de controlo ideológico/emocional identificadas na esfera das motivações.

Por último, convém sublinhar mais uma vez que a concepção de motivações sexuais veiculada no presente estudo é claramente distinta das adoptadas pelos modelos energéticos da motivação. Com efeito, enquanto elementos centrais dos scripts sexuais (Simon & Gagnon, 1986, 1987), as razões para o envolvimento numa troca sexual

explícita remetem-nos para a articulação entre as representações sociais da sexualidade e as ficções pessoais que organizam os modos de gestão sexual do corpo. Neste sentido, a *retórica dos motivos sexuais* (expressão que tomámos de empréstimo a Burke, 1950) joga-se entre as interpretações comuns e contextualizadas das encenações culturais da sexualidade e o uso metafórico do sexo, que, em última análise, poderá contribuir para transformar as interações rotineiras em novos scripts sexuais.

CORPO, SUJEITO E EXPRESSÃO: AS ILUSÕES DA SEDUÇÃO

A beleza física constitui, inequivocamente, um dos principais factores responsáveis pelo estabelecimento de relações sociais preferenciais. Como assinalámos no *Capítulo III*, os efeitos da beleza física na atracção interpessoal revelam-se consistentes através dos sexos, das idades e dos contextos sociais de avaliação (cf. *ponto 1.2.1. do Capítulo III*). Ao revermos a literatura pertinente, chamámos a atenção para o facto do estudo das consequências da beleza física para o próprio indivíduo, comparativamente à análise dos seus efeitos no outro, ter sido relativamente negligenciado. Ora, se quisermos deslocar a investigação dos factores de atracção interpessoal tomados isoladamente para a dinâmica das situações geradoras de atracção (Berscheid, 1985), o estudo sistemático do modo como os atributos pessoais são susceptíveis de influenciar o comportamento daqueles que os possuem deve completar o estudo do impacte nos outros dos mesmos atributos. No presente capítulo, ao analisarmos a *auto-relevância* dos atributos pessoais no contexto das situações de sedução, pretendemos contribuir para um melhor esclarecimento da dinâmica das situações de atracção, em particular do modo como a beleza física e a capacidade de automonitorização do comportamento expressivo (Snyder, 1979, 1987; cf. *pontos 2.1 do Capítulo II e 5.3 do Capítulo IV*) se repercutem na percepção da eficácia das estratégias de sedução (cf. *ponto 5.2.5 do Capítulo IV*).

De acordo com os resultados da investigação (cf. *ponto 1.2.1 do Capítulo III*), e apesar do hipotético declínio do duplo padrão sexual (cf. *Capítulo II*), os homens e as mulheres valorizariam diferencialmente a beleza física do sexo oposto enquanto critério de atracção interpessoal. Neste aspecto, as conclusões da investigação em psicologia social seriam coincidentes com as previsões decorrentes das abordagens sociobiológicas da atracção sexual (cf. *ponto 3 do Capítulo III*). Mais especificamente, enquanto critério de atracção, a importância relativa da beleza física é superior no sexo masculino. Caso exista continuidade entre a saliência da beleza física, quando se trata de avaliar os outros como potenciais parceiros sexuais/amorosos, e a auto-relevância do mesmo atributo, quanto se trata de avaliar o impacte nos outros das estratégias pessoais de sedução, *será de esperar que nos homens, mais do que nas mulheres, a percepção da própria beleza física constitua um preditor adequado da autopercepção da eficácia das estratégias de sedução*¹⁰³. De igual modo, se, nas situações de sedução, as mulheres valorizam

¹⁰³ Nos termos de Jones e Pittman (1982) a autopercepção da eficácia das estratégias de sedução

mais do que os homens os atributos internos (v.g., determinados factores de personalidade), então, caso exista continuidade entre as características salientes no outro e no próprio indivíduo, *será de prever que a associação entre a capacidade de automonitorização dos comportamentos expressivos e a autopercepção da eficácia das estratégias de sedução seja superior no sexo feminino.*

Tal como estão enunciadas, o teste destas hipóteses poder-se-ia resumir à comparação dos coeficientes de correlação para os dois sexos entre beleza física e autopercepção da eficácia das estratégias de sedução (*primeira hipótese*) e entre capacidade de automonitorização dos comportamentos expressivos e autopercepção da eficácia das estratégias de sedução (*segunda hipótese*). Contudo, julgamos mais adequado proceder à avaliação global das duas hipóteses recorrendo à *path analysis* de molde a incorporar no modelo outros potenciais preditores da autopercepção da eficácia das estratégias de sedução, em particular a experiência sexual e os valores ideológicos mais gerais, expressos pelo indicador religiosidade (prática religiosa).

1. MÉTODO

1.1. Sujeitos

O presente estudo tem como base os sujeitos da *Amostra E* (68 homens e 98 mulheres — cf. *ponto 2 do Capítulo IV*).

1.2. Medidas e indicadores

Para além do *sexo*, foram utilizadas as respostas aos itens IPS6 (*beleza física*), REL2A (frequência de cerimónias religiosas — *religiosidade*) e IPS1.3 (número total de parceiros sexuais — *experiência sexual*). Como medida da capacidade de *automonitorização dos comportamentos expressivos* tomaram-se as pontuações factoriais no primeiro factor da solução não rodada da escala de automonitorização de Snyder (cf. *ponto 5.2.6 do Capítulo IV*) e como indicador da *autopercepção da eficácia das estratégias de sedução* o índice SEDU_R (cf. *ponto 5.3 do mesmo capítulo*). Após inversão do item REL2A¹⁰⁴, todas as variáveis estão cotadas no sentido indicado pelas respectivas designações.

1.3. Modelo de análise

O modelo de determinação estrutural da autopercepção da eficácia das estratégias

pode ser conceptualizada como a *probabilidade subjectiva* de que as acções do sujeito sejam bem sucedidas na indução da atribuição esperada, isto é, probabilidade de que o sujeito-alvo venha a considerar o actor como «uma pessoa susceptível de ser amada».

¹⁰⁴ A inversão do item REL2A significa que pontuações mais elevadas correspondem a maior religiosidade.

de sedução é o que se indica em diagrama na *Figura 8.1* Como se pode observar, a *variável critério* (autopercção da eficácia das estratégias de sedução) é suposta depender directamente da *beleza física*, da *capacidade de automonitorização dos comportamentos expressivos*, da *experiência sexual* e da *religiosidade*. A beleza física e a religiosidade (via automonitorização e experiência sexual) são, igualmente, supostas ter efeitos indirectos na autopercção da eficácia das estratégias de sedução. A eventual relação entre automonitorização e experiência sexual não foi incluída no modelo, ainda que se tenha procedido ao respectivo teste (cf. *nota 105*). Na terminologia dos modelos estruturais, o presente modelo é um modelo recursivo, do qual estão ausentes relações de determinação recíproca. A estimação dos efeitos directos e indirectos na autopercção da eficácia das estratégias de sedução foi obtida pelo *método da máxima verosimilhança* (Programa LISREL, cf. *nota 81*).

2. RESULTADOS

No conjunto das cinco variáveis incluídas no modelo, os homens diferem significativamente das mulheres [*lambda de Wilks* = 0.812, $F(5, 160) = 7.43$, $p < .001$]. No entanto, de acordo com os testes univariados (cf. *Quadro 8.1*) tais diferenças reportam-se exclusivamente à religiosidade (mulheres mais religiosas), à experiência sexual (homens mais experientes) e à capacidade de automonitorização (pontuações factoriais superiores no sexo masculino). Não existem, pois, diferenças significativas entre os dois sexos nas variáveis beleza física e autopercção da eficácia das estratégias de sedução.

QUADRO 8.1
Beleza física, religião, automonitorização, experiência sexual e autopercção
da eficácia das estratégias de sedução em função do sexo:
Testes univariados [Base: Amostra E • N = 166].

	Homens (n = 68)		Mulheres (n = 98)		F (1, 164)
	M	DP	M	DP	
Beleza física	4.34	0.91	4.32	1.16	0.02
Religião	1.93	0.78	2.33	0.80	10.31 **
Automonitorização	0.19	1.00	- 0.13	0.99	4.21 *
Experiência sexual	3.66	3.69	1.27	2.09	28.29 **
Sedução	0.59	0.47	0.69	0.44	2.24

* $p < .05$ ** $p < .001$

No *Quadro 8.2* apresenta-se a matriz de correlações entre as cinco variáveis submetida a análise. Os testes simples das diferenças de correlações (cf. Cohen & Cohen, 1983, p. 59) corroboram as hipóteses enunciadas. Assim, no que diz respeito à primeira

hipótese, a correlação entre beleza física e autopercepção da eficácia das estratégias de sedução no sexo masculino ($r = .31$, $n = 68$) é significativamente superior à correlação entre as mesmas variáveis no sexo feminino ($r = .04$, $n = 98$), $z = 1.74$, $p < .05$ (teste unilateral). Em relação à segunda hipótese, a correlação entre automonitorização e autopercepção da eficácia das estratégias de sedução no sexo feminino ($r = .26$, $n = 98$) é significativamente superior à correlação entre as mesmas variáveis no sexo masculino ($r = -.02$, $n = 68$), $z = 1.78$, $p < .05$ (teste unilateral).

QUADRO 8.2
Correlações entre beleza física, religião, automonitorização, experiência sexual
e autopercepção da eficácia das estratégias de sedução
 [Base: Amostra E • N = 166]

	Beleza física	Religião	Automonitorização	Experiência sexual	Sedução
Homens (n = 68)					
Beleza física	1.0000				
Religião	-.2599	1.0000			
Automonitorização	-.0357	.0314	1.0000		
Experiência sexual	.1059	-.2632	.1282	1.0000	
Sedução	.3058	.1081	-.0190	-.1367	1.0000
Mulheres (n = 98)					
Beleza física	1.0000				
Religião	-.2351	1.0000			
Automonitorização	.1173	.0588	1.0000		
Experiência sexual	.2070	-.3810	.0722	1.0000	
Sedução	.0444	-.1085	.2564	.2060	1.0000

No que diz respeito à avaliação do modelo completo, o índice de ajustamento (*goodness of fit index*) para o sexo masculino é de .992 [$\chi^2(1) = 1.38$, $p = .240$] e para o sexo feminino de .997 [$\chi^2(1) = 0.73$, $p = .394$]¹⁰⁵, o que equivale a dizer que existe convergência entre o modelo teórico e os dados observados. Obviamente que tais resultados são triviais, uma vez que os modelos estão sobreidentificados. Na *Figura 8.1* reproduzem-se os *coeficientes beta* encontrados e nos *Quadros 8.3 e 8.4* resumem-se os resultados da *path analysis* nos dois sexos. Atendendo aos testes univariados, no sexo masculino apenas os efeitos directos da beleza na autopercepção da eficácia das

¹⁰⁵ Antes de testarmos o modelo representado na *Figura 8.1* procedemos ao teste das eventuais relações entre automonitorização e experiência sexual. Os coeficientes beta para os homens são de .06 e .08, respectivamente, para as relações automonitorização → experiência sexual e experiência sexual → automonitorização. Para as mulheres, pela mesma ordem, obtiveram-se os coeficientes .03 e .06. Note-se, de passagem, que estes resultados sobre a inexistência de relação entre automonitorização e número de parceiros sexuais não são comparáveis aos apresentados por Snyder, Simpson e Gangestad (1986), dado que no presente estudo os sujeitos virgens foram incluídos nas análises.

estratégias de sedução ($t = 3.06$) e da religião na experiência sexual ($t = - 2.04$) são estatisticamente significativos; no sexo feminino, os testes significativos reportam-se aos efeitos da automonitorização na autopercepção da eficácia das estratégias de sedução ($t = 2.57$) e, igualmente, da religião na experiência sexual ($t = - 3.64$).

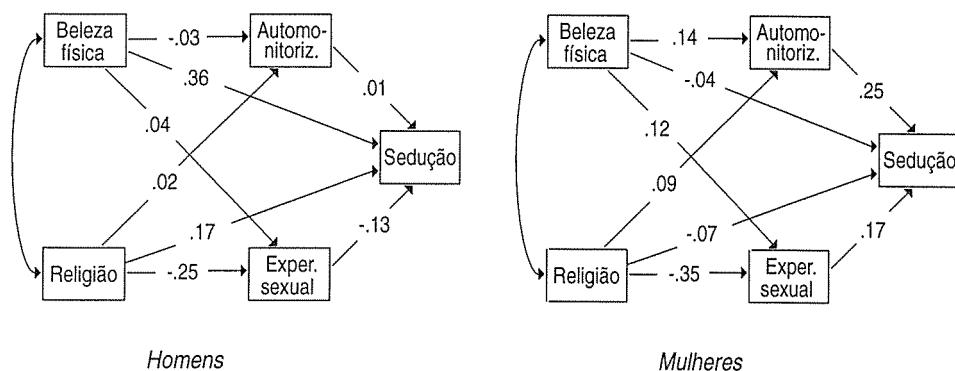


Figura 8.1 – Diagramas das relações entre a autopercepção da eficácia das estratégias de sedução e as quatro variáveis predictoras (modelos completos para os dois sexos)

Suprimindo os coeficientes não significativos, os índices de ajustamento para os modelos truncados (cf. *Figura 8.2*) indicam, igualmente, a respectiva conformidade em relação às observações [*goodness of fit* = .968, $\chi^2(7) = 5.70$, $p = .575$, para o sexo masculino; *goodness of fit* = .965, $\chi^2(7) = 8.72$, $p = .273$, para o sexo feminino]. Tal como já foi referido no *Capítulo VI*, a religiosidade influencia directa e negativamente a experiência sexual em ambos os sexos, ainda que esta influência seja maior no sexo feminino (*beta* de -0.38 para as mulheres e de -0.26 para os homens). Os resultados pertinentes para o presente estudo apontam no sentido das hipóteses enunciadas: associação entre beleza física e autopercepção da eficácia das estratégias de sedução no sexo masculino e associação entre capacidade de automonitorização dos comportamentos expressivos e autopercepção da eficácia das estratégias de sedução no sexo feminino.

Note-se, ainda, que, apesar dos respectivos *coeficientes beta* (cf. *Figura 8.1*) não atingirem o limiar de significação estatística, as relações entre experiência sexual e autopercepção da eficácia das estratégias de sedução apresentam sinais contrários nos dois sexos: nos homens a experiência sexual é um preditor negativo da probabilidade subjectiva de sucesso nas situações de sedução, ao passo que nas mulheres se verifica o inverso. Se tomarmos apenas os coeficientes de ordem zero (cf. *Quadros 8.3 e 8.4*), idênticos aos coeficientes de correlação simples, a diferença entre ambos (-0.14 para o sexo masculino e 0.21 para o sexo feminino) é estatisticamente significativa, $z = 2.20$, $p < .05$. Dado que não antecipámos nenhuma previsão sobre esta relação limitamo-nos a registar os resultados.

QUADRO 8.3
Síntese dos efeitos directos, indirectos e espúrios na autopercção da eficácia das estratégias de sedução (sexo masculino)

	β s (ordem zero)	Efeitos			Total
		Espúrios	Directos	Indirectos	
Beleza física [IPS6]					
<i>via</i> Automonitorização [M1_18_F1]				-.00016	
<i>via</i> Experiência sexual [IPS1.3]				-.00530	
	.30584	-.05228	.36358	-.00546	.35812
Religião [REL2A_I]					
<i>via</i> Automonitorização [M1_18_F1]				.00013	
<i>via</i> Experiência sexual [IPS1.3]				.03329	
	.10811	-.09306	.16775	.03342	.20117
Automonitorização [M1_18_F1]	-.01903	-.02459	.00556		.00556
Experiência sexual [IPS1.3]	-.13665	-.00493	-.13172		-.13172

QUADRO 8.4
Síntese dos efeitos directos, indirectos e espúrios na autopercção da eficácia das estratégias de sedução (sexo feminino)

	β s (ordem zero)	Efeitos			Total
		Espúrios	Directos	Indirectos	
Beleza física [IPS6]					
<i>via</i> Automonitorização [M1_18_F1]				.03501	
<i>via</i> Experiência sexual [IPS1.3]				.02109	
	.04445	.0244	-.03605	.05610	.02005
Religião [REL2A_I]					
<i>via</i> Automonitorização [M1_18_F1]				.02308	
<i>via</i> Experiência sexual [IPS1.3]				-.05967	
	-.10853	-.00471	-.06723	-.03659	-.10382
Automonitorização [M1_18_F1]	.25636	.00406	.25230		.25230
Experiência sexual [IPS1.3]	.20595	.03635	.16960		.16960

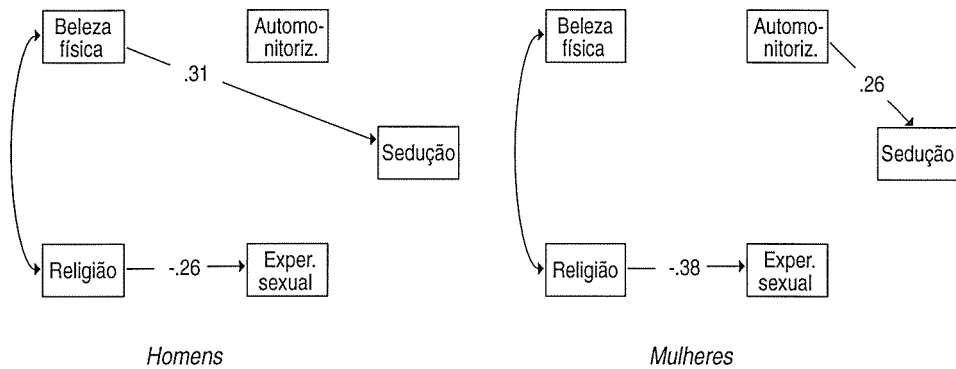


Figura 8.2 – Diagramas das relações entre a autopercção da eficácia das estratégias de sedução e as quatro variáveis predictoras (modelos truncados para os dois sexos)

3. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os dados obtidos corroboram a hipótese segundo a qual os atributos pessoais com valor preditivo na autopercção da eficácia das estratégias de sedução variam em função do sexo e a respectiva relevância é paralela à saliência que os mesmos atributos revestem quando se trata da percção do outro enquanto potencial parceiro sexual/ amoroso. Por outras palavras, nos homens, o facto da beleza física ser critério privilegiado de avaliação do sexo oposto tem contraponto na subordinação da autopercção da eficácia das estratégias de sedução à beleza física do «sedutor»; nas mulheres, a beleza física em si mesma não se repercute directamente na probabilidade de sucesso das acções de sedução, mas, em contrapartida, e ao invés do que acontece nos homens, a capacidade de automonitorização constitui um bom preditor do sucesso.

Como é próprio de uma investigação exploratória, o presente estudo comporta diversas limitações. Em primeiro lugar, não se procedeu à análise dos «conteúdos» das estratégias de sedução cuja eficácia se quantificou. Tal análise permitiria categorizar os tipos de estratégias em função do sexo e, adicionalmente, construir indicadores múltiplos da probabilidade subjectiva de sucesso. Em segundo lugar, o modelo estrutural testado não inclui possíveis preditores relevantes da autopercção da eficácia das estratégias de sedução, em particular determinadas variáveis disposicionais (v. g., auto-estima) susceptíveis de moderar ou mediatizar os efeitos da beleza física e da automonitorização. Em terceiro lugar, a operacionalização da beleza física deve passar, igualmente, pela consideração das heteroavaliações. Em quarto lugar, e trata-se de uma questão que não abordámos no quadro do presente estudo, de acordo com a investigação actual (Briggs & Cheek, 1988; Snyder & Gangestad, 1986), subsistem algumas dúvidas sobre o carácter unitário do conceito de automonitorização. Por último, ao partirmos do modelo dos comportamentos de sedução de Jones e Pittman (1982), ignorá-

mos voluntariamente o *valor incentivo dos objectivos* e a *legitimidade das acções* em termos de padrões morais dos actores, centrando-nos apenas na *probabilidade subjectiva de sucesso* das acções de sedução.

Dadas as limitações que acabamos de enunciar, as conclusões do presente estudo sobre a continuidade de critérios entre auto-avaliações e heteroavaliações nos fenómenos de atracção interpessoal devem ser tomadas como simples indicações para a investigação futura. Fica, no entanto, uma chamada de atenção para o carácter ilusório da crença segundo a qual «os homens, contrariamente às mulheres, não dão importância à sua própria beleza física».

CONCLUSÕES GERAIS

Tomando como referência de base a *teoria dos scripts sexuais* (Gagnon & Simon, 1973; Simon e Gagnon, 1986, 1987), procurámos, ao longo da presente investigação, traçar e fundamentar uma perspectiva de análise psicossocial da sexualidade radicalmente distinta das abordagens dominantes de inspiração psicanalítica ou sexológica. Em primeiro lugar, questionando «a inteligibilidade biológica do sexo» e a pertinência dos operadores teóricos (das necessidades fisiológicas às pulsões sexuais) responsáveis pela naturalização da sexualidade humana. Em segundo lugar, insistindo na especificidade dos processos de construção social e nas instâncias culturais, interpessoais e intrapsíquicas de regulação dos comportamentos sexuais.

Tal como é entendida no contexto teórico referido, a sexualidade humana não constitui uma entidade autónoma, biologicamente determinada e historicamente invariável, mas apenas uma entre muitas actividades humanas. Neste sentido, não existem razões de natureza teórica ou epistemológica que justifiquem o tratamento diferencial do sexo ou o recurso a dispositivos metodológicos estranhos às ciências sociais. A utilização da metáfora teatral (*script*), em substituição da metáfora energética (*drive*), no estudo da sexualidade humana representa, para além dos gostos pessoais e das disputas internas à comunidade científica, uma mudança de paradigma teórico, cujas implicações ultrapassam largamente o domínio da investigação. Paradoxalmente, é o recurso a uma *concepção dramática* da sexualidade que permite «desdramatizar» a crença no poder inesgotável do sexo, ou, como diria Foucault (1976), a adesão incondicional a «um postulado de causalidade geral e difusa da sexualidade».

Do ponto de vista em que nos colocámos, a resposta à questão das relações entre as esferas sexual e social não passa pelos princípios de ordem «económica», subjacentes aos modelos da sublimação ou da repressão, devendo, pelo contrário, ser procurada nos modos de produção social das condutas, em particular nas regras de determinação do significado, problemático e ambíguo, das categorias sexuais (Plummer, 1982). Tal como foi antecipado no *primeiro capítulo*, depois de passarmos em revista as implicações das posições naturalistas no domínio das concepções do desenvolvimento sexual e de discutirmos o alcance teórico do conceito de script, o sentido das «categorias sexuais» é, antes de mais, o resultado da definição social das situações de interacção sexual. Note-se, contudo, que a remissão para a definição social das situações não

equivale à afirmação genérica, sem dúvida verdadeira, mas tendencialmente inútil, de que o sexo é socialmente determinado. É, precisamente, neste contexto que a teoria de Simon e Gagnon, ao explicitar os níveis de «agenciamento» dos scripts sexuais e as respectivas articulações, se revela um dispositivo heurístico de inegável valor. Assim, se as grandes *encenações culturais* descrevem de modo abstracto as condutas apropriadas em função das circunstâncias sociais e relacionais das interações, os *scripts interpessoais*, enquanto estruturas cognitivas partilhadas, possibilitam a interpretação contextualizada dos comportamentos e intenções dos potenciais parceiros, que reflectem, em última instância, as *encenações privadas* dos desejos sexuais.

Ao longo do *segundo capítulo*, analisámos pormenorizadamente os diferentes níveis de regulação dos comportamentos sexuais, dos determinantes institucionais e dos processos de controlo social da sexualidade aos modos de gestão sexual do corpo, dando relevo particular aos processos de interdependência cognitiva, afectiva e comportamental que caracterizam as estruturas relacionais da sexualidade e definem os modelos de amor que lhes estão subjacentes (Kelley, 1983; Sternberg, 1987). A argumentação desenvolvida conduziu-nos a recusar as «concepções essencialistas» da sexualidade e a precisar os «modos de acção» dos scripts sexuais, recorrendo ao conceito de *representação social* (Moscovici, 1976, 1984a). A «capacidade elementar de experimentar activação fisiológica» é, obviamente, uma aptidão biológica necessária à reprodução da espécie; contudo, constitui um critério manifestamente insuficiente para definir os comportamentos sexuais. Os scripts sexuais não são, como pretende, entre outros, Goettsch (1989), uma mera justaposição às modificações fisiológicas que caracterizam a actividade sexual, pela simples razão de que tais modificações só ganham sentido se configuradas pela presença real ou imaginada do motivo que as suscitou. Na perspectiva construtivista adoptada, a sexualidade pode ser concebida como a dimensão das interações humanas que se liga directamente ao funcionamento do corpo enquanto instrumento de prazer (eventualmente de reprodução) e de sedução. A gestão deste «instrumento» faz-se de acordo com as *ficções generalizadas* que constituem as representações sociais do corpo e do sexo (encenações culturais e interpessoais) e com as *fantasias privadas* (scripts intrapsíquicos) que fazem desta gestão uma tarefa estritamente pessoal.

A importância atribuída à encenação privada dos desejos sexuais constitui um traço comum aos três capítulos teóricos que integram a primeira parte da investigação. Não se trata apenas de sublinhar que, a par da regulação via scripts, as condutas sexuais revestem, inevitavelmente, um carácter de improviso. Mais importantes são as transformações históricas que deram lugar à *emergência do intrapsíquico como domínio relativamente autónomo* (Simon & Gagnon, 1986). Assim, enquanto nas «sociedades paradigmáticas» as grandes orientações culturais se revelavam suficientes para balizar o campo da sexualidade, nas sociedades «pós-paradigmáticas» surgem zonas de incerteza, associadas à génese histórica da própria noção de individualidade, no interior das quais se dilui o carácter imperativo das normas sociais. Dito por outras palavras, contrariamente ao que pretendem as psicologias e sociologias ingénuas, a auto-encenação

de uma parte substancial da nossa vida sexual é uma possibilidade aberta pela complexificação das formas de organização social. A crença na espontaneidade e naturalidade do sexo nas sociedades primitivas resulta simplesmente da incapacidade de perceber que em tais sociedades as codificações ou encenações culturais cobrem por inteiro, dos rituais de iniciação e de passagem às significações universalmente partilhadas, o campo da sexualidade. É o declínio das marcações simbólicas que nos permite compreender o modo como nas sociedades actuais a sexualidade pode ser vivida como expressão de motivações e significados pessoalmente construídos. Regressando à questão das relações entre sexo e sociedade, é a autonomia relativa das encenações privadas ou scripts intrapsíquicos que permite o uso metafórico do sexo ou, para utilizarmos os termos de Harré (1981), a representação do sexo na ordem expressiva do comportamento.

Foi neste contexto que, depois de termos passado em revista os modelos teóricos e a dinâmica da atracção interpessoal (*terceiro capítulo*), procedemos ao exame crítico das teorias biológicas do amor passionai, sublinhando, na sequência de Luckmann (1979), a historicidade dos rituais de interacção humana e a sua irredutibilidade aos «modelos animais de enamoramento». Para além da fusão entre componentes afectivos e sexuais (Berscheid, 1988), a experiência do amor passionai constitui um caso exemplar de construção social das emoções (Averill, 1985), em correlação com a problemática histórica e psicológica da identidade pessoal.

Os *estudos empíricos* relatados na segunda parte da investigação subordinaram-se ao objectivo comum de *definir os contornos e evidenciar as figuras centrais da sexualidade pré-matrimonial numa população de estudantes universitários*. A análise das respostas dos 587 inquiridos teve como fio condutor as preocupações de natureza teórica explicitadas nos três primeiros capítulos, em particular a preocupação com os processos de construção social da sexualidade e com a articulação funcional dos diferentes componentes dos scripts sexuais. Dado que as conclusões de cada um dos quatro capítulos foram devidamente sumariadas nas secções respectivas, limitamo-nos aqui a uma simples inventariação dos aspectos de ordem geral.

Em *primeiro lugar*, a análise das relações entre a sexualidade, as circunstâncias da vida estudantil e os valores religiosos e políticos (*Capítulo VI*) revelou uma acentuada correspondência entre as orientações sexuais e as orientações ideológicas, entre a orientação lúdica na vida quotidiana e a orientação lúdica na vida sexual. Como tivemos oportunidade de sublinhar, estes resultados apontam para uma «fusão» entre as esferas sexual e social, para a existência de matrizes ideológicas diferenciadas subjacentes aos processos de regulação social dos comportamentos sexuais.

Em *segundo lugar*, os resultados relatados no *Capítulo V* apoiam, inequivocamente, a existência de um duplo padrão sexual pré-matrimonial, ainda que na forma condicional. Mais exactamente, tanto ao nível dos comportamentos, como no plano das atitudes e das normas sexuais, os dois sexos estão de acordo com a sexualidade pré-matrimonial orientada para o prazer, desde que enquadrada por uma relação emocional relativamente estável. Contudo, se o script «sexo com afecto» é comum, a adesão ao script «sexo pelo sexo» continua a ser quase exclusivamente uma característica masculina.

Em *terceiro lugar*, a decomposição dos scripts sexuais (*Capítulo VII*) permitiu-nos clarificar a importância da paixão e do envolvimento emocional nas trocas sexuais e explicitar a articulação entre a *estrutura relacional/erótica* e as instâncias de *controle ideológico/emocional* da sexualidade. A análise das motivações das relações sexuais mostrou que a interdependência relacional e o hedonismo se contam entre os principais «argumentos» da retórica sexual masculina, ao passo que as dificuldades relacionais e os factores disposicionais são os «contra-argumentos» mais importantes no discurso feminino. O conservadorismo ético-religioso e os receios em relação às doenças sexualmente transmissíveis polarizam o «debate» entre virgens e não virgens. Ainda no âmbito do *Capítulo VII*, as hipóteses que formulámos sobre a existência de *distorções em benefício próprio (self-serving bias)* associadas à virgindade e sobre a menor rigidez das normas sexuais em função do aumento da experiência sexual tiveram apoio empírico nos resultados obtidos.

Por último, na sequência da revisão dos fenómenos de atracção interpessoal efectuada no *Capítulo III*, no *Capítulo VIII* pretendemos contribuir para o esclarecimento da dinâmica das situações de atracção, analisando a relevância da beleza física e da automonitorização enquanto variáveis predictoras da *autopercepção da eficácia das estratégias de sedução*. Os dados obtidos corroboram a hipótese segundo a qual os atributos pessoais com valor preditivo na autopercepção da eficácia das estratégias de sedução variam em função do sexo e a respectiva relevância é paralela à saliência que os mesmos atributos revestem quando se trata da percepção do outro enquanto potencial parceiro sexual/amoroso. Atendendo ao carácter exploratório da investigação e às diversas limitações metodológicas convenientemente sublinhadas, as conclusões sobre a continuidade de critérios entre auto-avaliações e heteroavaliações nos fenómenos de atracção interpessoal devem ser tomadas como meras indicações para a investigação futura.

Ainda que os objectivos centrais da presente investigação se tenham situado num plano relativamente afastado da intervenção psicológica, não podemos deixar de responder à inevitável questão sobre as implicações práticas das posições defendidas e dos resultados obtidos. Que fazer com a diversidade de encenações da sexualidade ou de modelos de amor que «circulam» nas sociedades ocidentais contemporâneas? O modelo do «casal aberto» será melhor ou mais legítimo que o da exclusividade ou fidelidade conjugal? O sexo exige necessariamente o amor? A nossa resposta a estas ou a outras interrogações semelhantes é muito simples. Do ponto de vista da psicologia ou das outras ciências sociais, não existem quaisquer razões de natureza científica que possam legitimar as opções individuais ou sancionar as condenações ideológicas. O que existe, sim, são razões mais do que científicas para não invalidar os estilos pessoais de vida. Como tivemos oportunidade de mencionar, a respeito da educação sexual, a qualidade da intervenção das ciências sociais na vida quotidiana afere-se pelo carácter distintivo da informação produzida e não pela generalização abusiva de falsas competências legitimadas por relações arbitrárias de poder.

Ao reflectirmos sobre as conclusões do inquérito, não pudemos deixar de sentir um

certo mal-estar face à trivialidade de alguns dos resultados obtidos. A este propósito, o leitor do presente trabalho poder-nos-ia confrontar com uma crítica final e decisiva:

Ao lermos os resultados dum inquérito, somos frequentemente levados a dizer «mas isto é evidente» e a pensar que «não valia realmente a pena esforçarem-se tanto para ‘descobrir’ o que toda a gente já sabia» (Cot & Mounier, 1974/1976, p. 40).

Cot e Mounier explicitam melhor o seu ponto de vista ao apresentarem e comentarem as conclusões de um inquérito aos soldados americanos, estacionados na Alemanha logo após o termo da segunda grande guerra, conduzido por Paul Lazarsfeld. Entre outros resultados, tal inquérito permitiu concluir que *durante o serviço militar os rurais exibem melhor moral do que os cidadãos* e que *os soldados mostravam-se mais impacientes para regressar as suas casas durante os períodos de combate do que depois do termo do conflito*. Comentam os autores: *é evidente* que os indivíduos rurais resistem melhor porque estão habituados a viver em condições mais duras e que só um tolo gostaria de ser carne para canhão. E, no mesmo tom, prosseguem:

Aqui temos, portanto, [duas] proposições que o *bom senso* teria permitido descobrir sem que fosse necessário recorrer aos processos complicados e onerosos do inquérito. Efectivamente, poderia prescindir-se neste caso do inquérito se não fosse um pequeno pormenor: *cada uma destas proposições enuncia exactamente o contrário dos resultados reais do inquérito*. O estudo mostra, com efeito, que os soldados menos instruídos eram os que estavam mais sujeitos a nevroses; [...] que a inacção após o armistício era mais penosa que o perigo do combate, etc. É certo que se tivéssemos dado inicialmente os verdadeiros resultados do inquérito eles teriam parecido igualmente «evidentes». A única coisa evidente é que é preciso desconfiar da evidência (Cot & Mounier, 1974/1976, pp. 41-2).

ANEXOS

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIOS VAC

ANEXO 2 – CODIFICAÇÃO E RECODIFICAÇÃO DAS
RESPOSTAS ORIGINAIS

ANEXO 3 – CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFI-
CAS DAS AMOSTRAS I, II E III

ANEXO 4 – ESTATÍSTICAS COMPLEMENTARES
(ESCALAS)

ANEXO 1 – QUESTIONARIOS VAC

Reproduz-se aqui (*Secções A, B e C*) a versão integral dos *Questionários VAC*. Entre parêntesis rectos constam as *siglas* que identificam cada um dos itens. Para a codificação e recodificação das respostas originais, cf. *Anexo 2*.

A – Questionário VAC/1

pág. 1
Instruções
<p>O presente questionário integra-se num estudo sobre <i>valores, atitudes e comportamentos</i> da população universitária portuguesa, a realizar até ao final de [...].</p> <p><i>Todas as respostas</i> que lhe solicitaremos <i>serão rigorosamente anónimas</i>. Leia com atenção as instruções que lhe são dadas, certificando-se de que compreendeu correctamente o modo como deverá responder.</p> <p>Responda sempre de acordo com aquilo que <i>faz, sente ou pensa</i>, pois <i>não existem respostas correctas ou incorrectas, nem boas ou más respostas</i>.</p>
Muito obrigado pela sua colaboração

pág. 2
1ª parte
<p><i>Na primeira parte do questionário confrontá-lo-emos com uma situação imaginária e pedir-lhe-emos que nos indique o modo como se comportaria nessa situação.</i></p>
<p>SITUAÇÃO:</p> <p><i>Imagine que, numa festa académica, acaba de conhecer um(a) colega e que têm oportunidade de conversar a sós durante algum tempo.</i></p> <p><i>Imagine, igualmente, que desejaria que esse(a) colega viesse a gostar de si, que viesse a considerá-lo(a) uma pessoa susceptível de ser amada.</i></p>
<p><i>Tendo presente a situação que lhe pedimos para imaginar, procure descrever-nos algumas das «coisas» que faria ou diria ao(à) seu(sua) colega, de modo a conseguir realizar os seus objectivos [ou seja, de modo a conseguir que ele(ela) viesse a gostar de si, viesse a considerá-lo(la) uma pessoa susceptível de ser amada].</i></p> <p><i>Utilize o espaço em branco no Quadro I para descrever as suas acções, palavras ou gestos. Dê um número de ordem (a começar em 1) a cada uma das descrições que fizer.</i></p>

Ex.:

1	[descrição de acções, palavras ou gestos]
[...]	[descrição de acções, palavras ou gestos]
[n]	[descrição de acções, palavras ou gestos]

QUADRO I

Nº	Descrições
[SED1.1]	(resposta 1)
[...]	(...)
[SED1.n]	(resposta n)

pág. 3

1ª parte (cont.)

Na *mesma situação* teria certamente oportunidade de falar de si, de se dar a conhecer ao(à) seu(sua) colega.

Procure descrever-nos algumas das «coisas» que lhe diria sobre si mesmo(a) ou que procuraria «deixar-lhe entender», *não se esquecendo de numerar as respostas tal como fez na questão anterior. Para isso, complete, tantas vezes quantas quiser, a frase do Quadro II.*

Ex.:

Nº	Procuraria dizer-lhe ou deixar-lhe entender que eu ...
1	... [continuar a frase da primeira linha]
[...]	... [continuar a frase da primeira linha]
[n]	... [continuar a frase da primeira linha]

QUADRO II

Nº	Procuraria dizer-lhe ou deixar-lhe entender que eu ...
[SED2.1]	(resposta 1)
[...]	(...)
[SED2.n]	(resposta n)

pág. 4

Se já acabou de responder às questões anteriores, volte agora ao Quadro I (página 2) e releia as suas descrições. *Indique-nos, para cada uma delas, aquilo que lhe pedimos, escrevendo as letras A, B, C, D e E nos quadrados em branco por baixo do número correspondente às descrições que deu no Quadro I.*

Para cada descrição escolha apenas a letra que corresponder à afirmação com que mais concorda.

Acho que com esta acção, palavra ou gesto teria ...

[A] ... muitas possibilidades ...

[B] ... bastantes possibilidades ...

[C] ... algumas possibilidades ...

[D] ... poucas possibilidades ...

[E] ... muito poucas possibilidades ...

... de fazer com que o(a) meu(minha) colega viesse a gostar de mim.

[SED3.1_n]

Número da descrição no Quadro I*	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	(...)
Letra correspondente à afirmação											(...)

** Se deu mais de 10 descrições no Quadro I, continue este quadro escrevendo o número das descrições na linha de cima e a letra na linha de baixo. Se deu menos de 10 descrições, deixe em branco os quadrados que estão a mais.*

Volte agora para o Quadro II (página 3). Releia as suas respostas (*i.e.*, *as frases que completou*) e, para cada uma delas, responda da mesma maneira que fez na questão anterior.

Acho que com aquilo que disse sobre mim mesmo nesta frase teria ...

[A] ... muitas possibilidades ...

[B] ... bastantes possibilidades ...

[C] ... algumas possibilidades ...

[D] ... poucas possibilidades ...

[E] ... muito poucas possibilidades ...

... de fazer com que o(a) meu(minha) colega viesse a gostar de mim.

[SED4.1_n]

Número da descrição no Quadro II*	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	(...)
Letra correspondente à afirmação											(...)

** Se completou a frase do Quadro II mais de 10 vezes, continue este quadro escrevendo o número das frases na linha de cima e a letra na linha de baixo. Se completou a frase menos de 10 vezes, deixe em branco os quadrados que estão a mais.*

pág. 5

2ª parte

A segunda parte do questionário é constituída por 25 afirmações que dizem respeito às suas reacções pessoais em diferentes situações. Nenhuma afirmação é exactamente igual a outra, portanto leia-a atentamente antes de responder. Se uma afirmação é verdadeira (ou em grande parte verdadeira), quando aplicada às suas reac-

ções, marque uma cruz (X) na coluna verdadeiro (V). Se uma afirmação é falsa (ou raramente verdadeira), quando aplicada às suas reacções, marque uma cruz (X) na coluna falso (F).

Tanto quanto possível responda de modo franco e honesto. As suas respostas serão estritamente confidenciais.

- [EAM1] Acho difícil imitar o comportamento dos outros.
- [EAM2] O meu comportamento é geralmente a expressão dos meus mais profundos sentimentos, atitudes e crenças.
- [EAM3] Em festas e reuniões sociais, não procuro fazer ou dizer coisas que agradem aos outros.
- [EAM4] Só consigo defender ideias em que já acredito.
- [EAM5] Sou capaz de falar de improviso mesmo sobre assuntos acerca dos quais quase não tenho informação.
- [EAM6] Acho que «dou espectáculo» para impressionar ou divertir os outros.
- [EAM7] Quando não sei bem como actuar numa situação social, olho para o comportamento dos outros à procura de pistas.
- [EAM8] Provavelmente daria um bom actor.
- [EAM9] Raramente preciso do conselho de amigos para escolher cinema, livros ou música.
- [EAM10] Por vezes, as minhas emoções parecem aos outros muito mais fortes do que realmente são.
- [EAM11] Divirto-me mais quando assisto a uma comédia na companhia de outros do que quando estou sozinho.
- [EAM12] Num grupo de pessoas sou raramente o centro das atenções.
- [EAM13] Em diferentes situações e com diferentes pessoas, comporto-me frequentemente como se tivesse personalidades bastante diferentes.
- [EAM14] Tenho dificuldade em fazer com que os outros gostem de mim.
- [EAM15] Mesmo quando não estou a divertir-me, finjo frequentemente que estou a passar um «bom bocado».
- [EAM16] Nem sempre sou a pessoa que pareço ser.
- [EAM17] Não mudaria as minhas opiniões (ou o modo como faço as coisas) para agradar a alguém ou para conquistar os seus «favores».
- [EAM18] Já pensei em vir a ser um «animador».
- [EAM19] Para me dar bem com os outros e para que eles gostem de mim, tendo a ser aquilo que eles esperam de mim, mais do que qualquer outra coisa.
- [EAM20] Nunca fui bom em jogos do tipo charadas ou em actuações de improviso.
- [EAM21] Tenho dificuldade em alterar o meu comportamento para me adaptar a diferentes pessoas e a diferentes situações.
- [EAM22] Numa festa deixo que sejam os outros a animá-la.
- [EAM23] Na companhia de outras pessoas sinto-me pouco à vontade e não me comporto tão bem como deveria.
- [EAM24] Sou capaz de olhar uma pessoa nos olhos e mentir-lhe com um ar sério, desde que seja por uma boa causa.
- [EAM25] Posso enganar as pessoas mosirando-me simpático quando realmente não gosto delas.

3ª parte

Nesta parte do questionário solicitamos-lhe que responda a algumas questões ou que se pronuncie sobre determinadas afirmações relativas aos seus comportamentos e atitudes sexuais. Procure responder de acordo com aquilo que faz, pensa ou sente, uma vez que as suas respostas serão rigorosamente anónimas e o questionário destina-se exclusivamente a fins de investigação.

- [IPS1.1] *Quantas vezes teve relações sexuais no último mês?*
- [IPS1.2] *Já alguma vez fez sexo oral-genital? (Não / Sim)*
- [IPS1.3] *Com quantos parceiros diferentes teve relações sexuais, durante a sua vida?*
- [IPS1.4] *Com quantos parceiros diferentes teve relações sexuais, durante o último ano?*
- [IPS1.5] *Se não existisse qualquer obstáculo [por ex., nenhum receio de contrair doenças sexualmente transmissíveis, nenhuma possibilidade de uma gravidez indesejada, consentimento voluntário do(s) parceiro(s), etc.] com quantas pessoas diferentes (de entre aquelas com que actualmente se relaciona) gostaria de ter relações sexuais?*
- [IPS1.6] *Com quantos parceiros diferentes prevê vir a ter relações sexuais nos próximos cinco anos?*
- [IPS1.7] *Com quantos parceiros diferentes teve relações sexuais numa e apenas numa ocasião?*
- [IPS1.8] *Durante o período de namoro com o seu parceiro actual [ou com o seu último namorado(a)] teve relações sexuais com outra pessoa? (Não / Sim)*

Relativamente às afirmações que se seguem, indique-nos qual o seu grau de concordância, assinalando com um círculo o número correspondente, sabendo que o número 1 significa completamente em desacordo e o número 9 significa completamente de acordo. Os números compreendidos entre estes extremos significam graus intermédios de acordo.

- [IPS2.1] *Para mim ter relações sexuais com alguém não implica necessariamente que esteja «comprometido(a)» com essa pessoa.*
- [IPS3.1] *Sentir-me-ia bem e à-vontade tendo relações sexuais com alguém que me atraísse muito, mas que não conhecesse muito bem.*
- [IPS3.2] *Sou capaz de me imaginar sem problemas e experimentando prazer tendo, ocasionalmente, relações sexuais com diferentes parceiros.*
- [IPS3.3] *Precisaria de estar intimamente ligado(a) a alguém (tanto emocional como psicologicamente) antes que me pudesse sentir confortável e apreciar completamente ter relações sexuais com essa pessoa.*
- [IPS3.4] *Mesmo que me sentisse fisicamente atraído(a) por outra pessoa, sentiria desconforto tendo relações sexuais com essa pessoa sem a conhecer bastante bem.*
- [IPS2.2] *Nunca teria relações sexuais com alguém sem que estivesse total e exclusivamente «comprometido(a)» com essa pessoa.*
- [IPS3.5] *O sexo sem amor é agradável.*

[IPS3.6] Não preciso necessariamente de me sentir psicológica e emocionalmente ligado(a) a alguém para iniciar uma actividade sexual com essa pessoa.

Responda às duas questões que se seguem, colocando um círculo à volta do número correspondente ao grau de frequência:

[IPS4.1] Com que frequência pensa sobre sexo? (quase nunca / quase todo o tempo)

[IPS4.2] Com que frequência tem fantasias acerca de ter relações sexuais com outra pessoa que não o seu parceiro habitual? (nunca / pelo menos uma vez por dia)

Responda, também, às seguintes questões, colocando um círculo à volta do número correspondente à sua opinião:

[IPS5] Comparando-se com as *peessoas da sua idade*, como é que avalia a *sua experiência sexual*? (sou muito menos experiente / sou muito mais experiente)

[IPS6] Comparando-se com outras *peessoas da sua idade*, como é que avalia o seu grau de *beleza física*? (nada atraente / muito atraente)

págs. 8-9

3ª parte (cont.)

Para concluir a terceira parte deste questionário, leia, atentamente, as afirmações que se seguem e indique, relativamente a cada uma delas, qual o grau em que corresponde às suas opiniões, pensamentos ou sentimentos. Faça um círculo à volta do número apropriado, atendendo às seguintes significações: 1 = completamente em desacordo; 2 = parcialmente em desacordo; 3 = não sei / nem concordo nem discordo; 4 = parcialmente de acordo; 5 = completamente de acordo.

[EAS0] Não preciso de estar comprometido com uma pessoa para ter relações sexuais com ela.

[EAS1] O planeamento familiar faz parte de uma sexualidade responsável.

[EAS2] As relações sexuais ocasionais são aceitáveis.

[EAS3] O sexo torna-se melhor à medida que as relações progridem.

[EAS4] Gostaria de ter relações sexuais com muitos parceiros.

[EAS5] O sexo é melhor quando nos «deixamos ir» e nos centramos no nosso próprio prazer.

[EAS6] As «aventuras sexuais» de uma só noite são, por vezes, muito agradáveis.

[EAS7] As mulheres devem partilhar as responsabilidades do planeamento familiar.

[EAS8] É correcto ter relações sexuais com mais do que uma pessoa no mesmo período de tempo.

[EAS9] O sexo é a forma mais íntima de comunicação entre duas pessoas.

[EAS10] É correcto influenciar uma pessoa para ter relações sexuais sem fazer quaisquer promessas para o futuro.

- [EAS11] O sexo é, em primeiro lugar, obter prazer através do outro.
- [EAS12] As relações sexuais como simples troca de «serviços» são aceitáveis desde que ambos os parceiros estejam de acordo.
- [EAS13] A educação sexual é importante para a juventude.
- [EAS14] O melhor sexo é o que se faz na ausência de quaisquer «compromissos».
- [EAS15] Um encontro sexual entre duas pessoas profundamente apaixonadas é a forma mais sublime de interacção humana.
- [EAS16] A vida teria menos problemas se as pessoas tivessem relações sexuais de modo mais livre.
- [EAS17] O sexo é, principalmente, uma actividade física.
- [EAS18] É possível gostar de ter relações sexuais com uma pessoa não gostando muito dessa pessoa.
- [EAS19] Na sua melhor expressão, o sexo parece ser a fusão de dois «seres».
- [EAS20] O sexo é mais divertido com alguém que não amamos.
- [EAS21] O orgasmo é a melhor experiência do mundo.
- [EAS22] É correcto «pressionar» alguém para ter relações sexuais.
- [EAS23] A masturbação é algo agradável e inofensivo.
- [EAS24] É bom ter uma prolongada experiência sexual pré-marital.
- [EAS25] Durante as relações sexuais, o conhecimento intenso do parceiro é o melhor «estado de espírito».
- [EAS26] As «aventuras extraconjugais» são aceitáveis desde que o nosso parceiro não saiba nada delas.
- [EAS27] Os homens devem partilhar as responsabilidades do planeamento familiar.
- [EAS28] O sexo só pelo sexo é perfeitamente aceitável.
- [EAS29] O sexo é, geralmente, um experiência intensa e absorvente.
- [EAS30] Sentir-me-ia confortável tendo relações sexuais com o meu parceiro na presença de outras pessoas.
- [EAS31] O sexo é, principalmente, uma função corporal, tal como comer.
- [EAS32] A prostituição é aceitável.
- [EAS33] Usar «instrumentos e objectos sexuais» quando se faz amor é aceitável.
- [EAS34] O sexo apenas como forma de «descarga» física é bom.
- [EAS35] Masturbar o nosso parceiro durante as relações sexuais pode aumentar o prazer do sexo.
- [EAS36] O sexo sem amor não faz sentido.
- [EAS37] O sexo é uma parte muito importante da vida.
- [EAS38] As pessoas deviam, no mínimo, ser amigas antes de terem relações sexuais.
- [EAS39] O sexo é sobretudo um jogo entre machos e fêmeas.
- [EAS40] Para que o sexo seja bom é necessário ter sentido para as pessoas.
- [EAS41] Fazer sexo é, fundamentalmente, bom.
- [EAS42] A principal finalidade do sexo é dar-nos prazer a nós mesmos.
- [DIM1] O sexo entre pessoas casadas é menos interessante.
- [DIM2] Ter relações homossexuais é uma experiência que todas as pessoas deveriam fazer.
- [DIM3] Por vezes, as carícias preliminares são mais agradáveis que as relações sexuais propriamente ditas.
- [DIM4] Para mim, o sexo está mais ligado ao prazer do que à reprodução.

Por último, solicitamos-lhe que, para efeitos de tratamento estatístico das respostas, nos dê as seguintes informações:

- [SEXO] Sexo (Masculino / Feminino)
- [IDADE] Idade (Anos)
- [FAC] Faculdade (Ciências / Direito / Economia / Farmácia / Letras / Medicina / Psicologia / ESEC)
- [CURSO] Curso
- [ACURSO] Ano do curso
- [ESTCIV] Estado civil (solteiro / casado / divorciado ou separado judicialmente / viúvo)
- [HABPAIA] Habilitações literárias do pai (analfabeto ou escolaridade primária incompleta / escolaridade primária completa / escolaridade secundária incompleta / escolaridade secundária completa / escolaridade superior incompleta / licenciatura)
- [HABMAEA] Habilitações literárias da mãe (idêntica à anterior)
- [PROPAI] Profissão do pai
- [PROMAE] Profissão da mãe
- [IRMAO1_4] Número de irmãos (sexo masculino – mais velhos / sexo masculino – mais novos / sexo feminino – mais velhos / sexo feminino – mais novos)
- [REL1.1] Religião (católica / outra / sem religião)
- [REL2A] Prática religiosa: frequência de cerimónias religiosas (todos os dias / algumas vezes por semana / domingos e festas religiosas / ocasionalmente / nunca)
- [POL3A.1] No que diz respeito às suas opções políticas considera-se como fazendo parte ou estando próximo(a): (da extrema-direita / da direita / do centro direita / do centro-esquerda / da esquerda / da extrema-esquerda)
- [POL2.1] É militante de algum partido político? (Não / Sim)
- [POL1A.1] Votou nas últimas eleições? (Não / Sim)
- [CASAM] Quais são as suas opiniões a respeito do casamento: [É casado(a) ou tenciona casar-se pela igreja / É casado(a) ou tenciona casar-se pelo registo civil / Vive ou deseja viver maritalmente / Não vive nem deseja viver maritalmente nem tenciona casar-se]

B – Questionário VAC/2¹⁰⁶

pág. 1

Instruções

[idênticas a VAC/1]

[SEXO] Cf. VAC/1.

[ANAS] Data de nascimento (Ano).

[MNAS] Data de nascimento (Mês).

[FAC] Faculdade.

[CURSO] Cf. VAC/1.

[ACURSO] Cf. VAC/1.

* [MAT1] Ano lectivo em que se matriculou pela primeira vez no ensino superior..

* [MAT2] Ano lectivo em que se matriculou pela primeira vez na faculdade e no curso que actualmente frequenta

pág. 2

* [UNI1.1] No ensino básico e secundário *repetiu algum ano?* (Não / Sim. Quantos?)

* [UNI1.2] Qual foi a *classificação de entrada* ou admissão no curso que frequenta?

* [UNI1.3] Na lista de preferências qual era a *ordem* desse curso?

* [UNI1.4] Caso não tenha sido a *1ª escolha*, diga qual era essa escolha.

[UNI2] Qual é, actualmente, a sua *média* (arredondada aos valores) de curso?

* [UNI3] A *quantas disciplinas* já esteve matriculado mais do que um ano (ou semestre) lectivo?

• *Em média, qual é o número de horas semanais que dedica ao estudo (...)*

[UNI4.1] (...) nas semanas que antecedem uma frequência ou exame? ___ horas.

[UNI4.2] (...) nas épocas em que não tem qualquer prova de avaliação? ___ horas.

[UNI5] No presente ano lectivo, qual é a sua taxa de assiduidade (*percentagem de presenças semanais*) às aulas? (0 a 20 % / 20 a 40 % / 40 a 60 % / 60 a 80 % / 80 a 100 %).

• *Em relação aos seguintes elementos de estudo, diga qual é a frequência com que os utiliza na preparação das frequências e/ou exames (nunca / raramente / algumas vezes / frequentemente / sempre)*

* [UNI6.1] Sebentas, apontamentos escritos ou livros do professor.

¹⁰⁶ Contrariamente aos Questionários VAC/1 e VAC/3, cujos objectivos se reportaram exclusivamente ao presente trabalho, o Questionário VAC/2 inscreveu-se num projecto de investigação mais vasto sobre o quotidiano estudantil. Por este motivo, algumas das questões que o integram não foram objecto de qualquer análise no âmbito dos estudos empíricos que compõem a segunda parte. Optámos, contudo, por manter a versão integral do Questionário VAC/2, fazendo preceder de um asterisco (*) as siglas das questões «não estudadas».

- * [UNI6.2] As suas notas das aulas.
- * [UNI6.3] As notas de colegas do mesmo ano.
- * [UNI6.4] As notas de colegas do(s) ano(s) anterior(es).
- * [UNI6.5] Manuais de base (em português).
- * [UNI6.6] Manuais de base (em língua estrangeira).
- * [UNI6.7] Bibliografia complementar ou específica recomendada pelo professor.
- * [UNI6.8] Bibliografia complementar ou específica seleccionada por si mesmo.
- * [UNI7.1] Assinale o seu grau de concordância com a «lei das propinas», rodeando com um círculo o número apropriado (discordo completamente / concordo completamente).
- * [UNI7.2] Assinale o seu grau de concordância com o «contrato social», rodeando com um círculo o número apropriado (discordo completamente / concordo completamente).
- * [UNI8.1] Desde o início do último ano lectivo (1991-92) até à presente data, integra ou integrou algum (alguns) dos seguintes «órgãos de gestão» (Direcção Geral da Associação Académica / Órgãos de gestão da sua faculdade / Órgãos de gestão da sua faculdade / Outros. Quais?).
- * [UNI7.3] No referendo, realizado em Maio de 1992, sobre o aumento das propinas, qual foi o seu voto? (Sim – favorável ao aumento / Não – contra o aumento / Não enquanto ... / Voto branco ou nulo / Abstenção / Não estava matriculado na Universidade de Coimbra).

pág. 3

- * [UNI7.4] Participou na Manifestação Nacional contra o aumento das propinas, no dia 18 de Novembro de 1992, frente à Assembleia da República? (Não / Sim)
- * [UNI8.2] Qual foi o seu voto nas últimas eleições (1992) para a Direcção Geral da Associação Académica (Lista A – Para o saneamento básico da Direcção Geral / Lista B – Juventude Inquieta / Lista C – Académica és tu / Lista D – Académica a todo o vapor / Lista E – Alternativa / Abstenção / Não estava matriculado na Universidade de Coimbra.
- * [UNI8.3] Em que lista vai votar nas próximas eleições (Lista __ / Voto branco ou nulo / Abstenção).
 - *Indique qual é a sua frequência dos locais enumerados na coluna da esquerda, desde o início do ano lectivo anterior (1991-92) até à presente data (Nunca / Uma vez por mês ou menos / Duas a três vezes por mês / Uma vez por semana / Duas a três vezes por semana / Quatro a seis vezes por semana / Todos os dias)*
- * [CDI1.1] Cafés/pastelarias/cervejarias.
- [CDI1.2] Bares/Pubs.
- [CDI1.3] Discotecas/Boîtes.
- * [CDI1.4] Clubes privados.
- * [CDI1.5] Casas de jogos (bingo, bilhar, máquinas, matrecos, etc).

- * [CDI1.6] Restaurantes/«tascas».
- * [CDI2.1] Cantinas universitárias.
- * [CDI2.2] Bar da sua Faculdade.
- * [CDI2.3] Bar da AAC.
- * [CDI2.4] Bar «D. Dinis».
- * [CDI2.5] CADC.
- [CDI3.1] Cinemas.
- * [CDI3.2] Teatros.
- * [CDI3.3] Museus.
- * [CDI3.4] Galerias de arte/exposições.
- * [CDI3.5] Espectáculos musicais.
- [CDI3.6] Livrarias.
- * [CDI4.1] Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- * [CDI4.2] Biblioteca da sua Faculdade.
- * [CDI4.3] Outras bibliotecas.
- * [CDI5.1] Centro de Informática da Universidade de Coimbra.
- * [CDI5.2] Centro ou Serviço de Informática da sua Faculdade.
- [CDI6.1] Estádio Universitário.
- [CDI6.2] Ginásios/outras instalações ou parques desportivos.
- * [UNI8.4] É membro de algum organismo autónomo ou secção da AAC? (Não / Sim).
- * [UNI8.5] Em caso afirmativo, quantas horas lhe dedica por semana?

pág. 4

- * [UNI7.5] Como é que tomou conhecimento da «lei das propinas»? [marque uma X no(s) quadrado(s) apropriado(s)] (Li integralmente os respectivos textos legais / Tomei conhecimento pelos órgãos de comunicação social / Tomei conhecimento através de conversas com colegas, professores, amigos, etc. / Não tenho qualquer conhecimento do teor da lei ou diploma).
- * [UNI7.6] Como é que tomou conhecimento do «contrato social»? [marque uma X no(s) quadrado(s) apropriado(s)] (alternativas de resposta idênticas à questão UNI7.5).
- [POL1B.1] Qual foi o seu voto nas últimas eleições legislativas (1990)? (PSD / PS / CDS / CDU / PSN / PSR / Outro partido ou coligação. Qual? / Branco ou Nulo / Abs-tenção / Não votou porque tinha menos de 18 anos).
- [POL1.2] Se as próximas eleições legislativas se realizassem hoje mesmo, qual seria o seu voto? (alternativas de resposta idênticas à questão POL1B.1).
- * [POL2.1] É militante de algum partido político? (Não / Sim).
- * [POL2.2] Em caso afirmativo, qual é o partido em que milita? (idêntica a POL1B.1).
 - *Caso tenha respondido afirmativamente à questão anterior (POL2.2), respon-da às seguintes questões:*
- * [POL2.3] Há quantos anos é militante?
- * [POL2.4] Assiste às reuniões da sua organização local? (Não / Sim).
- * [POL2.5] Participa activamente nas campanhas eleitorais? (Não / Sim).
 - *Indique (rodeando com um círculo o número mais apropriado) quais são os*

seus valores, opiniões ou convicções políticas, procurando situá-las ao longo das seguintes dimensões:

- [POL3B.1] Direita / Esquerda.
 [POL3.2] Conservador / Não conservador.
 [POL3.3] Liberal / Não liberal.
 [POL3.4] Democrático / Não democrático.
 [POL3.5] Monárquico / Republicano.

págs. 5-6

[IPS] Cf. VAC/1 [Todos os itens IPS (IPS1.1 a IPS6)]

• *Indicam-se abaixo sete razões ou motivos para «fazer sexo». Diga qual a importância que atribui a cada um deles utilizando as «escalas» da direita: (nada importante / muito importante).*

- [MOT1.1] 1 – Por mero prazer.
 [MOT1.2] 2 – Para exprimir proximidade emocional.
 [MOT1.3] 3 – Para me reproduzir.
 [MOT1.4] 4 – Porque o meu parceiro quer.
 [MOT1.5] 5 – Para agradar ao meu parceiro.
 [MOT1.6] 6 – Para seduzir o outro.
 [MOT1.7] 7 – Para aliviar a tensão sexual.

• *Indicam-se abaixo oito razões ou motivos para «não fazer sexo». Diga qual a importância que atribui a cada um deles utilizando as «escalas» da direita: (nada importante / muito importante).*

- [MOT2.1] 1 – Por medo de doenças venéreas.
 [MOT2.2] 2 – Por medo da SIDA.
 [MOT2.3] 3 – Por medo de uma gravidez.
 [MOT2.4] 4 – Por não gostar de usar contraceptivos.
 [MOT2.5] 5 – Por desinteresse.
 [MOT2.6] 6 – Por falta de oportunidade ou incapacidade de encontrar um parceiro de quem goste o suficiente.
 [MOT2.7] 7 – Por medo de rejeição.
 [MOT2.8] 8 – Por não gostar de sexo.

*[SIDA1] Qual é, de acordo com a sua estimativa pessoal, o número de portugueses que actualmente sofre de SIDA? (Menos do que um em 100.000 – aproximadamente a população de Coimbra / 1 a 5 em 100.000 / 6 a 10 em 100.000 / 11 a 15 em 100.000 / 16 a 20 em 100.000 / 21 a 25 em 100.000 / 26 a 30 em 100.000 / Mais do que 30 em 100.000).

*[SIDA2] Ainda de acordo com a sua estimativa pessoal, o número de indivíduos seropositivos (isto é, indivíduos contaminados pelo vírus da SIDA, mas que actualmente não sofrem da doença) é ... (2 vezes superior ao número de doentes / 3 a 5 vezes superior ... / 6 a 8 vezes superior ... / 9 a 11 vezes superior ... / 12 a 14 vezes superior ... / 15 a 17 vezes superior ... / 18 a 20 vezes superior ... / Mais do que 20 vezes superior ...).

[REL1.1] Cf. VAC/1.

[REL1.2] Qual é a religião do seu pai? (católica / outra / sem religião).

[REL1.3] Qual é a religião da sua mãe? (católica / outra / sem religião).

[REL2B] Qual é a frequência com que assiste a cerimónias religiosas? (todos os dias / mais do que uma vez por semana / uma vez por semana / uma a três vezes por mês / apenas em casamentos, baptizados, funerais, etc / nunca).

* [REL3] Qual é a sua opinião sobre a inclusão de uma disciplina de Religião e Moral nos planos de estudo do ensino básico e secundário? (Discordo completamente da inclusão dessa disciplina / Concordo apenas como disciplina de opção / Concordo como disciplina obrigatória).

[REL4] Frequenta ou frequentou cursos e/ou acções de formação com características religiosas? [marque uma cruz no(s) quadrado(s) apropriado(s)] (não frequente, nem nunca frequentei / frequentei durante a infância (por exemplo, a catequese) / frequentei durante a adolescência / frequente desde que me matriculei no ensino superior).

[TRA1.1] Tem traje académico? (Não / Sim).

* [TRA1.2] Em caso afirmativo, desde quando? (1^a ano / 2^o ano / 3^o ano / 4^o ano / 5^o ano / 6^o ano).

* [TRA2.1_26] No *último ano lectivo* (1991-92) participou ou assistiu aos seguintes acontecimentos académicos? Usando traje académico (ou traje estipulado para a sua situação académica)? (*Participação*: Não / Sim • *Traje*: Não / Sim — respostas a estas duas questões relativamente a 13 acontecimentos formais, v.g., Latada, Queima, etc).

* [TRA2.27_52] No *presente ano lectivo* (1992-93) participou ou assistiu (ou tenciona participar ou assistir) aos seguintes acontecimentos académicos? Usando traje académico (ou traje estipulado para a sua situação académica)? (idêntico à questão anterior).

[TRA3] Durante o ano lectivo, *fora das épocas que coincidem com festas ou acontecimentos académicos* (por exemplo a Latada ou a Queima), qual é a *frequência (em média) com que usa traje académico?* (nunca uso / uso uma vez ou menos por mês / uso uma vez de quinze em quinze dias / uso uma vez por semana / uso duas a três vezes por semana / uso quatro ou mais vezes por semana).

* [TRA4.1_14] Desde o início do ano lectivo anterior (1991-92) até à presente data, indique (nas colunas do meio) qual o número de vezes em que participou nos acontecimentos descritos na coluna da esquerda. Para cada tipo de acontecimentos diga-nos (marcando um X numa das duas colunas da direita) se na maior parte das ocasiões vestia ou não traje académico (*Número de ocasiões em que participou*: nenhuma vez / 1 a 3 vezes / 4 a 6 vezes / 7 a 9 vezes / 10 ou mais vezes;

- *Traje*: vestia na maior parte das vezes / não vestia na maior parte das vezes — respostas a estas duas questões relativamente a sete acontecimentos académicos, vg., convívios organizados em discotecas, serenatas pela cidade, etc).

pág. 9

- [NACI1] Nacionalidade (Portuguesa / Outra).
- [NACI2] Se respondeu outra, indique qual?
- * [NATU1] Naturalidade (Concelho).
- * [NATU2] Naturalidade (Distrito).
- [TRAB1] É trabalhador estudante? (Não / Sim).
- * [TRAB2] Se respondeu afirmativamente, qual é a sua profissão?
- [ESTCIV] Cf. VAC/1.
- * [PROPAI] Cf. VAC/1.
- * [PROMAE] Cf. VAC/1.
- [HABPAIB] Habilitações literárias do pai (Não sabe ler nem escrever / Sabe ler e escrever sem possuir a 4ª classe / 4ª classe – 4º ano de escolaridade / Ensino preparatório – 6º ano de escolaridade / Curso geral unificado – 9º ano de escolaridade / Ensino complementar – 11º ano de escolaridade / Ensino médio / Ensino superior).
- [HABMAEB] Habilitações literárias da mãe (idêntica à anterior).
- [RENDI] Qual é o rendimento mensal líquido per capita do seu agregado familiar? (inferior a 20 contos / entre 20 a 40 contos / entre 40 a 80 contos / entre 80 a 120 contos / entre 120 a 160 contos/ superior a 160 contos).
- * [RESI1] Residência do agregado familiar: (Concelho).
- * [RESI2] Residência do agregado familiar: (Distrito).
- [RESI3] Durante o tempo de aulas reside com o agregado familiar? (Não / Sim).
- [RESI4A] Em caso negativo onde reside? (Apartamento próprio / Apartamento alugado / República / Casa de familiares ou amigos / Quarto alugado / Outra. Qual?).
- * [RESI5] Quantos estudantes universitários vivem na sua casa?
- * [REFEI] Onde toma, habitualmente, as suas refeições? (cantina / restaurante / casa própria).
- * [TRANS] Qual é o transporte que utiliza habitualmente para se deslocar para o estabelecimento de ensino? (transporte público / transporte próprio / vai a pé).
- * [DISTA] Qual é a distância à sua faculdade? (Menos de 10Km / de 10 a 35 Km / mais de 35 Km).

C – Questionário VAC/3

págs. 1-2

Instruções

[idênticas a VAC/1]

- [SEXO] Cf. VAC/1.
- [ANAS] Cf. VAC/2.
- [MNAS] Cf. VAC/2.
- [FAC] Cf. VAC/1.
- [CURSO] Cf. VAC/1.
- [ACURSO] Cf. VAC/1.
- [NACI1] Cf. VAC/2.
- [NACI2] Cf. VAC/2.
- * [NATU1] Cf. VAC/2.
- * [NATU2] Cf. VAC/2.
- * [RESI1] Cf. VAC/2.
- * [RESI2] Cf. VAC/2.
- [RESI4B] Onde reside durante o tempo de aulas? (Na residência do agregado familiar / / Apartamento próprio / Apartamento alugado / República / Casa de familiares ou amigos / Quarto alugado / Residência universitária / Outra. Qual?).
- [TRAB1] Cf. VAC/2.
- * [UNI1.2] Cf. VAC/2.
- [UNI2] Cf. VAC/2.
- [UNI4.1] Cf. VAC/2.
- [UNI4.2] Cf. VAC/2.
- [UNI5] Cf. VAC/2.
- [CDI1.2] Cf. VAC/2.
- [CDI1.3] Cf. VAC/2.
- [CDI3.1] Cf. VAC/2.
- [CDI3.6] Cf. VAC/2.
- [CDI6.2] Cf. VAC/2.
- [TRA1.1] Cf. VAC/2.
- * [TRA1.2] Cf. VAC/2.
- [TRA3] Cf. VAC/2.

pág. 3

[IPS1.1_7] Cf. VAC/1.

[NAM1.1] *Presentemente* tem algum(a) «namorado(a)»? (Não / Sim).

[NAM1.2] *Se respondeu não* qual das seguintes afirmações descreve de modo mais exacto

a sua situação (1. Nunca tive «namorado(a)» / 2. Não tenho actualmente, mas já tive, pelo menos, um «namorado(a)» / 3. Sou casado(a)).

[*Se marcou uma cruz na resposta 1, deixe em branco as próximas quatro questões; se deu a resposta 2 responda às próximas quatro questões tendo em mente o seu último «namorado(a)»; se deu a resposta 3, responda às próximas quatro questões tendo em mente o período de «namoro» com o seu actual cônjuge.*]

[NAM2] Há quanto tempo dura o seu actual «namoro» (ou quanto tempo durou o seu último «namoro»)? (Menos de um mês / Entre um e seis meses / Entre seis meses e um ano / Entre um e dois anos / Mais de dois anos).

[NAM3.1] Teve relações sexuais com o seu actual (ou com o último) «namorado(a)»? (Não / Sim).

[NAM3.2] *Se respondeu sim*, ao fim de quanto tempo de «namoro» teve relações sexuais? (Uma semana / Duas semanas / Três a quatro semanas / Um a três meses / Três a seis meses / Seis meses a um ano / Um a dois anos / Mais de dois anos).

[IPS1.8] Cf. VAC/1.

pág. 4

[NAM4.1] Durante toda a sua vida *quanto(a)s «namorado(a)s» teve?*

[NAM4.2] Desses «namorado(a)s» *com quantos teve relações sexuais?*

[MOT1.1_7] Cf. VAC/2.

[MOT1.8] 8 – Porque estou apaixonado(a).

[MOT1.9] 9 – Por curiosidade.

[MOT1.10] 10 – Por divertimento e/ou brincadeira.

[MOT1.11] 11 – Por me sentir «comprometido».

[MOT1.12] 12 – Porque é «normal» fazer sexo.

[MOT1.13] 13 – Porque é indispensável à saúde física e mental.

[MOT3.1_3] Dos treze motivos acima quais são os *três mais importantes para fazer sexo* (indique os respectivos números por ordem de importância): (1° / 2° / 3°).

[MOT2.1_8] Cf. VAC/2.

[MOT2.9] 9 – Por não conhecer o parceiro há tempo suficiente.

[MOT2.10] 10 – Porque é imoral.

[MOT2.11] 11 – Porque não sou casado(a).

[MOT4.1_3] Dos onze motivos acima quais são os *três mais importantes para não fazer sexo* (indique os respectivos números por ordem de importância, isto é, começando pelo *mais importante para não fazer sexo*): (1° / 2° / 3°).

[CSEX1.1] *Que idade tinha quando teve pela primeira vez relações sexuais? (anos) [Se nunca teve relações sexuais deixe esta e as próximas duas questões em branco].*

[CSEX1.2] *Estava «apaixonado(a)» pela pessoa com quem teve pela primeira vez relações sexuais? (Não / Sim).*

[CSEX1.3] *Essa pessoa era: mais nova / da sua idade / mais velha.*

- [CSEX2.1] Já alguma vez teve *relações sexuais e/ou amorosas com alguém do mesmo sexo?* (Não / Sim).
- [CSEX2.2] *Caso tenha respondido não*, em que medida julga que isso poderá vir a acontecer? (nada provável / muito provável).
- [CSEX3.1] Já alguma vez, durante toda a sua vida, teve um *orgasmo?* (Não / Não sei / Sim).
- [CSEX3.2] *Se respondeu sim* à questão anterior, qual foi a frequência com que «experimentou» o *orgasmo durante o último mês?* (Nenhuma vez / Uma a duas vezes / Três a cinco vezes / Seis a dez vezes / Mais de dez vezes).
- [CSEX4] Durante o *último mês* quantas vezes se *masturbou?* (Nenhuma vez / Uma a duas vezes / Três a cinco vezes / Seis a dez vezes / Mais de dez vezes).
- Em relação às últimas *dez vezes* que teve relações sexuais * (*com a mesma ou com diferentes pessoas*), diga quantas vezes utilizou (*você ou o seu parceiro*) cada um dos métodos contraceptivos indicados na coluna da direita, assinando com uma cruz o quadrado apropriado. Note que a soma das utilizações para a totalidade dos métodos deve ser igual a dez [*se nunca teve relações sexuais deixe a questão em branco, mas não deixe de responder à questão imediatamente a seguir (CSEX6.1_3)*].
- [CSEX5.0] * *Se durante toda a sua vida teve menos de 10 relações (mas, pelo menos, uma) indique aqui o número de relações [___ relações] e preencha o quadro apenas em função desse número.*
- [CSEX5.1] A – Não utilizei qualquer método.
- [CSEX5.2] B – Preservativos (masculino ou feminino).
- [CSEX5.3] C – Pílula.
- [CSEX5.4] D – Dispositivo intra-uterino.
- [CSEX5.5] E – Coito interrompido.
- [CSEX5.6] F – Diafragma.
- [CSEX5.7] G – Espermicidas.
- [CSEX5.8] H – Métodos «naturais» (por ex., temperaturas, Ogino, etc.).
- [CSEX5.9] I – Outro. Qual?
- [CSEX6.1_3] Dos métodos acima referidos quais são, na sua opinião, os *três mais eficazes* para evitar uma gravidez indesejada (indique as respectivas letras começando pelo que considera mais eficaz)? : (1º / 2º / 3º).
- [IPS2.1] Cf. VAC/1.

- [IPS3.1_4] Cf. VAC/1.
- [IPS2.2] Cf. VAC/1.
- [IPS3.5_6] Cf. VAC/1.
- [IPS4.1_2] Cf. VAC/1.
- [IPS5] Cf. VAC/1.
- [IPS6] Cf. VAC/1.

págs. 7-8

[OSEX1.1_2] Independentemente de as pessoas estarem ou não «apaixonadas», qual é, na sua opinião, a *idade mais apropriada para ter relações sexuais pela primeira vez?*

Homens: _____ anos; Mulheres: _____ anos.

• *Qual é a importância que atribui a cada um dos seguintes aspectos do acto sexual? (nada importante / muito importante).*

[OSEX2.1] Carícias, abraços e beijos.

[OSEX2.2] Manipulação dos órgãos genitais.

[OSEX2.3] Coito.

[OSEX2.4] Contacto oral-genital.

[OSEX2.5] Orgasmo.

[OSEX2.6] Comunicação verbal entre os parceiros.

[OSEX2.7] Proximidade emocional entre os parceiros.

* [SIDA1] Cf. VAC/2.

* [SIDA2] Cf. VAC/2.

[EAS0_42] Cf. VAC/1.

[DIM1_4] Cf. VAC/1.

pág. 9

[ESTCIV] Cf. VAC/1.

[IRMAO1_4] Cf. VAC/1.

[HABPAIB] Cf. VAC/2.

[HABMAEB] Cf. VAC/2.

[RENDI] Cf. VAC/2.

[REL1.1] Cf. VAC/1.

[REL1.2] Cf. VAC/2.

[REL1.3] Cf. VAC/2.

[REL2B] Cf. VAC/2.

[REL4] Cf. VAC/2.

[POL1B.1] Qual foi o seu voto nas *últimas eleições legislativas* (Outubro de 1990)? (votou no partido ou coligação (indicar sigla) / abstenção, voto branco ou nulo – ou não tinha 18 anos).

[POL1.2] Se as próximas *eleições legislativas* se realizassem *hoje* mesmo, qual seria o seu voto? (idêntico a POL1B.1).

[POL3B.1] Cf. VAC/2.

[POL3.2_5] Cf. VAC/2.

[CASAM] Cf. VAC/1.

ANEXO 2 – CODIFICAÇÃO E RECODIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS ORIGINAIS

No quadro abaixo, assinala-se com um X, nas colunas 1, 2 e 3, a pertença dos itens aos Questionários VAC/1, VAC/2 e VAC/3. Os itens são identificadas pelas siglas (ordenadas alfabeticamente) da coluna da esquerda (idênticas às que constam do Anexo I). Nas duas colunas da direita indicam-se os valores correspondentes às diferentes categorias de respostas e, nos casos em que assim se procedeu, as respectivas recodificações.

SIGLA	V A C			CODIFICAÇÃO	RECODIFICAÇÃO
	1	2	3		
ACURSO	X	X	X	1 a 6	
ANAS		X	X	ano de nascimento	Convertida em IDADE
CASAM	X		X	igreja = 1 / civil = 2 / marital. = 3 / não = 4	
CDI1.1 a CDI6.2		X	X	nunca = 1 (...) todos os dias = 7	
CSEX1.1			X	anos de idade	
CSEX1.2			X	não = 0 / sim = 1	
CSEX1.3			X	mais nova = 1 / da sua idade = 2 / mais velha = 3	
CSEX2.1			X	não = 0 / sim = 1	
CSEX2.2			X	nada provável = 1 (...) muito provável = 7	
CSEX3.1			X	não = 0 / não sei = 1 / sim = 2	
CSEX3.2			X	nenhuma vez = 1 (...) mais de dez vezes = 5	
CSEX4			X	nenhuma vez = 1 (...) mais de dez vezes = 5	
CSEX5.0			X	números de relações sexuais	
CSEX5.1_9			X	número de vezes (em 10) que cada método foi utilizado	
CSEX6.1_3			X	letras dos métodos indicados nas ordens	
CURSO	X	X	X	[códigos/cursos]	Agrupamentos dentro de cada faculdade
DIM1_4	X		X	complet. em desacordo = 1 (...) complet. de acordo = 5	
DISTA		X		menos de 10km = 1 (...) mais de 35Km = 3	
EAM1_25	X			F = 0 / V = 1	<i>Itens com escala invertida:</i> EAM1, EAM2, EAM3, EAM4, EAM9, EAM12, EAM14, EAM17, EAM20, EAM21, EAM22 e EAM23
EAS0_42	X		X	complet. em desacordo = 1 (...) complet. de acordo = 5	<i>Itens com escala invertida:</i> EAS6, EAS38 e EAS40
ESTCIV	X	X	X	S = solteiro / C = casado / D = divorciado ou separado / V = viúvo	

SIGLA	V A C			CODIFICAÇÃO	RECODIFICAÇÃO
	1	2	3		
FAC		X	X	C = Ciências / D = Direito / E = Economia / / F = Farmácia / L = Letras / M = Medicina / / P = Psicologia / ES = ESEC	
HABMAEA	X			analfabeto = 1 (...) licenciatura = 6	[cf. infra nota 1]
HABMAEB		X	X	não sabe = 1 (...) ensino superior = 8	[cf. infra nota 1]
HABPAIA	X			analfabeto = 1 (...) licenciatura = 6	[cf. infra nota 1]
HABPAIB		X	X	não sabe = 1 (...) ensino superior = 8	[cf. infra nota 1]
IDADE	X			anos de idade	
IPS1.1	X	X	X	0 a n (número de relações sexuais)	
IPS1.2	X	X	X	não = 0 / sim = 1	
IPS1.3_7	X	X	X	0 a n (número de parceiros)	
IPS1.8	X	X	X	não = 0 / sim = 1	
IPS2.1	X	X	X	complet. em desacordo = 1 (...) complet. de acordo = 9	Transformação da escala 1-9 em 0-8
IPS2.2	X	X	X	complet. em desacordo = 1 (...) complet. de acordo = 9	Transformação da escala 1-9 em 0-8 <i>Item com escala invertida: IPS2.2</i>
IPS3.1_4	X	X	X	complet. em desacordo = 1 (...) complet. de acordo = 9	Transformação da escala 1-9 em 0-8 <i>Itens com escala invertida: IPS3.3 e IPS3.4</i>
IPS3.5_6	X	X	X	complet. em desacordo = 1 (...) complet. de acordo = 9	Transformação da escala 1-9 em 0-8
IPS4.1	X	X	X	quase nunca = 1 (...) quase todo o tempo = 9	
IPS4.2	X	X	X	nunca = 1 (...) pelo uma vez por dia = 9	
IPS5	X	X	X	menos experiente = 1 (...) mais experiente = 5	
IPS6	X	X	X	nada atraente = 1 (...) muito atraente = 7	
IRMAO1_4	X		X	0 a n (número de irmãos)	
MAT1		X		ano da matrícula	
MAT2		X		ano da matrícula	
MNAS				mês de nascimento	Convertida em IDADE
MOT1.1_7	X	X		nada importante = 1 (...) muito importante = 5	
MOT1.8_13		X		nada importante = 1 (...) muito importante = 5	
MOT2.1_8	X	X		nada importante = 1 (...) muito importante = 5	
MOT2.9_11		X		nada importante = 1 (...) muito importante = 5	
MOT3.1_3		X		números dos motivos indicados nas ordens	
MOT4.1_3		X		números dos motivos indicados nas ordens	
NACII_2	X	X		portuguesa = 1 / outra = códigos locais	
NAM1.1		X		não = 0 / sim = 1	
NAM1.2		X		nunca = 1 / não tenho = 2 / casado = 3	
NAM2		X		menos de um mês = 1 (...) mais de dois anos = 5	
NAM3.1		X		não = 0 / sim = 1	
NAM3.2		X		uma semana = 1 (...) mais de dois anos = 8	

SIGLA	V A C			CODIFICAÇÃO	RECODIFICAÇÃO
	1	2	3		
NAM4.1			X	0 a n (número de namorados)	
NAM4.2			X	0 a n (número de namorados)	
NATU1		X	X	concelho coincidente com a sede de distrito = 1 / outros concelhos = 2 / fora do continente e ilhas = 0	
NATU2		X	X	códigos-distritos e estrangeiro	
OSEX1.1_2			X	anos de idade	
OSEX2.1_7			X	nada importante = 1 (...) muito importante = 5	
POL1.2		X	X	PSD / PS / CDS 3 / CDU / PSN / PSR / OUTRO / / BRANCO / ABS.	<i>Branco e Abstenção foram convertidos em NVOT (não votou)</i>
POL1A.1	X			não = 0 / sim = 1	
POL1B.1		X	X	PSD / PS / CDS / CDU / PSN / PSR / OUTRO / /BRANCO / ABS. / NÃO18ANOS	<i>Branco, Abstenção e Não votou porque não tinha 18 anos foram convertidos em NVOT (não votou)</i>
POL2.1	X	X		não = 0 / sim = 1	
POL2.2		X		PSD / PS / CDS 3 / CDU / PSN / PSR / OUTRO	
POL2.3		X		0 a n (anos de militância)	
POL2.4		X		não = 0 / sim = 1	
POL2.5		X		não = 0 / sim = 1	
POL3.2		X	X	conservador = 1 (...) não conservador = 7	
POL3.3		X	X	liberal = 1 (...) não liberal = 7	<i>Inversão da escala</i>
POL3.4		X	X	democrático = 1 (...) não democrático = 7	<i>Inversão da escala</i>
POL3.5		X	X	monárquico = 1 (...) republicano = 7	
POL3A.1	X			extrema direita = 1 (...) extrema esquerda = 6	[cf. infra nota 2]
POL3B.1		X	X	direita = 1 (...) esquerda = 7	[cf. infra nota 2]
PROMAE	X	X	X	profissão (alfanumérica)	
PROPAI	X	X	X	profissão (alfanumérica)	
REFEI		X		cantina = canti / restaurante = rest / casa = casa	
REL1.1	X	X	X	cat = católica / out = outra / sem = ateu	
REL1.2		X	X	cat = católica / out = outra / sem = ateu	
REL1.3		X	X	cat = católica / out = outra / sem = ateu	
REL2A	X			nunca = 5 (...) todos os dias = 1	[cf. infra nota 3]
REL2B		X	X	nunca = 6 (...) todos os dias = 1	[cf. infra nota 3]
REL3		X		discordo ... = 1 (...) concordo, como = 3	
REL4.1_4		X	X	0 = não assinalado / 1 = assinalado	
RENDI		X	X	inferior a vinte = 1 (...) mais do que = 6	
RESI1		X	X	(idêntica a NATU1)	
RESI2		X	X	códigos - distritos e estrangeiro	
RESI3		X		não = 0 / sim = 1	
RESI4A		X		apartamento próprio = 1 (...) outra = 6	
RESI4B			X	na resid. do agreg. = 1 (...) outra = 8	

SIGLA	V A C			CODIFICAÇÃO	RECODIFICAÇÃO
	1	2	3		
RESI5		X		0 a n (número de estudantes)	
SED1	X			1 a 10 (número máximo de respostas obtidas)	
SED2	X			1 a 14 (número máximo de respostas obtidas)	
SED3.1_10	X			A = 5 / B = 4 / C = 3 / D = 2 / E = 1	
SED4.1_14	X			A = 5 / B = 4 / C = 3 / D = 2 / E = 1	
SEXO	X	X	X	M = masculino / F = feminino	
SIDA1		X	X	menos do que um = 1 (...) mais do que trinta = 8	
SIDA2		X	X	duas vezes superior = 1 (...) mais do que vinte = 8	
TRA1.1		X	X	não = 0 / sim = 1	
TRA1.2		X	X	1 a 6	
TRA2.1_13		X		não = 0 / sim = 1	
TRA2.14_26		X		não = 1 / sim = 2	
TRA2.27_39		X		não = 0 / sim = 1	
TRA2.40_52		X		não = 0 / sim = 1	
TRA3		X	X	nunca = 1 (...) uso quatro ou mais = 6	
TRA4.1_7		X		nenhuma vez = 1 (...) dez ou mais vezes = 5	
TRA4.8_14				não = 1 / sim = 2	
TRAB1		X	X	não = 0 / sim = 1	
TRAB2				alfanumérica (profissão, se TRAB1 = 1)	
TRANS		X		público = publi / próprio = prop / a pé = ape	
UNI1.1		X		0 a n (número de anos repetidos)	
UNI1.2		X	X	0 a 100 (classificação de entrada em percentagem)	
UNI1.3		X		1 a n (ordem de preferência)	
UNI1.4		X		[códigos/cursos]	
UNI2		X	X	média de curso (valores)	
UNI3		X		0 a n (número de disciplinas)	
UNI4.1		X	X	número de horas	
UNI4.2		X	X	número de horas	
UNI5		X	X	0 a 20% = 1 (...) 80 a 100% = 5	
UNI6.1_8		X		nunca = 1 (...) sempre = 5	
UNI7.1_2		X		discordo complet. = 1 (...) concordo complet. = 7	
UNI7.3		X		sim = SIM / não = NÃO / não enquanto = NAOENQ / branco ou nulo = BRANC / abstenção = ABS / não estava matriculado = NMAT	As respostas <i>Branco</i> ou <i>Nulo</i> , <i>Abstenção</i> e <i>Não estava matriculado</i> foram convertidas em NVOT (não votou)
UNI7.4		X		não = 0 / sim = 1	
UNI7.5		X		A = 1ª resposta, acompanhada ou não da 2ª e/ou da 3ª; B = 2ª e/ou 3ª respostas, desde que não assinalada a 1ª; C = 4ª resposta	A = 3 / B = 2 / C = 1
UNI7.6		X		[Idêntica a UNI7.5]	A = 3 / B = 2 / C = 1
UNI8.1		X		0 a n (número órgãos)	
UNI8.2		X		listas: A / B / C / D / E	As respostas <i>Branco</i> ou <i>Nulo</i> , <i>Abstenção</i> e <i>Não estava</i>

SIGLA	V A C			CODIFICAÇÃO	RECODIFICAÇÃO
	1	2	3		
					matriculado foram convertidas em NVOT (não votou)
UNI8.3		X		listas: A / C / D / E / T	As respostas <i>Branco ou Nulo</i> e <i>Abstenção</i> foram convertidas em NVOT (não votou)
UNI8.4		X		0 a n (número de organismos ou secções)	
UNI8.5		X		0 a n (número de horas)	

Nota 1 – As categorias de resposta à questão sobre as habilitações literárias dos pais no Questionário VAC/1 (HABPAIA e HABMAEA) são ligeiramente diferentes das de VAC/2 e VAC/3 (HABPAIB e HABMAEB). Sempre que agregámos as respostas de todos os inquiridos, as categorias de respostas de VAC/1 foram convertidas nas categorias de VAC/2&3, de acordo com o seguinte sistema de correspondências:

	VAC/1	VAC/2&3
	—	→ 1 – Não sabe ler nem escrever
Analbabeto ou escolaridade primária – 1 incompleta	—	→ 2 – Sabe ler e escrever sem possuir a 4ª classe
Escolaridade primária completa – 2	—	→ 3 – 4ª classe (4ª ano de escolaridade)
Escolaridade secundária incompleta – 3	—	→ 4 – Ensino preparatório (6ª ano de escolaridade)
	—	→ 5 – Curso geral unificado (9ª ano de escolaridade)
Escolaridade secundária completa – 4	—	→ 6 – Ensino complementar (11º ano de escolaridade)
Escolaridade superior incompleta – 5	—	→ 7 – Ensino médio
Escolaridade superior completa – 6	—	→ 8 – Ensino superior

Nota 2 – No Questionário VAC/1 as respostas à questão sobre a posição política no *continuum* direita-esquerda (POL3A.1) eram avaliadas numa escala de seis pontos; nos Questionários VAC/2 e VAC/3, à mesma questão (POL3B.1) correspondia uma escala de sete pontos. Sempre que agregámos as respostas de todos os inquiridos, as categorias de respostas de VAC/1 foram convertidas nas categorias de VAC/2&3, de acordo com o seguinte sistema de correspondências:

1 → 1; 2 → 2; 3 → 3; 4 → 5; 5 → 6; 6 → 7

Nota 3 – No Questionário VAC/1 a questão relativa à frequência de cerimónias religiosas (REL2A) comportava cinco categorias de resposta, enquanto nos Questionários VAC/2 e VAC/3 (REL2.B) comportava seis categorias de resposta ligeiramente diferentes. Sempre que agregámos as respostas de todos os inquiridos, as categorias de respostas de VAC/1 foram convertidas nas categorias de VAC/2&3, de acordo com o seguinte sistema de correspondências:

<i>VAC/1</i>		<i>VAC/2&3</i>
Todos os dias – 1	→	1 – Todos os dias
Algumas vezes por semana – 2	→	2 – Mais do que uma vez por semana
Domingos e festas religiosas – 3	→	3 – Uma vez por semana
—	→	4 – Uma a três vezes por mês
Ocasionalmente – 4	→	5 – Apenas em casamentos, batizados, funerais, etc.
Nunca – 5	→	6 – Nunca

ANEXO 3 – CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DAS AMOSTRAS I, II E III

Nos *Quadros 3A a 3G*, apresentam-se as estatísticas completas relativas às variáveis mencionadas no *ponto 2. do Capítulo IV (nacionalidade, religião, rendimento mensal líquido per capita do agregado familiar, residência durante o período de aulas, habilitações literárias do pai e da mãe e situação académica/profissional dos inquiridos)*. No *Quadro 3H*, comparam-se os efectivos observados e esperados numa amostra estratificada, tendo como critérios as variáveis *sexo e faculdade*.

QUADRO 3A
Nacionalidade* [NACII_2]: Frequências e percentagens-coluna

	VAC/2		VAC/3		VAC/2&3	
	n	%	n	%	n	%
Portuguesa	195	87.8	189	95.0	384	91.2
PALOP**	18	8.1	3	1.5	21	5.0
Brasileira**	3	1.4	2	1.0	5	1.2
Países CEE**	3	1.4	1	0.5	4	1.0
Outra**	3	1.4	4	2.0	7	1.7
<i>Total</i>	222	100.0	199	100.0	421	100.0

* Questão não incluída em VAC/1 ** Inclui dupla nacionalidade

QUADRO 3B
Religião [REL1.1]: Frequências e percentagens-linha

	Católica		Outra		Sem religião		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
VAC/1								
Sexo masculino	49	72.1	1	1.5	18	26.5	68	100.0
Sexo feminino	83	84.7	5	5.1	10	10.2	98	100.0
<i>Subtotal</i>	132	79.5	6	3.6	28	16.9	166	100.0
VAC/2								
Sexo masculino	70	67.3	6	5.8	28	26.9	104	100.0
Sexo feminino	96	81.4	5	4.2	17	14.4	118	100.0
<i>Subtotal</i>	166	74.8	11	5.0	45	20.3	222	100.0
VAC/3								
Sexo masculino	76	79.2	2	2.1	18	18.8	96	100.0
Sexo feminino	88	85.4	3	2.9	12	11.7	103	100.0
<i>Subtotal</i>	164	82.4	5	2.5	30	15.1	199	100.0

QUADRO 3B
Religião [REL1.1]: Frequências e percentagens-linha (Continuação)

	Católica		Outra		Sem religião		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
VAC/1&2&3								
Sexo masculino	195	72.8	9	3.4	64	23.9	268	100.0
Sexo feminino	267	83.7	13	4.1	39	12.2	319	100.0
<i>Total</i>	<i>462</i>	<i>78.7</i>	<i>22</i>	<i>3.7</i>	<i>103</i>	<i>17.5</i>	<i>587</i>	<i>100.0</i>

QUADRO 3C
Rendimento mensal líquido per capita do agregado familiar * [RENDI]:
 Frequências e percentagens-coluna (acumuladas)

	VAC/2		VAC/3		VAC/4	
	n	%	n	%	n	%
Mais de 160 contos	32	14.4	36	18.1	68	16.2
De 120 a 160 contos	18	22.5	36	36.2	54	29.0
De 80 a 120 contos	37	39.2	48	60.3	85	49.2
De 40 a 80 contos	63	67.6	57	88.9	120	77.7
De 20 a 40 contos	51	90.5	20	99.0	71	94.5
Menos de 20 contos	21	100.0	2	100.0	23	100.0
<i>Total</i>	<i>222</i>	<i>100.0</i>	<i>199</i>	<i>100.0</i>	<i>421</i>	<i>100.0</i>

* Questão não incluída em VAC/1

QUADRO 3D
Residência durante o período de aulas * [RESI3, RESI4A e RESI4B]:
 Frequências e percentagens-coluna

	VAC/2		VAC/3		VAC/4	
	n	%	n	%	n	%
Residência do agregado	44	19.8	54	27.1	98	23.3
Apartamento próprio	10	4.5	15	7.5	25	5.9
Apartamento alugado	33	14.9	37	18.6	70	16.6
República	4	1.8	9	4.5	13	3.1
Casa de familiares	11	5.0	9	4.5	20	4.8
Quarto alugado	97	43.7	52	26.1	149	35.4
Residência universitária	**	–	16	8.0	16	3.8
Outra	23	10.4	7	3.5	30	7.1
<i>Total</i>	<i>222</i>	<i>100.0</i>	<i>199</i>	<i>100.0</i>	<i>421</i>	<i>100.0</i>

* Questão não incluídas em VAC/1 ** Categoria não incluída em VAC/2

QUADRO 3E
Habilitações literárias do pai [HABPAIB]:
Frequências e percentagens-coluna (acumuladas)

	VAC/1		VAC/2		VAC/3		VAC/1&2&3	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Ensino superior	18	10.8	39	17.6	29	14.6	86	14.7
Ensino médio	14	19.3	18	25.7	31	30.2	63	25.4
11º ano de escolaridade	38	42.2	23	36.0	27	43.7	88	40.4
9º ano de escolaridade	*	42.2	13	41.9	23	55.3	36	46.5
6º ano de escolaridade	32	61.4	20	50.9	17	63.8	69	58.3
4ª classe	62	98.8	93	92.8	72	100.0	227	96.9
Menos do que 4ª classe	2	100.0	15	99.5	–	100.0	17	99.8
Analfabeto	*	100.0	1	100.0	–	100.0	1	100.0
<i>Total</i>	166	100.0	222	100.0	199	100.0	587	100.0

* Categoria inexistente (cf. nota 1 do Anexo 2).

QUADRO 3F
Habilitações literárias da mãe [HABMAEB]:
Frequências e percentagens-coluna (acumuladas)

	VAC/1		VAC/2		VAC/3		VAC/1&2&3	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Ensino superior	20	12.0	28	12.6	31	15.6	79	13.5
Ensino médio	9	17.5	26	24.3	31	31.2	66	24.7
11º ano de escolaridade	28	34.3	13	30.2	12	37.2	53	33.7
9º ano de escolaridade	*	34.3	8	33.8	21	47.7	29	38.7
6º ano de escolaridade	24	48.8	20	42.8	12	53.8	56	48,2
4ª classe	72	92.2	101	88.3	81	94.5	254	91.5
Menos do que 4ª classe	13	100.0	23	98.6	8	98.5	44	99.0
Analfabeto	*	100.0	3	100.0	3	100.0	6	100.0
<i>Total</i>	166	100.0	222	100.0	199	100.0	587	100.0

* Categoria inexistente (cf. nota 1 do Anexo 2).

QUADRO 3G
Situação acadêmica/profissional * [TRAB1]: Frequências e percentagens-coluna

	VAC/2		VAC/3		VAC/2&3	
	n	%	n	%	n	%
Trabalhadores-estudantes	10	4.5	7	3.5	17	4.0
Não-trabalhadores	212	95.5	192	96.5	404	96.0
<i>Total</i>	222	100.0	199	100.0	421	100.0

* Questão não incluída em VAC/1

QUADRO 3H
Efectivos esperados (teóricos) e observados, tendo como variáveis de estratificação o sexo e a faculdade dos inquiridos

	Ciências	Direito	Economia	Farmácia	Letras	Medicina	Psicologia
Homens							
<i>Efectivos teóricos</i>	118	45	29	5	26	14	3
Observações	118	46	36	10	25	12	1
Mulheres							
<i>Efectivos teóricos</i>	86	51	30	15	81	16	10
Observações	89	46	32	17	72	17	8

$\chi^2 (13) = 10.83, p = .63$

ANEXO 4 – ESTATÍSTICAS COMPLEMENTARES (ESCALAS)

Nos *Quadros 4A* e *4B*, apresenta-se a média, o desvio-padrão e as percentagens de respostas aos itens das escalas EAM e EAS. Para a correspondência entre as designações dos itens e o respectivo enunciado, cf. *Anexo 1*; para a codificação e recodificação das categorias de resposta, cf. *Anexo 2*.

No *Quadro 4A* listam-se, igualmente, as saturações factoriais dos 18 itens da versão reduzida da *Escala de Automonitorização* de Snyder. No *Quadro 4C* comparam-se os resultados da análise em componentes principais (4 componentes / rotação VARI-MAX) da versão portuguesa e da versão original da *Escala de Atitudes Sexuais* de Hendrick e Hendrick (1987).

QUADRO 4A
Escala de automonitorização de Snyder (1974) [Base: Amostra E • N = 166]

Item	Média	DP	Percentagem de respostas		Saturações ^a
			0	1	
EAM1*	.36	.48	63.9	36.1	.29
EAM2*	.27	.44	73.5	26.5	—
EAM3*	.59	.49	41.0	59.0	.11
EAM4*	.33	.47	67.5	32.5	.18
EAM5	.40	.49	60.2	39.8	.42
EAM6	.14	.35	86.1	13.9	.56
EAM7	.70	.46	30.1	69.9	—
EAM8	.38	.49	62.0	38.0	.52
EAM9*	.40	.49	60.2	39.8	—
EAM10	.41	.49	59.0	41.0	—
EAM11	.78	.42	22.3	77.7	—
EAM12*	.45	.50	55.4	44.6	.51
EAM13	.31	.47	68.7	31.3	.21
EAM14*	.83	.38	17.5	82.5	.15
EAM15	.25	.44	74.7	25.3	—
EAM16	.66	.47	33.7	66.3	.24
EAM17*	.25	.43	75.3	24.7	.04
EAM18	.16	.36	84.3	15.7	.26
EAM19	.17	.38	82.5	17.5	—
EAM20*	.51	.50	49.4	50.6	.49
EAM21*	.66	.47	33.7	66.3	.39
EAM22*	.38	.49	62.0	38.0	.49
EAM23*	.74	.44	25.9	74.1	.25
EAM24	.56	.50	44.0	56.0	.43
EAM25	.37	.48	63.3	36.7	.26

^a Saturações dos itens da versão reduzida (Snyder & Gangestad, 1986) no primeiro factor da solução não rodada (*principal axis factoring*/SPSS).

* Escala invertida. Os valores apresentados referem-se às respostas após inversão das respectivas cotações.

QUADRO 4B
Escala de atitudes sexuais de Hendrick e Hendrick (1987)
 [Base: Amostra C • N = 365]

Item	Média	DP	Porcentagem de respostas				
			1	2	3	4	5
EAS0	2.76	1.62	37.0	12.3	11.2	16.4	23.0
EAS1	4.73	.65	.5	1.4	3.6	13.7	80.8
EAS2	3.03	1.21	14.0	20.5	23.6	32.6	9.3
EAS3	4.29	.85	.5	1.4	18.6	27.1	52.3
EAS4	1.78	1.07	57.3	17.5	17.5	4.9	2.7
EAS5	3.07	1.33	17.0	19.2	19.5	29.0	15.3
EAS6	3.01	1.21	15.3	15.6	33.2	24.7	11.2
EAS7	4.75	.63	.5	1.1	3.6	12.6	82.2
EAS8	1.75	1.03	57.0	19.7	16.4	4.7	2.2
EAS9	3.90	1.19	5.2	11.2	10.7	34.0	38.9
EAS10	2.77	1.30	21.4	22.2	26.0	18.9	11.5
EAS11	1.99	1.15	46.6	25.8	12.3	12.9	2.5
EAS12	2.73	1.45	29.6	16.7	20.0	18.1	15.6
EAS13	4.85	.47	.3	.5	1.4	9.6	88.2
EAS14	2.54	1.15	24.4	21.6	34.2	15.1	4.7
EAS15	4.39	.87	.3	5.8	6.6	29.9	57.5
EAS16	3.24	1.22	11.5	15.9	24.9	32.6	15.1
EAS17	1.83	1.04	51.2	26.6	11.5	9.6	1.1
EAS18	2.56	1.26	28.2	20.5	23.6	21.9	5.8
EAS19	3.92	1.02	2.2	8.8	16.4	40.0	32.6
EAS20	1.65	.92	58.6	23.6	13.2	3.3	1.4
EAS21	3.34	1.11	9.6	10.1	27.9	41.1	11.2
EAS22	1.33	.73	78.4	14.8	3.6	2.5	.8
EAS23	3.72	1.05	3.3	9.3	24.9	36.7	25.8
EAS24	3.60	1.07	4.4	9.0	31.0	33.2	22.5
EAS25	4.07	.83	.3	3.0	20.3	41.9	34.5
EAS26	1.62	1.02	64.7	20.0	6.8	6.0	2.5
EAS27	4.84	.53	.8	.3	1.6	8.5	88.8
EAS28	2.46	1.28	28.8	29.0	17.3	17.3	7.7
EAS29	4.18	.84	.3	3.8	14.5	40.0	41.4
EAS30	1.20	.56	86.8	6.8	5.8	.5	.0
EAS31	1.85	1.20	57.5	19.2	8.5	10.7	4.1
EAS32	1.88	1.12	51.5	24.1	11.8	9.9	2.7
EAS33	2.52	1.21	27.9	19.7	30.1	17.0	5.2
EAS34	2.41	1.17	27.4	29.6	21.1	18.4	3.6
EAS35	3.73	.98	2.7	6.0	30.7	37.0	23.6
EAS36*	2.61	1.41	30.7	21.9	14.2	21.6	11.5
EAS37	4.47	.75	.8	1.9	5.2	33.2	58.9
EAS38*	1.90	1.04	43.8	34.5	11.5	7.7	2.5

Quadro 4B
Escala de atitudes sexuais de Hendrick e Hendrick (1987)
 [Base: Amostra C • N = 365] (Continuação)

Item	Média	DP	Percentagem de respostas				
			1	2	3	4	5
EAS39	2.08	1.20	44.1	23.8	15.3	12.9	3.8
EAS40*	1.66	.85	51.8	35.3	9.0	2.5	1.4
EAS41	4.12	.89	.8	3.8	18.1	37.0	40.3
EAS42	2.31	1.12	26.3	39.5	13.7	17.8	2.7

* Escala invertida. Os valores apresentados referem-se às respostas após inversão das respectivas cotações.

QUADRO 4C
Escala de Atitudes Sexuais: Comparação entre as saturações factoriais (solução final de quatro factores com rotação VARIMAX) obtidas na presente investigação [Base: Amostra C • N = 365] e as obtidas em dois estudos de Hendrick e Hendrick (1987)

Itens	Estudo 1: 4 factores ^a				Estudo 2: 4 factores ^a				Amostra C			
	EAS (Hendrick & Hendrick, 1987)				(Hendrick & Hendrick, 1987)				F1	F2	F3	F4
	Per	Com	Ins	Pra	Per	Com	Ins	Pra				
0	.71				.75				.70	.00	.02	.08
2	.79				.81				.65	.06	.07	-.12
4	.79				.80				.64	-.05	.14	.05
6	.77				.81				.65	.02	.21	-.08
8	.79				.80				.62	-.02	-.05	.02
10	.77				.77				.64	.19	.06	.02
12	.68				.75				.34	.15	.21	.15
14	.63				.66				.36	-.00	.36	-.06
16	.59				.67				.31	.24	.25	-.00
18	.56				.57				.42	.17	-.01	.18
20	.58				.63				.36	-.12	.18	.29
22	.59				.58				.27	.04	-.01	.35
24	.60				.65				.38	.41	-.07	.08
26	.48				.52				.55	-.11	.10	.04
28	.48				.48				.70	.14	.21	.17
30	.44				.42				.17	-.04	.19	.13
32	.47				.64				.23	.09	.12	.38
34	.48				.67				.29	.14	.47	.34
36	-.63				-.65				.54	-.05	.06	.21
38	-.50				-.31				.33	-.23	-.07	.23
40	-.60				-.65				.23	-.33	.14	.23

QUADRO 4C
Escala de Atitudes Sexuais:
 (Continuação)

Itens EAS (Hendrick & Hendrick, 1987)	Estudo 1: 4 factores ^a				Estudo 2: 4 factores ^a				Amostra C			
	Per	Com	Ins	Pra	Per	Com	Ins	Pra	F1	F2	F3	F4
3		.47				.61			.15	.46	-.11	-.03
9		.47				.55			-.14	.45	.11	-.07
15		.58				.65			-.13	.49	.01	-.08
21		.49				.55			.07	.52	.26	-.04
19		.58				.64			-.19	.49	.01	.08
37		.39				.62			.18	.42	-.01	-.38
29		.61				.74			.05	.70	.01	-.15
25		.53				.63			-.07	.55	-.16	-.10
41		.52				.63			.30	.48	.16	-.09
5			.52				.55		-.05	.03	.48	.05
11			.54				.71		.11	-.02	.54	-.05
42			.66				.71		.09	.06	.61	.06
17			.66				.74		.06	-.15	.67	.03
31			.65				.71		.03	-.10	.63	-.07
39			.54				.51		.09	.11	.51	.22
1				.52				.67	-.07	.18	-.05	-.40
7				.51				.73	.01	.05	-.19	-.61
27				.41				.74	.08	.07	-.06	-.52
13				-.34				.54	-.08	.02	.12	-.51
33				-.33				.50	.23	.35	-.04	.27
23				.41				.48	.33	.43	-.09	.12
35				.41				.51	.32	.49	-.01	.16

^a Per = Permissividade; Com = Comunhão; Ins = Instrumentalidade; Pra = Práticas sexuais

BIBLIOGRAFIA

- Abbey, A., Cozzarelli, C., McLaughlin, K., & Harnish, R. J. (1987). The effects of clothing and dyad sex composition on perceptions of sexual intent: Do women and men evaluate these cues differently? *Journal of Applied Social Psychology, 17*, 108-126.
- Abelson, R. P. (1981). Psychological status of the script concept. *American Psychologist, 36*, 715-729.
- Abraham, K. (1973). Esquisse d'une histoire du développement de la libido basée sur la psychanalyse des troubles mentaux. In K. Abraham, *Oeuvres complètes: Vol. 2. Développement de la libido* (pp. 255-313). Paris: Payot [orig. alemão: *Versuch einer Entwicklungsgeschichte der Libido auf Grund der Psychoanalyse seelischer Störungen*, 1924].
- Abreu, M. V. (1975). O sentido da crítica de Nuttin à «teoria do aparelho psíquico». *Revista Portuguesa de Pedagogia, 9*, 251-277.
- Abreu, M. V. (1980). Desenvolvimento da personalidade e motivação. *Revista Portuguesa de Pedagogia, 14*, 159-193.
- Abreu, M. V. (1987). Le psychisme, l'individu et son monde. In M. Siguan (Ed.), *Comportement, cognition, conscience. La psychologie à la recherche de son object* (pp. 241-260). Paris: PUF.
- Adams, J. S. (1965). Inequity in social exchange. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 2, pp. 267-299). New York: Academic Press.
- Aebischer, V., Deconchy, J-P., & Lipiansky, E. M. (Eds.) (1991). *Idéologies et représentations sociales*. Cousset: Delval.
- Afifi, A. A., & Azen, S. P. (1979). *Statistical analysis: A computer oriented approach* (2nd ed.). New York: Academic Press.
- Ainsworth, M. D., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Alferes, V. R. (1987a). Elementos para uma análise psicossocial da sexualidade. *Revista Portuguesa de Pedagogia, 21*, 289-304.
- Alferes, V. R. (1987b). O corpo: Regularidades discursivas, representações e patologias. *Revista Crítica de Ciências Sociais, 23*, 211-219.
- Alferes, V. R. (em preparação). [Emoções e padrões de intimidade].
- Allen, J. B., Kenrick, D. T., Linder, D. E., & McCall, M. A. (1989). Arousal and attraction: Misattribution and negative-reinforcement models. *Journal of Personality and Social Psychology, 57*, 261-270.
- Allport, F. J. (1924). *Social psychology*. Cambridge, MA: Houghton-Mifflin.

- Allport, G. W. (1968). The historical background of modern social psychology. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology: Vol. 1. Historical introduction/Sistematic positions* (2nd ed., pp. 1-80). Reading, MA: Addison-Wesley.
- Altman, I., & Taylor, D. A. (1973). *Social penetration: The development of interpersonal relationships*. New York: Holt, Rinehart, and Winston.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino. A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- Andersen, B. L., & Broffitt, B. (1988). Is there reliable and valid self-report measure of sexual behavior? *Archives of Sexual Behavior*, 17, 509-525.
- Aronson, M. (1980). *Approaches to the history of the Western Family 1550-1914*. London: Macmillan Press.
- Andrews, F. M., Klem, L., Davidson, T. N., O'Malley, P. M., & Rodgers, W. L. (1981). *A guide for selecting statistical techniques for analyzing social science data*. Ann Arbor, MI: Institute for Social Research.
- Ariès, P. (1991). La contraception autrefois. In *Amour et sexualité en Occident* (pp. 115-131). Paris: Seuil.
- Arkin R. M., & Baumgardner, A. H. (1986). Self-presentation and self-evaluation: Processes of self-control and social control. In R. F. Baumeister (Ed.), *Public self and private self* (pp. 75-97). New York: Springer-Verlag.
- Arndt, W. B., Foehl, J. C., & Good, F. L. (1985). Specific sexual fantasy themes: A multidimensional study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 472-480.
- Aronson, E., & Linder, D. (1965). Gain and loss of esteem as determinants of interpersonal attractiveness. *Journal of Experimental Social Psychology*, 1, 156-172.
- Asher, H. B. (1983). *Causal modeling*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Averill, J. R. (1985). The social construction of emotion: With special reference to love. In K. J. Gergen & K. E. Davis (Eds.), *The social construction of person* (pp. 89-109). New York: Springer-Verlag.
- Averill, J. R., & Thomas-Knowles, C. (1991). Emotional creativity. In K. T. Strongman (Ed.), *International Review of Studies on Emotion* (Vol. 1, pp. 269-299). New York: Wiley.
- Averill, J. R., & Boothroyd, P. (1977). On falling in love in conformance with the romantic ideal. *Motivation and Emotion*, 1, 235-247.
- Bancroft, J. (1989). *Human sexuality and its problems* (2nd ed.). London: Churchill Livingstone.
- Barash, D. P. (1982). *Sociobiology and behavior*. London: Hodder and Stoughton.
- Baron, R. A., Byrne, D., & Griffitt, W. (1974). *Social psychology: Understanding human interaction*. Boston: Allyn & Bacon.
- Barthes, R. (1977). *Fragmentos de um discurso amoroso*. Lisboa: Edições 70 [orig. francês: *Fragments d'un discours amoureux*. Paris: Seuil, 1977].
- Bartholomew, K., & Horowitz, L. M. (1991). Attachment styles among young adults: A test of a four-category model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 226-244.
- Bastide, R. (1968). A sexualidade dos primitivos. In *A sexualidade humana* (pp. 45-57). Lisboa: Morais [orig. francês: *Sexualité humaine*. Paris: Lethielleux, 1966].
- Bataille, G. (1957). *L'érotisme*. Paris: Minuit.
- Baudrillard, J. (1970). *La société de consommation*. Paris: Gallimard.
- Baudrillard, J. (1979). *De la séduction*. Paris: Denoel/Gonthier.

- Beach, F. A. (1956). Characteristics of masculine «sex drive». In M. R. Jones (Ed.), *Nebraska Symposium on Motivation* (pp. 1-32). Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Beard, G. M. (1884). Sexual neurasthenia: Its hygiene, causes, symptoms, treatment with a chapter on diet for the nervous» [cit. in Sussman, 1976].
- Beillerot, J. (1982). *La société pédagogique: Action pédagogique et contrôle social*. Paris: PUF.
- Béjin, A. (1982a). Crépuscule des psychanalystes, matin des sexologues. *Communications*, 35, 198-224.
- Béjin, A. (1982b). Le mariage extra-conjugal d'aujourd'hui. *Communications*, 35, 169-180.
- Bell, A. P., & Weinberg, M. S. (1978). *Homosexualities: A study of diversity among men and women*. New York: Simon & Schuster.
- Berg, J. H. (1984). Responsiveness and self-disclosure. In V. J. Derlega & J. H. Berg (Eds.), *Self-disclosure: Theory, research and therapy* (pp. 101-130). New York: Plenum Press.
- Berge, A. (1964). *L'éducation sexuelle et affective*. Paris: Ed. du Scarabée.
- Berkowitz, L., & Frodi, A. (1979). Reactions to a child's mistakes as affected by her/his looks and speech. *Social Psychology Quarterly*, 42, 420-425.
- Berry, W. D. (1984). *Nonrecursive causal models*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Berscheid, E. (1983). Emotion. In H. H. Kelley, E. Berscheid, A. Christensen, J. Harvey, T. L. Huston, G. Levinger, E. McClintock, A. Peplau & D. R. Peterson, *Close relationships* (pp. 110-168). San Francisco: Freeman.
- Berscheid, E. (1985). Interpersonal attraction. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology: Vol. 2. Special fields and applications* (3rd ed., pp. 413-484). Reading, MA: Random House.
- Berscheid, E. (1986). The question of the importance of physical attractiveness. In C. P. Herman, M. P. Zanna & E. T. Higgins (Eds.), *Physical appearance, stigma, and social behavior* (pp. 7-21). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Berscheid, E. (1988). Some comments on love's anatomy: Or, whatever happened to old-fashioned lust? In J. Sternberg & M. L. Barnes (Eds.), *The psychology of love* (pp. 359-374). New Haven: Yale University Press.
- Berscheid, E., & Walster, E. (1974a). Physical attractiveness. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 7, pp. 157-215). New York: Academic Press.
- Berscheid, E., & Walster, E. (1974b). A little bit about love. In T. L. Huston (Ed.), *Foundations of interpersonal attraction* (pp. 356-381). New York: Academic Press.
- Berscheid, E., & Walster, E. (1978). *Interpersonal attraction* (2nd ed.). Reading, MA: Addison-Wesley.
- Berscheid, E., Dion, K., Walster, E., & Walster, G. W. (1971). Physical attractiveness and dating choice: A test of the matching hypothesis. *Journal of Experimental Social Psychology*, 7, 173-189.
- Berscheid, E., Snyder, M., & Omoto, A. M. (1989). The relationship closeness inventory: Assessing the closeness of interpersonal relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 792-807.
- Binet, A. (1887). Du fétichisme dans l'amour. *Revue Philosophique*, Paris.
- Blalock, H. M. (1981). *Social statistics*. New York: McGraw-Hill.
- Blau, P. M. (1964). *Exchange and power in social life*. New York: Wiley.
- Boswell, J. (1985). Hacia un enfoque amplio: Revoluciones, universales y categorías relativas a

- la sexualidad. In G. Steiner & R. Boyers (Eds.), *Homosexualidad: Literatura y política* (pp. 38-74). Madrid: Alianza [orig. inglês: *Homosexuality: Sacrilege, vision, politics, 1982*].
- Bourdieu, P. (1972). Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction. *Annales ESC*, 4-5, 27.
- Bourdieu, P. (1977). Remarques provisoires sur la perception sociale du corps. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 14, 51-54.
- Bourdieu, P. (1980). *Questions de sociologie*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1972). *La reproduction*. Paris: Minuit.
- Bouroche, J.-M., & Saporta, G. (1983). *L'analyse des données*. Paris: PUF.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss: Vol. 1. Attachment*. London: Hogarth Press.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Vol. 2. Separation*. London: Hogarth Press.
- Bowlby, J. (1980). *Attachment and loss: Vol. 3. Loss*. London: Hogarth Press.
- Brabburn, N. M. (1983). Response effects. In P. H. Rossi, J. D. Wright & A. B. Anderson (Eds.), *Handbook of survey research* (pp. 289-328). New York: Academic Press.
- Bray, J. H., & Maxwell, S. E. (1985). *Multivariate analysis of variance*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Brecher, E. M. (1969). *The sex researchers*. Boston: Little, Brown.
- Brecher, E. M. (1976). History of human sexual research and study. In B. J. Sadock, H. I. Kaplan & A. M. Freedman (Eds.), *The Sexual Experience* (pp. 71-78). Baltimore, MD: Williams & Wilkins.
- Brehm, S. S. (1984). Les relations intimes. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie sociale* (pp. 169-191). Paris: PUF.
- Brehm, S. S. (1985). *Intimate relationships*. New York: Random House.
- Briggs, S. R., & Cheek, J. M. (1988). On the nature of self-monitoring: Problems with assessment, problems with validity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 663-678.
- Brown, J. B., & Hart, D. H. (1977). Correlates of females' sexual fantasies. *Perceptual and Motor Skills*, 45, 819-824.
- Bruckner, P., & Finkielraut, A. (1981). *A nova desordem amorosa*. Lisboa: Dom Quixote [orig. francês: *Le nouveau désordre amoureux*. Paris: Seuil, 1977].
- Bruner, J. (1978). *Toward a theory of instruction*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bryson, J. B. (1977). Situational determinants of the expression of jealousy. In H. Sigall (chair), *Sexual jealousy*. Symposium presented at the Annual Meeting of the American Psychological Association, San Francisco [cit. in Brehm, 1985].
- Burke, K. (1950). *A rhetoric of motives*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Buss, D. M. (1988). The evolution of human intrasexual competition: Tactics of male attraction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 616-628.
- Buss, D. M., & Barnes, M. (1986). Preferences in human mate selection. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 559-570.
- Butler, J. K. (1987). Reciprocity of dyadic trust in close male-female relationships. *Journal of Social Psychology*, 126, 579-591.
- Buunk, B., & Bringle, R. G. (1987). Jealousy in love relationships. In S. Perlman & S. Duck (Eds.), *Intimate relationships: Development, dynamics and deterioration* (pp. 123-147). Beverly Hills, CA: Sage.
- Buytendijk, F. (1959). Le corps comme situation motivante. In *La Motivation — Symposium de Association de Psychologie Scientifique de Langue Française* (pp. 9-34). Paris: PUF.
- Buytendijk, F. J. (1976). *A mulher: Sua maneira de ser, de parecer, de existir*. Coimbra: Atlân-

- tida [orig. francês: *La femme: Ses modes d'être, de paraître, d'exister* (2^e éd.). Paris: Desclée De Brouwer, 1967 (1^{re} éd.: 1954)].
- Byrne, D. (1971). *The attraction paradigm*. New York: Academic Press.
- Byrne, D. (1977). Social psychology and the study of sexual behavior. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 3, 3-30.
- Byrne, D. (1986). Introduction: The study of sexual behavior as a multidisciplinary venture. In D. Byrne & K. Kelley (Eds.), *Alternative approaches to the study of sexual behavior* (pp. 1-12). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Byrne, D., & DeNinno, J. A. (1973). Response to erotic movies as a function of contextual effects. *Unpublished manuscript* [relat. in Baron, Byrne & Griffitt, 1974].
- Byrne, D., & Nelson, D. (1965). Attraction as a linear function of proportion of positive reinforcements. *Journal of Personality and Social Psychology*, 1, 659-663.
- Byrne, D., Clore, G. L., & Smeaton, G. (1986). The attraction hypothesis: Do similar attitudes affect anything? *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 1167-1170.
- Calderone, M. S. (1976). Education for sexuality. In B. J. Sadock, H. I. Kaplan & A. M. Freedman (Eds.), *The Sexual Experience* (pp. 518-526). Baltimore, MD: Williams & Wilkins.
- Campbell, B., & Berscheid, E. (1976). The perceived importance of romantic love as a determinant of marital choice: Kephart revisited ten years later. *Unpublished manuscript* [cit. in Berscheid, 1985].
- Carmines, E. G., & Zeller, R. A. (1979). *Reliability and validity assessment*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Carroll, J. L., Volk, K. D., & Hyde, J. S. (1985). Differences between males and females in motives to engaging in sexual intercourse. *Archives of Sexual Behavior*, 14, 131-139.
- Cash, T. F., Gillen, B., & Burns, D. S. (1977). Sexism and «beautyism» in personnel consultant decision making. *Journal of Applied Psychology*, 62, 301-310.
- Castel, R. (1973). *Le psychanalisme. L'ordre psychanalytique et le pouvoir*. Paris: Maspéro.
- Catania, J. A., Gibson, D. R., Chitwood, D. D., & Coates, T. J. (1990). Methodological problems in AIDS behavioral research: Influences on measurement error and participation bias in studies of sexual behavior. *Psychological Bulletin*, 108, 339-362.
- Changeux, J. P. (1983). *L'homme neuronal*. Paris: Fayard.
- Cibois, P. (1984). *L'analyse des données en sociologie*. Paris: PUF.
- Clark, R., & Hatfield, E. (1981). Gender differences in receptivity to sexual offers. *Unpublished manuscript* [relat. in Hatfield, 1982].
- Clore, G. L., & Byrne, D. (1974). A reinforcement-affect model of attraction. In T. L. Huston (Ed.), *Foundations of interpersonal attraction* (pp. 143-170). New York: Academic Press.
- Coates, D., & Winston, T. (1987). The dilemma of distress disclosure. In V. J. Derlega & J. H. Berg (Eds.), *Self-disclosure: Theory, research and therapy* (pp. 229-255). New York: Plenum Press.
- Cohen, J., & Cohen, P. (1983). *Applied multiple regression/correlation analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Coleman, E. (1987). Assessment of sexual orientation. *Journal of Homosexuality*, 14, 9-24.
- Collège de France/Pierre Bourdieu (1987). Propostas para um ensino do futuro. *Cadernos de Ciências Sociais*, 5, 101-120.
- Collins, N. L., & Reed, S. J. (1990). Adult attachment, working models, and relationship quality in dating couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 644-663.

- Comfort, A. (1985). *Os prazeres do sexo*. Lisboa: Círculo de Leitores [orig. inglês: *The joy of sex*. New York: Crown, 1972].
- Comfort, A. (1992). *O novo prazer do sexo*. Lisboa: Europa-América [orig. inglês: *The new joy of sex*. New York: Crown, 1991].
- Cook, T. D., & Campbell, D. T. (1979). *Quasi-experimentation: Design and analysis issues for field settings*. Boston: Houghton Mifflin.
- Cortesão, I., Silva, M. A., & Torres, M. A. (1989). *Educação para uma sexualidade humanizada: Guia para professores e pais*. Porto: Afrontamento.
- Cot, J.-P., & Mounier, J.-P. (1976). *Para uma sociologia política*. Lisboa: Bertrand [orig. francês: *Pour une sociologie politique*. Paris: Seuil, 1974].
- Crozier, M. (1977). *L'acteur et le système*. Paris: Seuil.
- Darlington, R. B. (1990). *Regression and linear models*. New York: McGraw-Hill.
- Darwin, C. (1871). *The descent of man, and selection in relation to sex*. New York: Appleton.
- DeKetele, J.-M. (1983). *Méthodologie de l'observation*. Louvain-la-Neuve: Faculté de Psychologie et de Sciences de l'Éducation/Laboratoire de Pédagogie Experimental.
- DeLamater, J. (1987a). A sociological approach. In J. H. Geer & W. T. O'Donohue (Eds.), *Theories of human sexuality* (pp. 237-255). New York: Plenum Press.
- DeLamater, J. (1987b). Gender differences in sexual scenarios. In K. Kelley (Ed.), *Females, males and sexuality: Theories and research* (pp. 127-139). Albany, NY: SUNY Press.
- DeLamater, J., & MacCorquodale, P. (1979). *Premarital sexuality: Attitudes, relationships, behavior*. Madison, WI: University of Wisconsin Press.
- Deleuze, F., & Guattari, F. (1972). *L'anti-œdipe*. Paris: Minuit.
- Derlega, V. G. (1984). Self disclosure and intimate relationships. In V. G. Derlega (Ed.), *Communication, intimacy and close relationships* (pp. 1-9). New York: Academic Press.
- Derlega, V. G., & Grzelak, J. (1979). Appropriateness of self-disclosure. In G. J. Chelune (Ed.), *Self disclosure: Origins, patterns, and implications of openness in interpersonal relationships* (pp. 151-176). San Francisco: Jossey-Bass.
- Desaulnier, M. P. (1986). A educação sexual como disciplina escolar. *Revista de Educação, 1*, 63-68.
- Dewsbury, D. A. (1981). Effects of novelty on copulatory behavior: The Coolidge effect and related phenomena. *Psychological Bulletin, 89*, 464-482.
- Dillon, W. R., & Goldstein, M. (1984). *Multivariate analysis: Methods and applications*. New York: Wiley.
- Dion, K. K. (1972). Physical attractiveness and evaluations of children's transgressions. *Journal of Personality and Social Psychology, 24*, 207-213.
- Dion, K. K. (1986). Stereotyping based on physical attractiveness. In C. P. Herman, M. P. Zanna & E. T. Higgins (Eds.), *Physical appearance, stigma, and social behavior* (pp. 7-21). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Direção-Geral da Família (1984). *Família e educação sexual*. Lisboa: Ministério do Trabalho e Segurança Social.
- Doise, W. (1990). Les représentations sociales. In R. Ghiglione, C. Bonnet & J.-F. Richard (Eds.), *Traité de psychologie cognitive: Vol. 3. Cognition, représentation, communication* (pp. 111-174). Paris: Dunod.
- Doucet, L. (1973). *Qu'est-ce que l'information sexuelle en classe?* Paris: Pierre Horay.
- Duberman, L. (1977). *Marriage and other alternatives*. New York: Praeger Publishers.

- Dutton, D. G., & Aron, A. P. (1974). Some evidence for heightened sexual attraction under conditions of high anxiety. *Journal of Personality and Social Psychology*, 30, 510-517.
- Duvert, T. (1974). *Le bon sexe illustré*. Paris: Minuit.
- Duvignaud, J. (s.d.). Sociologia do «strip-tease». In *Sexualidade/Sociedade* (pp. 57-68). Lisboa: Presença [orig. francês: Préface, In J. Charvil, *Histoire et sociologie du strip-tease*. Paris: Planète, 1969].
- Efran, M. (1974). The effect of physical appearance on the judgment of guilt, interpersonal attraction, and severity of recommended punishment in a simulated jury task. *Journal of Research in Personality*, 8, 45-54.
- Eibl-Eibesfeldt, I. (1972). *Love and hate. The natural history of behavior patterns*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Eibl-Eibesfeldt, I. (1979). Ritual and ritualization from a biological perspective. In M. von Cra-nach, K. Foppa, W. Lepenies & D. Ploog (Eds.), *Human ethology: Claims and limits of a new discipline* (pp. 3-55). Cambridge: Cambridge University Press.
- Ellis, A. (1977). The justification of sex without love. In E. S. Morrison & V. Borosage (Eds.), *Human sexuality: Contemporary perspectives* (pp. 431-437). Palo Alto, CA: Mayfield [Reprinted from A. Ellis, *Sex without guilt*, 1958, 1966].
- Ellis, H. (1936). *Studies in psychology of sex* (2 vols.). New York: Randon House [1st ed.: 1896-1928].
- Erikson, E. H. (1968). *Identity, youth and crisis*. New York: Norton.
- Eysenck, H. J., & Wilson, G. (1979). *The psychology of sex*. London: Dent & Sons.
- Falbo, T., & Peplau, L. A. (1980). Power strategies in intimate relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 618-628.
- Fayol, M., & Monteil, J.-M. (1988). The notion of script: From general to developmental and social psychology. *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 8, 335-361.
- Feldman, J. (1975). Les rapports nationaux sur les comportements sexuels: Un exemple de deux types d'interaction science-société. *Archives Européennes de Sociologie*, 15 (1), 95-110.
- Fenney, J. A., & Noller, P. (1990). Attachment style as a predictor of adult romantic relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 281-291.
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7, 117-140.
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Evanston, IL: Row, Peterson.
- Fischer, J. F., & Gochros, H. L. (1977). *Handbook of behavior therapy with sexual problems: Vol. 1. General Procedures*. New York: Pergamon.
- Fisher, D. V. (1984). A conceptual analysis of self-disclosure. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 14, 277-296.
- Fisher, W. A. (1986). A psychological approach to human sexuality: The sexual behavior sequence. In D. Byrne & K. Kelley (Eds.), *Alternative approaches to the study of sexual behavior* (pp. 131-171). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Fisher, W. A., Byrne, D., & White, L. A. (1983). Emotional barriers to contraception. In D. Byrne & W. A. Fisher (Eds.), *Adolescents, sex and contraception* (pp. 207-239). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Flandrin, J.-L. (1981). *Le sexe et l'Occident: Évolution des attitudes et des comportements*. Paris: Seuil.
- Foa, E. B., & Foa, V. G. (1980). Resource theory: Interpersonal behavior as exchange. In K. J.

- Gergen, M. S. Greenberg & R. H. Willis (Eds.), *Social exchange: Advances in theory and research*. New York: Plenum.
- Forgas, J. P., & Dobosz, B. (1980). Dimensions of romantic involvement: Towards a taxonomy of heterosexual relationships. *Social Psychology Quarterly*, 43, 290-300.
- Forgas, J. P., Bower, G. H., & Krantz, S. E. (1984). The influence of mood on perception of social interactions. *Journal of Experimental Social Psychology*, 20, 497-513.
- Formação Pessoal e Social (1993). *Inovação*, 6(3).
- Foucault, M. (1976). *Histoire de la sexualité: Vol. 1. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1984). *Histoire de la sexualité: Vol. 2. L'usage des plaisirs*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1985). Opción sexual y actos sexuales: Una entrevista con Michel Foucault. In G. Steiner & R. Boyers (Eds.), *Homosexualidad: Literatura y política* (pp. 16-37). Madrid: Alianza [orig. inglês: *Homosexuality: Sacrilege, vision, politics, 1982*].
- Fox, R. (1982). Les conditions de l'évolution sexuelle. *Communications*, 35, 9-25.
- French, J. R. Jr., & Raven, B. (1959). The basis of social power. In D. Cartwright (Ed.), *Studies in social power*. Ann Arbor, MI: Institute for Social Research.
- Freud, S. (1962). Creative writers and daydreaming. In J. Strachey (Ed.), *The Standart Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (Vol. 9, pp. 142-152). London: Hogarth [orig. alemão: *Der Dichter und das Phantasieren, 1908*].
- Freud, S. (1962). *Trois essais sur la théorie de la sexualité*. Paris: Gallimard [orig. alemão: *Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie, 1905*].
- Freud, S. (1967). *Abrégé de psychanalyse*. Paris: PUF [orig. alemão: *Abriss der Psychoanalyse, 1938*].
- Freud, S. (1968). Pulsions et destins des pulsions. In *Métapsychologie* (pp. 11-44). Paris: Gallimard [orig. alemão: *Triebe und Triebchicksale, 1915*].
- Freud, S. (1970). Pour introduire le narcissisme. In *La vie sexuelle* (pp. 81-105). Paris: PUF [orig. alemão: *Zur Einführung des Narzissmus, 1914*].
- Freud, S. (1971). *Malaise dans la civilization*. Paris: PUF [orig. alemão: *Das Unbehagen der Kultur, 1929*].
- Freud, S. (1976). Au-delà du principe du plaisir. In *Essais de psychanalyse* (pp. 7-81). Paris: Payot [orig. alemão: *Jenseits des Lustprinzips, 1920*].
- Fromm, E. (1956). *The art of loving*. New York: Harper & Row.
- Gagnon, J. H. (1977). *Human sexualities*. Glenview, IL: Scott, Foresman.
- Gagnon, J. H., & Simon, W. (1973). *Sexual conduct: The social sources of human sexuality*. Chicago: Aldine.
- Gagnon, J. H., & Simon, W. (1987). The sexual scripting of oral genital contacts. *Archives of Sexual Behavior*, 16, 1-25.
- Garcia, L. T. (1983). Sexual stereotypes and attributions about sexual arousal. *The Journal of Sex Research*, 19, 366-375.
- Gebhard, P. H., & Johnson, A. B. (1979). *The Kinsey data: Marginal tabulations of the 1938-1963 interviews conducted by the Institute for Sex Research*. Philadelphia: Saunders.
- Geottsch, S. L. (1989). Clarifying basic concepts: Conceptualizing sexuality. *The Journal of Sex Research*, 26, 249-255.
- Gergen, K. J., & Gergen, M. M. (1981). *Social psychology*. New York: Harcourt.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1978). *Les enquêtes sociologiques. Théories et pratique*. Paris: Armand Colin.

- Ghiselin, M. T. (1974). *The economy of nature and the evolution of sex*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Giambra, L. M., & Martin, C. E. (1977). Sexual daydreams and quantitative aspects of sexual activity: Some relations for males across adulthood. *Archives of Sexual Behavior*, 6, 497-505.
- Glick, P. (1985). Orientations toward relationships: Choosing a situation in which to begin a relationship. *Journal of Experimental Social Psychology*, 21, 544-562.
- Goffman, E. (1963). *Stigma: Notes on management of spoiled identity*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Goffman, E. (1967). *Interaction ritual: Essays on face to face behavior*. New York: Doubleday Anchor.
- Gomes, F. A. (1980-81). *Os problemas sexuais na prática clínica*: Parte I – *Psiquiatria Clínica*, 1, 207-213; Parte II – *Psiquiatria Clínica*, 1, 277-282; Parte III – *Psiquiatria Clínica*, 2, 61-70; Parte IV – *Psiquiatria Clínica*, 2, 133-142; Parte V – *Psiquiatria Clínica*, 2, 191-206.
- Gomes, F. A., Albuquerque, A., & Nunes, J. S. (Eds.) (1987). *Sexologia em Portugal: Vol. 1. A sexologia clínica*. Lisboa: Texto Editora.
- Gorsuch, R. (1983). *Factor analysis*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Guttentag, M., & Secord, P. F. (1983). *Too many women? The sex ratio question*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Hall, E. (1966). *The hidden dimension*. New York: Doubleday.
- Hariton, E.B., & Singer, J. L. (1974). Woman's fantasies during sexual intercourse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 42, 313-322.
- Harlow, H. F. (1958). The nature of love. *American Psychologist*, 13, 673-685.
- Harré, R. (1979). *Social being. A theory for social psychology*. Oxford: Basil Blackwell.
- Harré, R. (1981). The dramaturgy of sexual relations. In M. Cook (Ed.), *The bases of human sexual attraction* (pp. 251-274). New York: Academic Press.
- Hatfield, E. (1982). What do woman and man want from love and sex? In E. R. Allgeier & N. B. McCormick (Eds.), *Changing boundaries: Gender roles and sexual behavior* (pp. 106-134). Palo Alto, CA: Mayfield.
- Hatfield, E. (1988). Passionate and companionate love. In J. Sternberg & M. L. Barnes (Eds.), *The psychology of love* (pp. 191-217). New Haven: Yale University Press.
- Hatfield, E., & Rapson, R. L. (1987). Passionate love/sexual desire: Can the same paradigm explain both? *Archives of Sexual Behavior*, 16, 259-278.
- Hayduk, L. A. (1983). Personal space: Where we now stand. *Psychological Bulletin*, 94, 293-335.
- Hazan, C., & Shaver, P. (1987). Romantic love conceptualized as an attachment process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 511-524.
- Hazan, C., & Shaver, P. (1990). Love and work: An attachment-theoretical perspective. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, 270-280.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: Wiley.
- Heiman, J. R. (1977). A psychophysiological exploration of sexual arousal patterns in females and males. *Psychophysiology*, 14, 266-274.
- Hendrick, S., & Hendrick, C. (1987). Multidimensionality of sexual attitudes. *The Journal of Sex Research*, 23, 502-526.
- Henslin, J. M., & Biggs, M. A. (1971). Dramaturgical desexualization: The sociology of vaginal examination. In J. M. Henslin (Ed.), *Studies in the sociology of sex*. New York: Appleton.

- Hewes, G. W. (1955). World distribution of certain postural habits. *American Anthropologist*, 57, 231-244.
- Hill, C. T., & Stull, D. E. (1982). Disclosure reciprocity: Conceptual and measurement issues. *Social Psychology Quarterly*, 45, 238-244.
- Hinde, R. A. (1979). *Toward understanding relationships*. New York: Academic Press.
- Hinde, R. A. (1982). *Ethology. Its nature and relations with other sciences*. Oxford: Oxford University Press.
- Hoaglin, D. C., Mosteller, F., & Tukey, J. W. (1983). *Understanding robust and exploratory data analysis*. New York: Wiley.
- Hoening, J. (1977a). The development of sexology during the second half of the 19th century. In J. Money & H. Musaph (Eds.), *Handbook of Sexology* (pp. 5-20). Amsterdam: Excerpta Medica.
- Hoening, J. (1977b). Dramatis personae: Selected biographical sketches of 19th century pioneers in sexology. In J. Money & H. Musaph (Eds.), *Handbook of Sexology* (pp. 21-43). Amsterdam: Excerpta Medica.
- Homans, G. C. (1961). *Social behavior: Its elementary forms*. New York: Harcourt, Brace, and World.
- Hopkins, J. R. (1977). Sexual behavior in adolescence. *Journal of Social Issues* 33(2), 67-85.
- Howell, D. C. (1987). *Statistical methods for psychology* (2nd ed.). Boston: PWS-Kent.
- Hurtig, M.-C., & Pichevin, M.-F. (1985). La variable sexe en psychologie: Donné ou construct? *Cahiers de Psychologie Cognitive*, 5, 187-228.
- Huston, T. L. (1974). A perspective on interpersonal attraction. In T. L. Huston (Ed.), *Foundations of interpersonal attraction* (pp. 3-28). New York: Academic Press.
- Huston, T. L. (1983). Power. In H. H. Kelley, E. Berscheid, A. Christensen, J. Harvey, T. L. Huston, G. Levinger, E. McClintock, A. Peplau & D. R. Peterson, *Close relationships* (pp. 169-219). San Francisco: Freeman.
- Irigaray, L. (1977). *Ce sexe qui n'en est pas un*. Paris: Minuit.
- Jacoby, A. P., & Williams, J. D. (1985). Effects of premarital sexual standards and behavior on dating and marriage desirability. *Journal of Marriage and the Family*, 47, 1059-1065.
- Jesuino, J. C. (1987). *Processos de liderança*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Jodelet, D. (1976). *La représentation sociale du corps*. Paris: Cordes.
- Jodelet, D. (1984a). Représentation sociale: Phénomènes, concept et théorie. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie sociale* (pp. 357-378). Paris: PUF.
- Jodelet, D. (1984b). The representation of the body and its transformations. In R. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social Representations* (pp. 211-238). Cambridge: Cambridge University Press.
- Jodelet, D., Ohana, J., Bessis-Monino, C., & Dannenmuller, E. (1980). *Systems de représentation du corps et groupes sociaux*. Paris: Cordes.
- Jones, E. E., & Pittman, T. S. (1982). Toward a general theory of strategic self-presentation. In J. Suls (Ed.), *Psychological perspectives on the self* (Vol.1, pp. 231-262). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Jones, E. E., & Wortman, C. (1973). *Ingratiation: An attributional approach*. Morristown, NJ: General Learning Press.
- Jones, S. C. (1974). The psychology of interpersonal attraction. In C. Nemeth (Ed.), *Social psychology: Classic and contemporary integrations* (pp. 127-178). Chicago: Rand McNally.

- Jones, S. C., Knurek, D. A., & Regan, T.D. (1973). Variables affecting reactions to social acceptance and rejection. *Journal of Social Psychology, 90*, 269-284.
- Jöreskog, K. G., & Sörbom, D. (1988a). *LISREL 7: User's reference guide*. Chicago, IL: Scientific Software, Inc.
- Jöreskog, K. G., & Sörbom, D. (1988b). *LISREL 7: A guide to the program and applications*. Chicago, IL: SPSS, Inc.
- Jourard, S. M. (1964). *The transparent self*. Princeton, NJ: Van Nostrand.
- Kaplan, H. S. (1974). *The new sex therapy*. New York: Brunner/Mazel.
- Kaplan, H. S. (1979). *Disorders of sexual desire*. New York: Simon & Schuster.
- Kehoe, E. J., & Gormezano, I. (1979). Configuration and combination laws in conditioning with compound stimuli. *Psychological Bulletin, 87*, 351-378.
- Kelley, H. H. (1983). Love and commitment. In H. H. Kelley, E. Berscheid, A. Christensen, J. Harvey, T. L. Huston, G. Levinger, E. McClintock, A. Peplau & D. R. Peterson, *Close relationships* (pp. 265-314). San Francisco: Freeman.
- Kelley, H. H., & Thibaut, J. W. (1978). *Interpersonal relations: A theory of interdependence*. New York: Wiley-Interscience.
- Kelley, H. H., E. Berscheid, A. Christensen, J. Harvey, T. L. Huston, G. Levinger, E. McClintock, A. Peplau, & D. R. Peterson (1983). Analyzing close relationships. In H. H. Kelley, E. Berscheid, J. Harvey, T. L. Huston, G. Levinger, E. McClintock, A. Pelau & D. R. Peterson, *Close relationships* (pp. 20-67). San Francisco: Freeman.
- Kendrick, D. T., & Cialdani, R. B. (1977). Romantic attraction: Misattribution vs. reinforcement explanations. *Journal of Personality and Social Psychology, 35*, 381-391.
- Kinsey, A. C., Pomeroy, W. B. & Martin, C. E. (1948). *Sexual behavior in the human male*. Philadelphia: Saunders.
- Kinsey, A. C., Pomeroy, W. B., Martin, C. E., & Gebhard, P. H. (1953). *Sexual behavior in the human female*. Philadelphia: Saunders.
- Kirk, R. E. (1982). *Experimental design: Procedures for the behavioral sciences* (2nd ed.). Belmont, CA: Brooks/Cole.
- Kirkendall, L. (1981). Sex education in the United States: A historical perspective. In L. Brown (Ed.), *Sex Education in the Eighties*. New York: Plenum Press.
- Klecka, W. R. (1980). *Discriminant Analysis*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Klein, F., Sepekoff, B., & Wolf, T. J. (1985). Sexual orientation: A multi-variate dynamic process. *Journal of Homosexuality, 11*, 35-49.
- Kolodny, R. C., Masters, W. H., & Johnson, V. E. (1979). *Textbook of sexual medicine*. Boston: Little, Brown.
- Krafft-Ebing, R. von (1965). *Psychopathia sexualis*. New York: Bell Publishing [orig. alemão: *Psychopathia sexualis, 1886*].
- L'Abate, L., & Hewitt, D. (1988). Toward a classification of sex and sexual behavior. *Journal of Sex and Marital Therapy, 14*, 29-39.
- L'Ecuyer, R. (1978). *Le concept de soi*. Paris: PUF.
- LaBeff, E. E., & Dodder, R. (1982). Attitudes toward sexual permissiveness in Mexico and United States. *Journal of Social Psychology, 116*, 285-286.
- Lacan, J. (1949). Le stade du miroir comme formateur de la fonction du Je. In *Écrits* (pp. 93-100). Paris: Seuil, 1966.
- Lacan, J. (1966). *Écrits*. Paris: Seuil.

- Laner, M. R. (1989). Competitive vs. noncompetitive styles: Which is most valued in courtship? *Sex Roles*, 20, 165-172.
- Lapassade, G. (1975). *Socianalyse et potentiel humain*. Paris: Gauthiers-Willars.
- Lapassade, G., & Schérer, R. (1980). *Le corps interdit*. Paris: Les Editions ESF.
- Lee, J. A. (1976). *The colors of love*. New York: Bantam.
- Leigh, B. C. (1989). Reasons for having and avoiding sex: Gender, sexual orientation, and relationship to sexual behavior. *The Journal of Sex Research*, 26, 199-209.
- Lerner, M. J., Dillehay, R. C., & Sherer, W. C. (1967). Similarity and attraction in social contexts. *Journal of Personality and Social Psychology*, 5, 481-485.
- Lévi-Strauss, C. (1976). *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes [orig. francês: *Les structures élémentaires de la parenté* (2^e éd.). Paris: Mouton, 1967 (1^{re} éd.: 1949)].
- Levine, S. B. (1984). An essay on the nature of sexual desire. *Journal of Sex and Marital Therapy*, 10, 84-96.
- Lewinger, G., & Snoek, J. D. (1972). *Attraction in relationship: A new look at interpersonal attraction*. New York: General Learning Press.
- Lewicki, P. (1983). Self-image bias in person perception. *Journal of Personality and Social Psychology*, 45, 384-393.
- Leyens, J.-P. (1983). *Sommes-nous tous des psychologues?* Bruxelles: Mardaga.
- Lief, H.I. (1976). Introduction to sexuality. In B. J. Sadock, H. I. Kaplan & A. M. Freedman (Eds.), *The Sexual Experience* (pp. 1-6). Baltimore, MD: Williams & Wilkins.
- Lima, S. (1935). *O amor místico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Lisk, R. D., & Baron, G. (1982). Female regulation of mating. *Behavioral and Neural Biology*, 36, 416-422.
- LoPiccolo, J., & LoPiccolo, L. (Eds.) (1978). *Handbook of sex therapy*. New York: Plenum Press.
- Lorenz, K. (1969). *L'agression*. Paris: Flammarion [orig. alemão: *Das sogenannte Böse. Zur Naturgeschichte der Aggression*. Wein: Borotha-Schoeler, 1963].
- Lorenz, K. (1981). Ritualization phylogénétique et ritualization culturelle. In *L'homme dans le fleuve du vivant* (pp. 187-213). Paris: Flammarion [orig. inglês: Evolution of ritualization in the biological and cultural spheres. In Huxley, J. (Ed.), *A discussion on ritualization of behavior in animals and man. Philosophical Transactions of the Royal Society of London, Series B*, 251, 273-284, 1966].
- Lott, A., & Lott, B. (1968). A learning theory approach to interpersonal attitudes. In A. G. Greenwald, T. C. Brock, & T. M. Ostrom (Eds.), *Psychological foundations of attitudes* (pp. 67-88). New York: Academic Press.
- Lott, A., & Lott, B. (1974). The role of reward in the formation of positive interpersonal attitudes. In T. L. Huston (Ed.), *Foundations of interpersonal attraction* (pp. 171-192). New York: Academic Press.
- Lucas, J. S. (1993). *SIDA: A sexualidade desprevenida dos portugueses*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Luckmann, T. (1979). Personal identity as an evolutionary and historical problem. In M. von Cranach, K. Foppa, W. Lepenies & D. Ploog (Eds.), *Human ethology: Claims and limits of a new discipline* (pp. 56-74). Cambridge: Cambridge University Press.
- Lumsden, C., & Wilson, E. O. (1981). *Genes, mind and culture*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- Machado, J. P. (1994). *Estrangeirismos na Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Magnan, V. J. (1874). *Traité de l'alcoolisme*. Paris.
- Malinowski, B. (1927). *Sex and repression in savage society*. New York: Harcourt, Brace & Co.
- Malinowski, B. (1929). *Sexual life of savages in north-western Melanesia*. New York: Halcyon House.
- Mandler, G. (1975). *Mind and emotion*. New York: Wiley.
- Marcuse, H. (1955). *Eros and civilization*. Boston: Bacon Press.
- Markova, I., & Wilkie, P. (1987). Representations, concepts and social change: The phenomenon of AIDS. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 17, 389-409.
- Markus, H., & Zajonc, R. B. (1985). The cognitive perspective in social psychology. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology: Vol. 1. Theory and methods* (3rd ed., pp.137-230). Reading, MA: Random House.
- Marlowe, D., & Gergen, K. (1969). Personality and social interaction. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology: Vol.3. The individual in a social context* (2nd ed., pp. 590-665). Reading, Mass.: Addison-Willey.
- Marques, J. M. (1986). *Toward a definition of social processing of information: An application to stereotyping*. Louvain-la-Neuve: Université Catholique de Louvain [Doctoral dissertation].
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper & Row.
- Master, W., & Johnson, V. E. (1966). *Human sexual response*. Boston: Little, Brown.
- Master, W., & Johnson, V. E. (1970). *Human sexual inadequacy*. Boston: Little, Brown.
- Maucó, G. (1975). *Éducation et sexualité*. Paris: Armand Colin.
- Mauss, M. (1936). Les techniques du corps. In M. Mauss, *Sociologie et anthropologie* (pp. 263-383). Paris: PUF, 1978.
- McCormick, N. B., & Jessor, C. J. (1983). The courtship game: Power in the sexual encounter. In E. R. Allgeier & N. B. McCormick (Eds.), *Changing boundaries: Gender roles and sexual behavior* (pp. 64-86). Palo Alto, CA: Mayfield.
- McGuire, W. J. (1985). Attitudes and attitude change. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology: Vol. 2. Special fields and applications* (3rd ed., pp. 233-346). Reading, MA: Random House.
- McKinney, K. (1986). The sociological approach to human sexuality. In D. Byrne & K. Kelley (Eds.), *Alternative approaches to the study of sexual behavior* (pp. 103-129). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Mead, M. (1928). *Coming of age in Samoa*. New York: William Morrow & Co.
- Mead, M. (1935). *Sex and temperament in three primitive societies*. New York: William Morrow & Co.
- Merton, R. K. (1948). The self-fulfilling prophecy. *Antioch Review*, 8, 193-210.
- Mettee, D. R., & Aronson, E. (1974). Affective reactions to appraisal from others. In T. Huston (Ed.), *Foundations of interpersonal attraction* (pp. 236-283). New York: Academic Press.
- Mikulincer, M., & Nachshon, O. (1991). Attachment styles and patterns of self-disclosure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 321-331.
- Miller, G. A. (1962). *Psychology. The science of mental life*. London: Pelican Books.
- Miller, L. C., & Berg, J. H. (1984). Selectivity and urgency in interpersonal exchange. In V. G. Derlega (Ed.), *Communication, intimacy and close relationships* (pp. 161-205). New York: Academic Press.

- Miller, P. Y., & Simon, W. (1980). The development of sexuality in adolescence. In J. Adelson (Ed.), *Handbook of adolescent psychology* (pp. 383-407). New York: Wiley.
- Money, J. (1988). *Gay, straight, and between: The sexology of erotic orientation*. Oxford: Oxford University Press.
- Monteiro, M. B. (1993). Conflito e cooperação nas relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 309-352). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Morel (1857). *Traité des dégénérecences*. Paris.
- Moreno, J. L. (1953). *Who shall survive?* (2nd ed.) Beacon, N. Y.: Beacon House [1st ed.: 1934].
- Morin, E. (1973). *Le paradigme perdu: La nature humaine*. Paris: Seuil.
- Morris, D. (1970). *Patterns of reproductive behavior*. London: Jonathan Cape.
- Morrison, D. F. (1976). *Multivariate statistical methods* (2nd ed.). New York: McGraw-Hill.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public* (2^e éd.). Paris: PUF [1^{re} éd.: 1961].
- Moscovici, S. (1982). The coming era of representations. In J.-P. Codol & J.-P. Leyens (Eds.), *Cognitive analysis of social behavior* (pp. 115-150). The Hague: Martinus Nijhoff.
- Moscovici, S. (1984a). *The phenomenon of social representations*. In R. Farr & S. Moscovici (Eds.), *Social Representations* (pp. 3-69). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (1984b). Introduction: Le domaine de la psychologie sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie Sociale* (pp. 5-22). Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1989). Des représentations collectives aux représentations sociales. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp. 62-86). Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1991). La fin des représentations sociales? In V. Aebischer, J.-P. Deconchy & E. M. Lipiansky (Eds.), *Idéologies et représentations sociales* (pp. 65-84). Cousset: Delval.
- Muehlenhard, C. L., & Hollabaugh, L. C. (1988). Do women sometimes say no when they mean yes? The prevalence and correlates of women's token resistance to sex. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, 872-879.
- Müller, R. (1977). Sex education. In J. Money & H. Musaph (Eds.), *Handbook of Sexology* (pp. 297-310). Amsterdam: Excerpta Medica.
- Murdock, G. P. (1949). *Social structure*. New York: MacMillan.
- Murstein, B. I. (1972). Physical attractiveness and marital choice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 22, 8-12.
- Murstein, B. I. (1986). *Paths to marriage*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Musaph, H. (1977). Sexology: A multidisciplinary science. In J. Money & H. Musaph (Eds.), *Handbook of Sexology* (pp. 81-84). Amsterdam: Excerpta Medica.
- Nass, G. D., Libby, R. W., & Fisher, M. P. (1981). *Sexual choices*. Monterey, CA: Wadsworth.
- Nesselroade, J. R., & Cattell, R. B. (Eds.) (1988). *Handbook of multivariate experimental psychology* (2nd ed.). New York: Plenum Press.
- Neter, J., Wasserman, W., & Kutner, M. H. (1985). *Applied Linear Statistical Models: Regression, analysis of variance and experimental designs* (2nd ed.). Homewood, IL: Irwin.
- Newcomb, T. M. (1961). *The acquaintance process*. New York: Holt, Rinehart, and Winston.
- Newcomb, T. M. (1968). Interpersonal balance. In R. P. Abelson, E. Aronson, W. J. McGuire, T. M. Newcomb, M. J. Rosenberg & P. H. Tannenbaum (Eds.), *Theories of cognitive consistency: A sourcebook* (pp. 28-51). Chicago: Rand McNally.
- Nisbett, R. E., & Ross, L. D. (1980). *Human inference: Strategies and shortcomings of social judgment*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

- Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric theory* (2nd ed.). New York: McGraw Hill.
- Nuttin, J. (1964). L'appareil psychique et la théorie du conflit — La grande leçon de Freud. *La Table Ronde*, 196, 49-65.
- Nuttin, J. (1980). *Théorie de la motivation humaine: Du besoin au projet d'action*. Paris: PUF.
- Offer, D., & Simon, W. (1976). Stages of sexual development. In B. J. Sadock, H. I. Kaplan & A. M. Freedman (Eds.), *The Sexual Experience* (pp. 128-141). Baltimore, MD: Williams & Wilkins.
- Oppenheim, A. N. (1966). *Questionnaire design and attitude measurement*. New York: Basic Books.
- Orfali, K. (1991). Um modelo de transparência: A sociedade sueca. In P. Ariès & G. Duby (Eds.), *História da vida privada: Vol. 5. Da primeira guerra mundial aos nossos dias* (pp. 581-613). Porto: Afrontamento.
- Paige, K. E. (1977). Sexual pollution: Reproductive sex taboos in American society. *Journal of Social Issues*, 33, 144-165.
- Pais, J. M. (1993). *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Peterson, D. R. (1983). Conflict. In H. H. Kelley, E. Berscheid, A. Christensen, J. Harvey, T. L. Huston, G. Levinger, E. McClintock, A. Peplau & D. R. Peterson, *Close relationships* (pp. 360-396). San Francisco: Freeman.
- Piaget, J. (1936). *La naissance de l'intelligence*. Neuchâtel: Delachaux & Niestlé.
- Piaget, J., & Inhelder, B. (1966). *La psychologie de l'enfant*. Paris: PUF.
- Piattelli-Palmarini, M. (1974). Présentation: Puberté et adolescence comme phénomènes d'interférence entre nature et culture. In E. Morin & M. Piattelli-Palmarini (Eds.), *L'unité de l'homme: Vol. 3. Pour une anthropologie fondamentale* (pp. 137-140). Paris: Seuil.
- Plummer, K. (1982). Symbolic interactionism and sexual conduct: An emergent perspective. In M. Brake (Ed.), *Human sexual relations* (pp. 223-241). London: Penguin.
- Popper, K. (1992). *Un univers de propensions: Deux études sur la causalité et l'évolutin*. Paris: Éditions de L'Éclat. [orig. inglês: *A world of propensities*. Bristol: Thoemmes Press, 1990].
- Przybyla, D. P., & Byrne, D. (1981). Sexual relationships. In S. Duck & R. Gilmour (Eds.), *Personal relationships: Vol. 1. Studying personal relationships* (pp. 109-130). London: Academic Press.
- Rajecki, D. W. (1983). Animal aggression: Implications for human aggression. In R. G. Geen & E. I. Donnerstein (Eds.), *Aggression: Theoretical and empirical reviews* (Vol. 1, pp. 189-211). New York: Academic Press.
- Rands, M., & Levinger, G. (1979). Implicit theories of relationship: An intergenerational study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 649-661.
- Raposo, N. V. (1986). Contributo para uma psicopedagogia da educação sexual. *Biblos*, 62, 281-296.
- Reed, D., & Weinberg, M. S. (1984). Premarital coitus: Developing and established sexual scripts. *Social Psychology Quarterly*, 47, 129-138.
- Reich, W. (1971). *L'analyse caractérielle*. Paris: Payot [orig. alemão: *Charakteranalyse*, 1933].
- Reich, W. (1977). *Psicopatologia e sociologia da vida sexual* (2 vols.). Lisboa: Escorpião [orig. alemão: *Die Funktion des Orgasmus: Zur Psychopatologie und zur Sociologie des Geschlechtslebens*, 1927].
- Reich, W. (1978). *A descoberta do orgone: A função do orgasmo*. Lisboa: Dom Quixote [orig. alemão: *Die Entdeckung des Orgons: Die Funktion des Orgasmus*, 1942].

- Reiss, I. L. (1960). *Premarital sexual standards in America*. New York: Free Press.
- Reiss, I. L. (1967). *The social context of premarital sexual permissiveness*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Reiss, I. L. (1986). *Journey into sexuality: An exploratory voyage*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Rimé, B. (1984). Langage et communication. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie sociale* (pp. 415-446). Paris: PUF.
- Robinson, P. (1977). *A modernização do sexo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira [orig. inglês: *The modernization of sex*. New York: Harper & Row, 1976].
- Rogers, C. (1959). A theory of therapy, personality and interpersonal relationships, as developed in the client centered framework. In S. Koch (Ed.), *Psychology: A study of a science: Vol. 3. Formulations of the person and the social context* (pp. 184-258). New York: McGraw-Hill.
- Roseman, I. (1984). Cognitive determinants of emotion: A structural theory. In P. Shaver (Ed.), *Review of Personality and Social Psychology (Vol. 5. Emotions, relationships and health*, pp. 11-36). Beverly Hills, CA: Sage.
- Rosen, R. C., & Beck, J. G. (1986). Models and measures of sexual response: Psychophysiological assessment of male and female arousal. In D. Byrne & K. Kelley (Eds.), *Alternative approaches to the study of sexual behavior* (pp. 43-86). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Rosenbaum, M. E. (1986a). The repulsion hypothesis: On the nondevelopment of relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, *51*, 1156-1166.
- Rosenbaum, M. E. (1986b). Comment on a proposed two-stage theory of relationship formation: First, repulsion; then, attraction. *Journal of Personality and Social Psychology*, *51*, 1171-1172.
- Rosenthal, R., & Rosnow, R. L. (1984). *Essentials of psychological research*. New York: McGraw-Hill.
- Rossi, P. H., Wright, J. D., & Anderson, A. B. (Eds.) (1983). *Handbook of survey research*. New York: Academic Press.
- Rubin, Z. (1970). Measurement of romantic love. *Journal of Personality and Social Psychology*, *16*, 265-273.
- Rubin, Z. (1974). From liking to loving: Patterns of attraction in dating relationships. In T. L. Huston (Ed.), *Foundations of interpersonal attraction* (pp. 383-402). New York: Academic Press.
- Ruefli, T. (1985). Explorations of the improvisational side of sex: Charting the future of the sociology of sex. *Archives of Sexual Behavior*, *14*, 189-199.
- Rufié, J. (1974). *De la biologie a la culture*. Paris: Flammarion.
- Sampaio, M. M. (1987). *Escola e educação sexual*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sandberg, E. C. (1976). Psychological aspects of contraception. In B. J. Sadock, H. I. Kaplan & A. M. Freedman (Eds.), *The Sexual Experience* (pp. 335-349). Baltimore, MD: Williams & Wilkins.
- Santos, A. M. (1969). Da ou duma história da psicologia. *Biblos*, *45*, 103-151.
- Schachter, S. (1964). The interaction of cognitive and physiological determinants of emotional state. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 1, pp. 49-80). New York: Academic Press.
- Schank, R. C., & Abelson, R. P. (1977). *Scripts, plans, goals, and understanding*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

- Schilder, P. (1935). *The image and appearance of the human body*. London: Kegan.
- Schofield, M. (1965). *The sexual behaviour of young people*. Harmondsworth: Penguin Books.
- Schofield, M. (1973). *The sexual behaviour of young adults*. London: Allen Lane.
- Schuman, H., & Kalton, G. (1985). Survey methods. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology: Vol. 1. Theory and methods* (3rd ed., pp. 635-697). Reading, MA: Random House.
- Segalen, M. (1981). *Sociologie de la famille*. Paris: Armand Colin.
- Shaver, P., & Hazan, C. (1985). Incompatibility, loneliness, and «limerence». In W. Ickes (Ed.), *Compatible and incompatible relationships* (pp. 163-184). New York: Springer-Verlag.
- Shaver, P., Hazan, C., & Bradshaw, A. D. (1988). Love as attachment: The integration of three behavioral systems. In J. Sternberg & M. L. Barnes (Eds.), *The psychology of love* (pp. 68-99). New Haven: Yale University Press.
- Sherman, S. J., & Gorkin, L. (1980). Attitude bolstering when behavior is inconsistent with central attitudes. *Journal of Experimental Social Psychology*, 16, 388-403.
- Shorter, E. (1975). *The making of the modern family*. New York: Basic Books.
- Shotland, R. L., & Craig, J. M. (1988). Can men and women differentiate between friendly and sexually interested behavior? *Social Psychology Quarterly*, 51, 66-73.
- Siegel, S., & Castellan, N. J. (1988). *Nonparametric statistics for the behavioral sciences* (2nd ed.). New York: McGraw-Hill.
- Sigall, H. & Ostrove, N. (1975). Beautiful but dangerous: Effects of offender attractiveness and nature of the crime on juridic judgement. *Journal of Personality and Social Psychology*, 31, 410-414.
- Silva, J. F. (1988). Traumatismo patogénico e a renúncia à teoria da sedução. *Psychologica*, 1, 165-183.
- Simon, P., Gondonneau, J., Mironer, L., & Doulen-Rollier, A.-M. (1972). *Rapport sur le comportement sexuel des français*. Paris: Julliard/Charon.
- Simon, W., & Gagnon, J. H. (1986). Sexual scripts: Permanence and change. *Archives of Sexual Behavior*, 15, 97-120.
- Simon, W., & Gagnon, J. H. (1987). A sexual scripts approach. In J. H. Geer & W. T. O'Donohue (Eds.), *Theories of human sexuality* (pp. 363-383). New York: Plenum Press.
- Singer, B. (1985a). A comparison of evolutionary and environmental theories of erotic response. Part I: Structural features. *The Journal of Sex Research*, 21, 229-257.
- Singer, B. (1985b). A comparison of evolutionary and environmental theories of erotic response. Part II: Empirical arenas. *The Journal of Sex Research*, 21, 345-374.
- Singer, B., & Toates, F. M. (1987). Sexual motivation. *The Journal of Sex Research*, 23, 481-501.
- Smeaton, G., Byrne, D., & Murnen, S. K. (1989). The repulsion hypothesis revisited: Similarity irrelevance or dissimilarity bias? *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 54-59.
- Snyder, M. (1974). Self-monitoring of expressive behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 30, 526-537.
- Snyder, M. (1979). Self-monitoring processes. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 12, pp. 86-128). New York: Academic Press.
- Snyder, M., & Gangestad, S. (1986). On the nature of self-monitoring: Matters of assessment, matters of validity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 125-139.
- Snyder, M., & Swann, W. B. (1978) Behavioral confirmation in social interaction: From social perception to social reality. *Journal of Experimental Social Psychology*, 14, 148-162.

- Snyder, M., Berscheid, E., & Glick, P. (1985). Focusing on the exterior and the interior: Two investigations of the initiation of personal relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, *48*, 1427-1439.
- Snyder, M., Simpson, J. A., & Gangestad, S. (1986). Personality and sexual relations. *Journal of Personality and Social Psychology*, *51*, 181-190.
- Soares, I., & Campos, B. P. (1986). Educação sexual e desenvolvimento psicosssexual. *Cadernos de Consulta Psicológica*, *2*, 71-79.
- Soczka, L. (1987). O sexo e a evolução do comportamento. In F. A. Gomes, A. Albuquerque & J. S. Nunes (Eds.). *Sexologia em Portugal: Vol. I. A sexologia clínica* (pp. 13-30). Lisboa: Texto Editora.
- Soczka, L. (1993). Para uma perspectiva ecológica em psicologia social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 385-415). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sousa, E. (1987). *Attribution in the social context: A conceptual analysis*. Louvain-la-Neuve: Université Catholique de Louvain [Doctoral dissertation].
- SPSS (1990a). *Base system user's guide*. Chicago, IL: Author.
- SPSS (1990b). *Advanced statistics user's guide*. Chicago, IL: Author.
- SPSS (1990c). *Categories*. Chicago, IL: Author.
- Spitz, R. (1965). *The first year of life*. New York: International Universities Press.
- Sprecher, S., McKinney, K., & Orbush, T. L. (1987). Has the double standard disappeared? An experimental test. *Social Psychology Quarterly*, *50*, 24-31.
- Steck, L., Levitan, D., McLane, D., & Kelley, H. H. (1982). Care, need, and conceptions of love. *Journal of Personality and Social Psychology*, *43*, 481-491.
- Stengers, J., & Neck, A. V. (1984). *Histoire d'une grande peur: La masturbation*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles.
- Sternberg, R. J. (1986). A triangular theory of love. *Psychological Bulletin*, *93*, 119-135.
- Sternberg, R. J. (1987). Liking versus loving: A comparative evaluation of theories. *Psychological Bulletin*, *102*, 331-345.
- Sternberg, R. J., & Grajek, S. (1984). The nature of love. *Journal of Personality and Social Psychology*, *47*, 312-329.
- Stevens, J. (1986). *Applied multivariate statistics for the social sciences*. New York: Lawrence Erlbaum.
- Stryker, S. (1985). Symbolic interaction and role theory. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology: Vol. 1. Theory and methods* (3rd ed., pp. 311-378). Reading, MA: Random House.
- Sue, D. (1979). Erotic fantasies of college students during coitus. *Journal of Sex Research*, *15*, 299-305.
- Sussman, N. (1976). Sex and sexuality in history. In B. J. Sadock, H. I. Kaplan & A. M. Freedman (Eds.), *The Sexual Experience* (pp. 7-70). Baltimore, MD: Williams & Wilkins.
- Swensen, C. H. (1972). The behavior of love. In H. A. Otto (Ed.), *Love today: A new exploration*. New York: Association Press.
- Symons, D. (1979). *The evolution of human sexuality*. New York: Oxford University Press.
- Symons, D. (1987). An evolutionary approach: Can Darwin's view of life shed light on human sexuality? In J. H. Geer & W. T. O'Donohue (Eds.), *Theories of human sexuality* (pp. 91-125). New York: Plenum Press.
- Szasz, T. S. (1971). *The manufacture of madness*. London: Routledge & Kegan.

- Szasz, T. S. (1980). *Sex by prescription*. New York: Anchor Press.
- Tanner, J. M. (1978). *Foetus into man*. London: Open Books.
- Tedeschi, J. T., & Reiss, M. (1981). Verbal strategies in impression management. In C. Antaki (Ed.), *The psychology of ordinary explanations of social behavior* (pp. 271-309). New York: Academic Press.
- Tedeschi, J. T., Schlenker, R. B., & Lindskold, S. (1972). The exercise of power and influence: The source of influence. In J. T. Tedeschi (Ed.), *The social influence processes*. Chicago: Aldine.
- The National Swedish Board of Education (1977). *Instruction concerning interpersonal relations*. Stockholm: Author.
- Thibaut, J. W., & Kelley, H. (1959). *The social psychology of groups*. New York: Wiley.
- Thompson, A. P., & Cranwell, F. R. (1984). Frequently cited sources of human sexuality. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 10, 63-70.
- Trivers, R. (1985). *Social evolution*. Menlo Park, CA: Benjamin/Cummings.
- Unger, R. K. (1979). Toward a redefinition of sex and gender. *American Psychologist*, 34, 1085-1094.
- Vala, J. (1993a). Representações sociais: Para uma psicologia social do pensamento social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (pp. 353-384). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J. (1993b). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, 28, 887-919.
- Valas, P. (1985). De la perversion. In G. D. Parseval (Ed.), *Les sexes de l'homme* (pp. 171-194). Paris: Seuil.
- Van Rillaer, J. (1980). *Les illusions de la psychanalyse*. Bruxelles: Mardaga.
- Vigarello, G. (1985). *Le propre et le sale*. Paris: Seuil.
- Vilar, D. (1987). Aprendizagem sexual e educação sexual. In F. A. Gomes, A. Albuquerque & J. S. Nunes (Eds.), *Sexologia em Portugal: Vol. 2. Sexualidade e cultura* (pp. 165-179). Lisboa: Texto Editora.
- Wallon, H. (1963). Comment se développe chez l'enfant la notion du corps propre. *Enfance*, 1-2, 121-150 [1^{re} éd., 1931].
- Walster, E., & Berscheid, E. (1971). Adrenaline makes the heart grow fonder. *Psychology Today*, 5, 46-50; 62.
- Walster, E., & Walster, G. W. (1979). *A new look at love*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Walster, E., Aronson, V., Abrahams, D., & Rottmann, L. (1966). Importance of physical attractiveness in dating behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 4, 508-516.
- Walster, E., Walster, G. W., & Berscheid, E. (1978). *Equity theory and research*. Rockleigh, NJ: Allyn and Bacon.
- Warner, L. H. (1927). A study of sex behavior in the white rat by means of the obstruction method. *Comparative Psychology Monographs*, 4, 22, 1-68.
- Washburn, S. L. (1978). Human behavior and the behavior of other animals. *American Psychologist*, 33, 405-418.
- Wedell, D. H., Parducci, A., & Geiselman, R. E. (1987). A formal analysis of ratings of physical attractiveness: Successive contrast and simultaneous assimilation. *Journal of Experimental Social Psychology*, 23, 230-249.

- Weeks, J. (1985). *Sexuality and its discontents: Meanings, myths, and modern sexualities*. London: Routledge & Kegan.
- Weeks, J. (1986). *Sexuality*. New York: Travistock Publications.
- Wegner, D. M., Giuliano, T., & Hertel, P. T. (1985). Cognitive interdependence in close relationships. In W. Ickes (Ed.), *Compatible and incompatible relationships* (pp. 253-276). New York: Springer-Verlag.
- Weick, K. E. (1985). Systematic observational methods. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology: Vol. 1. Theory and methods* (3rd ed., pp. 567-634). Reading, MA: Random House.
- Werebe, M. J. (1976). *L'éducation sexuelle à l'école*. Paris: PUF.
- White, G. L. (1981). Jealousy and partner's perceived motives for attraction to a rival. *Social Psychology Quarterly*, 44, 24-30.
- White, G. L., & Kight, T. D. (1984). Misattribution of arousal and attraction: Effects of salience of explanations for arousal. *Journal of Experimental Social Psychology*, 20, 55-64.
- White, G. L., Fishbein, S., & Rutstein, J. (1981). Romantic attraction: Misattribution of arousal on secondary reinforcement. *Journal of Personality and Social Psychology*, 41, 56-62.
- Wickler, W. (1967). Social-sexual signals and their inter-specific imitation among primates. In D. Morris (Ed.), *Primate Ethology*. London: Weidenfeld & Nicolson.
- Wilkinson, L., Hill, M. A., & Vang, E. (1992a). *SYSTAT: Statistics*. Evanston, IL: SYSTAT Inc.
- Wilkinson, L., Hill, M. A., & Vang, E. (1992b). *SYSTAT: Graphics*. Evanston, IL: SYSTAT Inc.
- Wilson, G. D. (1978). *Secrets of sexual fantasy*. London: J. M. Dent.
- Winch, R. F. (1958). *Mate-selection: A study of complementary needs*. New York: Harper.
- Winer, B. I. (1971). *Statistical principles in experimental design* (2nd ed.). New York: McGraw-Hill.
- Winer, G. A., Makowski, D., Alpert, R. H., & Collins, F. J. (1988). An analysis of experimenter effects on responses to a sex questionnaire. *Archives of Sexual Behavior*, 17, 257-263.
- Zajonc, R. B. (1968). The attitudinal effects of mere exposure. *Journal of Personality and Social Psychology* (Monograph Supplement 2) 9, part 2, 1-27.
- Zazzo, R. (1978). A vinculação: Uma nova teoria sobre a origem da afetividade. In R. Zazzo (Ed.), *A vinculação* (pp. 17-43). Lisboa: Socicultur [orig. francês: *L'attachement*. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé, 1974].
- Zellman, G. L. (1981). *The response of schools to teenage pregnancy and parenthood*. Santa Monica, CA: Rand Corporation.
- Zetterberg, H. L. (1970). *The contraceptive society*. Totowa: Bedminster Press.
- Zuckerman, M. (1971). Physiological measures of sexual arousal in the human. *Psychological Bulletin*, 75, 297-329.

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 2.1 – O contexto causal das interações diádicas.....	51
Figura 2.2 – A sequência do comportamento sexual.....	62
Figura 2.3 – O papel dos scripts sexuais na sequência do comportamento sexual	71
Figura 8.1 – Diagramas das relações entre a autopercepção da eficácia das estratégias de sedução e as quatro variáveis preditoras (modelos completos para os dois sexos).....	195
Figura 8.2 – Diagramas das relações entre a autopercepção da eficácia das estratégias de sedução e as quatro variáveis preditoras (modelos truncados para os dois sexos).....	197
Gráfico 2.1 – Activação sexual em função do sexo e do tipo de conteúdos de filmes eróticos .	63
Gráfico 5.1 – Percentagem de virgens em função da idade e do sexo.....	126
Gráfico 5.2 – Percentagem de virgens em função da idade e do sexo: Comparação entre a população universitária e a população portuguesa em geral	126
Gráfico 5.3 – Percentagem de inquiridos que se masturbaram durante o último mês em função do sexo e do número de relações sexuais	133
Gráfico 5.4 – Orientações normativas diversas em função do sexo	138
Gráfico 5.5 – Atitudes face à sexualidade em função do sexo	140
Gráfico 6.1 – Frequência de relações sexuais no último mês em função do sexo e da religião .	147
Gráfico 6.2 – Proporção de respondentes que já praticaram sexo oral-genital em função do sexo e da religião	147
Gráfico 6.3 – Número total de parceiros sexuais em função do sexo e da religião	148
Gráfico 6.4 – Número de parceiros sexuais durante o último ano em função do sexo e da religião	148
Gráfico 6.5 – Número de parceiros sexuais actualmente desejados em função do sexo e da religião	149
Gráfico 6.6 – Número de parceiros sexuais «esperados» nos próximos cinco anos em função do sexo e da religião	149
Gráfico 6.7 – Número de <i>one night stands</i> em função do sexo e da religião	150
Gráfico 6.8 – Proporção de respondentes que durante o período de namoro tiveram relações sexuais com outra pessoa que não o namorado(a) em função do sexo e da religião	150
Gráfico 6.9 – Atitudes face ao sexo sem compromisso em função do sexo e da religião	151
Gráfico 6.10 – Atitudes face ao sexo ocasional em função do sexo e da religião	151
Gráfico 6.11 – Frequência dos pensamentos sobre sexo em função do sexo e da religião.....	152

Gráfico 6.12 – Frequência das fantasias acerca de ter relações sexuais com outro que não o parceiro habitual em função do sexo e da religião.....	152
Gráfico 6.13 – Atitudes face ao sexo ocasional, número total de parceiros sexuais e frequência de relações sexuais durante o último mês em função da intenção de voto em 1993	155
Gráfico 6.14 – Frequência de relações sexuais no último mês em função do sexo e da frequência de locais públicos de divertimento	159
Gráfico 6.15 – Número de parceiros sexuais actualmente desejados em função do sexo e da frequência de locais públicos de divertimento	160
Gráfico 6.16 – Frequência de relações sexuais no último mês em função do sexo e do grau de adesão às tradições académicas.....	164
Gráfico 6.17 – Número total de parceiros sexuais em função do sexo e do grau de adesão às tradições académicas.....	164
Gráfico 6.18 – Número de <i>one night stands</i> em função do sexo e do grau de adesão às tradições académicas.....	165
Gráfico 6.19 – Atitudes face ao sexo sem compromisso em função do sexo e do grau de adesão às tradições académicas	165
Gráfico 6.20 – Frequência das fantasias acerca de ter relações sexuais com outro que não o parceiro habitual em função do sexo e do grau de adesão às tradições académicas	166
Gráfico 6.21 – Projecção dos centróides dos níveis de resposta ao item IPS1.3 (número de parceiros sexuais durante toda a vida) nas duas primeiras dimensões	169
Gráfico 6.22 – Projecção dos centróides dos níveis de resposta ao indicador IPS2.1_2. (atitudes face ao sexo sem compromisso) nas duas primeiras dimensões.....	170
Gráfico 7.1 – Idade apropriada para a primeira relação sexual em função do sexo e da virgindade	176
Gráfico 7.2 – Grau de importância de diferentes aspectos do acto sexual em função do sexo .	177
Gráfico 7.3 – Motivos para ter relações sexuais em função do sexo.....	178
Gráfico 7.4 – Motivos para não ter relações sexuais em função do sexo	181
Gráfico 7.5 – Projecção dos centróides dos quatro grupos no plano definido pelas duas primeiras funções discriminantes.....	187
Quadro 2.1 – Classificação dos tipos de amor/atração segundo a presença ou ausência dos componentes intimidade, paixão e decisão/compromisso.....	61
Quadro 4.1 – Distribuição da totalidade dos inquiridos por faculdade e ano do curso	105
Quadro 4.2 – Distribuição por sexo e classe etária dos sujeitos da Amostra I	106
Quadro 4.3 – Distribuição por sexo e classe etária dos sujeitos da Amostra II	107
Quadro 4.4 – Distribuição por sexo e classe etária dos sujeitos da Amostra III	107
Quadro 4.5 – Estrutura dos questionários VAC	109
Quadro 4.6 – Questionários VAC: Itens que incidem directamente na esfera da sexualidade..	110
Quadro 4.7 – Frequência de acções de «inculcação» religiosa e posição/prática religiosa actual.....	113
Quadro 4.8 – Auto-avaliação da posição política (direita/esquerda) em função da intenção de voto em 1993.....	114
Quadro 4.9 – Auto-avaliação das posições políticas em função da intenção de voto em 1993: Anovas univariadas e testes de Tukey	114

Quadro 4.10 – Escala de Atitudes Sexuais de Hendrick e Hendrick: Saturações factoriais e comunalidades para a solução com cinco factores.....	118
Quadro 4.11 – Correlações entre as medidas das atitudes sexuais.....	121
Quadro 5.1 – Circunstâncias da primeira relação sexual (paixão pelo parceiro e idade do parceiro) em função do sexo.....	128
Quadro 5.2 – Número de parceiros sexuais em função em função do sexo.....	129
Quadro 5.3 – Intenções relativas ao casamento.....	132
Quadro 5.4 – Frequência de (auto)masturbação em função do sexo.....	132
Quadro 5.5 – Frequência de orgasmos em função do sexo.....	133
Quadro 5.6 – Utilização de métodos contraceptivos nas dez últimas relações sexuais.....	135
Quadro 5.7 – Número médio de parceiros sexuais actualmente desejados e número médio de parceiros sexuais «esperados» nos próximos cinco anos em função do sexo e do «estado sexual» do respondente.....	136
Quadro 5.8 – Idade média apropriada para a primeira relação sexual.....	137
Quadro 5.9 – Orientações normativas diversas em função do sexo.....	138
Quadro 5.10 – Atitudes face ao «sexo sem compromissos» e ao «sexo ocasional» em função do sexo.....	139
Quadro 5.11 – Atitudes sexuais em função do sexo.....	139
Quadro 6.1 – Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais em função da religião e do sexo: Médias ajustadas para a idade.....	144
Quadro 6.2 – Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais em função da religião e do sexo: Análises univariadas da covariância.....	146
Quadro 6.3 – Correlações dos itens IPS com as pontuações na função discriminante.....	153
Quadro 6.4 – Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais em função da intenção de voto em 1993.....	154
Quadro 6.5 – Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais em função da frequência de locais públicos de divertimento e do sexo: Análises univariadas da covariância.....	157
Quadro 6.6 – Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais em função da frequência de locais públicos de divertimento e do sexo: Médias ajustadas para a idade.....	158
Quadro 6.7 – Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais em função da assiduidade às aulas.....	161
Quadro 6.8 – Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais em função do grau de adesão às tradições académicas e do sexo: Análises univariadas da covariância.....	162
Quadro 6.9 – Actividade, experiência, desejos, expectativas, atitudes, pensamentos e fantasias sexuais em função do grau de adesão às tradições académicas e do sexo: Médias ajustadas para a idade.....	163
Quadro 6.10 – Análise não linear em componentes principais dos factores moderadores do duplo padrão e das actividades quotidianas: Contribuições proporcionais para a variabilidade explicada por variável e por dimensão.....	167
Quadro 6.11 – Análise não linear em componentes principais dos factores moderadores do duplo padrão e das actividades quotidianas: Frequências marginais e coordenadas das categorias nas duas primeiras dimensões.....	167

Quadro 7.1 – Grau de importância de diferentes aspectos do acto sexual em função do sexo..	177
Quadro 7.2 – Motivos para ter relações sexuais em função do sexo e da virgindade: Médias dos itens MOT1.1_13	179
Quadro 7.3 – Motivos para ter relações sexuais em função do sexo e da virgindade: Testes univariados.....	180
Quadro 7.4 – Motivos para não ter relações sexuais em função do sexo e da virgindade: Médias	182
Quadro 7.5 – Motivos para não ter relações sexuais em função do sexo e da virgindade: Testes univariados	183
Quadro 7.6 – Motivos para ter relações sexuais: Saturações factoriais e comunalidades para a solução com cinco factores	184
Quadro 7.7 – Motivos para não ter relações sexuais: Saturações factoriais e comunalidades para a solução com quatro factores.....	185
Quadro 7.8 – Componentes motivacionais em função da variável interactiva sexo/ virgindade.....	186
Quadro 7.9 – Correlações entre os componentes motivacionais e as funções discriminantes...	186
Quadro 8.1 – Beleza física, religião, automonitorização, experiência sexual e autopercepção da eficácia das estratégias de sedução em função do sexo.....	193
Quadro 8.2 – Correlações entre beleza física, religião, automonitorização, experiência sexual e autopercepção da eficácia das estratégias de sedução.....	194
Quadro 8.3 – Síntese dos efeitos directos, indirectos e espúrios na autopercepção da eficácia das estratégias de sedução (sexo masculino)	196
Quadro 8.4 – Síntese dos efeitos directos, indirectos e espúrios na autopercepção da eficácia das estratégias de sedução (sexo feminino)	196

Publicação patrocinada pelo Instituto Camões
e pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro



COLEÇÃO DIRIGIDA POR BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS

A análise da sociedade portuguesa não pode dispensar nem a imaginação teórica contextualizada pela nossa história, nem a actualização científica à luz dos critérios internacionais. A perspectiva transdisciplinar, sempre difícil, é privilegiada.

ISBN 972-36-0421-3



9 789723 604214